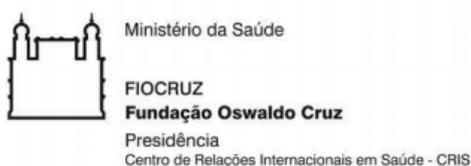


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 18/2024
De 25 setembro a 08 de outubro de 2024



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2024



SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

Sistema Nações Unidas

15 - Não fale com o motorista - *Santiago Alcázar*

21 - Como frear a loucura furiosa do Ocidente - *Jeffrey D. Sachs*

29 - Guerras, paz, eleições e democracia - *Paulo M. Buss*

38 - Saúde nas Américas: o 61º. Conselho Diretor da OPAS – *Luiz Augusto Galvão, Luana Bermudez e Paula Reges*

49 - Desafios climáticos: Muitas promessas, pouca ação contra os combustíveis fósseis, mas a saúde busca protagonismo - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

59 - *Relatório Mundial sobre Proteção Social 2024-26 da OIT*: proteção social tem papel fundamental na mitigação dos impactos das alterações climáticas - *René Mendes*

71 - Migração no centro das urnas: debates, polarizações e o impacto nas eleições de 2024 - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Giacomo Giannelli, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

76 - 79ª Assembleia Geral da ONU: avanço das mulheres e a proteção dos direitos das crianças - *Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos*

81 - Investimentos em nutrição segundo o Banco Mundial: mais uma oportunidade perdida de articular as agendas globais de nutrição? - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

94 - Informe UNESCO: Transformação do conhecimento para o futuro da África - *Gisele Sanglard*

98 - As Instituições Financeiras Multilaterais na Assembleia Geral das Nações Unidas - *Isis Pillar Cazumbá*

103 - Índice Global de Inovação 2024 - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

114 - A urgência do presente: desafios da sociedade civil em um mundo negligente - *Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana Zeballos e Luis Eugênio de Souza*

136 - As condicionalidades verdes e o Genocídio Palestino: realidades ignoradas pelo Pacto pelo Futuro - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

142 - Sul Global: Rescaldos da UNGA79 - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Tiago Nery*

- 171 - Soberania sanitária no Sul Global: uma agenda em andamento - *Erica Kastrup*
- 175 - Reforma de instituições multilaterais e acordos na agenda climática e energética em pauta no G20. Pronunciamento de emergência diante do acirramento do conflito no Oriente Médio, gênero e empoderamento de meninas e mulheres e as expectativas para saúde no G7. Apesar de desafios à vista, OCDE vislumbra cenários futuros positivos - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar, João Miguel Estephanio e Paulo Esteves*
- 189 - 14ª Reunião dos Ministros da Saúde do BRICS, Moscou, 10-11 de outubro de 2024 - *Claudia Hoirisch*
- 194 - Novas orientações para o México: posse de Claudia Sheinbaum - *Sebastian Tobar, Samia de Brito e Miryam Minayo*
- 207 - Devolução do Arquipélago Chagos para as Maurícias - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 223 - A migração necessária na Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 228 - Netanyahu sempre quis uma guerra com o Irã. EUA sempre precisou de um inimigo - *Lúcia Marques*
- 235 - China: Natural e artificial nas Nações Unidas - *André Costa Lobato*
- 240 - Pesquisa biomédica nos EUA - *Guto Galvão*

*Autores deste fascículo - 245

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 248

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 249

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 18/2024 – 25 de setembro a 08 de outubro de 2024N

Apresentação

O mês de outubro tem intensa agenda política global em temas cruciais para a saúde e seus determinantes, e também para o Brasil como país. Senão, vejamos, e pela ordem cronológica.

Os **Ministros da Saúde de BRICS** reúnem dias 10 e 11 de outubro, em Moscou, na Rússia, e a **Cúpula de BRICS** de 22 a 24 de outubro, em Kazan, Rússia, encerrando a presidência russa de BRICS, que passará para o Brasil. Os ministros discutirão temas como o *Centro de Vacinas do BRICS*, a *Rede BRICS de Pesquisa em Saúde Pública*, a criação de um *Sistema Integrado de Alerta Precoce para Prevenir o Risco de Doenças Infeciosas em Massa nos BRICS*, a *Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS*, e o combate à *resistência antimicrobiana (RAM)*, entre outros, apresentado e comentado pela especialista Cláudia Hoirisch neste fascículo (ver: <https://brics-russia2024.ru/en/news/v-moskve-proydet-14-ya-vstrecha-ministrov-zdravookhraneniya-stran-briks/>)

A reunião de **Ministros da Saúde do G7** ocorrerá dias 10 e 11 de outubro em Ancona, Itália. O Ministro da Saúde italiano, Orazio Schillaci, presidirá a reunião, que contará também com ministros da saúde de países convidados, entre os *Nísia Trindade*, do Brasil, bem como com representantes de organizações internacionais. A reunião focará nos temas: 1) *Arquitetura global da saúde e prevenção, preparação e resposta a pandemias*; 2) *Envelhecimento saudável e ativo através da prevenção e inovação ao longo da vida, desde o pré-natal*; 3) *Abordagem "One Health", com ênfase na resistência antimicrobiana*. O comunicado final e *policy briefing* esperados para o final do evento serão comentados por nossos analistas no próximo fascículo do Caderno. (ver: <https://www.g7italy.it/en/health-ministers-meeting/#:~:text=Health%20Ministers%20Meeting.%2007/10/2024.%20The%20G7%20Health%20Ministers%20meeting%20will>)

O **World Health Summit 2024** vai se realizar de 13 a 15 de outubro em Berlim, Alemanha, como de praxe, em modalidade híbrida. O WHS é uma conferência e rede de saúde global líder, que reúne partes interessadas da política, ciência, setor privado e sociedade civil de todo o mundo para "definir a agenda para um futuro mais saudável, inspirando soluções inovadoras para melhor saúde e bem-estar para todos". Nesta edição, o tema é "*Construindo confiança para um mundo mais saudável*". No Caderno 19, nossos analistas trarão os resultados do evento. Para mais informações e participação, acessar: <https://www.worldhealthsummit.org/>

As Reuniões Anuais de 2024 do **Fundo Monetário Internacional (FMI)** e do **Grupo Banco Mundial (GBM)** acontecerão em Washington, DC, de 21 a 26 de outubro, com as principais reuniões e eventos ministeriais ocorrendo entre 22 e 25 de outubro. Os eventos incluem a sessão plenária, o Comitê de Desenvolvimento, as reuniões do Comitê Monetário e Financeiro Internacional, *briefings* regionais, conferências de imprensa e fóruns focados no desenvolvimento internacional, na economia global e nos mercados financeiros. Há possibilidade de assistir online boa parte da ampla agenda prevista (ver: [https://www.worldbank.org/en/meetings/splash/annual#:~:text=The%202024%20Annual%20Meetings%20of%20the%20International%20Monetary%20Fund%20\(IMF\)](https://www.worldbank.org/en/meetings/splash/annual#:~:text=The%202024%20Annual%20Meetings%20of%20the%20International%20Monetary%20Fund%20(IMF)))

O **Grupo de Trabalho de Saúde do G20** reúne-se para sua sessão final dias 30 e 31 de outubro, no Rio de Janeiro, quando emitirá sua esperada *declaração final*, incluindo as quatro prioridades que vêm sendo comentadas por nossos analistas desde o início dos trabalhos: 1) *Prevenção, preparação e resposta a pandemias, com foco na produção local e regional de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos de saúde*; 2) *Saúde digital, para expansão da telessaúde, integração e análise de dados dos sistemas nacionais de saúde*; 3) *Equidade em saúde*; e 4) *Mudanças climáticas e saúde*. (ver: <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/saude>)

Em Cali, Colômbia, de 21 de outubro a 1º de novembro, vai se realizar a **COP16 da Biodiversidade**, a *Conferência das Partes*, órgão supremo de tomada de decisões da *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, firmada por líderes de 150 países na Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992. A COP revisará o *Quadro Global de Biodiversidade*, o *Marco Global de Kunming-Montreal*, realizando-se ainda diversos eventos paralelos. A perda acentuada e rápida da biodiversidade é problema socioeconômico, ambiental e sanitário global (ver: <https://www.cbd.int/conferences/2024>)

A **COP29 do Clima** ocorrerá de 11 a 22 de novembro de 2024 em Baku, capital do Azerbaijão. O tema central é *“Em solidariedade por um mundo verde”* e um grande número de atividades será realizado. Será mais detalhado em futuros fascículos do Caderno (ver: <https://www.cop29.az/en/pages/what-is-cop29>)

Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas

Diversos momentos políticos importantes, com decisiva *participação do Brasil*, ocorreram por ocasião da *Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)*, em Nova York, na última semana de setembro. Merecem destaques:

- Criação do “Grupo de Amigos da Paz” durante Reunião de Alto Nível de Países do Sul Global sobre o Conflito na Ucrânia (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/criacao-do-201cgrupo-de-amigos-da-paz201d-durante-reuniao-de-alto-nivel-de-paises-do-sul-global-sobre-o-conflito-na-ucrania)
- Iniciativa Global de Promoção do Direito Internacional Humanitário – Nova York, 27 de setembro (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/iniciativa-global-de-promocao-do-direito-internacional-humanitario)
- 48ª Reunião Ministerial do G77/China – Nova York, 27/09 (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/48a-reuniao-ministerial-do-g77-china-2013-nova-york-27-de-setembro)
- IV Reunião de Chanceleres do Consenso de Brasília – Nova York, 27/09 (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/iv-reuniao-de-chanceleres-do-consenso-de-brasilia-2013-nova-york-27-de-setembro-de-2024)
- Reunião “A situação em Gaza e a implementação da solução de Dois Estados como caminho para uma paz justa e abrangente” – Nova York, 26/09 (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-brasil-na-reuniao-201ca-situacao-em-gaza-e-a-implementacao-da-solucao-de-dois-estados-como-caminho-para-uma-paz-justa-e-abrangente201d)
- Reunião Ministerial da Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz (PBC) – Nova York, 26/09 (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-ministerial-da-comissao-das-nacoes-unidas-para-consolidacao-da-paz-abc)

- Reunião de Ministros de Relações Exteriores do BRICS – Nova York, 26/09 (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-do-brics-2013-nova-york-26-de-setembro)
- Reunião de Chanceleres do IBAS – Nova York, 26/09 – (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-ibas-a-margem-da-79a-agnu-2013-nova-york-26-de-setembro-de-2024-2013-comunicado-a-imprensa)
- Segunda reunião de ministros das Relações Exteriores do G20 – Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global - Nova York, 25/set. (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/segunda-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-g20-2013-chamado-a-acao-sobre-a-reforma-da-governanca-global-nova-york-25-de-setembro)
- Evento de alto nível: "Em defesa da democracia: combatendo o extremismo" – Nova York, 24/set. (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/evento-de-alto-nivel-em-defesa-da-democracia-combatendo-o-extremismo)

Saúde na Assembleia Geral

A segunda **Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana (RAM)**, realizada em 26 de setembro de 2024 foi o principal evento oficial com foco em saúde durante a semana de alto nível da **AGNU**. Problema de saúde pública global cada vez mais grave, teve ampla participação e gerou uma **declaração política** propondo linhas de ação. Acesso: <https://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/108/2024/09/FINAL-Text-AMR-to-PGA.pdf>

A *declaração* assinala as graves consequências sobre a saúde humana, prevendo-se milhares de mortes evitáveis se a RAM for contida com medidas adequadas. Perdas econômicas substanciais também entram no cálculo, conforme observam nossos analistas no *capítulo sobre saúde deste informe*.

Saúde nas Américas

Momento político muito importante da saúde global e da diplomacia da saúde da quinzena foi a reunião do **Conselho Diretor da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS)**, colegiado de ministros da saúde das Américas que se reúne anualmente na sede, em Washington DC, EUA. O *Brasil* foi eleito para o *Comitê Executivo da OPAS*, mandato 2024-2027, junto com Colômbia e El Salvador, durante a sessão do Conselho Diretor, em 02/10. O órgão é constituído por nove membros, eleitos para mandatos de três anos. Ao substituir Argentina, Bolívia e Jamaica, os três novos membros se juntam a Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, Guiana e Uruguai na composição do Comitê, que se reúne duas vezes ao ano e prepara as reuniões da Conferência Sanitária Pan-Americana e do Conselho Diretor da OPAS. Nossos analistas comentam os resultados do Conselho. Em 16 de outubro, o *Seminário Avançado de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS* tratará do tema "*Saúde nas Américas*", e das deliberações do Conselho.

Importante registrar neste fascículo os importantes **desastres ditos naturais**, que se manifestaram de forma muito aguda na quinzena que findou, com notável presença nas Américas. Apenas para exemplificar: de um lado, a terrível e histórica *seca na Amazônia e no Pantanal brasileiros*, com danos humanos e ambientais dolorosos de se assistir. De outro, os dois devastadores *furacões*, Helene e Milton, que assolaram a *costa norte-americana*, produzindo centenas de mortos e feridos e deixando regiões com lares e infraestruturas

devastadas. A natureza vem cobrando em todo o mundo a insensatez humana no trato com o meio-ambiente – com sinais muito alarmantes de que cada vez mais estamos chegando a diversos pontos de não-retorno, como alertam cientistas de diversas disciplinas relacionadas com o tema.

O mundo

A rica agenda debatida na **79ª. Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU/UNGA)** continua sendo explorada pelos nossos analistas neste fascículo dos Cadernos, trazendo os principais temas que foram objeto das negociações dos Estados-membro, gerando as resoluções e compromissos que *supostamente* vão gerar políticas globais e nacionais adequadas, e que *supostamente* serão implementadas.

Alcázar, utilizando um dos seus mais bem sucedidos estilos – um diálogo fictício entre personagens – apresenta-nos uma interpretação do que foi a **Cúpula do Futuro das Nações Unidas** e o **Pacto pelo Futuro** resultante. Análise que nos faz entender as possibilidades e, sobretudo, os desafios para ver o Pacto devidamente implementado.

Jeffrey Sachs, economista da saúde e do ambiente da Columbia University, colaborador eventual dos nossos Cadernos, também examina as possibilidades e desafios do **Pacto**, frente ao que identifica como “uma nova fase da história humana, devido à confluência de três tendências inter-relacionadas”: o fim do *sistema mundial liderado pelo Ocidente*, no qual os países da região do Atlântico Norte dominam o mundo militar, econômica e financeiramente; a *crise ecológica global*, marcada pela mudança climática induzida pelo homem, pela destruição da biodiversidade e pela poluição maciça do meio ambiente; e o *rápido avanço das tecnologias em vários domínios* – inteligência artificial, computação, biotecnologia, geoenharia.

O dia 7 de outubro de 2024, nesta última 2ª. feira, foi o triste dia do primeiro aniversário do início da *guerra Israel-Hamas*, com a invasão e captura de centenas de reféns inocentes no norte de Israel. A resposta das forças militares regulares de Israel já fez mais de 42 mil vítimas em Gaza e agora o conflito se estende quase como guerra total por todo o *Oriente Médio*. Na *Ucrânia*, no *Sudão*, no *Haiti* e nas *jovens repúblicas africanas do Sahel*, entre outros territórios, as guerras continuam matando milhares de inocentes civis, deixando dezenas de milhares de sequelados físicos e mentais e milhões de desalojados que perderam tudo e hoje encontram-se, a maioria deles, sem qualquer amparo, como alertam os órgãos de ajuda humanitária das Nações Unidas. **Buss** atualiza informações e impactos sobre a saúde das guerras vigentes, e também aborda os processos eleitorais em curso, no artigo **Guerras, paz, eleições e democracia**.

No âmbito do eixo OMS-OPAS registra-se dois eventos importantes: a realização do **Conselho Diretor 2024 da Organização Panamericana da Saúde (OPAS)** e a 11ª sessão do **Órgão Intergovernamental de Negociações (INB)**, no âmbito da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, ambos analisados por **Galvão, Bermudez e Reges**. No âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizou-se a **Reunião de Alto-Nível sobre Resistência Antimicrobiana**.

Segundo **Magalhães e Galvão**, o 61º. **Conselho Diretor da OPAS** aprovou uma política para fortalecer a *saúde nas Américas*, abordando vulnerabilidades relacionadas a **mudanças climáticas e desigualdade social**. No **G20**, o *Grupo de Trabalho de Meio Ambiente* comprometeu-se a enfrentar desafios climáticos, mas não definiu medidas para controlar emissões de gases de efeito estufa. No mesmo evento, **Inger Andersen**, diretora do **PNUMA**, pediu compromissos mais fortes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa pela metade até 2030, visando a meta de 1,5°C. No relatório "*Unidos na Ciência*", a **Organização**

Meteorológica Mundial (OMM) alerta que as ações climáticas atuais são insuficientes e enfatiza a necessidade de medidas tecnológicas urgentes para enfrentar desafios climáticos. *Fórum de Ação Energy Now SDG7*: O fórum da ONU discutiu a transição energética justa, com foco em energias renováveis e desafios como a dependência de combustíveis fósseis. O *Dia Internacional de Conscientização sobre Perda e Desperdício de Alimentos*, em 29 de setembro, destacou a necessidade de financiamento para reduzir o desperdício, que afeta a segurança alimentar e o meio ambiente.

Em eventos futuros, a **COP 16 da CDB** em Cali, Colômbia, de 21 de outubro a 1º de novembro de 2024, revisará o *Quadro Global de Biodiversidade* e mobilizará recursos para ações de conservação. Um memorando entre o *PNUMA* e o *Estado do Pará* aumentará a colaboração em questões florestais e soluções baseadas na natureza para *COP 30*. Na **COP 29 do Clima**, em Baku, em novembro de 2024, espera-se avanços significativos em financiamento climático, mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O texto do nosso analista **René Mendes** analisa o “**Relatório Mundial sobre Proteção Social 2024-26: Proteção Social Universal para a Ação Climática e uma Transição Justa**”, lançado durante a 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro. Este **Relatório da OIT** apresenta um panorama global dos progressos realizados em todo o mundo desde 2015, em matéria de extensão da proteção social. Conclui que, pela primeira vez, mais de metade da população global (52,4%) está abrangida por alguma forma de cobertura de proteção social, uma proporção superior aos 42,8% verificados em 2015, ano em que foram adotados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, nos 20 países mais vulneráveis à crise climática, 91,3% das pessoas (364 milhões) ainda carecem de qualquer forma de proteção social. De forma mais ampla, nos 50 países mais vulneráveis ao clima, 75% da população (2,1 bilhões de pessoas) não tem qualquer cobertura de proteção social. Globalmente, a maioria das crianças (76,1%) permanece sem cobertura de proteção social eficaz. Existe também uma disparidade de gênero significativa, com a cobertura efetiva das mulheres muito aquém da verificada para os homens (50,1 e 54,6%, respectivamente). O Relatório inova em seu destaque sobre a essencialidade da proteção social para enfrentamento da crise climática e a necessidade de ação climática e de uma transição para um mundo mais sustentável. Segundo o entendimento da OIT, a proteção social desempenha um papel fundamental na mitigação do impacto das alterações climáticas, mas os países mais impactados pela crise climática são, exatamente, os que estão menos preparados. “Os governos devem fazer mais para que a proteção social universal seja utilizada para adaptar e mitigar o impacto das alterações climáticas e alcançar uma transição justa”, conclui este novo Relatório da OIT.

O **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** discute o tema das migrações presentes na pauta dos candidatos às eleições dos Estados Unidos da América, da Europa e dos municípios brasileiros.

Nilson e Silva apresentam e discutem o novo documento publicado pelo *Banco Mundial* que analisa a **estrutura de financiamento da nutrição em 2024**, destacando as evidências em favor desses investimentos, a relação da nutrição com o clima e as múltiplas políticas necessárias para alavancar a nutrição e garantir o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No relatório, há avanços importantes como reconhecer os danos dos produtos ultraprocessados à saúde e ao meio ambiente, mas o documento é tímido em relação à necessidade de transformação dos sistemas agroalimentares globais.

O documento que relaciona os temas da agenda cumprida na *79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)* cobre uma vasta gama de tópicos globais, refletindo a diversidade de questões políticas, sociais, econômicas e de segurança que afetam a comunidade global. **Santos, Massari e Gomes** focam em seções específicas destinadas a tratar dos **direitos de crianças e mulheres**, destacando seu papel central em debates de direitos humanos e desenvolvimento sustentável, como a "*Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças*" e o tópico "*Avanço das Mulheres*". Além dos temas da UNGA, o informe apresenta uma síntese sobre a posição de *liderança das mulheres* a partir da *posse de Claudia Sheinbaum* como *presidente do México*. Apesar do avanço, muitas mulheres ainda estão excluídas de cargos de poder, com apenas 23% dos ministérios ocupados globalmente. A desigualdade de gênero persiste, refletindo-se em áreas de decisão, incluindo na representação em missões da ONU.

O informe de **Sanglard** apresenta as discussões do "*Fórum de Cátedras e Parceiros da UNESCO sobre Transformação do Conhecimento para o Futuro da África*", realizado na sede da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, entre 30 de setembro e 02 de outubro de 2024, que contou com a participação da pesquisadora *Gisele Sanglard*, coordenadora da Cátedra Oswaldo Cruz de Ciência, Saúde e Cultura, vinculada à Fundação Oswaldo Cruz.

Chamas e Cesário abordam o **Global Innovation Index 2024 (GII 2024)**, que destaca o panorama global da inovação, com foco em quatro áreas principais: investimentos em ciência e inovação, progresso tecnológico, adoção de tecnologias e impacto socioeconômico. Após um crescimento acelerado entre 2020 e 2022, os *investimentos em inovação* caíram em 2023, especialmente em regiões emergentes como América Latina e África. Países como Brasil, Chile e México mantêm posições de destaque na América Latina, com o *Brasil* ocupando a *50ª posição no ranking geral*. O relatório também sublinha o papel crescente do *empreendedorismo social*, que tem impulsionado inovações em áreas como sustentabilidade e justiça social. No entanto, desafios como o aumento das emissões de carbono e a desaceleração no progresso de tecnologias verdes continuam a impactar o cenário global.

O artigo de nossa analista **Ísis Cazumbá** mostra a participação do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, do **Banco Mundial (BM)** e do **Fundo Monetário Internacional (FMI)**, assim como os compromissos que foram firmados por eles durante a realização *79ª Assembleia Geral das Nações Unidas*.

Na última quinzena, foram monitoradas 38 **organizações da sociedade civil**, das quais 26 fizeram manifestações merecedoras de registro. A equipe liderada por **Souza** informa que as preocupações das **Organizações da Sociedade Civil (OSC) de Interesse Público** se concentraram em conflitos armados e crises humanitárias. O conflito Israel-Palestina-Líbano foi enfatizado, com denúncias da escalada da violência e apelos de cessar-fogo e proteção dos direitos humanos. Em especial, alertou-se para a obstrução da ajuda humanitária, destacando-se a necessidade de intervenções internacionais e de responsabilização por violações das leis humanitárias. A crise climática também foi tema prioritário, enfatizando-se seus impactos nas populações vulneráveis. Outras questões citadas incluíram: população indígena, gênero e envelhecimento, HIV, profissionais da saúde, nutrição, doenças do coração, COP16 da biodiversidade, saúde digital, descolonização da saúde pública e Pacto pelo Futuro, criticado por ser dominado por nações poderosas.

Por sua vez, as **Organizações da Sociedade Civil (OSC) de Interesse Privado** focaram suas manifestações em temas como resiliência climática, doenças infecciosas e saúde mental,

investimentos em inovação, economia digital e inclusão financeira, especialmente em regiões agrícolas da África e Ásia. As iniciativas dessas organizações revelam uma abordagem técnica que, frequentemente, parece desconectada das complexas questões existenciais que o mundo enfrenta. Resta saber até quando os conflitos armados e as suas associadas violações dos direitos humanos continuarão a ser negligenciados, não apenas por governos e suas agências multilaterais, mas também por certas OSC que se apresentam como promotoras da equidade e da saúde global.

De Negri e De Negri Filho analisam o **Pacto para o Futuro**, criticando a falta de ações concretas, e discute o **Programa de Ação para a Construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional** elaborado pelo Grupo Havana, que propõe reformas em áreas como energia, finanças e tecnologia. Também destacam o aniversário de um ano do início do genocídio palestino, denunciando a destruição dos sistemas de saúde em Gaza e os recentes ataques ao Líbano. O documento também aborda questões de “*greenwashing*” no financiamento climático e da instrumentalização da saúde em conflitos.

Ungerer, Kastrup e Nery debruçaram-se sobre o **Sul Global**. O boletim de setembro do **UNOSSC** destaca diversas atividades do escritório durante a **UNGA79**, como os diálogos com o *Banco Islâmico de Desenvolvimento*, visando impulsionar o setor privado para contribuir com o desenvolvimento sustentável e a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Importante também a **IDDA 3**, uma estrutura destinada a melhorar o crescimento industrial da África e a discussão em torno do futuro coletivo da água considerando a elevação dos mares, sem descartar o *financiamento climático* e o *Pacto para o Futuro* que foi central nesta UNGA79.

Já na **Cooperação Sul-Sul do Brasil** foram destaques a *sinergia entre a agricultura familiar e o programa de alimentação escolar* que se alinham com a proposta do país no G-20 e tema do projeto entre o Brasil e a *República do Congo* e, no mesmo tema, um projeto de cooperação com a *Colômbia*. Ainda na área da *agricultura, Brasil e Senegal* estão envolvidos na promoção e troca de tecnologias sustentáveis para *cultura do algodão*. Importante destaque foi a *formação de diplomatas*, incluindo representantes do Peru, Equador, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Quanto ao **G-77 e China**, foi de grande importância, a *Declaração Ministerial do Grupo* que ocorre sempre durante a UNGA. O documento com 407 parágrafos descreve os compromissos assumidos que marcaram o *60º aniversário do G-77*, enfatizando os esforços colaborativos para enfrentar os desafios globais, mas também os compromissos necessários para erradicar a pobreza, a importância do multilateralismo, desenvolvimento sustentável, reestruturação da dívida dos países, a reforma da arquitetura financeira internacional, ciência, tecnologia e inovação, cooperação digital, mudanças climáticas e inúmeros outros temas importantes da governança global. Durante a reunião, o SG da ONU promoveu o trabalho do G-77 voltado para a justiça, igualdade solidariedade, asseverando que a visão do grupo está bem alinhada com os documentos aprovados na Cúpula do Futuro. O SG promoveu ainda o [Relatório de Alto Nível sobre Inteligência Artificial](#). Importante também foi a declaração feita pela Ministra da Saúde de Uganda, em nome do G-77 e da China, na *reunião de Alto-Nível sobre RAM* durante a UNGA, que destacou as consequências econômicas da RAM, com o potencial de adicionar US\$ 1 trilhão em custos de saúde anualmente até 2050.

O **Movimento Jovem dos Não-alinhados**, totalmente comprometido com o engajamento jovem na COP29, destacou o *Dia Internacional da Não-Violência* e o *Dia*

Internacional da Paz, com o objetivo de assegurar uma cultura de paz, tolerância e compreensão. Destacou também o *Dia Internacional para a Eliminação das Armas Nucleares*, já que o desarmamento e a não proliferação nuclear têm sido questões-chave na agenda do **MNA**.

O **Centro Sul** publicou seu boletim de setembro com 3 artigos de pesquisa, 1 resumo de política, 2 relatórios, 4 declarações, 4 notícias além de outras publicações com destaque para a *2ª Reunião de Alto Nível sobre RAM* realizada durante a UNGA79, que foi o principal evento da saúde na Assembleia.

O artigo de **Kastrup** discute a agenda de **industrialização do Sul global** por meio das atividades econômicas no campo da saúde e o papel do Brasil nesse cenário.

A **14ª Reunião dos Ministros da Saúde do BRICS** ocorrerá nos dias 10 e 11 de outubro em Moscou, Rússia. Na ocasião os Ministros da Saúde dos países fundadores (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e dos recém-admitidos (Egito, Etiópia, Irã, Arabia Saudita e Emirados Árabes Unidos) discutirão questões sobre cooperação em saúde para que seus países consigam resistir aos desafios globais de saúde. Ademais, como informa **Hoirisch**, discutirão as perspectivas de cooperação em novas áreas como o *Centro de Vacinas do BRICS*, a *Rede BRICS de Pesquisa em Saúde Pública*, a criação de um *Sistema Integrado de Alerta Precoce para Prevenir o Risco de Doenças Infecciosas em Massa nos BRICS*, a *Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS*, o combate à *resistência antimicrobiana (RAM)*, o estabelecimento de *Revista Médica do BRICS* e da *Associação Médica do BRICS*, medicina nuclear e, cooperação regulatória. A reunião terminará com a adoção de uma *declaração conjunta*, que será emitida dia 11 de outubro. A **Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de BRICS** está marcada para realizar-se de 22 a 24 de outubro, em Kazan, Rússia, encerrando a presidência russa de BRICS, que passará para o Brasil.

Para o grupo de analistas liderados por **Burger, Estephânio e Esteves**, a gestão brasileira do **G20** segue tendo um saldo positivo na quinzena analisada. Durante o período, o bloco estabeleceu importantes consensos com declarações ministeriais dos seguintes temas: reforma de instituições globais, sustentabilidade climática, transição energética, e finanças e saúde. No **G7** os destaques vão para a reunião de emergência dos líderes, em sequência ao agravamento do conflito no Oriente Médio, ao encontro das lideranças para discutir sobre equidade de gênero e empoderamento de meninas e mulheres e as expectativas para a reunião dos ministros da saúde do G7. Os destaques da **OCDE** se dividem entre o lançamento do relatório intermediário sobre perspectivas da economia internacional de 2024 e 2025, da edição mais atual da pesquisa sobre reformas tributárias e de um estudo sobre poluição plástica e atualizações sobre a inflação mundial.

Tobar, Brito e Minayo apresentam o panorama político e econômico recente da **região latino-americana**, com destaque para a posse de Claudia Sheinbaum como primeira presidenta do México. Além disso, acompanham as agendas relacionadas à saúde e ao desenvolvimento das organizações regionais: **ORAS-CONHU** realizou atividades sobre saúde digital e participou do conselho diretor da OPAS/OMS; **COMISCA** realizou uma agenda sobre HIV e recursos humanos em saúde; **OTCA** assinou um acordo com a OPAS; e **SELA** organizou um evento sobre o tema da migração.

Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg dedicam seu informe aos principais eventos de alto nível organizados pela **União Africana** à margem da *79ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Também repercutiu a decisão do *Fundo Pandêmico* em financiar substancialmente 10 países

africanos mais afetados pela Mpox. O informe também traz o comunicado da importante reunião do *Comitê de Chefes de Estado e de Governo do CDC África*. Sobre a *Cúpula do Futuro*, vale conhecer a *declaração do novo Secretário Executivo da Comissão Econômica da ONU para África* sobre governança global e a agenda 2030. E para conferir um título meritório ao informe, não poderíamos deixar na penumbra o histórico *Acordo sobre a devolução pela Grã-Bretanha do arquipélago Chagos às Maurícias*, no Oceano Índico.

Na **Europa**, a *extrema direita* vence novamente nas urnas, desta vez na *Áustria*. Como em outras circunstâncias parecidas, **Freire** comenta sobre a dificuldade de se fazer coligações e do isolamento que vem sendo imposto às extremas direitas vitoriosas no continente europeu. No entanto, observa-se que o maior impacto provocado pelo crescimento dos partidos de extrema direita vem sendo o de manipular as pautas políticas para a direita, sobretudo no que se refere aos preconceitos contra refugiados e imigrantes. Neste pormenor, entretanto, apresenta-se um grande paradoxo ao se confrontar a condenação dos movimentos migratórios com a grave crise na força de trabalho em saúde vivida na região.

Segundo **Marques**, *Netanyahu* sempre quis uma guerra com o *Irã*. Se era o caos que ele queria no **Oriente Médio**, parece estar conseguindo. Os ataques seguem violentes em *Gaza*, se tornaram mais agressivos também na *Cisjordânia* ocupada; avançaram para o *Líbano*, se aproximando da *Síria*, para o *Yemen* e já envolvem o *Iraque*, de maioria xiita. E agora o foco é o *Irã*. São várias frentes e com apoio dos EUA. O Primeiro-Ministro israelense vê as guerras em Gaza e no Líbano como uma oportunidade para Israel mudar para sempre o tabuleiro de xadrez regional. Confirmando a tese, Bruce Hoffman, especialista americano em terrorismo e segurança, afirma que partir para o apocalipse, em um primeiro momento, restaura o poder de um primeiro-ministro que parecia estar a um passo de ter a carreira política encerrada. O que é uma reviravolta impressionante. Os apelos mundiais para um cessar-fogo aumentam. Mas o envio de armas não para. Os ataques se ampliam e fica mais difícil a paz. Enquanto isso, enriquecem os senhores das armas e sofrem as pessoas que não são muito diferentes de qualquer outro lugar, pessoas que querem a mesma vida "normal" que qualquer outra pessoa poderia ter. Homens e mulheres que merecem respeito e apoio. Claramente, *Israel* pisoteou as barreiras invisíveis dos preceitos éticos, morais, diplomáticos, humanitários e de pura e simples cortesia que protegem contra ações mais truculentas.

Lobato destaca que a **China** propõe *iniciativa de inteligência artificial* na Assembleia Geral das Nações Unidas e faz reunião de alto nível sobre o tema nas margens do encontro em Nova Iorque. Wang Yi participa de encontro do *G20 e BRICS*. *Dilma Rousseff*, presidenta do NDB, recebe Medalha da Amizade e discursa em português no Salão do Povo. Ela elogia os compromissos de Xi Jinping com a cooperação internacional. A República Popular comemora 75 anos e pacote financeiro de estímulo a economia é anunciado.

Galvão apresenta o comunicado da **National Academy of Medicine (NAM) dos Estados Unidos**, de 1º de outubro de 2024, que destaca que, apesar dos Estados Unidos serem líderes globais em pesquisa biomédica, a falta de coordenação nacional, questões estruturais e a fragmentação de financiamento prejudicam o progresso. O relatório propõe um plano estratégico focado em cinco áreas: visão nacional coordenada, financiamento eficiente, equidade em saúde, ciência convergente e desenvolvimento de uma força de trabalho pronta para o futuro. O objetivo é garantir que a pesquisa continue melhorando a saúde e alcance todas as populações equitativamente. Para mais detalhes, veja o comunicado completo [aqui](#).

Saúde global na Fiocruz

O Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) está com inscrições abertas para o curso *Uma Só Saúde em uma Perspectiva Global*, direcionado a profissionais de nível superior, do Brasil ou de outros países, sobretudo da área da saúde. O curso tem como objetivo proporcionar uma compreensão e atualização sobre o conceito *Uma Só Saúde*, abordando temas como o Comitê Técnico Interinstitucional, governança global, resistência antimicrobiana, mudanças climáticas, segurança alimentar, entre outros.

Coordenado por Mayumi Wakimoto e Rodrigo Menezes, o curso ocorrerá entre os dias 22 e 25 de outubro de 2024, com carga horária total de 30 horas, em formato remoto, sendo 16 horas de aulas teóricas e 14 horas dedicadas à elaboração de um trabalho final. As aulas ocorrerão pela plataforma Zoom, com algumas ministradas em inglês. O prazo para envio do trabalho final será de duas semanas após o término do curso. Para saber mais acesse: <https://bit.ly/3Y70EQD>

=====

Saudamos a chegada aos 60 anos de **Mafalda**, heroína de muitos dos então jovens progressistas da minha geração. Nascida da mente e da mão privilegiada do argentino **Quino**, em 29 de setembro de 1964, na revista argentina *Primeira Plana*, está hoje cada vez mais moderna e global. Quando revisamos seus quadrinhos, a agora sexagenária personagem se mantém muito atual, com mesmo frescor da sua infância naqueles tempos. Questionou a ascensão de ditaduras na América Latina, era defensora de ideias libertárias de gênero, pacifista radical e ambientalista, denunciando a veementemente a poluição planetária e outros problemas ambientais.



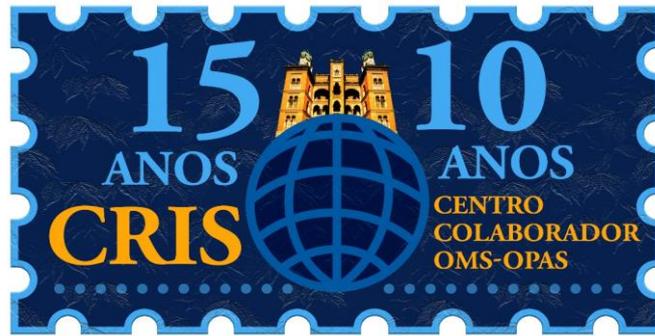
Continua instigando-nos com suas questões sobre a situação do mundo - injustiças, fome, violências - assim como com a passividade ou incompetência dos adultos em lidar com tais absurdos. Viva Mafalda, para sempre! (P.B.)

Boa leitura, a todos!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 10 de outubro de 2024

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger

Coordenação do CRIS/Fiocruz



Não fale com o motorista

Santiago Alcázar

No início da primavera de uma manhã de setembro, de 2024, Lindolfo Soares, sentado em um banco de praça, puxou para ler um exemplar dos *Cadernos Cris/Fiocruz: informes sobre saúde global e diplomacia da saúde*. Lindolfo não é médico, sanitarista ou diplomata, mas guarda um grande interesse por tudo o que acontece no mundo.

Os Cadernos-Cris são extraordinários, sempre diz aos seus amigos que, como ele, navegaram por todo gênero de revista quando eram moços. Os *Cahiers du Cinéma*, por alguma razão que Lindolfo não sabia explicar, vinham-lhe à memória cada vez que recebia o último exemplar dos Cadernos-Cris. Talvez fosse aquela mesma ânsia de correr à banca de jornais para ser o primeiro a ler sobre o último filme de Fellini, Godard ou Truffaut. Eram os tempos de revelação, de descoberta, de novas experiências. Os *Cahiers* não são os Cadernos-Cris, Lindolfo sabe, nem provocam as mesmas sensações, Lindolfo admite, mas cheio de nostalgia atribui essa última circunstância a três fatores. Primeiro, estamos menos moços. Segundo, tudo, ou quase tudo, foi-nos revelado e descoberto. Terceiro, ficam as novas experiências e, nesse particular, Lindolfo tem que confessar que, muito tempo depois de ter descoberto como funciona a máquina de lavar roupa e um dia antes do dia da semana que, pelas dúvidas, leva a roupa para a lavanderia, há ainda algo indecifrável a atormentar a sua existência: o que diabos é esse tal de **Pacto para o Futuro** de que tanto se fala?

E foi com esse ânimo de ter em mãos um exemplar do *Cahiers-Cris* que correu às páginas para entender de que trata essa coisa que ninguém sabe se morde ou deve-se misturar ao caldo de feijão. E pôs-se a ler.

No domingo, dia 22 de setembro, a AGNU adotou por consenso o Pacto para o Futuro. O documento é a mais nova expressão da vontade dos líderes de tirar o multilateralismo da situação abissal em que se encontra. O mundo hoje é muito diferente daquele de 1945, quando a ONU foi criada.

Aquecimento global, mudança de clima, degradação ambiental, ilhas e montanhas de lixo plástico, perda da biodiversidade, desastres naturais mais frequentes e mais intensos – constituem a nova realidade.

Deslocamentos forçados, persistência da fome e aumento da pobreza, inequidades, sucessivas ondas de crises humanitárias – exibem a fragilidade da vida.

Crescente polarização, disseminação do ódio e da violência, desconfianças, xenofobias, racismos, discriminações – espelham crise das sociedades.

Gastos em defesa muitas vezes superiores aos investimentos para o desenvolvimento, guerras e conflitos em escala global, observância seletiva do Direito Internacional, aceitação da elevação do direito de defesa acima do Direito Humanitário Internacional, desprestígio da diplomacia – confirmam a disfuncionalidade do multilateralismo.

Sobre-endividamento de 75 dos países mais pobres do mundo, contração de empréstimos para pagar empréstimos, concentração obscena da riqueza, concessão de

*benefícios fiscais às maiores empresas do mundo e taxas mais que favoráveis às grandes fortunas, obrigam a desinvestimentos na saúde, educação e proteção social. O atestado é claro: **descolamento da realidade do sistema financeiro internacional.***

Esse é, em grandes linhas, o estado do mundo com o qual a ONU tem de se ater, concluiu Lindolfo.

- Duas coisas me parecem evidentes, disse ele em sua voz interna.

- A primeira é que o multilateralismo de 1945 não consegue responder à avalanche de desafios globais. Os instrumentos originais não são os que se precisam para os desafios de hoje, quando os desafios são maiores porque globais.

- A segunda é que o multilateralismo renovado, como pretende o Pacto, reclama, por um lado, uma percepção compartilhada. É crucial que todos compreendam que os riscos e ameaças atingem ao conjunto da população. É também fundamental, por outro, que as soluções propostas sejam consensuais. É preciso que todos empurrem na mesma direção. Consenso na percepção e consenso na solução, portanto. Seria o cúmulo da loucura imaginar que os desafios globais podem ser enfrentados sem consensos.

O Pacto para o futuro pretende resgatar a confiança no multilateralismo, a única forma de organização coletiva que existe capaz de envolver todos no mais ambicioso projeto da história: salvar a humanidade do perigo em que se encontra.

O Pacto para o futuro não surge do vazio. Surge, em realidade, de uma longa cadeia causal de eventos onusianos, entre os quais cabe destacar a Agenda 2030. Como se sabe, a Agenda 2030 são o mapa de caminho de consenso para alcançar o desenvolvimento.

Lindolfo interrompe a leitura para recordar as muitas lições que aprendeu das leituras dos Cadernos-Cris. Lembrou ter lido que a origem da Agenda 2030 remonta à própria criação da ONU, quando as ideias-pilares de paz e segurança internacional, direitos humanos e desenvolvimento pareciam sustentar toda a pesada arquitetura da Organização das Nações Unidas. Três ideias-pilares que se inter-relacionam e se reforçam mutuamente de tal maneira que não se pode ter uma sem as outras duas. Estão presentes em todas as decisões, em todas as resoluções das Nações Unidas porque são o sopro que dá sentido a todo o trabalho realizado com vistas à criação de um mundo melhor.

Lindolfo levanta os olhos e se distrai olhando a formação das nuvens. Em um instante parecem cabeça de cachorro. Em outro, dois braços que se abraçam. Parece um cachimbo que se desfaz em fumaça, em outro instante. De repente, dá-se conta que ao lado, sentou-se alguém. Vira a cabeça e reconhece Marcos Cabral, o velho amigo, crítico e ignorante, com quem divide ideias, cafés, chopes e contravenções, quando não ficam sentados sem dizer nada, olhando o mar besta que se alonga em frente à praia. Tudo os liga, nada os separa, não obstante as diferenças irreconciliáveis. Cumprimentam-se. Lindolfo faz um rápido resumo de sua leitura.

- Agenda 2030?

- Sim

- Li em algum lugar que a maioria dos ODS estão parados ou andam para trás. É verdade?

- Sim

- Por quê?

Lindolfo apressa-se a explicar e pede ao amigo que tenha paciência. A explicação, assegura, pode ser longa e difícil de seguir, mas no final, espera-se, a luz se fará. Marcos está acostumado às explicações ininteligíveis de Lindolfo. Talvez todas as explicações sejam ininteligíveis porque inexplicáveis, mas aceita o desafio que não é global, somente local, dele, aqui e agora.

Lindolfo começa por dizer que o Pacto para o Futuro é documento de 60 páginas, dividido em 5 capítulos: i) desenvolvimento sustentável e financiamento para o desenvolvimento; ii) paz e segurança internacional; iii) ciência, tecnologia, inovação e cooperação digital; iv) juventude e gerações vindouras; v) transformação da governança global – que cada um desses capítulos contém reafirmações de compromissos e propostas de ação.

Marcos se sente desapontado e imagina que a explicação de Lindolfo será semelhante à que alguém faria sobre o conteúdo do velho catálogo telefônico da cidade do Rio de Janeiro. Isto vai ser mortal, pensa. Talvez o melhor a fazer seja levantar-se e sair à francesa. O Lindolfo, às vezes, é chato demais. Talvez ainda dê tempo para pegar onda no Arpoador. Desiste e fica quieto ao ouvir Lindolfo dizer *primeiro comentário-crítico*. Talvez valha a pena ficar. Talvez a luz se faça ao final. Vou ficar! Determina ele ao seu corpo rebelde. E ouve.

- Estamos, como reconhece o Pacto, em um momento de profundas transformações. Os avanços tecnológicos são inegáveis e irão transformar a nossa forma de viver. O que importa aqui é observar como ocorrem esses avanços. Sobre que base ocorrem e a primeira observação que se pode fazer é que os avanços ocorrem em um vazio regulatório. Os avanços não são regulados! É uma loucura! O vazio regulatório é produto da visão neoliberal que tem uma ideia perversa da liberdade, bem do uso e abuso da liberdade de expressão. O caso Elon Musk contra o STF é emblemático. É questionável se as tecnologias digitais podem vir a ser efetivamente regulamentadas, assim como alimentos, medicamentos, brinquedos. É inegável que esse vazio confere aos detentores das tecnologias digitais poder de atuação antes inimaginável. O capitalismo de nuvem está aqui para ficar. Essa é a transformação mais profunda, acontecendo agora, neste mesmo instante. A disputa pela hegemonia mundial se dá em torno à conquista dessas tecnologias.

- Estou entendendo tudo, diz Marcos com incontida sinceridade. Tudo se encaixa como as peças de Lego. Continua.

- Fico feliz que assim seja. Continuemos pois. O Pacto reclama o compromisso inabalável com o Direito Internacional e com a Carta das Nações Unidas

- Como tem que ser

- Sim, mas a primeira observação que cabe fazer é que do ponto de vista dos países que não fazem parte do mundo ocidental, o respeito ao Direito Internacional é meio seletivo.

- Meio?

- Está bem, seletivo. Alguns países devem respeito ao Direito Internacional, sob pena de sanções, enquanto outros podem fazê-lo às claras sem constrangimentos. A impunidade, diz a razão e os nossos professores de direito, mina as bases do Direito Internacional e a própria Carta das Nações Unidas.

- Óbvio!

- Nesse contexto de guerra da Rússia contra a OTAN na Ucrânia...

- Perdão! Não é guerra da Rússia contra a Ucrânia por conta da OTAN?

- Não! É como eu disse. Basta de fazer-nos de bobos com narrativas ridículas. Em todo caso, não parece provável que no quadro da guerra da Rússia contra a OTAN na Ucrânia e a de Israel contra Deus e o Diabo na Terra do Sol, que pode incendiar todo o Oriente Médio – a primeira preocupação seja com o respeito ao Direito Internacional ou ao Direito Humanitário Internacional. As imagens que nos chegam e as notícias que lemos são suficientes para convencer-nos que a prática de genocídio a céu aberto é algo perfeitamente aceitável.

- Ninguém segura o Bibi. É o novo monstro do Doutor Frankenstein!

- Vamos nos concentrar no que nos importa aqui. O Pacto afirma, ademais, que a cooperação internacional, necessária para levar a cabo as transformações, baseia-se no respeito ao Direito Internacional. O problema é que vazios regulatórios das digitais, de que falávamos antes, restringe o alcance do Direito Internacional. Você imagina, meu velho, o que representa a diminuição do alcance do Direito Internacional?

- Claro! Os detentores das tecnologias digitais ficam nas nuvens, acima do aparato regulatório, acima das leis. São como deuses do Olimpo, amorais.

- Exato. Eu já havia dito isso antes. Prova que você está me escutando.

- Que remédio?

- Onde há vazios, não há obrigações.

- *Dixit*

- Terceiro comentário-crítico. O Pacto reafirma que a pobreza, incluindo a pobreza extrema, continua a ser o maior desafio global e que a sua erradicação é crucial para o desenvolvimento sustentável. A eliminação da pobreza é o primeiro ODS. Como as três ideias-pilares das Nações Unidas, os ODS se inter-relacionam e se reforçam mutuamente. Não se pode ter um sem os outros. A conclusão lógica é que a eliminação da pobreza não será possível enquanto os demais ODS não forem alcançados. Pacto e Agenda 2030 se inter-relacionam, não há dúvida. E olha os obstáculos que se interpõem para o êxito da 2030:

i) Não é possível avançar na eliminação da pobreza sem acabar com guerras e conflitos, que é o ODS 16;

ii) Pobreza e conflito se inter-relacionam e se reforçam mutuamente em razão direta. Mais pobreza, mais conflitos;

iii) O lançamento do Pacto coincide com o aumento de gastos com defesa. O volume de gastos com defesa supera em muito o que provavelmente será operacionalizado para a efetivação do Pacto. Alguns dirão que um bla-bla-bla em andamento;

iv) A polarização que se observa na cena internacional é sinal da disfuncionalidade do multilateralismo, a única ferramenta que existe para a solução dos desafios globais. Como, então, avançar com o Pacto com essas divisões?

v) A polarização é filha da luta pela hegemonia, que se exerce sem travas, ou seja, à margem do Direito Internacional, como é lógico. Em volta ao buraco não existe beira, como dizia o velho Ariano Suassuna;

vi) Descolamento da realidade do sistema financeiro internacional. Se 1% da população mundial controla 45% dos recursos do planeta, então algo está profundamente errado. Em algum ponto, o sistema financeiro descolou-se da realidade.

- Como eu disse antes, as tuas explicações explicativas parecem claras como água turva.

- Não começa que eu estou acabando.

- Segue

- Quarto-comentário crítico. O Pacto **reconhece** que para proteger as gerações vindouras do flagelo das guerras é preciso guiar-se pelo Direito Internacional e pela Carta, intensificando o uso da diplomacia, resolvendo as diferenças de maneira pacífica, respeitando soberanias, integridade territorial e o direito à autodeterminação, reforçando a prestação de contas e acabando com a impunidade.

- Esse reconhecimento do Pacto soa a confissão. Reconhece porque nada disso foi feito. Não há Direito Internacional, não há diplomacia, não há solução pacífica de controvérsias etc.

- Exato. É um pouco absurdo, sim. Mas é um pouco pior. Esse reconhecimento revela que o funcionamento do multilateralismo até agora guiou-se por uma falta de moral. Não obrigações onde há vazios, havíamos dito.

- Como então confiar em um multilateralismo desprovido de moral?

- Quinto comentário-crítico. O Pacto reconhece que os esforços para vencer as injustiças, reduzir as inequidades, criar sociedade justas e inclusivas – não podem ter êxito sem o reconhecimento e o respeito dos direitos humanos.

- Mas isso é como voltar ao ponto de origem. O Pacto depende da 2030, e esta, por sua vez, de toda a arquitetura dos Direitos Humanos, que conduzem ao desenvolvimento e à paz e a segurança.

- Os Direitos Humanos constituem a ideia mais inovadora, mais revolucionária do multilateralismo do século XX. Infelizmente essa ideia não obteve tração suficiente. Continua a patinar.

- Acabou? Isso é tudo?

- Bem o pacto tem dois anexos: um sobre acordo digital global e outro sobre gerações vindouras...

- Nada sobre saúde?

- Nada. É um absurdo, reconheço, sobretudo depois da pandemia da Covid-19 e das mortes que chegam a milhões.

- É um absurdo mesmo. Ninguém mais se lembra.

- Li que um eminente Doutor da Fiocruz chamou a atenção para esse vazio incompreensível. Graças às gestões realizadas, foi possível incluir a menção à saúde no discurso que o Pr faria, horas depois, por ocasião do lançamento do Pacto. Ninguém mais fez alusão à saúde. Somente esse fato é suficiente para enfraquecer todos os compromissos feitos naquela ocasião. Não se pode ter um sem o outro. Tudo se inter-relaciona e se reforça mutuamente.

- Conclusão?

- O Pacto para o Futuro é mais uma reafirmação da necessidade de cumprir o propósito da ONU, que é proteger as gerações vindouras do flagelo das guerras mediante a promoção da paz e da segurança, o reconhecimento e o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável. Essa é a missão da ONU. Missão impedida pela luta pela hegemonia de seus membros, que atuam em um *weaponized world*, que em português seria algo assim como mundo *armamentizado*. O neologismo *weaponize armamentiza* praticamente tudo: conceitos, comportamentos, relações e por aí vai.

- As explosões dos *paggers* poderia ser um exemplo de *weaponization*.

- Sim

- Não há limites para o que pode ser *weaponized*. As decisões da ONU podem ser armamentizadas. Por que, então, não dissolver as Nações Unidas e seguir em frente?

- As Nações Unidas são como um ônibus, com passageiros sentados e um motorista. Ônibus normal, corrente. Cada Estado membro é um passageiro que ocupa um assento. O motorista é o Secretário-Geral. O ônibus segue a agenda, aqueles mais de 170 pontos e se dirige a cada um dos compromissos acordados.

- Interessante. E o que acontece?

- Do lado do motorista há um outro assento ocupado por uma camarada chato, que pisa no freio, faz redução de marcha, pega no volante e gira para a direita, para a esquerda dá cavalo de pau – tudo isso para grande irritação e frustração dos demais passageiros.

- Entendi. O que se pode fazer?

- Conduzir o senhor chato para o seu assento atrás, junto aos demais passageiros.

- Só isso?

- E colocar um aviso acima da cabine do motorista com as seguintes palavras: **NÃO FALE COM O MOTORISTA!**

Como frear a loucura furiosa do Ocidente¹

Jeffrey D. Sachs

Entre tantas crises planetárias, uma é a determinante: a obsessão das potências eurocêntricas em manter sua supremacia a qualquer custo. Um esforço da ONU tenta criar alternativas. Quais são? Que força política poderá torná-las reais? (Outras Palavras, 2/10/2024)

Estamos em uma nova fase da história humana devido à confluência de três tendências inter-relacionadas. Primeiro, e mais importante, o sistema mundial liderado pelo [Ocidente](#), no qual os países da região do Atlântico Norte dominam o mundo militar, econômica e financeiramente, chegou ao fim. Em segundo lugar, a crise ecológica global, marcada pela mudança climática induzida pelo homem, pela destruição da biodiversidade e pela poluição maciça do meio ambiente, levará a mudanças fundamentais na economia e na governança mundiais. Em terceiro lugar, o rápido avanço das tecnologias em vários domínios – inteligência artificial, computação, biotecnologia, geoengenharia – perturbará profundamente a economia e a política mundiais.

Esses desenvolvimentos interconectados – geopolíticos, ambientais e tecnológicos – estão alimentando enormes incertezas, deslocamentos sociais, crises políticas e guerras abertas. Para lidar com esses desenvolvimentos cruciais, o secretário-geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, convocou uma Cúpula do Futuro (SOTF, na sigla em inglês, realizada em 22 e 23 de setembro de 2024 na sede da ONU em Nova York) para reformar nossas instituições internacionais de modo que elas sejam adequadas ao propósito de nosso mundo em rápida mudança. Como a paz global depende mais do que nunca da eficácia da ONU e do direito internacional, a SOTF deve ser um divisor de águas na governança global, mesmo que não faça mais do que apontar o caminho para mais negociações e deliberações nos anos imediatamente futuros.

Nossas instituições existentes, tanto nacionais quanto internacionais, certamente não estão à altura da tarefa de governança em nosso mundo em rápida transformação. O grande biólogo evolucionista Edward O. Wilson, já falecido, muitas vezes descreveu nossa situação da seguinte forma: “Entramos no século XXI com emoções da Idade da Pedra, instituições medievais e tecnologias quase divinas”. Com isso, ele quis dizer que enfrentamos nossos desafios hoje com a natureza humana cognitiva e emocional básica que foi formada pela evolução humana há dezenas de milhares de anos, com instituições políticas forjadas há séculos

¹ Artigo publicado originalmente em *Brave New Europe* ([Jeffrey Sachs - Além da Hegemonia - Admirável Europa Nova \(braveneweuropa.com\)](#)), em 29/09/2024; republicado em *Outras Palavras* (<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/sachs-como-frear-loucura-furiosa-do-ocidente/>) em 2/10/2024, com tradução de Glauco Faria

(a Constituição dos EUA foi redigida em 1787) e com a velocidade da luz do avanço tecnológico (pense no ChatGPT como a última maravilha).

Talvez o fato mais básico de uma mudança social profunda seja a incerteza, e a reação mais básica à incerteza é o medo. Na verdade, os avanços tecnológicos – se usados corretamente – poderiam resolver inúmeros problemas de desenvolvimento econômico, justiça social (por exemplo, melhor acesso à saúde e à educação por meio da conectividade digital) e sustentabilidade ambiental (por exemplo, uma rápida transição para fontes de energia com zero carbono). No entanto, o clima atual não é nada otimista, especialmente no Ocidente. Há guerras abertas entre os Estados Unidos e a Rússia na Ucrânia e entre Israel, apoiado pelos EUA, e a Palestina. A possibilidade de guerra entre os Estados Unidos e a China é ampla, aberta e até casualmente discutida em Washington, embora essa guerra possa significar o fim da própria civilização. Na raiz desses conflitos está o medo, construído com base em nossas emoções da Idade da Pedra.

O maior medo de todos é o de muitos líderes políticos americanos e europeus de que o Ocidente esteja perdendo sua hegemonia após séculos e que, de alguma forma, a perda da hegemonia terá consequências catastróficas. O ex-primeiro-ministro do Reino Unido Boris Johnson explicitou esse medo ocidental em uma coluna de abril de 2024 para o *Daily Mail* do Reino Unido, quando declarou que, se o Ocidente perder a guerra na Ucrânia, “será o fim da hegemonia ocidental”.

É aí que reside a essência da guerra da Ucrânia e de muitos outros conflitos globais. Os Estados Unidos e seus aliados querem expandir a OTAN para a Ucrânia. A Rússia disse firmemente que não. Tanto Washington quanto Londres estavam prontos para travar uma guerra com a Rússia por causa da ampliação da OTAN para proteger a hegemonia ocidental (especificamente, o direito de ditar acordos de segurança para a Rússia), enquanto a Rússia estava pronta para travar uma guerra para manter a OTAN afastada. Na verdade, a Rússia está prevalecendo no campo de batalha sobre o exército da Ucrânia e os armamentos da OTAN. Isso não é surpreendente. O que talvez seja surpreendente é como o Ocidente subestimou completamente as capacidades da Rússia.

Em termos gerais, com a mudança da ordem global, incluindo a ascensão da China e do restante da Ásia Oriental, a força militar e tecnológica da Rússia, o rápido desenvolvimento da Índia e a crescente unidade da África, o mundo dominado pelo Ocidente chegou ao fim, não por um colapso tumultuado do Ocidente, mas pelo crescente poder econômico, tecnológico e, portanto, militar do restante do planeta. Em princípio, o Ocidente não tem motivos para temer a ascensão do resto, pois os Estados Unidos e a Europa ainda mantêm uma dissuasão esmagadora, incluindo a dissuasão nuclear, contra qualquer ameaça militar externa. O Ocidente está lamentando sua perda de status relativo – a capacidade de ditar aos outros – e não qualquer insegurança militar real.

Nada vai restaurar a hegemonia ocidental nos próximos anos – nenhuma vitória militar, avanço tecnológico ou alavancagem econômica. A ascensão de capacidades militares, tecnológicas, econômicas e financeiras avançadas na Ásia e em outros continentes é imparável (e, é claro, não deve ser interrompida, pois significa um mundo mais justo e próspero do que o mundo dominado pelo Ocidente). No entanto, o fim da hegemonia ocidental não significa uma nova hegemonia chinesa, indiana ou asiática. Há simplesmente um número excessivo de centros de poder – os Estados Unidos, a UE, a China, a Rússia, a Índia, a União Africana etc. – e muita capacidade e diversidade para permitir que qualquer outro hegemônista substitua a ordem

mundial liderada pelo Ocidente. Chegamos, após séculos de domínio ocidental, a um mundo além da hegemonia.

Esse novo mundo, além da hegemonia, deve ser o ponto de partida para a Cúpula do Futuro. Os Estados Unidos, o Reino Unido e a UE devem comparecer à Cúpula não em uma tentativa vã de sustentar sua hegemonia (como fantasia Boris Johnson) ou, de forma equivalente, para proteger a autodeclarada “ordem baseada em regras” dos Estados Unidos – uma expressão vazia que prevê que as regras sejam determinadas apenas pelos Estados Unidos. Eles devem vir como parte de um novo mundo multipolar que busca soluções para os profundos desafios ecológicos, tecnológicos, econômicos e outros. A nova ordem deve se basear no multilateralismo e no direito internacional sob uma Carta da ONU adequadamente reformada.

Como presidente da *Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU* (SDSN, sigla em inglês de UN Sustainable Development Solutions Network) – uma rede mundial de mais de 2 mil universidades e grupos de reflexão dedicados ao desenvolvimento sustentável em geral e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU especificamente – tenho a oportunidade de discutir o futuro da humanidade com líderes universitários, cientistas, tecnólogos, formuladores de políticas e políticos de todo o mundo, com o objetivo de vislumbrar um futuro próspero, justo, sustentável e pacífico para todo o mundo, não para um Ocidente privilegiado ou qualquer outra pequena parte do mundo. Com base nessas amplas discussões, a SDSN emitiu uma Declaração sobre a Cúpula do Futuro, respondendo aos cinco principais “Capítulos” para a tomada de decisões na Cúpula: (1) alcançar o desenvolvimento sustentável; (2) garantir a paz global; (3) governar as tecnologias de ponta; (4) educar os jovens para o nosso novo mundo; e (5) reformar as instituições da ONU para torná-las adequadas ao equilíbrio pós-hegemônico do século XXI.

Aqui está um resumo das principais recomendações da SDSN.

Alcançando o desenvolvimento sustentável

1.1 A Agenda dos ODS deve continuar sendo o núcleo da cooperação global até 2050

Os ODSs [*Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*] foram inicialmente definidos para o período de quinze anos entre 2016 e 2030, seguindo o período de quinze anos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Está claro que os ODSs não serão alcançados no prazo original. Pedimos encarecidamente que a SOTF reconheça o papel central dos ODSs no alinhamento das políticas nacionais, regionais e globais e se comprometa com a estrutura dos ODSs até 2050, de modo a reforçar os esforços já em andamento e reconhecer o horizonte de tempo necessário para reorientar a economia mundial para o desenvolvimento sustentável. O novo horizonte de 2050 não significa um abrandamento dos esforços. Ao contrário, significa um melhor planejamento de longo prazo para atingir metas e marcos altamente ambiciosos até 2050.

1.2 A agenda do Desenvolvimento Sustentável deve ser financiada adequadamente

Todas as evidências desenvolvidas pelo meio acadêmico, pelo sistema de Bretton Woods e pelas instituições da ONU são de que ainda há um enorme déficit no ritmo dos investimentos necessários para que as nações mais pobres alcancem os ODSs. A fim de mobilizar os fluxos de investimento necessários para o capital humano e de infraestrutura, a arquitetura financeira global deve ser reformada e adaptada ao desenvolvimento sustentável. O principal objetivo é garantir que os países mais pobres tenham financiamento adequado, tanto de fontes

internas quanto externas, e com qualidade suficiente em termos de custo de capital e vencimento dos empréstimos, para ampliar os investimentos necessários para atingir os ODSs.

1.3 Os países e as regiões devem produzir estratégias de desenvolvimento sustentável de médio prazo

O desenvolvimento sustentável em geral e os ODSs especificamente exigem planos de investimento público de longo prazo, caminhos de transformação e uma orientação de missão para fornecer os bens e serviços públicos necessários para atingir os ODSs. Para isso, todas as nações e regiões precisam de estratégias de médio prazo para alcançar os ODSs. Essas estratégias, com um horizonte até o ano de 2050 e, em alguns casos, além, devem fornecer uma estrutura integrada para investimentos locais, nacionais e regionais para alcançar os ODSs e para as transformações tecnológicas necessárias para alcançar sociedades verdes, digitais e inclusivas.

Alcançando a paz e a segurança internacionais

2.1 Os princípios fundamentais de não-intervenção devem ser reforçados e ampliados

A maior ameaça à paz global é a interferência de uma nação nos assuntos internos de outra nação contra a letra e o espírito da Carta das Nações Unidas. Essa interferência, na forma de guerras, coerção militar, operações secretas de mudança de regime, guerra cibernética, guerra de informações, manipulação e financiamento político e medidas coercitivas unilaterais (financeiras, econômicas, comerciais e tecnológicas), todas violam a Carta da ONU e geram tensões internacionais, violência, conflitos e incontáveis guerras.

Por esse motivo, os Estados membros da ONU devem decidir acabar com as medidas ilegais de intervenção de qualquer nação (ou grupo de nações) nos assuntos internos de outra nação ou grupo de nações. Os princípios de não-intervenção, consagrados na Carta da ONU, nas Resoluções da Assembleia Geral da ONU e na lei internacional, devem ser reforçados da seguinte forma.

Primeiro, nenhuma nação deve interferir na política de qualquer outro país por meio de financiamento ou outro tipo de apoio a partidos políticos, movimentos ou candidatos.

Segundo, nem uma nação ou grupo de nações deve adotar medidas coercitivas unilaterais, conforme reconhecido repetidamente pela Assembleia Geral da ONU.

Terceiro, em um mundo que opera sob a Carta da ONU, não há necessidade de as nações estacionarem permanentemente forças militares em países estrangeiros, a não ser em função das decisões do Conselho de Segurança da ONU. As bases militares existentes no exterior devem ser reduzidas drasticamente em número, com o objetivo de reduzir gradualmente e eliminar as bases militares no exterior ao longo dos próximos 20 anos.

2.2 O Conselho de Segurança e outras agências da ONU devem ser fortalecidos para manter a paz e sustentar a segurança dos seus Estados membros

O Conselho de Segurança da ONU deve ser reformado, ampliado e capacitado para manter a paz de acordo com a Carta da ONU. A reforma da estrutura do Conselho de Segurança da ONU está descrita na Seção 5 abaixo. Aqui, enfatizamos o aumento do poder e das ferramentas do Conselho de Segurança da ONU, incluindo a votação por supermaioria dentro do Conselho de Segurança para superar o veto de um membro; o poder de proibir o fluxo internacional de armas para zonas de conflito; serviços reforçados de mediação e arbitragem; e

maior financiamento de operações de construção da paz, especialmente em ambientes de baixa renda.

Além do Conselho de Segurança, outros instrumentos importantes da manutenção da paz global, dos direitos humanos e do direito internacional devem ser fortalecidos. Isso inclui a autoridade e a independência da Corte Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional, a funcionalidade e o apoio à assistência humanitária baseada na ONU, especialmente em zonas de guerra, e o papel do Conselho de Direitos Humanos da ONU na defesa e promoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

2.3 As potências nucleares devem retornar ao processo de desarmamento nuclear

O maior perigo para a sobrevivência global continua sendo a guerra termonuclear. A esse respeito, as dez nações com armas nucleares têm a responsabilidade urgente de cumprir o mandato do Tratado de Não Proliferação (TNP), de acordo com o Artigo VI, de “buscar negociações de boa-fé sobre medidas eficazes relacionadas à cessação da corrida armamentista nuclear em uma data próxima e ao desarmamento nuclear, e sobre um tratado de desarmamento geral e completo sob controle internacional estrito e eficaz”. Todas as nações, e especialmente as potências nucleares, devem ratificar e cumprir o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares de 2017.

Governança de tecnologias de ponta

3.1 Aprimorar a governança multilateral dos riscos tecnológicos

O mundo está experimentando avanços sem precedentes no poder, na sofisticação e nos riscos das tecnologias avançadas em uma série de ciências, tecnologias e aplicações. Entre elas estão a biotecnologia, incluindo a capacidade de aprimorar patógenos e criar novas formas de vida; a inteligência artificial, incluindo o potencial de vigilância generalizada, espionagem, dependência, armas autônomas, falsificações profundas e guerra cibernética; as armas nucleares, notadamente o surgimento de armas ainda mais poderosas e destrutivas e sua implantação fora dos controles internacionais; e a geoengenharia, por exemplo, propostas para alterar a composição química da atmosfera e dos oceanos ou para desviar a radiação solar, em resposta à mudança climática antropogênica.

Pedimos à Assembleia Geral da ONU que estabeleça processos urgentes de supervisão global de cada classe de tecnologias de ponta, incluindo mandatos para que as agências relevantes da ONU apresentem relatórios anuais à Assembleia Geral sobre esses desenvolvimentos tecnológicos, incluindo suas possíveis ameaças e requisitos de supervisão regulatória.

3.2 Acesso universal a tecnologias vitais

No espírito da Seção 3.1, também pedimos à Assembleia Geral da ONU que estabeleça e apoie centros globais e regionais de excelência, treinamento e produção para garantir que todas as partes do mundo tenham o poder de participar da pesquisa e do desenvolvimento, da produção e da supervisão regulatória de tecnologias avançadas que realmente apoiem o desenvolvimento sustentável (em vez da hipermilitarização). As universidades de todas as regiões do mundo devem treinar e nutrir a próxima geração de engenheiros e cientistas excepcionais necessários para impulsionar o desenvolvimento sustentável, com experiência em transformações estruturais em energia, indústria, agricultura e ambiente construído. A África,

em particular, deve receber apoio para construir universidades de classe mundial nos próximos anos.

3.3 Acesso universal a capacidades e plataformas de P&D

Mais do que nunca, precisamos de ciência aberta para os cientistas dos países e regiões mais pobres, incluindo o acesso universal e gratuito a publicações científicas e técnicas, para garantir o acesso justo e inclusivo ao conhecimento tecnológico avançado e à especialização que moldarão a economia e a sociedade globais no século XXI.

Educando os jovens para o desenvolvimento sustentável

Convidamos a Cúpula do Futuro a priorizar o acesso de todas as crianças do planeta aos investimentos essenciais em seu capital humano e a criar novas modalidades de financiamento global de longo prazo para garantir que o direito humano de todas as crianças à educação primária e secundária de qualidade, à nutrição e à saúde seja cumprido até 2030.

4.2 Educação universal para o desenvolvimento sustentável e a cidadania global (Paideia).

Ao adotar os ODSs, os Estados membros da ONU reconheceram sabiamente a necessidade de educar as crianças do mundo para os desafios do desenvolvimento sustentável. Eles fizeram isso ao adotar a Meta 4.7 das SDGs:

“4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”

A meta 4.7 é, de fato, o chamado para uma paideia do século XXI, o antigo conceito grego de conhecimento, virtudes e habilidades essenciais que devem ser alcançados por todos os cidadãos da Polis. Hoje, temos uma polis global – uma cidadania global – que deve estar equipada para fomentar e promover os valores do desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos humanos em todo o mundo. Solicitamos à Cúpula do Futuro que reforce a Meta 4.7 e a concretize na educação para o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Isso inclui não apenas um currículo atualizado e melhorado em todos os níveis de ensino, mas também treinamento em todas as etapas do ciclo de vida nas habilidades técnicas e éticas necessárias para uma economia verde, digital e sustentável em um mundo interconectado.

4.3 Conselho de Jovens e Gerações Futuras

O empoderamento dos jovens, por meio de treinamento, educação, orientação e participação em deliberações públicas, pode promover uma nova geração comprometida com o desenvolvimento sustentável, a paz e a cooperação global. Um novo Conselho da Juventude e das Gerações Futuras da ONU pode fortalecer as atividades das Nações Unidas no treinamento e na capacitação de jovens e pode fornecer uma voz global vital da juventude para os complexos desafios atuais.

Transformando a governança global sob a Carta da ONU

5.1 Deveria ser estabelecida uma Assembleia Parlamentar da ONU.

Em todo o mundo, a sociedade civil, os acadêmicos e os cidadãos pediram o fortalecimento das instituições globais por meio do estabelecimento da representação de “Nós, os Povos” na ONU. Propomos, como primeira instância, estabelecer uma “Assembleia Parlamentar da ONU” como órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU, de acordo com o Artigo XXII da Carta da ONU (“A Assembleia Geral pode estabelecer os órgãos subsidiários que julgar necessários para o desempenho de suas funções.”). A nova Assembleia Parlamentar da ONU seria constituída por membros representativos dos parlamentos nacionais, segundo os princípios de representação estabelecidos pela Assembleia Geral da ONU.

5.2 Outros órgãos subsidiários da ONU devem ser estabelecidos.

Invocando os poderes previstos no Artigo XXII, a Assembleia Geral das Nações Unidas deve estabelecer novas câmaras subsidiárias conforme necessário para apoiar os processos de desenvolvimento sustentável e a representatividade das instituições da ONU. As novas câmaras podem incluir, entre outras coisas

Um Conselho das Regiões para permitir a representação de órgãos regionais como a ASEAN, a UE, a União Africana, a União Econômica Eurasiática e outros; Um Conselho das Cidades para permitir a representação de cidades e outras jurisdições subnacionais; Um Conselho de Povos Indígenas para representar os cerca de 400 milhões de povos indígenas do mundo; Um Conselho de Cultura, Religião e Civilização para promover uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e apreciação pela diversidade cultural, religião e civilizações; Um Conselho de Jovens e Gerações Futuras para representar as necessidades e aspirações dos jovens de hoje e das gerações futuras (consulte a Seção 4.3 acima); Um Conselho sobre o Antropoceno para apoiar e aprimorar o trabalho das agências da ONU no cumprimento das metas dos Acordos Ambientais Multilaterais (incluindo o Acordo Climático de Paris e a Estrutura de Biodiversidade Global de Kunming-Montreal) e os objetivos ambientais das Metas de Desenvolvimento Sustentável.

5.3 O Conselho de Segurança da ONU deve ser reformado em seus membros e poderes

Pedimos ao Conselho de Segurança da ONU e à Assembleia Geral da ONU que adotem reformas urgentemente necessárias na estrutura e nos processos do Conselho de Segurança. Essas reformas devem incluir: (1) a inclusão da Índia como membro permanente, considerando que a Índia representa nada menos que 18% da humanidade, a terceira maior economia do mundo em paridade de poder de compra e outros atributos que significam o alcance global da Índia em economia, tecnologia e assuntos geopolíticos; (2) a adoção de procedimentos para anular um veto por uma supermaioria (talvez de três quartos dos votos); (3) uma expansão e reequilíbrio do total de assentos para garantir que todas as regiões do mundo sejam mais bem representadas em relação às suas parcelas populacionais; e (4) a adoção de novas ferramentas para lidar com ameaças à paz, conforme descrito na Seção 2. 2.

Reflexão e reconsideração

O princípio mais fundamental de nosso novo sistema mundial deve ser o respeito mútuo entre as nações. O mundo enfrenta desafios profundos e sem precedentes – destruição ambiental, instabilidade política generalizada, armamento de tecnologias de ponta e o aumento dramático das desigualdades de riqueza e poder – que só podem ser enfrentados por meio da cooperação pacífica entre as nações. No entanto, apesar da urgência da cooperação, estamos caminhando para uma guerra mais ampla.

A ONU é um trabalho em andamento. É a criação de um mundo muito diferente, que foi dominado pelos Estados Unidos no período intermediário após a Segunda Guerra Mundial. Aos 79 anos de idade, a ONU ainda é uma criança no antigo desafio da boa governança e da política internacional. Em um mundo repleto de armamentos cada vez mais poderosos, especialmente armamentos nucleares, resolver o desafio da cooperação pacífica é o desafio mais vital de todos.

A Cúpula do Futuro é, portanto, um momento fundamental para reflexão e reconsideração sobre como governar nosso novo mundo multipolar, em um momento de desafios sem precedentes enfrentados pela humanidade. Os desafios do mundo certamente não serão resolvidos na conferência de setembro, mas a Cúpula do Futuro pode, no entanto, marcar um ponto de partida vital para uma nova governança global em que todas as regiões do mundo contribuam de forma cooperativa para o bem comum global.

Guerras, paz, eleições e democracia

Paulo M. Buss

Este Caderno de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS continua no seu intenso engajamento pela **paz mundial**, pela cessação total dos aterradores e letais **conflitos militares** mundo afora, que ceifam vidas, destroem lares, estabelecimentos de saúde e hospitais e outras infraestruturas vitais para a vida humana. Proclamamos nossa **índole e postura pacifistas**, contra todas as formas de violência e em prol, sempre, da manutenção da vida, com qualidade. Por esta razão, e pelo impacto sobre a vida e o bem-estar humanos, e sobre o meio ambiente e a qualidade da vida social, decidimos trazer, sempre que possível e necessário – como na atual conjuntura – informações e análises sobre as **guerras** que assolam o mundo, com um chamado ao engajamento dos leitores aos movimentos pacifistas globais.

Também continuaremos a abordar as **eleições**, por acreditarmos na **democracia**, analisando os processos eleitorais em curso, e os impactos socioeconômicos, ambientais e particularmente sanitários deles resultantes.

Paz e democracia são valores que orientam a Fiocruz e, por conseguinte, seu Centro de Relações Internacionais em Saúde e estes Cadernos.

As guerras

Oriente Médio

Lamentavelmente não é mais possível reduzir o conflito no Oriente Médio ao brutal massacre de Gaza. Nunca o esquecer, jamais! Mas nestas duas últimas semanas materializou-se o imenso temor da generalização da guerra na região.

7 de outubro é um dia muito triste, pois recorda-nos o ataque do Hamas ao norte de Israel, que deixou cerca de 1.100 mortos e capturou mais de 200 reféns, alguns resgatados, outros mortos e outros ainda em mãos dos seus captores, não se sabe se vivos ou mortos. O processo desencadeado desde então deixou mais de 42 mil palestinos mortos em Gaza e Cisjordânia, enquanto a guerra escalou a níveis mais ameaçadores e letais do que nunca, com a entrada de novos atores. Que seja um dia para lembrar, lamentar e chorar todos estes mártires da insensatez humana, além daqueles que ficaram para sempre sequelados física e mentalmente. E, como pacifistas e defensores da vida, expressar o intenso desejo de que o mundo e as partes envolvidas encontrem caminhos que cessem definitivamente este imenso sofrimento humano que assistimos estarecidos.

Para não esquecer Gaza, traduzimos e reproduzimos ao final deste artigo a pungente mensagem recebida do médico palestino da Cisjordânia, dr. Mustafa Barghouti, que já participou como painalista de dois seminários do CRIS sobre ‘saúde como ponte para a paz’, realizados em 2023 e 2024.

O governo brasileiro emitiu nota por meio do MRE sobre o 7 de outubro (ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/um-ano-dos-ataques-terroristas-do-hamas).

Chorávamos por Gaza, Cisjordânia e todo o povo palestino. Choramos agora também pelo Líbano querido e pelas vítimas da loucura da guerra em Israel. Parece que a humanidade morreu em Gaza. Mas o que restará de todas aquelas terras que foram berço de civilizações? Berço de uma parte importantíssima da história da humanidade?

O mundo acompanha, com imensa preocupação, as operações militares terrestres do exército de Israel no sul do Líbano, em violação ao direito internacional, à Carta da ONU e a resoluções do Conselho de Segurança, assim como o respeito à soberania e à integridade territorial do Líbano. É deplorável a continuidade dos ataques aéreos israelenses a várias regiões do país, inclusive à densamente povoada capital, Beirute, que provocaram a morte de mais de 2 mil pessoas, incluindo 2 adolescentes brasileiros e seus pais, assim como um saldo de dezenas de milhares de feridos. Um terço da população já está deslocada de suas origens por ordem das tropas invasoras e sua força aérea.

O Líbano e a Cisjordânia caminham para ser uma 'quase' Gaza, isto é, territórios devastados, com populações de refugiados vagando pelo território e sofrendo intensos e constantes bombardeios aéreos?

Há que recordar aqui a necessidade de um comportamento ético e político por parte de Israel, com o cumprimento da Resolução 1701 (2006) do Conselho de Segurança da ONU, em particular, o chamado à completa cessação de hostilidades entre Israel e o Hezbollah e ao respeito à Linha Azul. A comunidade internacional deve invocar todos os instrumentos diplomáticos à disposição a fim de conter o agravamento do conflito.

Por outro lado, acirra o conflito e afasta a perspectiva de paz o lançamento de cerca de 200 mísseis pelo Irã contra o território israelense, quando o que se desejaria é que todas as partes envolvidas exerçam máxima contenção. A imediata ameaça de retaliação feita por Netanyahu e a resposta do aitolá Ali Khamenei colocam as duas maiores forças militares da região a um passo do confronto total.

O Irã convoca a todos os muçulmanos a se unir contra o Israel, o "inimigo comum", como rotula o aitolá Khamenei, sinalizando para uma ampliação da guerra envolvendo múltiplos países. Israel pede a retirada dos capacetes azuis do sul do Líbano, afirmando que não garante a segurança deles, mas as Nações Unidas rechaçam a petição. Cisjordânia sofre o maior ataque dos últimos 24 anos que matou dezenas palestinos e deixou centenas de feridos.

Biden tenta convencer Bibi Netanyahu a não bombardear nem as supostas instalações atômicas iranianas, nem os campos e as refinarias de petróleo, pelas terríveis consequências que podem produzir.

É urgente um amplo cessar-fogo em todo o Oriente Médio, para o que a comunidade internacional deveria utilizar todos os instrumentos diplomáticos à disposição. Já há mortes, feridos e sequelados em números dolorosamente elevados.

Aplaudimos o governo brasileiro, que vem procurando cumprir seu papel de *proteção aos brasileiros no território libanês, com orientações e com voos de repatriação*, iniciados em 4 de outubro, assim como em Israel. Acrescente-se que o governo brasileiro indicou o Ministro João Marcelo Queiroz Soares para exercer o cargo de *Chefe do Escritório de Representação do Brasil no Estado da Palestina*, que lhe concedeu a devida anuência. O diplomata é atual Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Abuja, tratando-se de sua primeira designação para chefia de posto no exterior.

O governo brasileiro vem doando ao Líbano insumos estratégicos em saúde, em razão da emergência vivida pela população daquele país. A doação de 20 mil seringas com agulhas e 4 mil agulhas individuais saíram do Brasil no domingo, dia 6/10, da Base Aérea de São Paulo, em voo de repatriação da FAB. A operação foi coordenada pelo Ministério da Saúde em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do MRE. Outros bens emergenciais devem ser doados nos próximos dias. A doação atende a demanda apresentada pela Embaixada do Líbano em Brasília, no dia 23 de setembro. A cooperação humanitária internacional do Brasil acontece com base nos estoques do SUS, administrados pelo Ministério da Saúde. As doações são realizadas após análise técnica que assegura não haver risco de comprometimento do abastecimento nacional no âmbito do SUS.

De outro lado, lamentamos e condenamos a decisão do governo de Israel, anunciada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Israel Katz, de declarar o secretário-Geral das Nações Unidas, *António Guterres*, como “*persona non grata*”. Tal ato prejudica fortemente os esforços da ONU em favor de um cessar-fogo imediato no Oriente Médio, da libertação imediata e incondicional de todos os reféns e de um processo que permita a concretização da solução de dois Estados, com um Estado da Palestina independente e viável convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro das fronteiras de 1967, o que inclui a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital.

O ataque do governo de Israel a uma Organização que foi constituída para salvar a humanidade do flagelo e atrocidades da II Guerra Mundial e para proteger os direitos humanos fundamentais e a dignidade da pessoa humana não contribui para a paz e o bem-estar das populações israelense e palestina e afasta a região de uma solução pacífica.

Ao manifestar solidariedade ao SG António Guterres, reafirmamos a importância das Nações Unidas, notadamente de sua Assembleia Geral e de seu Conselho de Segurança, nos esforços pelo cessar-fogo e por uma solução de dois Estados.

Ucrânia

Por iniciativa de Brasil e China, foi realizada *Reunião de Alto Nível de Países do Sul Global sobre o Conflito na Ucrânia*, em 27/9, em Nova York, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. O encontro foi co-presidido pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Mauro Vieira, o Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, Embaixador Celso Amorim, e o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi. Participaram 16 chanceleres ou representantes de alto nível de países do Sul Global que buscam uma solução pacífica para o conflito na Ucrânia.

Em comunicado conjunto, África do Sul, Argélia, Bolívia, Brasil, Cazaquistão, China, Colômbia, Egito, Indonésia, México, Quênia, Turquia e Zâmbia manifestaram preocupação com o conflito na Ucrânia e com os sérios riscos de escalada. Reiteraram, em especial, a centralidade de respeito aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, inclusive o pleno respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados.

Ao destacar a importância de soluções pacíficas para conflitos internacionais, os signatários chamaram as partes do conflito a observar princípios para uma desescalada e destacaram a importância de não expandir o campo de batalha e não intensificar os combates. Reiteraram a necessidade de respeito à soberania e à integridade territorial dos países. Anunciaram, além disso, a criação do “*Grupo de Amigos da Paz*” entre Representantes

Permanentes daqueles países junto às Nações Unidas, que manterão contatos regulares para apoiar esforços globais em favor da paz duradoura.

O Brasil reiterou seu compromisso com os princípios da paz, do diálogo e do respeito ao direito internacional. Sublinhou o interesse brasileiro de apoiar o diálogo e a negociação entre as partes e lembrou que solução abrangente e sustentável para o conflito terá de basear-se na diplomacia e estar fundamentada nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

A íntegra do comunicado conjunto encontra-se em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/criacao-do-201cgrupo-de-amigos-da-paz201d-durante-reuniao-de-alto-nivel-de-paises-do-sul-global-sobre-o-conflito-na-ucrania

A *Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)*, aliança militar ocidental do Norte, reunindo Estados Unidos, Canadá e todos os países europeus traz *mudanças na Secretaria Geral* na última semana de setembro, com a saída do norueguês *Jens Stoltenberg* e a posse do ex-primeiro-ministro dos Países Baixos, *Mark Rutte*. Segundo analistas, dificilmente conseguirá impor mudanças substanciais na aliança, continuando, portanto, as ameaças de alargamento do conflito e o aliciamento de novos países europeus para a organização. No comando da Otan, o holandês liderará uma burocracia civil avessa a riscos, na qual o poder real recai, em última instância, sobre os países da aliança, especialmente os Estados Unidos.

Sudão

A guerra civil no Sudão, como já noticiamos diversas vezes, está em curso há mais de um ano e é considerada uma das piores catástrofes humanitárias da atualidade. O conflito entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as Forças Paramilitares de Apoio Rápido (RSF) tem causado uma série de problemas, incluindo a morte de milhares de pessoas, o deslocamento forçado de milhões de pessoas; fome severa e inanição de milhares de pessoas em diversas áreas do país, com bloqueio de alimentos sendo usado como arma de guerra; surto de cólera; violações dos direitos humanos, como estupro e outras atrocidades; recrutamento e uso de crianças como soldados, entre outras barbáries.

O Sudão tem enfrentado guerras civis de forma intermitente desde a sua independência, em 1956. O atual conflito teve início após uma série de desavenças entre os dois grupos sobre o compartilhamento do poder, que se seguiram ao golpe militar do final de 2021.

Como também denunciemos, a guerra no Sudão tem recebido pouca atenção internacional, que está focada em outros conflitos, como a Ucrânia e a Faixa de Gaza (na realidade, agora o Oriente Médio todo). No entanto, a situação no Sudão tem sido descrita como chocante, com a cidade de Cartum em ruínas.

Em números: dados das Nações Unidas, apontam que mais de 25,6 milhões de sudaneses passam fome no país. Enquanto 8 milhões são deslocados internos e 2,3 milhões de pessoas foram forçadas a fugir para países próximos como o Chade, República Centro-Africana, Egito, Etiópia, Sudão do Sul, países do Golfo e Malásia. Além disso, estima-se que mais de 755 mil estejam sob “condições catastróficas” nas províncias de Darfur, Cordofão norte e sul, Nilo Azul, Aljazira e na capital do país, Cartum.

De acordo com equipes do ACNUR, apenas no estado sudanês do Nilo Branco, mais de 1.200 crianças refugiadas menores de 5 anos morreram em 9 campos, no período entre 15 de maio e 14 de setembro, devido a uma combinação mortal de um suposto surto de sarampo e alta desnutrição. Mais de 3.100 casos suspeitos também foram relatados no mesmo período e

mais de 500 casos suspeitos de cólera foram relatados em outras partes do país, juntamente com surtos de dengue e malária, em um contexto de aumento do risco epidêmico e desafios para o controle epidêmico.

As unidades de saúde estão em ponto de ruptura, devido à escassez de pessoal, medicamentos e equipamentos críticos, exacerbando os surtos atuais e causando mortes absolutamente evitáveis. Ataques repetidos à saúde desde o início do conflito, incluindo pessoal, pacientes e transporte de suprimentos médicos, também estão restringindo a prestação de serviços de saúde. Para saber mais, acesse o site da OMS: <https://www.who.int/emergencies/situations/sudan-emergency>

Haiti

A barbárie continua solta no Haiti. Registramos, com grave consternação, o massacre perpetrado por grupos criminosos, na madrugada do dia 3 de outubro, na localidade haitiana de Pont-Sondé. A ação criminosa causou dezenas de mortes, estimadas em mais de 70, além de deixar feridos e desabrigados. Manifestamos solidariedade ao povo e às autoridades do Haiti e reiteramos o compromisso da Fiocruz, como o fez no passado, após o terremoto, em contribuir para que o país caribenho retome, o quanto antes, o caminho da paz e do desenvolvimento.

Entretanto, também há coisas positivas a registrar. O *Centro de Formação Técnico-Profissional (CFTP) "Paulo Freire"* foi oficialmente inaugurado no dia 1º de outubro, em Les Cayes, no Haiti. A construção dos 12 edifícios que compõem o Centro e a aquisição e instalação dos equipamentos que habilitam seu funcionamento resultam da cooperação entre o governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o governo do Haiti e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O projeto de cooperação Sul-Sul "*Apoio à Educação e Formação Técnica e Profissional no Haiti*" teve duração de oito anos e foi financiado com parte da contribuição brasileira ao Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), administrado pelo Banco Mundial.

O Centro oferece cursos profissionalizantes nas áreas de metalmecânica, construção civil, tecnologia da informação, refrigeração e climatização, além de mecânica automotiva. O CFTP possui capacidade instalada para formar até 3 mil alunos por ano, dependendo da demanda e das condições locais.

A conclusão desse projeto reflete a disposição do governo brasileiro em contribuir, por meio da cooperação Sul-Sul, para a promoção de melhores oportunidades de emprego, de renda e de qualidade de vida da população do Haiti.

A democracia e as eleições

México

No **México** tomou posse em 1º de outubro a primeira mulher presidente, a professora universitária, pesquisadora e política **Claudia Sheinbaum**. A cerimônia contou com a presença de altos representantes de pelo menos 105 países e de 16 líderes internacionais, entre eles o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, Gustavo Petro, da Colômbia; Gabriel Boric, do Chile; Xiomara Castro, de Honduras e Luis Arce, da Bolívia. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, foi representado pela primeira-dama Jill Biden.

A nova presidente mexicana governará pelos próximos seis anos e terá desafios importantes nas áreas da economia, justiça, imigração, relações diplomáticas e segurança pública. A reforma do sistema de saúde mexicano está também em foco. Nossos analistas tratam do tema no segmento sobre América Latina e Caribe deste fascículo.

No seu discurso de posse² a nova líder mexicana afirmou sobre saúde que: 22. *Programa de cuidados de saúde de casa em casa para idosos. Servidores baterão de porta em porta em todas as casas dos idosos e aplicarão um questionário para descobrir sua situação de saúde. Vamos contratar mais de 20 mil enfermeiros, enfermeiros, médicos, médicos, para tornar realidade o atendimento de saúde de casa em casa para todos os idosos;* 41. *Desde o nascimento, todos os mexicanos devem ter acesso a vacinas, cuidados preventivos, cuidados médicos, estudos e laboratórios, cirurgias e medicamentos gratuitos para tornar efetivo o direito à saúde. Vamos consolidar o IMSS-Bem-Estar como o melhor sistema de saúde.* 40. *Reforçaremos o programa de fornecimento e distribuição de medicamentos, o programa Farmácias para o Bem-Estar, que ficará localizado junto aos Bancos do Bem-Estar, para distribuir gratuitamente medicamentos básicos, principalmente para idosos.* 43. *Promoveremos um programa de cuidados para os primeiros mil dias de vida. Acompanharemos as gestantes nas consultas de pré-natal; Forneceremos suplementos vitamínicos aos recém-nascidos, faremos exames e promoveremos a amamentação.* 44. *Ampliação dos exames laboratoriais nos centros de saúde. Vamos gerar um sistema para que haja coletas de amostras laboratoriais na grande maioria dos centros de saúde, o que vai ajudar muito no diagnóstico;* 45. *O programa de modernização das infraestruturas e equipamentos dos hospitais e unidades de saúde continuará. Vamos começar 2025 com um amplo programa de cirurgias, iniciando cirurgias para catarata e a joelho, que serão massivas em todo o país.* 46. *Nas escolas, locais de trabalho e espaços públicos haverá um extenso programa educacional para reduzir a obesidade, a hipertensão e a diabetes. Chega de consumir produtos lixo.* 47. *O Presidente Andrés Manuel López Obrador deixou-nos uma tarefa que foi em grande parte desenvolvida por engenheiros militares. Nos próximos meses vamos inaugurar 16 unidades IMSS-Bienestar, sete unidades IMSS e quatro unidades Issste.*



Na secção sobre América Latina e Caribe, nossos analistas apresentam o programa de 100 pontos da nova presidente e também comentam as propostas do novo governo mexicano na área da saúde.

² <https://www.gob.mx/presidencia/es/articulos/version-estenografica-mensaje-de-la-presidenta-de-los-estados-unidos-mexicanos-claudia-sheinbaum-pardo?idiom=es>

Comissão Europeia

A nova **Comissão Europeia** – instância executiva da **União Europeia** – estará sob o comando de *Úrsula von der Leyen*, entre 2024 e 2029. No seu discurso de posse³ ela foi ‘econômica’ no tema da saúde. Disse apenas que “*Olivér Várhelyi* será o *Comissário (ministro) para a Saúde e o Bem-Estar dos Animais*, e responsável pela construção da *União Europeia da Saúde* e pela continuidade do trabalho de luta contra o câncer e de saúde preventiva”. Muito pouco para uma região que foi fortemente afetada, por exemplo, pela Covid-19. No entanto, há uma *Mission Letter*⁴, a qual remetemos o leitor, e na qual von der Leyen orienta o novo ministro (*commissioner*) sobre o que devem ser suas prioridades.

França

Na **França**, Macron formou um novo governo depois de semanas da fragorosa derrota que sofreu nas eleições legislativas antecipadas que ele mesmo convocou. A coalizão de esquerda Nova Frente Popular (NFP) apresentou, na sexta-feira (4), uma moção de censura ao governo francês do novo primeiro-ministro conservador, Michel Barnier, que não dá sinais de prosperar devido à recusa da extrema direita em apoiá-lo.

“A existência deste governo, pela sua composição e pelas suas orientações, é uma negação do resultado das últimas eleições legislativas”, diz a moção, que será defendida nos próximos dias na Assembleia Nacional (câmara baixa) pelo líder socialista Olivier Faure, segundo fontes.

O presidente tomou a decisão em nome da “estabilidade”, mas o novo governo também carece de maioria na Assembleia Nacional, portanto poderá cair se o terceiro maior bloco em número de deputados, a extrema direita, apoiar a moção de censura.

A deputada de extrema direita Laure Lavalette reafirmou na quinta-feira que não apoiará esta primeira moção de censura, garantindo que a situação na França é “suficientemente grave” e que não quer acrescentar mais caos.

Ou seja, o impasse continua, com um horizonte nada claro na política francesa, com um governo que não decola e com um congresso hostil, mas que também não confronta o executivo que não consegue se consolidar.

Uruguai

No dia 27 de outubro se realizarão as eleições para presidente e vice-presidente do país, além das 30 cadeiras no Senado e 99 na Câmara dos Deputados. Se nenhuma chapa presidencial obtiver mais de 50% dos votos, haverá segundo turno em 24 de novembro. Em ambos os casos o voto é secreto e obrigatório para os uruguaios maiores de 18 anos. O instituto de sondagens Cifra coloca a Frente Ampla com 44% de intenção de voto, contra 24% de Álvaro Delgado, candidato do Partido Nacional e sucessor do atual presidente Luis Lacalle Pou.

³ https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/news/press-statement-president-von-der-leyen-next-college-commissioners-2024-09-17_en#:~:text=Oliv%C3%A9r%20V%C3%A1rhelyi%20will%20be%20Commissioner%20for%20Health%20and,Commissioner%20for%20Climate%2C%20Net%20Zero%20and%20Clean%20Growth

⁴ https://commission.europa.eu/document/download/b1817a1b-e62e-4949-bbb8-ebf29b54c8bd_en?filename=Mission%20letter%20-%20VARHELYI.pdf

A FA apresentou o documento “*Prioridades para governar Uruguay*”⁵, plano com 28 páginas, com a síntese de 48 pontos como plataforma eleitoral. O candidato Orsi explica que esses pontos se dividem em três níveis: medidas imediatas, medidas estruturais e políticas estatais que requerem o consenso de outros atores.

O documento propõe “uma agenda renovada que, sob uma visão progressista, de esquerda, se concentra em três pilares fundamentais: 1. Uruguai cresce: Promovendo a abertura econômica, a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a eficiência na gestão pública; 2. Uruguai seguro: Implementando políticas efetivas que fortaleçam a convivência pacífica e enfrentem o crime organizado, com o foco na reintegração social; 3. Uruguai cuida: Reformando o sistema de proteção social, com um foco especial na infância, para garantir que nenhuma criança, menina, adolescente e jovem que habite este país há pouco tempo”.

Em saúde, a plataforma menciona redução substantiva dos tempos de espera nos procedimentos de saúde, melhor acesso a medicamentos e atenção urgente em saúde mental, com argumentos relacionados com a alta taxa de suicídio no país.

A relação do Uruguai com os países vizinhos também é crucial nas suas abordagens. Orsi menciona que, apesar da diferença ideológica entre os governos da Argentina e do Brasil, esta situação pode ser uma oportunidade para o Uruguai. Ele propõe que o Uruguai possa desempenhar um papel de coordenação no **Mercosul**, dizendo que “os governos passam, mas os estados permanecem” e que as relações entre os países devem ir além das relações pessoais entre os líderes.

Estados Unidos

A eleição presidencial nos EUA como determinante da saúde global foi examinada por *Noon, Xinshu She e Meierd* na seção de ‘Comentários’ da revista *Lancet*. Segundo os autores, no contexto da eleição presidencial dos EUA de 2024, o futuro da saúde global está em um momento crítico.

Uma potencial administração Trump/Vance sinalizou um retorno às políticas isolacionistas, incluindo uma provável retirada da OMS e do Acordo de Paris, bem como planos para cortar o financiamento para programas internacionais humanitários e de saúde reprodutiva. Minando a ação climática internacional, a campanha Trump/Vance rejeitou a ciência climática e propôs políticas para desregular a produção de combustíveis fósseis.

Em contraste, a campanha Harris/Walz defende a cooperação internacional, a saúde reprodutiva e a mitigação das mudanças climáticas. Em sua função atual como vice-presidente, Harris tem sido central para as políticas de mudança climática, anunciando uma promessa de US\$ 3 bilhões ao Fundo Verde para o Clima da ONU, buscando estender as políticas ambientais existentes da administração Biden/Harris.

Harris enfatizou a importância de defender o direito humanitário internacional, que é fundamental para proteger a saúde e os direitos humanos, já que os EUA voltaram a se juntar ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, revertendo a retirada da era Trump. No entanto, a administração Biden/Harris enfrentou críticas pela crescente crise humanitária em Gaza, expondo inconsistências gritantes em seu compromisso com os direitos humanos e o direito internacional.

⁵ <https://www.frenteamplo.uy/prioridades-para-governar-uruguay-2/>

Para os autores, as eleições de 2024 nos EUA apresentam uma escolha entre duas visões contrastantes para a saúde global. À medida que o mundo continua a lidar com desafios de saúde emergentes e contínuos, a direção tomada pelo próximo presidente impactará a governança global, a cooperação internacional e as políticas de saúde. O resultado desta eleição será fundamental para o futuro da saúde global, concluem os autores.

Áustria

Na **Áustria**, seguindo tendência de muitos países europeus, o Partido da Liberdade (FPÖ), de extrema direita, venceu as eleições legislativas, mas precisa estabelecer coalisões para formar um governo. **Freire** analisa o processo em curso no seu informe sobre a Europa.

Moçambique

Mais de 17 milhões de eleitores vão às urnas em 9 de outubro em **Moçambique**, na 7ª. eleição geral depois da independência, para escolher o *Presidente da República, as assembleias provinciais e respectivos governadores*, bem como *250 deputados da Assembleia da República*. Na corrida à presidência, estão quatro candidatos: *Daniel Chapo*, candidato da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), no poder desde a independência do país, há quase 50 anos; *Ossufo Momade*, apoiado pela *Renamo*, principal partido de oposição; *Lutero Simango*, apoiado pelo *MDM*, terceira força parlamentar; e *Venâncio Mondlane*, apoiado pelo *Podemos*, sem representação parlamentar.

Nossos analistas de África vão apresentar uma análise do processo eleitoral, assim como as propostas do novo governo eleito, inclusive – e com prioridade – na área da saúde.

Finalizando

Anunciamos com grande satisfação que o T20 – mecanismo que reúne *think tanks* dos países do G20 – publicou na última semana o *policy briefing Health as a bridge for peace*, elaborado por autores do CRIS/Fiocruz (*Paulo Buss, Miryam Minayo e João Miguel Estephano*) e do O'Neill Institute for National and Global Health Law, Georgetown University, USA (*Lawrence O. Gostin e Eric A. Friedman*). Considerando os enormes danos à vida e à saúde humanas, além de destruir os sistemas de saúde, os autores propõem que, utilizando sua influência global incomparável – e como grandes potências militares – os países do G20 devem se unir para prevenir, mitigar e acabar com os conflitos, enquanto protegem civis, profissionais de saúde e hospitais.

Entendem que o G20 deve expandir amplamente o financiamento para iniciativas de base de construção da paz e desenvolver uma estrutura de financiamento para garantir que os apelos humanitários da ONU não sejam subfinanciados. Para limitar ataques indiscriminados, incluindo contra profissionais de saúde e instalações, o G20 deve trabalhar por meio da ONU para criar orientações mais precisas sobre as proteções civis e de saúde do direito humanitário internacional. Acesso:

https://www.t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF06_ST_03_Health_as_a_Bridge66fbe9272d8d0.pdf

Sobre o mesmo tema, autores do CRIS também publicaram um artigo no BMJ, acessível em: <https://www.bmj.com/content/386/bmj.q1571.full>

Saúde nas Américas: o 61º. Conselho Diretor da OPAS

Luiz Augusto Galvão
Luana Bermudez
Paula Reges

Um dos momentos políticos mais importante da quinzena foi a reunião do **Conselho Diretor da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS)**, colegiado de ministros da saúde das Américas que se reúne anualmente na sede, em Washington DC, EUA. O 61º. Conselho Diretor da OPAS / 76ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas aconteceu em Washington, D.C., EUA, de 30 de setembro a 4 de outubro de 2024.

O Brasil teve plena participação durante o 61º. Conselho Diretor, com discurso da Ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, e recebeu o certificado por ter eliminado a *filariose linfática* como problema de saúde pública.

O Brasil foi eleito para o Comitê Executivo da OPAS, mandato 2024-2027, junto com Colômbia e El Salvador, durante a sessão do Conselho Diretor, em 02/10. O órgão é constituído por nove membros, eleitos para mandatos de três anos. Ao substituir Argentina, Bolívia e Jamaica, os três novos membros se juntam a Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, Guiana e Uruguai na composição do Comitê, que se reúne duas vezes ao ano e prepara as reuniões da Conferência Sanitária Pan-Americana e do Conselho Diretor da OPAS.

Em 16 de outubro, o Seminário Avançado de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS tratará do tema “Saúde nas Américas”, e das deliberações do Conselho.

Eliminação da filariose

"Eliminar uma doença é uma conquista importante que exige um compromisso inabalável", disse o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. "Parabenizo o Brasil por seus esforços para libertar seu povo do flagelo dessa doença dolorosa, desfigurante, incapacitante e estigmatizante. Este é outro exemplo do incrível progresso que fizemos contra as doenças tropicais negligenciadas e dá esperança a muitas outras nações que ainda lutam contra a filariose linfática de que elas também podem eliminar essa doença”.



Jarbas Barbosa e a Ministra Nísia exibem o certificado de eliminação da filariose

Nas últimas décadas, o Brasil implementou ações integradas para eliminar a filariose linfática, incluindo o desenvolvimento de um plano nacional de combate a essa doença em 1997, a distribuição em massa de medicamentos antiparasitários, atividades de controle de vetores e forte vigilância, principalmente nas áreas mais afetadas. Com esses esforços, o país alcançou o fim da transmissão da doença em 2017.



Teste de diagnóstico. Foto: OPAS/OMS/Joshua E. Cogan

A eliminação da filariose linfática também foi um dos objetivos do [Programa Brasil Saudável](#), uma iniciativa multissetorial destinada a pôr termo às doenças socialmente determinadas com uma abordagem de todo o governo e a participação da sociedade civil, incluindo a participação das pessoas afetadas na execução dos esforços de controle da doença. O programa foi lançado em fevereiro de 2024 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia com a participação do Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS e do Dr. Jarbas Barbosa, diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e diretor regional da OMS para as Américas. Na fase pós-eliminação, Brasil, OPAS e OMS continuarão monitorando de perto o possível ressurgimento de infecções.

"Este marco é o resultado de anos de dedicação, trabalho árduo e colaboração entre profissionais de saúde, pesquisadores e autoridades no Brasil", disse o Dr. Jarbas Barbosa. "O sistema de saúde extenso e unificado do Brasil, aliado a uma sólida expertise laboratorial especializada e vigilância robusta, foram essenciais para interromper a cadeia de transmissão, inspirando outros países a avançar na eliminação da filariose linfática e de outras doenças tropicais negligenciadas".

Globalmente, o Brasil se junta a outros 19 países e territórios que foram validados pela OMS por terem eliminado a filariose linfática como problema de saúde pública. Estes são Malawi e Togo na Região Africana; Egito e Iêmen na região do Mediterrâneo Oriental; Bangladesh, Maldivas, Sri Lanka e Tailândia na região do Sudeste Asiático; e Camboja, Ilhas Cook, Kiribati, República Democrática Popular do Laos, Ilhas Marshall, Niue, Palau, Tonga, Vanuatu, Vietnã e Wallis e Futuna na região do Pacífico Ocidental.

Nas Américas, três países endêmicos (República Dominicana, Guiana e Haiti) ainda exigem a administração em massa de medicamentos para interromper a transmissão e estão trabalhando para atingir a meta de eliminação.

Além de ser o 20º país a ser validado para a eliminação da filariose linfática como problema de saúde pública, o Brasil também se tornou o 53º país a ter eliminado pelo menos uma DTN, globalmente.

A filariose linfática, comumente conhecida como elefantíase, é uma doença parasitária debilitante transmitida por mosquitos. Está na lista das doenças tropicais negligenciadas. Durante séculos, afligiu milhões em todo o mundo, causando dores, inchaço crônico e grave dos vasos linfáticos, incapacidade grave e estigmatização social.

A infecção ocorre quando os parasitas filariais são transmitidos aos humanos por meio de mosquitos. A infecção geralmente é adquirida na infância e causa danos ocultos ao sistema linfático. As manifestações visíveis dolorosas e profundamente desfigurantes da doença – linfedema, elefantíase e inchaço escrotal – ocorrem mais tarde na vida e podem levar à incapacidade permanente. Esses pacientes não são apenas deficientes físicos, mas sofrem perdas mentais, sociais e financeiras que contribuem para o estigma e a pobreza.

A eliminação da filariose linfática é possível interrompendo a propagação da infecção por meio de quimioterapia preventiva. A estratégia de quimioterapia preventiva recomendada pela OMS para a eliminação da filariose linfática é a administração em massa de medicamentos (MDA). O MDA envolve a administração de uma dose anual de medicamentos a toda a população em risco. Os medicamentos utilizados têm um efeito limitado sobre os parasitas adultos, mas reduzem efetivamente a densidade de microfilárias na corrente sanguínea e evitam a propagação de parasitas para mosquitos.

Em 2023, 657 milhões de pessoas em 39 países e territórios viviam em áreas que requerem quimioterapia preventiva para impedir a propagação da infecção. Nas Américas, Costa Rica, Suriname e Trinidad e Tobago foram removidos da lista da OMS de países endêmicos de filariose linfática em 2011.

O [roteiro de doenças tropicais negligenciadas 2021-2030](#) visa a prevenção, controle, eliminação e erradicação de 20 doenças e grupos de doenças até 2030. O progresso contra a filariose linfática e outras doenças tropicais negligenciadas alivia o fardo humano e econômico que elas impõem às comunidades mais desfavorecidas do mundo.

Relatório Anual do Diretor da OPAS

O Relatório Anual enfocou a fase de recuperação pós-pandemia após a pandemia de COVID-19, enfatizando a importância de implementar as lições aprendidas e recuperar os ganhos em saúde pública.

Inclui temas, iniciativas e conquistas importantes, como eliminação de doenças, melhor atendimento às DNTs, zero mortes maternas, aliança para a atenção primária à saúde, política sobre a força de trabalho em saúde 2030, transformação digital do setor de saúde, progresso na melhoria da saúde e redução das desigualdades, fortalecimento do desenvolvimento regional e produção de tecnologias em saúde e avanço da Iniciativa Avançada da OPAS. Além disso, abrange resposta a emergências e preparação para pandemias, estratégias de saúde mental, funções de apoio ao sistema de saúde, acesso a tecnologias de saúde, sistemas de informação e saúde digital, iniciativas científicas e de evidências, análise de saúde com foco em métricas de equidade, determinantes de saúde, fatores de risco e conclusões enfatizando a abordagem das disparidades de saúde, promovendo a equidade e construindo sistemas de saúde resilientes pós-pandemia. O documento também detalha o progresso em direção à saúde universal, melhorias nos sistemas e serviços de saúde, recursos humanos para o desenvolvimento da saúde e a utilização do Campus Virtual de Saúde Pública.

Principais iniciativas

- Resposta a emergências e preparação para pandemias
- Resistência antimicrobiana (AMR)
- Saúde mental
- Funções de suporte ao sistema de saúde
- Acesso a Tecnologias em Saúde
- Sistemas de Informação e Saúde Digital
- Ciência e Evidência
- Análise de Saúde e Métricas de Equidade
- Progresso em direção à saúde universal
- Sistemas e Serviços de Saúde
- Financiamento da Saúde
- Recursos Humanos para a Saúde
- Relançamento da Iniciativa de Eliminação de Doenças
- Melhor atendimento às DNTs
- Campanha Zero Mortes Maternas
- Aliança para a Atenção Primária à Saúde nas Américas
- Política sobre a Força de Trabalho da Saúde 2030
- Transformação digital do setor da saúde
- Eliminação de doenças
- Força de trabalho em saúde 2030
- Transformação Digital
- Métricas de Equidade
- Mudanças Climáticas e Saúde

Principais estatísticas

- A OPAS gerenciou 3.589.208 informações, monitorou 4.797 sinais e avaliou 256 eventos de saúde pública em 2023-2024.
- Mais de 120.000 profissionais de saúde receberam treinamento em manejo clínico durante o surto de dengue.
- Foram enviadas 93 toneladas de stock estratégico para 25 países da Região entre Julho de 2023 e Junho de 2024.
- O Fundo Rotatório facilitou o acesso a mais de 226 milhões de doses de vacinas, beneficiando 160 milhões de pessoas.
- O Fundo Estratégico apoiou 31 países na aquisição de medicamentos e suprimentos, beneficiando quase 17 milhões de pessoas.
- Mais de 3 milhões de usuários cadastrados no Campus Virtual de Saúde Pública.
- 90 pessoas de 37 países participaram de eventos relacionados aos sistemas de informação da força de trabalho em saúde.
- 983 profissionais de saúde de 13 países caribenhos participaram de uma análise de vacinação.
- 700 enfermeiros receberam treinamento de capacitação em vários países.
- 39 países atualizaram as informações nas Contas Nacionais da Força de Trabalho em Saúde.

Política para fortalecer a ação do setor de saúde orientada para a equidade sobre mudanças climáticas e saúde

O documento delinea uma política destinada a fortalecer a ação do setor de saúde orientada para a equidade sobre mudança climática e saúde nas Américas. Ele enfatiza a necessidade urgente de o setor de saúde abordar os impactos das mudanças climáticas na saúde, bem-estar e equidade em saúde.

As principais áreas de ação incluem abordar os impactos, adaptação e mitigação das mudanças climáticas, participação da comunidade, vigilância e geração de evidências e financiamento. A política também inclui estatísticas como o risco projetado de doenças transmitidas por vetores, casos de dengue e o impacto dos furacões na infraestrutura de saúde. Além disso, destacam-se as implicações financeiras, a unidade responsável, os centros colaboradores, o alinhamento com as metas de saúde e o prazo de implementação e avaliação. As principais áreas de ação de ambas as respostas incluem a alocação de recursos, a garantia da sustentabilidade financeira, o fortalecimento da geração de evidências, o aumento da preparação para surtos de doenças, o enfrentamento de doenças não transmissíveis, a redução das desigualdades, a ênfase nos determinantes sociais e ambientais e a priorização de temas transversais como equidade, etnia, gênero e direitos humanos nas intervenções de saúde.

O documento apresenta várias estatísticas relacionadas aos impactos das mudanças climáticas na saúde nas Américas, incluindo:

- Ondas de calor levando a um aumento de 160% nas mortes relacionadas ao calor na América do Sul nas últimas duas décadas.
- Mais de 4,6 milhões de casos de dengue nas Américas em 2023, com casos no primeiro semestre de 2024 já duas vezes maiores.
- Até 2050, mais de 185 milhões de pessoas na Região estarão em risco de doenças transmitidas por vetores em cenários de mudanças climáticas severas.
- O furacão Beryl em julho de 2024 foi o primeiro furacão do Atlântico de categoria 5 já registrado.
- Incêndios florestais causando deslocamento, perda de propriedade e degradação da qualidade do ar para milhões em 2023 e 2024.
- Inundações em 2024 resultando em perda de vidas, meios de subsistência e aumento do risco de doenças transmitidas pela água.
- A adequação climática para a transmissão da dengue está aumentando constantemente na América do Sul desde 1951.
- A vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas varia entre os países, com maior mortalidade por desastres em certas áreas como o Caribe e a América Central.
- Mais de 88% dos hospitais avaliados nas Américas estão em risco de riscos ambientais.
- O furacão Otis danificou mais de 120 hospitais e clínicas no México, sendo a tempestade mais forte no Pacífico Oriental desde a década de 1960.

Plano de Ação para o Fortalecimento dos Sistemas de Informação em Saúde nas Américas 2024-2030

O "Plano de Ação para o Fortalecimento dos Sistemas de Informação em Saúde 2024-2030" visa aprimorar os sistemas de informação em saúde na Região das Américas, abordando os desafios relacionados à qualidade, confiabilidade, segurança e atualidade dos dados.

O plano enfatiza a importância das soluções digitais, interoperabilidade e gerenciamento de dados para melhorar a tomada de decisões e o atendimento ao paciente e abordar as desigualdades em saúde. Inclui uma introdução reconhecendo o progresso e a necessidade de transformação digital, alinha-se com as recomendações dos Estados Membros da OPAS e destaca os desafios nos sistemas de informação em saúde.

A proposta descreve quatro linhas estratégicas de ação com foco em liderança, gerenciamento de dados, coleta de dados, inovação e integração de saúde digital.

As implicações financeiras exigem a alocação de recursos dos Estados-Membros, e o custo total estimado para a implementação do plano é de US\$ 12.500.000 ao longo de seu ciclo de vida. O plano estabelece metas mensuráveis para cada linha estratégica de ação, incluindo o número de países com mecanismos específicos de governança, marcos regulatórios, metodologias para documentar as lições aprendidas e roteiros nacionais para a transformação digital. O monitoramento e a avaliação serão conduzidos por meio de avaliações de maturidade, ferramentas de monitoramento contínuo, comunidades de prática e mecanismos de apoio regional.

O plano foi revisado e aprovado pelo 61º Conselho Diretor, com um pedido para que o Diretor forneça cooperação técnica, relate periodicamente o progresso e conduza uma revisão intermediária em 2027 e um relatório final em 2031.

O "Plano de Ação para o Fortalecimento dos Sistemas de Informação em Saúde 2024-2030" inclui estatísticas de uma avaliação regional da maturidade do IS4H realizada pela OPAS na Região das Américas entre 2016 e 2023:

- 42,8% dos países estão no nível de maturidade mais baixo (nível 1), com necessidade urgente de digitalização e dificuldades na geração de indicadores regulares de saúde.
- 34,7% dos países estão no nível 2, implementando as melhores práticas, mas enfrentando desafios no desenvolvimento de indicadores abrangentes e troca de dados.
- 18,4% dos países estão no nível 3, mostrando avanços nas políticas e uso de dados de alta qualidade para a tomada de decisões.
- Apenas 4,1% dos países estão no nível 4, com sistemas altamente integrados e alinhados com os padrões nacionais e internacionais.
- Nenhum país da Região atingiu o nível 5, o nível mais alto de avaliação de maturidade IS4H, indicando a implantação completa de todos os componentes do modelo e inovação contínua.

Além disso, o plano estabelece metas específicas para cada linha estratégica de ação, como aumentar o número de países com mecanismos de governança para sistemas de informação (de 15 para 35), marcos regulatórios de apoio à gestão de dados (de 10 para 30) e países que implementam estratégias nacionais de resposta rápida para incidentes de segurança cibernética do setor de saúde (de 7 para 15) até 2030. Essas estatísticas fornecem um roteiro

claro para medir o progresso e o sucesso no fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde na Região das Américas.

Estratégia para fortalecer as Funções Essenciais de Saúde Pública para Acelerar a Transformação dos Sistemas de Saúde na Região das Américas de 2024 a 2034

O documento traça uma estratégia para fortalecer as Funções Essenciais de Saúde Pública (FESP) na Região das Américas de 2024 a 2034. Ele enfatiza a importância da liderança, administração e governança para alcançar a cobertura universal de saúde por meio da atenção primária à saúde. A estratégia se concentra em melhorar a implementação da EPHF, avaliar as capacidades da EPHF e melhorar as competências da força de trabalho em saúde pública. Ele aborda os desafios exacerbados pela pandemia de COVID-19, enfatizando a necessidade de abordar as barreiras e desigualdades de acesso.

A estratégia exige abordagens adaptadas a diferentes níveis, colaboração com as partes interessadas da sociedade civil e uma abordagem de todo o governo e de toda a sociedade. As implicações financeiras incluem um custo total estimado de US\$ 11.770.000 para implementação ao longo do ciclo de vida da estratégia.

O documento menciona quatro capacidades para a implementação da FESP:

- Capacidade formal: Capacidades habilitadoras legais e normativas.
- Capacidade Estrutural: Estruturas organizacionais e de tomada de decisão.
- Capacidade de supervisão: Responsabilidade e conformidade.
- Capacidade de desempenho: Disponibilidade e eficácia dos recursos.

A estratégia visa fortalecer as Funções Essenciais de Saúde Pública (FESP) na Região das Américas de 2024 a 2034. Ele se concentra em três linhas estratégicas de ação: fortalecimento da liderança, administração e governança dos sistemas de saúde baseados na atenção primária à saúde por meio da implementação da EPHF, capacitação para avaliar a EPHF e aprimoramento das competências da força de trabalho em saúde pública.

A estratégia enfatiza a importância de avançar em direção a sistemas de saúde resilientes, equitativos e inclusivos baseados na atenção primária à saúde. Destaca o papel fundamental da FESP no apoio ao direito à saúde, abordando os determinantes sociais, garantindo o acesso universal aos serviços de saúde e promovendo a colaboração nas ações de saúde pública. Os Estados-membros são incentivados a priorizar a alocação de recursos para a implementação da estratégia, com o apoio da Repartição Sanitária Pan-Americana.

A estratégia está alinhada com a *Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030* e o *Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2020-2025*. As implicações financeiras incluem um custo total estimado de US\$ 11.770.000 para implementação ao longo do ciclo de vida da estratégia, com alocações específicas para várias despesas.

O documento apresenta as seguintes estatísticas:

- Aproximadamente 34,4% da população em 17 países tinha necessidades de saúde não atendidas, com maior impacto no quintil de renda mais pobre.
- As necessidades de cuidados de saúde não atendidas aumentaram de 34,1% para 41,5% em oito países até o final de 2020, afetando especialmente grupos de baixa renda, indivíduos com níveis de educação mais baixos e residentes rurais.

- O índice de cobertura de serviços ficou em 80 pontos, com baixos gastos catastróficos com saúde em 7,8% na Região.
- O indicador 3.8.1 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável não mostrou aumento na cobertura de serviços essenciais de saúde na Região entre 2019 e 2021.

Órgão Intergovernamental Negociador da OMS

Ao final da 11ª. reunião do **Órgão Intergovernamental Negociador (INB11)**, foi acordado um *cronograma de reuniões informais* em um novo esforço para tentar aproximar as posições antes do **INB12**, que ocorrerá de 04 a 15 de novembro. Nesse contexto, três reuniões informais foram realizadas na semana de 30 de setembro a 04 de outubro, conforme detalhado a seguir:

- 02/10 - Capítulo III Disposições institucionais e finais
- 03/10 - Artigos 9 (Pesquisa e desenvolvimento) e 11 (Transferência de tecnologia e know-how para a produção de produtos de saúde relacionados à pandemia)
- 04/10 - Artigo 4 (Prevenção e vigilância de pandemias)

A falta de disposição dos países desenvolvidos em fazer concessões e modificar seus posicionamentos permanece evidente. As divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento continuam a se destacar nos temas discutidos durante as reuniões informais.

Estrutura jurídica do instrumento e de eventuais textos complementares

Os artigos 19 e 21 da Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) preveem mecanismos diferentes para a criação de instrumentos legais internacionais, como regulamentos ou tratados, com diferentes graus de obrigatoriedade e processos de adoção.

O artigo 19 permite à Assembleia Mundial da Saúde (AMS) adotar convenções ou acordos internacionais sobre temas de competência da OMS. Essas convenções ou acordos são tratados internacionais, o que significa que só se tornam obrigatórios para os Estados-membros que os ratificarem. Um exemplo de instrumento criado sob este artigo é a *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)*. A adoção desse tipo de instrumento exige uma maioria de dois terços da Assembleia e depende dos processos de ratificação nacionais dos Estados.

Por outro lado, o artigo 21 autoriza a Assembleia Mundial da Saúde a adotar regulamentos sobre questões sanitárias específicas, como a vigilância de doenças. Os regulamentos adotados sob este artigo são automaticamente obrigatórios para todos os Estados-membros da OMS, a menos que um Estado apresente objeção dentro de um prazo determinado, geralmente seis meses. Um exemplo disso é o *Regulamento Sanitário Internacional (RSI)*. Assim como no artigo 19, o artigo 21 também exige uma maioria de dois terços para a adoção dos regulamentos, mas o caráter obrigatório é mais imediato e amplo.

Alguns países preferem que o Acordo seja sob o Artigo 21, por sua facilidade, universalidade e entrada em vigor mais rápida. Outros países preferem que seja sob o Artigo 19 por sua força política, além de que o fato de os Congressos Nacionais ratificarem também gera compromissos políticos e financeiros internos dos países.

Artigos 9 (Pesquisa e desenvolvimento) e 11 (Transferência de tecnologia e know-how para a produção de produtos de saúde relacionados à pandemia)

Países desenvolvidos seguem tentando restringir possibilidades de transferência de tecnologia mais ampla, com insistência no uso da chamada cláusula VMAT (*“voluntary and*

mutually agreed terms”). Países em desenvolvimento mostram resistência à proposta pois ela pode limitar possíveis ações que os governos possam tomar para induzir transferência de tecnologia caso necessário.

Outro tema de divergência nestes artigos é a proposta do Brasil e da Colômbia de incluir uma disposição afirmando que os países não irão exercer qualquer forma de pressão direta ou indireta que prejudique os membros da OMC em fazer uso pleno das flexibilidades do Acordo TRIPS. Porém, a proposta tem grande resistência de países desenvolvidos.

Artigo 4 (Prevenção e vigilância de pandemias)

No último INB, o Bureau havia proposto a criação de um Instrumento de “Uma só Saúde” no Artigo 5, porém muitos, inclusive a FAO, entenderam que um instrumento vinculante sobre “Uma Só Saúde” extrapolaria o mandato do INB - e da própria OMS, já que é um tema que necessita uma abordagem multisetorial e integrada das organizações que tratam de saúde humana, animal e ambiental. Neste sentido, países desenvolvidos propuseram então mudar a criação de um novo instrumento vinculante para o Artigo 4, e disseram que poderia ser então um instrumento de prevenção com base na abordagem “Uma Só Saúde”. Destaca-se que os países em desenvolvimento veem esse instrumento como uma possível forma de gerar obrigações onerosas no campo da vigilância e sem nenhuma garantia de que eles teriam capacidade para implementar as novas obrigações.

Outras pendências

Por fim, uma nova rodada de sessões informais será realizada na semana de 21 a 25 de outubro. As discussões incluirão o Artigo 12 (Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios), que será abordado na tarde de 21/10, o Artigo 13 (Cadeia de suprimentos e logística) e o Artigo 13 bis (Aquisição e distribuição), que serão discutidos na tarde de 22/10, e o Capítulo 1 (introdução, uso de termos, objetivos e princípios), que será tema da sessão da tarde de 23/10.

Colaboração intergencial contra pandemias

O anúncio do dia 2 de outubro de 2024, realizado pela **Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Grupo do Banco Mundial**, marca um avanço significativo na cooperação global para a **preparação para pandemias**. As três instituições se comprometeram em colaborar para fortalecer a capacidade dos países de prevenir, detectar e responder a ameaças à saúde pública.

Esse esforço inclui a utilização do Fundo de Resiliência e Sustentabilidade do FMI, que permitirá aos países acessarem financiamento de longo prazo a juros baixos. O objetivo é auxiliar na construção de sistemas de saúde mais robustos e resilientes, promovendo a detecção precoce de surtos e a implementação de medidas eficazes de resposta.

Além disso, a parceria visa garantir que os países possam enfrentar futuras pandemias com maior eficácia, abordando as vulnerabilidades identificadas durante a pandemia de COVID-19. As instituições ressaltaram a importância de uma abordagem coordenada e integrada para maximizar os recursos disponíveis e fortalecer os sistemas de saúde.

Este anúncio reflete um compromisso renovado em melhorar a segurança sanitária global e a saúde pública, destacando a necessidade de colaboração entre governos, organizações internacionais e outros atores da sociedade civil.

Saúde na Assembleia Geral: a reunião de alto-nível sobre Resistência Antimicrobiana (RAM)⁶

A segunda **Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana (RAM)**, realizada em 26 de setembro de 2024 foi o principal evento oficial com foco em saúde durante a semana de alto nível da **AGNU**. Problema de saúde pública global cada vez mais grave, teve ampla participação e gerou uma **declaração política** propondo linhas de ação. Acesso: <https://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/108/2024/09/FINAL-Text-AMR-to-PGA.pdf>

A *declaração*, constituída de 15 páginas e 106 parágrafos, assinala as graves consequências sobre a saúde humana, prevendo-se milhares de mortes evitáveis se a RAM não for contida com medidas adequadas. Perdas econômicas substanciais também entram nos cálculos deste grave problema sócio-sanitário.

A declaração assevera que “a resistência antimicrobiana afeta pessoas de todas as idades, não conhece fronteiras e está presente em todos os países, a carga é largamente e desproporcionalmente suportada pelos países em desenvolvimento e por aqueles em situações vulneráveis, exigindo solidariedade global, esforços conjuntos e cooperação internacional” para seu enfrentamento.

Defende que “melhorar as medidas de prevenção e controle de infecções, vacinação e água, saneamento e higiene (WASH) poderia evitar mais de 750 mil mortes a cada ano por resistência antimicrobiana somente em países de baixa e média renda”, e que “priorizar uma boa gestão antimicrobiana, cobertura universal de saúde e acesso equitativo a medicamentos, diagnósticos e outros produtos de saúde, investimento em infraestrutura, educação, incluindo campanhas de conscientização pública e treinamento, pode ajudar substancialmente na prevenção de todas as infecções”.

Especificamente quanto a insumos para enfrentar a RAM, a declaração observa que “a falta de acesso a antimicrobianos e ferramentas de diagnóstico apropriados, seguros, eficazes e acessíveis, particularmente em países em desenvolvimento, é responsável por mais mortes do que a resistência antimicrobiana, ao mesmo tempo em que enfatiza que em 2019, 4,95 milhões de mortes foram associadas a infecções bacterianas resistentes a medicamentos, incluindo 1,27 milhões de mortes diretamente atribuíveis à resistência antimicrobiana bacteriana, 20% das quais eram crianças menores de cinco anos, e que sem uma resposta mais forte haverá uma perda média estimada de expectativa de vida de 1,8 anos globalmente até 2035”.

Ademais, assinala que “globalmente, a resistência antimicrobiana pode resultar em US\$ 1 trilhão em custos adicionais com assistência médica por ano até 2050 e US\$ 1 trilhão a 3,4 trilhões em perdas de produto interno bruto por ano até 2030, e que tratar infecções bacterianas resistentes a medicamentos sozinho pode custar até US\$ 412 bilhões anualmente, juntamente com a participação da força de trabalho e perdas de produtividade de US\$ 443 bilhões, com a resistência antimicrobiana prevista para causar um declínio de 11% na produção pecuária em países de baixa renda até 2050”.

Trata-se, portanto, de tema que interessa a diversos setores governamentais, com impactos sociais, econômicos e sanitários sobre toda a sociedade. De fato, a declaração reconhece a necessidade de ampliar os *esforços multissetoriais, intersetoriais e interdisciplinares* e o *engajamento de todos os setores relevantes* para abordar a resistência antimicrobiana na saúde humana, animal e vegetal, como agricultura, meio ambiente, finanças, manufatura,

⁶ Este segmento do informe é de responsabilidade Editor.

pesquisa e desenvolvimento e educação para gerar uma resposta eficaz de todo o governo e de toda a sociedade, em linha com uma abordagem de *Saúde Única*.

A declaração organiza *diagnóstico e propostas* em 7 blocos:

- Governança
- Financiamento
- Acesso
- Coordenação da resposta multisetorial – aqui apresentando sugestões em saúde humana, agricultura e saúde animal e ambiente
- Pesquisa e desenvolvimento, capacitação, inovação e produção
- Vigilância e monitoramento
- Seguimento

A declaração pede que as organizações quadripartites (FAO, PNUMA, OMS, WOH) continuem a fornecer orientação normativa e suporte técnico aos países para a construção de respostas setoriais específicas, assim como conjuntas e coordenadas à RAM, em colaboração com parceiros, incluindo entidades financiadoras, setor privado, sociedade civil e comunidades afetadas.

Solicita ao Secretário-Geral que forneça, em consulta com as organizações quadripartites e outras agências relevantes, um relatório de progresso sobre a implementação da Declaração Política por ocasião da 81ª Assembleia Geral (2026).

Pede ainda que a AGNU convoque *uma reunião de alto nível sobre resistência antimicrobiana em 2029* em Nova York, com o objetivo de realizar uma revisão abrangente sobre a implementação da declaração e para identificar lacunas e soluções para acelerar o progresso no enfrentamento da RAM até 2030.

Desafios climáticos: Muitas promessas, pouca ação contra os combustíveis fósseis, mas a saúde busca protagonismo

Climate challenges: Many promises, little action against fossil fuels, but health seeks a leading role

Danielly Magalhães

Guto Galvão

Resumo: O 61º Conselho Diretor da OPAS aprovou uma política para fortalecer a saúde nas Américas, abordando vulnerabilidades relacionadas a mudanças climáticas e desigualdade social. No G20, o Grupo de Trabalho de Meio Ambiente comprometeu-se a enfrentar desafios climáticos, mas não definiu medidas para controlar emissões de gases de efeito estufa. No mesmo evento, Inger Andersen pediu compromissos mais fortes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa pela metade até 2030, visando a meta de 1,5°C. No relatório "Unidos na Ciência", OMM alerta que as ações climáticas atuais são insuficientes e enfatiza a necessidade de medidas urgentes e tecnológicas para enfrentar desafios climáticos. Fórum de Ação Energy Now SDG7: O fórum da ONU discutiu a transição energética justa, com foco em energias renováveis e desafios como a dependência de combustíveis fósseis. O Dia Internacional de Conscientização sobre Perda e Desperdício de Alimentos, em 29 de setembro, destacou a necessidade de financiamento para reduzir o desperdício, que afeta a segurança alimentar e o meio ambiente.

Em eventos futuros, a COP16 da CDB em Cali, Colômbia, de 21 de outubro a 1º de novembro de 2024, revisará o Quadro Global de Biodiversidade e mobilizará recursos para ações de conservação. Um memorando entre o PNUMA e o Estado do Pará aumentará a colaboração em questões florestais e soluções baseadas na natureza para COP 30. Na COP29 em Baku em novembro de 2024, espera-se avanços significativos em financiamento climático, mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Desigualdade Social; Emissões de Gases; Transição Energética; Biodiversidade

Summary: *The 61st Governing Council of PAHO approved a policy to strengthen health in the Americas, addressing vulnerabilities related to climate change and social inequality. At the G20, the Environmental Working Group committed to tackling climate challenges but did not define measures to control greenhouse gas emissions. At the same event, Inger Andersen called for stronger commitments to reduce greenhouse gas emissions by half by 2030, aiming for the 1.5°C target. In the report "United in Science," WMO warns that current climate actions are insufficient and emphasizes the need for urgent technological measures to address climate challenges. The Energy Now SDG7 Action Forum: The UN forum discussed a just energy transition, focusing on renewable energies and challenges such as dependence on fossil fuels. The International Day of Awareness of Food Loss and Waste, on September 29, highlighted the need for funding to reduce waste, which affects food security and the environment. In upcoming events, COP16 of the CBD in Cali, Colombia, from October 21 to November 1, 2024, will review the Global Biodiversity Framework and mobilize resources for conservation actions. A memorandum between UNEP and the State of Pará will enhance collaboration on forestry issues and nature-based solutions for*

COP 30. At COP29 in Baku in November 2024, significant progress is expected in climate financing, mitigation, and adaptation to climate change.

Keywords: *Climate Change; Social Inequality; Greenhouse Gas Emissions; Energy Transition; Biodiversity*

À medida que a comunidade global lida com a questão premente da mudança climática, o forte contraste entre promessas ambiciosas e ações tangíveis nunca foi tão evidente. Reuniões recentes, como a cúpula do G20, resultaram em discussões significativas sobre mudanças climática, através da restauração da natureza, ao combate às desigualdades sociais e a necessidade urgente de ação. No entanto, apesar do reconhecimento desses desafios, o compromisso de abordar as causas profundas – ou seja, a dependência contínua de combustíveis fósseis – permanece alarmantemente inadequado. As promessas para enfrentar os desafios climáticos estavam ausentes das medidas destinadas a controlar as emissões de gases de efeito estufa. Essa omissão reflete uma tendência mais ampla em que líderes e organizações políticas estabelecem metas ambiciosas, mas não conseguem seguir com estratégias acionáveis. O apelo de Inger Andersen por uma redução de 50% nas emissões de gases de efeito estufa até 2030 é louvável, mas levanta a questão: como conciliar ambições tão ousadas com a extração e o consumo contínuos de combustíveis fósseis?

À medida que enfrentamos desafios climáticos cada vez mais severos, é imperativo que nos responsabilizemos, não apenas pelos compromissos assumidos, mas pelas ações tomadas – ou não tomadas – na luta contra as mudanças climáticas. Somente por meio de ações decisivas podemos esperar alcançar as metas ambiciosas estabelecidas e proteger nosso planeta para as gerações futuras. O setor da saúde está se posicionando como um protagonista importante, destacando a necessidade de uma abordagem integrada que reconheça a relação intrínseca entre saúde, meio ambiente e sustentabilidade. É fundamental que essa trajetória se mantenha, pressionando por ações concretas que levem a um futuro mais saudável e sustentável para todos.

Resolução sobre mudanças climáticas e equidade é aprovada entre países das Américas

O 61º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) chegou ao fim, estabelecendo uma visão clara para o futuro da saúde nas Américas. Esse Conselho Diretor da OPAS marca um ponto de virada na abordagem da relação entre mudanças climáticas e saúde pública nas Américas, estabelecendo um plano de ação para enfrentar os desafios presentes e futuros, promovendo sistemas de saúde mais sustentáveis e resilientes diante de um clima em transformações.

No encerramento, Jarbas Barbosa, diretor da OPAS, destacou que um dos temas centrais foi a interseção entre mudanças climáticas e saúde, reconhecendo a necessidade urgente de uma política robusta para mitigar os efeitos das alterações climáticas, que já estão agravando crises sanitárias em várias partes do mundo. A OPAS reforçou que as mudanças climáticas são uma das maiores ameaças à saúde global, afetando tanto a infraestrutura de saúde quanto a resiliência das comunidades, especialmente as mais vulneráveis.

Impactos das mudanças climáticas na saúde pública

As alterações climáticas têm efeitos devastadores e crescentes sobre a saúde pública. Aumentos na temperatura global, eventos climáticos extremos, como furacões, inundações e

secas, e mudanças nos padrões de chuvas estão resultando em maior incidência de doenças transmitidas por vetores, como dengue, zika, malária e febre chikungunya, cujos mosquitos transmissores proliferam em áreas mais quentes e úmidas. Os desastres naturais, por sua vez, têm destruído a infraestrutura de saúde, dificultando o acesso aos cuidados de saúde, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso.

Esses eventos extremos também afetam a segurança alimentar e hídrica, o que, segundo especialistas, aumenta o risco de desnutrição, insegurança alimentar e doenças transmitidas pela água, como a cólera. A OPAS reconhece que esses desafios exigem respostas coordenadas que combinem esforços de adaptação às mudanças climáticas com o fortalecimento dos sistemas de saúde e a preparação para emergências.

Resoluções sobre mudanças climáticas e saúde

O 61º Conselho Diretivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) aprovou uma nova política de [saúde, mudança climática e equidade](#) com o objetivo de fortalecer as ações do setor de saúde. A política aborda a vulnerabilidade das Américas devido a condições climáticas extremas, economias sensíveis ao clima e alta desigualdade social. Ele enfatiza que a mudança climática exacerba as desigualdades de saúde existentes, afetando particularmente populações vulneráveis, como pobres, povos indígenas e migrantes. Dessa forma, visa preparar os sistemas de saúde para lidar com os impactos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que promove uma agenda de mitigação, com a redução das emissões de carbono nos setores de saúde. Esta política também se concentra no fortalecimento das capacidades nacionais para responder aos desafios impostos por desastres naturais e crises ambientais, com foco na equidade e na proteção das populações mais vulneráveis, como crianças, idosos e comunidades de baixa renda, que são desproporcionalmente afetadas por eventos climáticos extremos, aprimorando os sistemas de vigilância e aumentando o financiamento para iniciativas climáticas e de saúde.

A nova política estabelece metas claras para que os países da região adaptem seus sistemas de saúde às realidades climáticas emergentes. Entre as medidas propostas estão o desenvolvimento de infraestruturas hospitalares resilientes e sustentáveis, a implementação de tecnologias verdes, como o uso de energias renováveis em instalações de saúde, e o incentivo à economia circular nos sistemas de saúde, promovendo a redução de resíduos hospitalares e o uso sustentável de recursos. O setor de saúde é instado a tomar medidas decisivas e equitativas nos esforços de adaptação e mitigação. As principais ações incluem:

1. Fortalecer a adaptação do setor de saúde aos impactos climáticos, reduzindo as desigualdades em saúde.
2. Construir sistemas de saúde de baixo carbono para alcançar co-benefícios de saúde e reduzir as desigualdades.
3. Aumentar a conscientização e promover o envolvimento da comunidade com foco na equidade e nos direitos humanos.
4. Melhorar a vigilância climática e sanitária e estratégias baseadas em evidências.
5. Aumentar o financiamento para adaptação e mitigação climática, priorizando grupos vulneráveis.

Outros pontos da reunião

Integração entre saúde e meio ambiente

Os participantes da reunião também destacaram a importância de integrar saúde e políticas ambientais de maneira mais eficaz. O conceito de “saúde planetária” ganhou força durante os debates, reconhecendo que a saúde humana está intrinsecamente ligada à saúde dos ecossistemas. A destruição de habitats naturais, a perda de biodiversidade e o aumento da poluição atmosférica estão diretamente relacionados ao surgimento e disseminação de novas doenças infecciosas, como foi evidenciado pela pandemia de COVID-19.

Adaptação e mitigação climática no setor de saúde

Durante a conferência, os delegados enfatizaram que o setor de saúde precisa não apenas adaptar-se às mudanças climáticas, mas também desempenhar um papel ativo na mitigação das emissões de gases de efeito estufa. As instalações de saúde são uma fonte significativa de emissões de carbono, e o setor precisa adotar práticas mais sustentáveis para reduzir sua pegada ambiental. Uma das resoluções discutidas foi o desenvolvimento de um roteiro de descarbonização dos sistemas de saúde, promovendo o uso de energias renováveis, a construção de hospitais verdes e a otimização de processos que reduzam o consumo de energia e a produção de resíduos.

Ação global e regional coordenada

Para enfrentar esses desafios, a OPAS e os países membros reforçaram a necessidade de “cooperação regional e global”. Foram discutidos os mecanismos de financiamento climático e a necessidade de integrar a saúde às negociações internacionais sobre mudanças climáticas, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP), garantindo que os sistemas de saúde estejam no centro das discussões sobre adaptação e mitigação climática.

Os delegados também enfatizaram a importância de garantir que os países em desenvolvimento, que são os mais afetados pelos impactos climáticos e têm menos recursos para responder às crises, recebam apoio técnico e financeiro para implementar essas mudanças. O fortalecimento da capacidade regional de produzir vacinas, medicamentos e tecnologias essenciais também foi visto como uma medida importante para aumentar a resiliência diante de futuras crises climáticas e sanitárias.

Ao encerrar a reunião, Jarbas Barbosa reiterou que as mudanças climáticas representam uma ameaça existencial para a saúde global, e que é essencial que os países das Américas trabalhem juntos para construir sistemas de saúde mais resilientes e sustentáveis. Ele pediu que todos os participantes reafirmassem seu compromisso com os valores de equidade e solidariedade, lembrando que os efeitos das mudanças climáticas são sentidos de forma desigual e que é necessário garantir que ninguém seja deixado para trás na resposta a essa crise global.

A política está alinhada com a [Resolução sobre Mudanças Climáticas e Saúde de 2024](#) da Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras estruturas climáticas internacionais. Ela destaca os impactos desproporcionais das mudanças climáticas, incluindo um aumento nas mortes relacionadas ao calor e doenças transmitidas por vetores, enfatizando a necessidade de sistemas de saúde resilientes e sustentáveis.

Declaração Ministerial do Grupo de Trabalho do G20 sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade Climática

O G20 representa mais de 80% do PIB mundial, 80% da população mundial, bem como aproximadamente 80% das emissões mundiais de gases de efeito estufa, do uso de recursos e energia, e de 75% da geração de resíduos. Dessa forma, a ação conjunta desse grupo de países é imprescindível para frear as várias crises ambientais existente.

O Grupo de Trabalho de Meio Ambiente e Sustentabilidade Climática do G20 chegaram a um consenso sobre as prioridades climáticas e de sustentabilidade do Brasil durante reunião ministerial em 3 de outubro de 2024, no Rio de Janeiro. O grupo concordou [com uma declaração comprometendo-se a enfrentar os desafios climáticos, como perda de biodiversidade, desertificação, degradação dos oceanos e da terra, seca e poluição](#). A ministra do Meio Ambiente e Clima do Brasil, Marina Silva, enfatizou o importante papel global do G20, que detém 80% dos recursos financeiros e das emissões de CO₂, e a necessidade de fortes compromissos para manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C.

A Declaração Ministerial do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente e Sustentabilidade Climática do G20 expressou solidariedade ao Brasil e outros países afetados por eventos climáticos extremos, destacando a urgência de ações mais fortes. Reconhece a responsabilidade do G20 por grande parte das emissões de gases de efeito estufa e reafirma o compromisso em transformar promessas em ações concretas antes de 2030. Os compromissos incluem avanço nas Convenções do Rio e nas negociações de um tratado global contra a poluição plástica. A agenda do Brasil no G20, focada em adaptação climática, oceanos, ecossistemas e economia circular, também foi destacada. A declaração solicita recursos suficientes, cooperação tecnológica e esforços para enfrentar as desigualdades, um foco importante da liderança do G20 do Brasil.

Além disso, a declaração enfatizou a importância de ferramentas, como pagamentos de serviços ecossistêmicos, para preservar a biodiversidade e restaurar os ecossistemas. Também destacou a necessidade de financiamento público para ações de adaptação, particularmente no Sul Global, e se comprometeu a avançar nas políticas de adaptação climática. Por fim, o grupo enfatizou a importância da economia circular, reconhecendo o papel das mulheres, comunidades tradicionais e povos indígenas, ao mesmo tempo em que promove a gestão de resíduos eficiente em termos de recursos e transições ecológicas inclusivas

No entanto, não há qualquer menção de compromisso para controlar as fontes de emissão de gases de efeito estufa, como a queima de combustíveis fósseis e agropecuária, ficando “subentendido” no parágrafo 5, mas o que não é explicitamente dito, não constitui compromisso:

5 - Conscientes do nosso papel de liderança, reafirmamos os nossos compromissos inabaláveis, na prossecução do objetivo de combater as alterações climáticas através do reforço da plena e eficaz implementação do Acordo de Paris e sua meta de temperatura, refletindo a equidade e a responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respectivas capacidades, à luz de diferentes circunstâncias nacionais. Destacamos a importância de uma ação ambiciosa em todos os pilares do Acordo de Paris, levando em consideração a melhor ciência disponível.

Em suma, o documento é um compromisso em minimizar os efeitos das mudanças climáticas através da restauração da natureza, preservação da biodiversidade e diminuição da pressão sobre as mesmas, porém sem acordo sobre frear as mudanças climáticas.

Destaque dos principais temas na declaração

❖ Oceanos: críticos para o desenvolvimento sustentável

Sobre adaptação aos oceanos, o G20 reconhece papel fundamental na garantia da estabilidade climática e no enfrentamento dos efeitos adversos das mudanças do clima. Os países assumiram o compromisso pela ampliação dos esforços para financiamento, planejamento e gestão de medidas "essenciais para garantir a proteção do ambiente marinho e a conservação e uso sustentável dos recursos marinhos e da biodiversidade", com foco no cumprimento dos ODS 14 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), que trata sobre o tema.

❖ Pagamento de serviços ecossistêmicos: aliado à preservação ambiental

Os países destacam ainda a necessidade de intensificar esforços para barrar e reverter a perda de biodiversidade e restaurar ecossistemas, considerando ferramentas econômicas inovadoras como o pagamento de serviços ecossistêmicos, bem como para que o capital gerado integre as contas nacionais como parte da economia dos países. A declaração enfatiza o papel chave do financiamento público para mobilizar recursos para ações de adaptação.

❖ Mais recursos e políticas públicas para adaptação à crise climática

Considerando o crescimento dos impactos das mudanças do clima nos países do G20, especialmente do Sul Global, os países também se comprometem a priorizar e integrar medidas de adaptação à crise. "Nos comprometemos a progredir na formulação e implementação das nossas próprias políticas de adaptação, ao mesmo tempo que cooperamos com outros países na construção de resiliência e no reforço da capacidade de adaptação às alterações climáticas, desde os níveis global aos locais", pontuam.

❖ Economia circular: protagonismo de mulheres, comunidades tradicionais e indígenas

Líderes das maiores economias mundiais ainda reafirmaram o compromisso de reduzir significativamente a geração de resíduos por meio de iniciativas de economia circular. O grupo reconheceu a necessidade de mobilizar recursos e parcerias para apoiar as nações do Sul Global na gestão adequada de resíduos, promovendo o uso eficiente de recursos. O documento destaca também a urgência de uma transição ecológica inclusiva e justa, por meio da criação de empregos de qualidade e a inclusão de trabalhadores informais, mulheres, comunidades locais e povos indígenas nas cadeias de valor da economia circular.

Discurso proferido por Inger Andersen durante a reunião ministerial do Grupo de Trabalho do G20 sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade Climática

Inger Andersen, Diretora Executiva do PNUMA, pediu ao G20 que mostre vontade política, forneça liderança e aumente o financiamento para enfrentar a tripla crise planetária, com o PNUMA prometendo apoio contínuo às futuras presidências do G20, incluindo a África do Sul em 2025.

Neste discurso ao Grupo de Trabalho de Meio Ambiente e Sustentabilidade Climática do G20, a diretora elogia a liderança do Brasil e o crescente papel dos países do Sul Global, enfatizando a importância da equidade, justiça e inclusão social para a sustentabilidade ambiental. "A presidência do Brasil destacou a proteção de comunidades vulneráveis, incluindo povos indígenas, e avançou na ação ambiental em vários setores".

O mundo está enfrentando uma tripla crise planetária – mudança climática, perda de biodiversidade e poluição – exigindo ação imediata. O G20, responsável por mais de 80% da economia global, tem o poder de enfrentar essas crises. Inger enfatiza três prioridades:

1. **Ação unificadora entre as convenções globais:** As Convenções do Rio sobre mudança climática, biodiversidade e desertificação, juntamente com outros acordos ambientais multilaterais, devem trabalhar juntas para garantir um planeta sustentável. Próximos encontros importantes – COPs da ONU sobre Biodiversidade, Clima e Desertificação – devem avançar nos compromissos de biodiversidade, financiamento climático e restauração de terras.

2. **Apresentação de fortes Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) em 2025:** São necessários compromissos mais fortes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, com o objetivo de reduzir pela metade as emissões até 2030 para manter viva a meta de 1,5°C. As nações do G20, especialmente as mais responsáveis pelas emissões, devem liderar esse esforço, eliminando gradualmente os combustíveis fósseis e impulsionando a energia renovável.

3. **Apoiar um acordo global sobre poluição plástica:** Existe uma oportunidade histórica em 2024 para finalizar um tratado global sobre poluição plástica. Este tratado deve combater os plásticos descartáveis e promover uma economia circular. As nações do G20 devem garantir que o tratado seja ambicioso, confiável e justo.

Fórum de Ação do ODS7 Energy Now 2024

O [Fórum de Ação Energy Now SDG7 2024](#) foi organizado pela ONU-Energia e apoiado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UN DESA). Aconteceu de 25 a 27 de setembro de 2024 em Nova York, juntamente com a 79ª sessão da Assembleia Geral da ONU. O fórum reuniu partes interessadas de alto nível, incluindo representantes de governos, organizações internacionais e líderes do setor privado, para discutir a aceleração do progresso no ODS7 (energia acessível, confiável e sustentável para todos) e a transição energética para emissões líquidas zero até 2050.

O fórum tem uma história enraizada na promoção do acesso à energia e da sustentabilidade, convocado pela primeira vez em 2022 após o Diálogo de Alto Nível sobre Energia de 2021, que foi a primeira cúpula da ONU sobre energia em 40 anos. O objetivo é acompanhar os compromissos de várias partes interessadas por meio de Pactos Energéticos, que são ações voluntárias e rastreáveis para atingir o ODS7 e as metas líquidas zero.

O fórum se concentrou em mobilizar ações para uma transição energética justa e inclusiva, discutindo desafios como financiamento, igualdade de gênero e resiliência climática, enfatizando parcerias entre os setores público e privado. Houve uma forte ênfase na mudança para fontes renováveis, como energia solar e eólica, com menção específica de que a energia solar em telhados é um próximo passo crítico em países como a Índia.

No entanto, persistem desafios com os sistemas energéticos existentes, especialmente no que diz respeito à dependência de combustíveis fósseis e carvão. O fórum discutiu estratégias para reduzir a dependência dessas fontes de energia. Vários participantes, incluindo funcionários do governo e representantes do setor privado, enfatizaram a importância de eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e fazer a transição para sistemas de energia de baixo carbono. As tecnologias de captura e armazenamento de carbono, bem como as medidas de eficiência energética, foram destacadas como essenciais para essa transição – Cabe aqui um parêntese que as tecnologias de captura e armazenamento de carbono estão há 30 anos em

desenvolvimento sem nenhum avanço significativo, servindo de muleta para justificar a manutenção dos combustíveis fósseis. No entanto são ineficientes, pouco seguras e extremamente caras.

Além disso, houve discussão sobre as complexidades do financiamento de projetos de energia limpa e a necessidade de soluções de financiamento combinado para apoiar a eliminação gradual do carvão e dos combustíveis fósseis. A sessão sobre energia livre de carbono observou especificamente que alcançar a transição exigiria mudanças significativas de políticas, compromissos financeiros e cooperação global para substituir a energia baseada em combustíveis fósseis por alternativas sustentáveis.

Dia Internacional de Conscientização sobre Perda e Desperdício de Alimentos

O Dia Internacional de Conscientização sobre Perda e Desperdício de Alimentos (IDAFLW) foi comemorado em 29 de setembro de 2024, enfatizando a necessidade de aumentar o financiamento para reduzir a perda e o desperdício de alimentos, o que é vital para atingir as metas climáticas e avançar na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em 2021, 13,2% dos alimentos foram perdidos após a colheita e, em 2022, 19% dos alimentos foram desperdiçados no varejo e nas residências. Esse desperdício afeta a segurança alimentar, os meios de subsistência e o meio ambiente, pois o desperdício de alimentos contribui para 8-10% das emissões do sistema agroalimentar, produzindo metano, que é mais prejudicial que o dióxido de carbono.

Lidar com a perda e o desperdício de alimentos em toda a cadeia de suprimentos pode melhorar a eficiência do sistema alimentar, garantindo que mais alimentos cheguem aos necessitados. Também ajuda a atingir a Meta 12.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que visa reduzir pela metade o desperdício de alimentos até 2030 e se alinha com as metas do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming Montreal. Reduzir a perda e o desperdício de alimentos é essencial para melhorar a segurança alimentar, mitigar a fome, proteger o meio ambiente e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Alcançar isso requer ação urgente e maior acesso ao financiamento climático.

Relatório Unidos na Ciência

O relatório "[Unidos na Ciência](#)", de várias agências coordenado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) ressalta que a ação climática atual é insuficiente para atingir metas vitais, pois os impactos das mudanças climáticas ameaçam os ganhos de desenvolvimento e o bem-estar humano. As emissões de gases de efeito estufa e as tendências de aquecimento continuam a aumentar, com dois terços de chance de as temperaturas globais atingirem 3°C neste século. Apesar disso, os avanços na tecnologia, como IA e observações espaciais, oferecem soluções potenciais para adaptação climática e redução do risco de desastres.

O relatório identifica os principais desafios e oportunidades na ação climática e enfatiza a necessidade de medidas urgentes e ambiciosas:

- **Status da Ação Climática:** As emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) atingiram níveis recordes, levando a um aumento projetado de até 3°C neste século sob as políticas atuais. A ação imediata é essencial para evitar mais degradação ambiental e alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

- **Tecnologia como um divisor de águas:** Os avanços em inteligência artificial (IA), aprendizado de máquina (ML) e tecnologias baseadas no espaço têm o potencial de revolucionar a previsão do tempo e melhorar a adaptação climática e a redução do risco de desastres.

- **Abordagens transdisciplinares:** Enfrentar os desafios climáticos requer uma abordagem colaborativa que integre diversos conhecimentos das ciências naturais e sociais, formuladores de políticas e comunidades locais para criar soluções relevantes e eficazes.

- **Sistemas de alerta precoce:** O relatório destaca a necessidade de sistemas robustos de alerta precoce multirrisco (MHEWS) para proteger vidas e meios de subsistência. A **iniciativa Early Warnings for All (EW4All)** visa garantir o acesso global a sistemas de alerta precoce que salvam vidas até 2027.

O relatório pede ação coletiva urgente e a integração de novas tecnologias e colaboração interdisciplinar para alcançar um futuro sustentável e equitativo para todos.

❖ **Eventos Futuros**

COP 16 sobre diversidade biológica

A [16ª reunião da Conferência das Partes \(COP16\)](#) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) será realizada em Cali, Colômbia, de 21 de outubro a 1º de novembro de 2024. A COP 16 será a primeira COP da Biodiversidade desde a adoção do [Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal](#) (*Global Biodiversity Framework – GBF*) na COP 15 em dezembro de 2022 em Montreal, Canadá.

Na COP 16, os governos terão a tarefa de revisar o estado de implementação do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal. Espera-se que as Partes da Convenção demonstrem o alinhamento de suas [Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade \(NBSAPs\)](#). A COP 16 se propõe a desenvolver a estrutura de monitoramento e promover a mobilização de recursos para o GBF. Entre outras tarefas, a COP 16 também deve finalizar e operacionalizar o mecanismo multilateral sobre a repartição justa e equitativa dos benefícios do uso de informações de sequência digital sobre recursos genéticos. A 11ª Reunião da Conferência das Partes atuando como Reunião das Partes (MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e a quinta MOP do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização também serão realizadas durante o mesmo período.

A agenda provisória pode ser encontrada [aqui](#).

COP 30 - Assinatura do Memorando de Entendimento entre o PNUMA e o Estado do Pará, Brasil

Belém, capital do Pará, sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), marcando a primeira COP na Amazônia. Estudos alertam que a Amazônia pode chegar a um ponto de inflexão em cerca de 30 anos sem ação. Em resposta, o Pará alcançou uma redução de 36% nas taxas de desmatamento no ano passado, apesar de desafios como a extração ilegal de madeira. O estado estabeleceu metas ambiciosas para acabar com o desmatamento até 2030 e reflorestar mais de 1 milhão de hectares até 2035, alinhando-se às metas climáticas internacionais.

Um Memorando de Entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) aumentará a colaboração e garantirá um foco nas florestas e nas Soluções Baseadas na Natureza na COP30. Ainda não foi encontrado registro e o mesmo já foi assinado.

Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Baku - novembro de 2024

Espera-se que a COP 29, a ser realizada em Baku, Azerbaijão, em novembro de 2024, resulte em resultados significativos de ação climática. Os principais objetivos incluem:

1. **Nova meta de financiamento climático:** Um dos principais objetivos é definir a nova meta quantificada coletiva (NCQG) sobre financiamento climático. Isso substituirá a atual meta de US\$ 100 bilhões por ano, estabelecida no contexto do Acordo de Paris, que não foi cumprida. A nova meta considerará as necessidades dos países em desenvolvimento e influenciará futuras Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), previstas para fevereiro de 2025.

2. **Mitigação:** A mitigação será um foco central, especialmente após o fracasso em chegar a um acordo sobre o Programa de Trabalho de Mitigação durante as negociações de junho de 2024. A COP 29 se concentrará no avanço do processo de Balanço Global (GST) sob o Acordo de Paris, particularmente a transição dos combustíveis fósseis, que é fundamental para manter o aquecimento global abaixo da meta de 1,5°C.

3. **Perdas e danos:** A conferência analisará o **Mecanismo Internacional de Varsóvia** e avaliará o progresso da **Rede de Santiago**, que fornece assistência técnica para perdas e danos. Além disso, as partes fornecerão orientações sobre a operacionalização do novo fundo de perdas e danos, incluindo a determinação de critérios de elegibilidade para países afetados por impactos climáticos.

4. **Adaptação:** Os debates sobre a adaptação terão como objetivo avançar na definição de indicadores de adaptação, processo que deverá estar concluído até 2026. Haverá também um diálogo de alto nível focado na ampliação do financiamento da adaptação.

5. **Artigo 6º do Acordo de Paris:** Outro item importante é a finalização das modalidades de abordagens cooperativas baseadas no mercado (Artigo 6.2 e 6.4), que envolvem mecanismos de comércio de carbono.

Outras discussões importantes:

1. **Resultados do balanço global:** Refinar os elementos processuais e logísticos do processo GST, que avalia o progresso coletivo sob o Acordo de Paris.
2. **Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero:** Uma revisão final de sua implementação e seu plano de ação de gênero associado.
3. **Transição justa:** uma mesa redonda de alto nível sobre como garantir uma transição justa para longe dos combustíveis fósseis.
4. **Relatórios de transparência:** Os países enviarão seus primeiros relatórios de transparência bienais até o final de 2024, aumentando a responsabilidade sob o Acordo de Paris.

Essas discussões e negociações na COP 29 moldarão as ações climáticas globais nos próximos anos, com foco em finanças, mitigação, perdas e danos e esforços de adaptação.

Relatório Mundial sobre Proteção Social 2024-26 da OIT: proteção social tem papel fundamental na mitigação dos impactos das alterações climáticas

ILO World Social Protection Report 2024-26: Social protection has a key role in mitigating the impacts of climate change

René Mendes

Resumo – O presente texto analisa, brevemente, o “**Relatório Mundial sobre Proteção Social 2024-26: Proteção Social Universal para a Ação Climática e uma Transição Justa**”, lançado durante a 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro passado. Este Relatório da OIT apresenta um panorama global dos progressos realizados em todo o mundo desde 2015, em matéria de extensão da proteção social. Conclui que, pela primeira vez, mais de metade da população global (52,4%) está abrangida por alguma forma de cobertura de proteção social, uma proporção superior aos 42,8% verificados em 2015, ano em que foram adotados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, nos 20 países mais vulneráveis à crise climática, 91,3% das pessoas (364 milhões) ainda carecem de qualquer forma de proteção social. De forma mais ampla, nos 50 países mais vulneráveis ao clima, 75% da população (2,1 bilhões de pessoas) não tem qualquer cobertura de proteção social. Globalmente, a maioria das crianças (76,1%) permanece sem cobertura de proteção social eficaz. Existe também uma disparidade de gênero significativa, com a cobertura efetiva das mulheres muito aquém da verificada para os homens (50,1 e 54,6%, respetivamente). O Relatório inova em seu destaque sobre a essencialidade da proteção social para enfrentamento da crise climática e a necessidade de ação climática e de uma transição para um mundo mais sustentável. Segundo o entendimento da OIT, a proteção social desempenha um papel fundamental na mitigação do impacto das alterações climáticas, mas os países mais impactados pela crise climática são, exatamente, os que estão menos preparados. “Os governos devem fazer mais para que a proteção social universal seja utilizada para adaptar e mitigar o impacto das alterações climáticas e alcançar uma transição justa”, conclui este novo Relatório da OIT.

Palavras-chave: OIT; 79AGNU; proteção social; seguridade social; previdência social; mudanças climáticas.

Abstract: *This article briefly analyses the “Global Social Protection Report 2024-26: Universal Social Protection for Climate Action and a Just Transition”, launched during the 79th United Nations General Assembly in September. This ILO report provides a global overview of progress made worldwide since 2015 in terms of extending social protection. It concludes that, for the first time, more than half of the global population (52.4%) is covered by some form of social protection coverage, a proportion higher than the 42.8% recorded in 2015, the year in which the Sustainable Development Goals were adopted. However, in the 20 countries most vulnerable to the climate crisis, 91.3% of people (364 million) still lack any form of social protection. More broadly, in the 50 most climate-vulnerable countries, 75% of the population (2.1 billion people) have no social protection coverage at all. Globally, the majority of children (76.1%) remain without effective social protection coverage. There is also a significant gender gap, with women’s effective coverage far below that of men (50.1 and 54.6%, respectively). The Report breaks new ground in highlighting the essential role of social protection in addressing the climate crisis and*

the need for climate action and a transition to a more sustainable world. According to the ILO, social protection plays a key role in mitigating the impact of climate change, but the countries most impacted by the climate crisis are precisely those that are least prepared. “Governments must do more to ensure that universal social protection is used to adapt to and mitigate the impact of climate change and achieve a just transition,” concludes this new ILO Report.

Keywords: ILO; 79UNGA; social protection; social security; social welfare; climate change.

INTRODUÇÃO

Como previsto nas agendas mútuas da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a sede da ONU em Nova York e a realização da 79ª Assembleia Geral serviram de palco de grande visibilidade para o lançamento do **“Relatório sobre Proteção Social 2024-26: Proteção Social Universal para a Ação Climática e uma Transição Justa”**⁷, no dia 24 de setembro.

O **Relatório** completo, em inglês, é um alentado documento de 386 páginas⁸, acompanhado por textos de um **Resumo Executivo** em vários idiomas⁹, inclusive em português¹⁰, dos quais faremos uma breve síntese em nosso texto para o Cadernos CRIS # 18/2024.

Este Relatório da OIT apresenta um panorama global dos progressos realizados em todo o mundo desde 2015, em matéria de extensão da proteção social, inovando em seu destaque sobre a essencialidade da proteção social para enfrentamento da **crise climática** e a **necessidade de ação climática** e de uma **transição para um mundo mais sustentável**. Segundo o entendimento da OIT, a proteção social desempenha um papel fundamental na mitigação do impacto das alterações climáticas, mas os países mais impactados pela crise climática são, exatamente, os que estão menos preparados. “Os governos devem fazer mais para que a proteção social universal seja utilizada para adaptar e mitigar o impacto das alterações climáticas e alcançar uma transição justa”, refere este novo Relatório da OIT.

O **“Relatório sobre Proteção Social 2024-26: Proteção Social Universal para a Ação Climática e uma Transição Justa”** conclui que, pela primeira vez, mais de metade da população global (52,4%) está abrangida por alguma forma de cobertura de proteção social, uma proporção superior aos 42,8% verificados em 2015, ano em que foram adotados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, **nos 20 países mais vulneráveis à crise climática, 91,3% das pessoas (364 milhões) ainda carecem de qualquer forma de proteção social**. De forma mais ampla, **nos 50 países mais vulneráveis ao clima, 75% da população (2,1 bilhões de pessoas) não tem qualquer cobertura de proteção social**. Globalmente, **a maioria das crianças (76,1%) permanece sem**

⁷ <https://live.ilo.org/events/global-launch-world-social-protection-report-2024-26-universal-social-protection-climate>

⁸ <https://www.ilo.org/publications/flagship-reports/world-social-protection-report-2024-26-universal-social-protection-climate>

⁹ <https://www.ilo.org/es/publications/flagship-reports/world-social-protection-report-2024-26-universal-social-protection-climate>

¹⁰ <https://www.ilo.org/pt-pt/publications/flagship-reports/world-social-protection-report-2024-26-universal-social-protection-climate>

cobertura de proteção social eficaz. Existe também uma **disparidade de gênero** significativa, com a cobertura efetiva das mulheres muito aquém da verificada para os homens (50,1 e 54,6%, respetivamente).

Estas lacunas são especialmente significativas dado o papel potencial da proteção social na mitigação do impacto das alterações climáticas, no apoio às pessoas e sociedades na adaptação a uma nova realidade de volatilidade climática e na facilitação de uma transição justa para um futuro sustentável.

"As alterações climáticas não reconhecem fronteiras e não podemos construir um muro para manter a crise de fora. A crise climática afeta-nos a todos e representa a ameaça mais grave para a justiça social dos dias de hoje", afirmou Gilbert F. Hounbo, Diretor-Geral da OIT. "Muitos dos países que vivem as consequências mais brutais desta crise estão particularmente mal equipados para lidar com as suas consequências ambientais e de subsistência. Devemos reconhecer que o que acontece às comunidades impactadas nos afetará a todos."

A proteção social universal está no topo da lista de ferramentas que temos à nossa disposição para nos ajudar a garantir que a crise climática não aprofunde as desigualdades e a exclusão presentes nas comunidades afetadas", Gilbert F. Hounbo, Diretor-Geral da OIT

A proteção social pode ajudar as pessoas a adaptarem-se e a lidar com os choques relacionados com o clima, proporcionando benefícios de proteção social, como a segurança de rendimentos e o acesso a cuidados de saúde, acredita o Diretor-Geral da OIT.

Além disso, a proteção social pode proteger as famílias, os trabalhadores e as empresas durante a transição verde e promover práticas económicas mais sustentáveis, inclusive apoiando os trabalhadores na formação e atualização de competências para que estejam equipados com conhecimento e competências para os empregos dos setores verdes e de baixo carbono, prossegue. A proteção social também garante que todos os trabalhos são dignos, com proteção e benefícios adequados.

"A proteção social é essencial para garantir que a transição em curso, para fontes energéticas verdes e de baixo carbono, não deixa ninguém para trás. E o imperativo para tornar a proteção social universal não é apenas ético, é também prático: apoiando e protegendo os trabalhadores em todas as partes do mundo, podemos ajudar a aliviar os medos acerca da transição, o que é essencial para mobilizar o apoio popular para uma transição sustentável e justa", acrescentou o Diretor-Geral.

No entanto, apesar do seu papel enquanto catalisador e facilitador de ações climáticas positivas, os governos não estão aproveitando ao máximo o potencial da proteção social, em grande parte devido a lacunas de cobertura persistentes e a um subinvestimento significativo.

Em média, os países gastam 12,9% do seu produto interno bruto (PIB) em proteção social (excluindo a saúde). No entanto, **embora os países de rendimento elevado gastem em média 16,2%, os países de rendimento baixo mobilizam apenas 0,8% do seu PIB para a proteção social.** Os países de baixo rendimento – que incluem os mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas – necessitam de mais 308,5 bilhões de dólares por ano (52,3% do seu PIB) para garantir pelo menos um nível básico de proteção social, sendo o apoio internacional necessário para alcançar este objetivo, defende o Diretor-Geral da OIT.

O Relatório faz um apelo a ações de política decisivas e integradas para reduzir lacunas de proteção, argumentando que é tempo de investir significativamente na proteção social. O

relatório oferece recomendações importantes para ajudar a orientar as políticas e garantir resultados eficazes e sustentáveis, incluindo:

- Preparar tanto para os **riscos do ciclo de vida “rotineiros”**, como para os **choques relacionados com o clima**, garantindo que os sistemas de proteção social estão em funcionamento e que todos gozam de uma proteção social adequada.

- **Utilizar a proteção social para apoiar os esforços de mitigação e adaptação às alterações climáticas e garantir a aceitação pública dessas medidas.**

- Priorizar o investimento em proteção social, incluindo o apoio externo dirigidos a países com espaço orçamentário limitado.

SÚMULA DO RESUMO EXECUTIVO

Pela primeira vez, mais de metade da população mundial está agora coberta por alguma forma de proteção social. Embora se trate de um progresso aguardado, **a realidade nua e crua é que 3,8 bilhões de pessoas continuam completamente desprotegidas**. A necessidade premente de tornar o **direito humano à previdência social** uma realidade para todos torna-se ainda mais urgente dado o papel que a proteção social deve desempenhar na resposta a um desafio ainda mais importante: isto é, a necessidade de ação climática e de uma transição justa para enfrentar a tripla crise planetária – alterações climáticas, poluição e perda de biodiversidade – que põe em perigo o nosso mundo. Com grandes pontos de ruptura prestes a serem ultrapassados devido ao aquecimento atual, **a crise climática representa a mais grave ameaça à justiça social**.

Por conseguinte, como resposta, é urgentemente necessário avançar rapidamente para uma **transição justa**. Os sistemas universais de proteção social têm um papel importante a desempenhar para ajudar a concretizar as ambições climáticas e facilitar uma transição justa. Com especial destaque para a crise climática e a necessidade de uma transição justa, o presente Relatório apresenta um panorama global dos progressos realizados em todo o mundo desde 2015, no que diz respeito ao alargamento da proteção social e à criação de **sistemas de proteção social baseados em direitos**. Ao fazê-lo, dá uma contribuição essencial para o quadro de acompanhamento da *Agenda 2030*. E apela aos decisores políticos, aos parceiros sociais e a outras partes interessadas para que acelerem os seus esforços no sentido de **preencher simultaneamente as lacunas de proteção e concretizar as ambições climáticas**.

Este Relatório dá origem a cinco mensagens:

- **A proteção social contribui significativamente para a adaptação e mitigação das alterações climáticas.** A proteção social é fundamental para a **adaptação** porque enfrenta as causas profundas da vulnerabilidade prevenindo a pobreza e a exclusão social e reduzindo a desigualdade. Reforça a capacidade das pessoas fazerem face aos choques relacionados com o clima, proporcionando um nível mínimo de rendimento e o acesso a cuidados de saúde. Contribui igualmente para aumentar as capacidades de adaptação, incluindo as das gerações futuras, através dos seus impactos positivos no desenvolvimento humano, no investimento produtivo e na diversificação dos meios de subsistência. Além disso, uma resposta inclusiva e eficiente às perdas e danos em grande escala pode alavancar os sistemas de proteção social, especialmente quando existem níveis elevados de cobertura e preparação. Os sistemas de proteção social são também fundamentais para compensar e proteger as pessoas e as empresas dos potenciais impactos adversos das políticas de **mitigação** e outras políticas ambientais.

Quando combinadas com políticas ativas do mercado de trabalho, podem ajudar as pessoas a transitarem para empregos mais verdes e na prossecução de práticas económicas mais sustentáveis. A proteção social pode também apoiar diretamente os esforços de mitigação. A ecologização dos fundos de pensões públicos, a conversão dos subsídios aos combustíveis fósseis em benefícios de proteção social e a prestação de apoios ao rendimento para desincentivar atividades prejudiciais de forma a proteger e restaurar sumidouros naturais de carbono cruciais são algumas das opções para apoiar a redução das emissões.

• ***A proteção social é, por conseguinte, um facilitador da ação climática e um catalisador para uma transição justa e para uma maior justiça social.*** Os sistemas de proteção social, como parte de uma resposta política integrada, permitem às sociedades gerirem melhor os choques climáticos e satisfazer os imperativos de mitigação e adaptação de uma forma equitativa. A proteção social ajuda as pessoas, protegendo os seus rendimentos, saúde e emprego, bem como as empresas, protegendo dos choques climáticos e dos impactos adversos das políticas climáticas. A proteção social incentiva a assunção de riscos produtivos e o planeamento antecipado, podendo assim garantir que todos - incluindo os mais vulneráveis - possam beneficiar das medidas de adaptação às alterações climáticas. Pode facilitar a reestruturação do emprego, proteger o nível de vida, manter a coesão social, reduzir a vulnerabilidade e contribuir para a construção de sociedades mais justas e inclusivas e de economias sustentáveis e produtivas. No entanto, a proteção social não pode fazê-lo sozinha. Tem de trabalhar em conjunto com outras políticas para permitir políticas de mitigação e adaptação eficazes, que são tão vitais para um planeta habitável.

• ***Uma ação política decisiva é necessária para reforçar os sistemas de proteção social e adaptá-los às novas realidades, especialmente nos países mais vulneráveis às alterações climáticas, onde a cobertura é mais baixa.*** A proteção social aumenta a resiliência das pessoas, das economias e das sociedades, proporcionando uma resposta política sistemática aos **riscos do ciclo de vida**, que se reforçam mutuamente, e aos **riscos relacionados com o clima** (que parecem estar preparados para se tornarem cada vez mais inseparáveis e indistintos com cada ponto decimal de agravamento do aquecimento global). Neste contexto, os decisores políticos terão de alcançar um duplo objetivo: aplicar políticas climáticas para apoiar os esforços de atenuação e adaptação para conter a crise climática, fortalecendo simultaneamente a proteção social para fazer face aos **riscos normais do ciclo de vida** e aos **riscos climáticos**. No contexto de uma paisagem de riscos em evolução, os decisores políticos devem assegurar que os seus sistemas de proteção social conseguem lidar com ambos os tipos de risco.

• ***No entanto, a capacidade dos sistemas de proteção social para contribuírem para uma transição justa é travada por lacunas persistentes na cobertura da proteção social, na adequação e no financiamento.*** Estes obstáculos impedem a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. Investir no reforço dos sistemas de proteção social é indispensável para o êxito de uma transição justa. Os custos da inação são enormes e seria irracional e imprudente não investir. A necessidade de reforçar os sistemas de proteção social é, por conseguinte, tão premente como urgente. Sem investimento em sistemas universais de proteção, a crise climática agravará as vulnerabilidades, a pobreza e as desigualdades existentes, quando é necessário precisamente o contrário. Além disso, para que as políticas ambientais e de mitigação ambiciosas sejam exequíveis, a proteção social será necessária para granjear apoio público. Os instrumentos de direitos humanos e as normas internacionais de seguridade social fornecem orientações essenciais para a criação de sistemas universais de proteção social

capazes de responder a estes desafios e de concretizar o direito humano à seguridade social para todos.

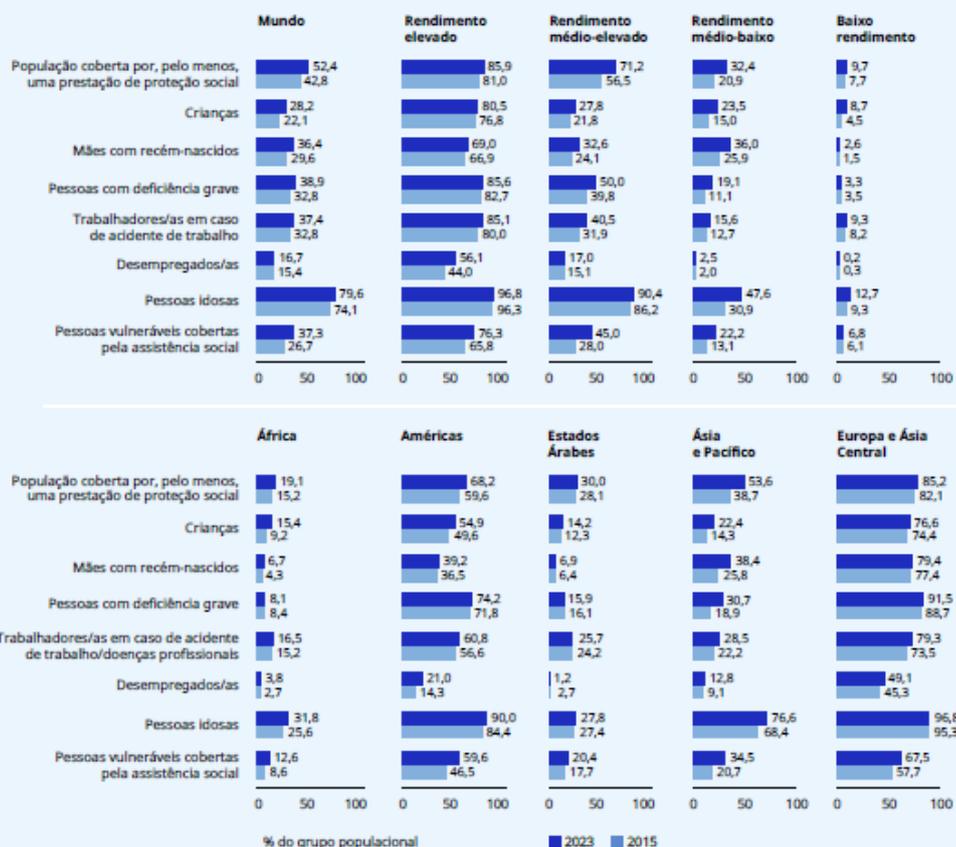
• ***A justiça social deve impulsionar a ação climática e uma transição justa, com os direitos humanos no centro do processo.*** A proteção social pode ajudar a garantir que ninguém fique para trás. Pode contribuir para corrigir as desigualdades e injustiças globais e internas persistentes, que se acentuaram com a crise climática. A crise climática só pode ser ultrapassada através de um esforço comum, mas com responsabilidades diferenciadas de acordo com a capacidade. É necessário reconhecer que a responsabilidade especial pela reparação cabe aos principais responsáveis pela crise. Isto tem implicações importantes para o financiamento da proteção social a nível nacional e para o papel do apoio financeiro internacional a países com capacidades econômicas e orçamentárias insuficientes que menos contribuíram para a crise, mas que estão suportando o seu peso. O que constitui um elemento fundamental da **justiça social**.

Progressos, sim, mas há bilhões de pessoas debilitadas e despreparadas para os choques climáticos e do ciclo de vida que se avizinham

Desde a última edição do **Relatório**, a cobertura da proteção social ultrapassou um marco importante a nível mundial. Pela primeira vez, mais de metade da população mundial (52,4%) está coberta por, pelo menos, uma prestação de proteção social (indicador 1.3.1 dos ODS), aumentando dos 42,8% em 2015 (Ver Figura ES.1). Trata-se de um progresso a ser saudado. Se os progressos continuassem a este ritmo a nível mundial, seriam necessários mais 49 anos – até 2073 – para que todos fossem cobertos por, pelo menos, uma prestação de proteção social. Este ritmo é demasiado lento para eliminar as lacunas de proteção.

Além disso, o mundo segue atualmente duas trajetórias de proteção social muito diferentes e divergentes: os países de rendimento elevado (85,9%) estão mais próximos de beneficiar de uma cobertura universal; e os países de rendimento médio-elevado (71,2%) e os países de rendimento médio-baixo (32,4%) estão fazendo grandes progressos na redução das disparidades de proteção. Ao mesmo tempo, **as taxas de cobertura dos países de rendimento baixo (9,7%) praticamente não aumentaram desde 2015, o que é inaceitavelmente pouco.**

► **Figura ES.1. Indicador 1.3.1 dos ODS: Cobertura efetiva da proteção social, estimativas globais e regionais e por nível de rendimento, por grupo populacional, 2015 e 2023 (percentagem)**



Notas: Ver anexo 2 para uma explicação metodológica. As estimativas globais, regionais e por nível de rendimento são ponderadas pela população. Em rigor, as estimativas não são comparáveis às estimativas regionais dos *Relatórios Mundiais sobre a Proteção Social* anteriores devido a melhorias metodológicas, à disponibilidade alargada de dados e às revisões por país.

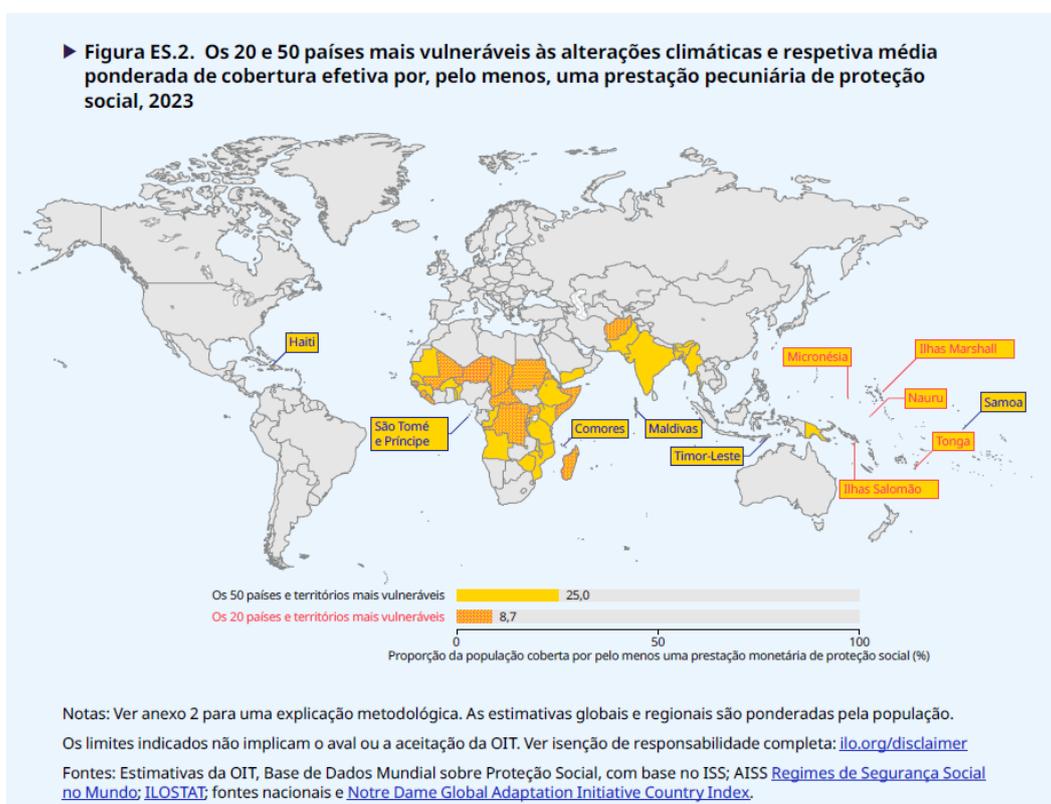
Fontes: Estimativas modeladas da OIT, 2024; *Base de Dados Mundial sobre Proteção Social*, baseado no *Inquérito de Segurança Social (ISS)*; *AISS Regimes de Segurança Social no Mundo*; ILOSTAT; fontes nacionais.

As **assimetrias de gênero** em termos de cobertura legal e efetiva a nível mundial continuam a ser substanciais. A cobertura efetiva das mulheres, para pelo menos uma prestação de proteção social fica aquém da dos homens (50,1% e 54,6%, respetivamente). Em termos da cobertura legal mais completa, observa-se uma desigualdade semelhante. **Apenas 33,8% da população em idade ativa está legalmente coberta por sistemas de previdência social abrangentes.** No entanto, quando este valor é desagregado, revela uma **assimetria de gênero acentuada**, com uma taxa de cobertura de **39,3% para os homens e 28,2% para as mulheres** – uma diferença de 11,1 pontos percentuais. Os sistemas de proteção social devem tornar-se mais sensíveis às questões de gênero enquanto partes integrantes de um conjunto mais vasto de políticas destinadas a combater as desigualdades nos mercados de trabalho, no emprego e na sociedade. Para as pessoas não cobertas pela previdência social, é importante notar que, na sua ausência, a assistência social ou outras prestações pecuniárias de caráter não contributivo desempenham um papel essencial para assegurar, pelo menos, um nível básico de seguridade social. Globalmente, e desde 2015, a cobertura aumentou de 26,7% para 37,3% das pessoas vulneráveis. Este aumento explica-se, em parte, pela resposta política temporária à pandemia da COVID-19. No entanto, **uma maior cobertura pode também resultar do aumento das necessidades devido ao aumento da pobreza, da vulnerabilidade e dos déficits em matéria de**

trabalho digno. Independentemente da explicação, são necessários maiores esforços para facilitar a transição da assistência social para um emprego digno (incluindo o trabalho por conta própria) coberto pela previdência social, o qual proporciona níveis mais elevados de proteção e alivia a pressão sobre o orçamento dos governos.

Uma perspectiva assustadora: os países mais vulneráveis à crise climática estão lamentavelmente mal preparados

As populações dos países que estão na linha da frente da crise climática e que são mais suscetíveis aos riscos climáticos continuam lamentavelmente mal preparados. **Nos 20 países mais vulneráveis à crise climática, apenas 8,7% da população está coberta por alguma forma de proteção social** (Figura ES.2). E cerca de 25% da população dos 50 países mais vulneráveis ao clima está efetivamente coberta. Para estes últimos, isto traduz-se em **2,1 bilhões de pessoas que enfrentam atualmente os estragos da degradação climática sem qualquer proteção**, contando somente com a sua própria inteligência e família para lidar com a situação. Este não é o caminho a seguir no contexto de um futuro climático mais volátil. E a terrível situação destas pessoas torna-se ainda mais sombria pela grande lacuna de financiamento. O déficit de financiamento nos 20 países mais vulneráveis equivale a 200,1 bilhões de dólares (o equivalente a 69,1% do seu PIB) e, nos 50 países mais vulneráveis, é de 644 bilhões de dólares (o equivalente a 10,5 %do seu PIB). Preencher estas lacunas de financiamento não é insuperável se as capacidades nacionais forem criadas, mas isso exigirá um apoio internacional concertado, especialmente nos países mais vulneráveis.



As lacunas em matéria de proteção estão associadas a um subinvestimento significativo na proteção social

- Os **déficits de financiamento** da proteção social ainda são grandes. Para garantir pelo menos um nível básico de previdência social através de um nível mínimo de proteção social, os países de rendimento baixo e médio necessitam de mais 1,4 bilhões de dólares ou 3,3% do PIB agregado (2024) desses países por ano. Esse valor é composto por 2,0% do PIB ou 833,4 bilhões de dólares para cuidados de saúde essenciais e 1,3% do PIB ou 552,3 bilhões de dólares para a cobertura de cinco prestações pecuniárias de proteção social. Mais especificamente, os países de rendimento baixo teriam de investir mais 308,5 bilhões de dólares por ano, o equivalente a 52,3% do seu PIB, o que é inviável a curto prazo sem o apoio internacional.

- As ambições para preencher as lacunas em matéria de **cobertura, abrangência e adequação** dos sistemas de proteção social são contrariadas pelo significativo subinvestimento na proteção social. **Em média, os países gastam 12,9% do seu PIB em proteção social** (excluindo a saúde), mas este valor oculta variações impressionantes entre países. **Os países de rendimento elevado gastam 16,2%; os países de rendimento médio-elevado, 8,5%; os países de rendimento médio-baixo, apenas 4,2%; e países de rendimento baixo, uns míseros 0,8%.**

- Também é fundamental aumentar a **adequação** da proteção social. A persistência de lacunas em matéria de adequação inibe o potencial da proteção social para prevenir e reduzir a pobreza e permitir uma vida digna. Garantir benefícios adequados ao longo da vida das pessoas é fundamental para garantir um nível mínimo de proteção social e lutar por níveis de prestações superiores. A crise climática conduzirá, muito provavelmente, a um aumento das necessidades, incluindo em resultado de preços mais elevados, o que exigirá um aumento significativo das expectativas dos cidadãos em relação à adequação dos benefícios.

- Os sistemas de proteção social devem ser reforçados, para que possam realizar o seu potencial de enfrentar os **riscos do ciclo de vida** e dar resposta às **alterações climáticas**. Por conseguinte, são necessários esforços adicionais para assegurar uma **proteção universal, abrangente e adequada, assegurando simultaneamente que os sistemas de proteção social sejam financiados de forma equitativa e sustentável**. O custo da inação no investimento na proteção social é enorme, incluindo perda de produtividade e prosperidade, incremento dos riscos de coesão social, capacidades humanas desperdiçadas, dor desnecessária, morbilidade e morte precoce e muitas mais adversidades socioeconómicas.

A proteção social continua a ser difícil para 1,8 bilhões de crianças

As tendências de cobertura mundial entre 2015 e 2023 (incluindo o indicador 1.3.1 dos ODS) revelam alguns progressos, embora ainda insuficientes, para as pessoas em idade ativa, permanecendo muitos milhões de pessoas desprotegidas ou inadequadamente protegidas. Estas lacunas de proteção serão ainda agravadas pelos riscos climáticos e pelas políticas de atenuação e adaptação às alterações climáticas.

- **Proteção na maternidade:** em todo o mundo, 36,4% das mulheres com recém-nascidos recebem uma prestação pecuniária por maternidade, um aumento de 6,8 pontos percentuais. Isto equivale a **85 milhões de mulheres, com recém-nascidos, não cobertas**. Além disso, persistem desigualdades no acesso à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, e a

exposição aos riscos das alterações climáticas tem consequências para a morbilidade e mortalidade materna e neonatal.

- **Prestações de doença (cobertura legal):** 56,1% da população ativa mundial, representando 34,4% da população em idade ativa, tem legalmente direito a prestações de doença. Isto significa que **4,1 bilhões de pessoas em idade ativa não estão legalmente protegidas**. Mesmo quando cobertas, limitações ao nível da adequação, duração e critérios de elegibilidade podem criar lacunas em matéria de proteção. As alterações climáticas criam novos desafios para a produtividade e para a proteção contra a doença devido à propagação de doenças existentes e novas.

- **Proteção em caso de acidentes de trabalho e de doenças profissionais:** 37,4% dos/as trabalhadores/ as beneficiam de proteção em caso de acidentes de trabalho e doenças profissionais, um aumento de 4,6 pontos percentuais. Isso deixa **2,3 bilhões de trabalhadores/as totalmente expostos**. As estruturas adversas do mercado de trabalho e a fraca execução dos regimes, especialmente nos países de rendimento baixo, perpetuam estas disparidades. Os riscos climáticos, como o calor extremo, aumentarão os riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais e as necessidades de saúde e segurança no trabalho.

- **Prestações por invalidez:** 38,9% das pessoas com deficiência grave recebem um subsídio de invalidez, que aumenta 6,1 pontos percentuais. Tal resulta em **146 milhões de pessoas com deficiência grave não cobertas**. Os serviços adicionais de que as pessoas com deficiência necessitam são frequentemente insuficientes para satisfazer as suas diversas necessidades. As alterações climáticas aumentam ainda mais a vulnerabilidade das pessoas com deficiência.

- **Proteção no desemprego:** 16,7% das pessoas em situação de desemprego recebem prestações pecuniárias por desemprego, um aumento de 1,3 pontos percentuais. Isto traduz-se em **157 milhões de pessoas em situação de desemprego não cobertas**. Os/as jovens, os/as trabalhadores/ as independentes, os/as trabalhadores/as em plataformas digitais, os/as trabalhadores/as agrícolas e os/as trabalhadores/as migrantes carecem frequentemente de proteção contra o desemprego. E muitos dos regimes existentes não estão preparados para enfrentar os desafios relacionados com o clima nem para facilitar a descarbonização dos setores intensivos em carbono.

- As **estimativas de despesas** mostram que, a nível mundial, 4,8% do PIB é vinculado a despesas públicas de proteção social não relacionadas com a saúde de pessoas em idade ativa. Em grande medida, as limitações ao nível da despesa explicam as lacunas de proteção das pessoas em idade ativa.

As pessoas idosas ainda enfrentam desafios de cobertura e adequação

- As **pensões** são a forma mais prevalente de proteção social a nível mundial. Em todo o mundo, 79,6% das pessoas acima da idade de aposentadoria recebem uma pensão, um aumento de 5,5 pontos percentuais desde 2015. No entanto, **mais de 165 milhões de pessoas acima da idade legal de aposentadoria não recebem qualquer pensão**.

- Assegurar uma proteção adequada na **velhice** continua a ser um desafio, em especial para as **mulheres, os/as trabalhadores/as com rendimentos baixos, os/as trabalhadores/as em situação precária, os/as trabalhadores/as em plataformas digitais e os/as trabalhadores/as**

migrantes. Estes desafios serão provavelmente exacerbados pelas alterações climáticas, sob a forma de migrações involuntárias, carreiras fragmentadas ou pressão econômica geral induzida pelo clima.

- Em muitos países, especialmente naqueles onde existe **emprego informal generalizado**, a expansão da cobertura das **pensões contributivas** não foi suficientemente rápida para garantir um rendimento adequado na velhice. A introdução de **pensões financiadas por impostos** constitui uma importante fonte de rendimento para as pessoas idosas com direitos insuficientes a pensões contributivas. No entanto, em alguns países, os níveis de prestações são insuficientes para garantir um nível mínimo de proteção social para as pessoas idosas.

- A nível mundial, a **despesa pública com pensões e outras prestações para as pessoas idosas** não relacionadas com a saúde é, **em média, de 7,6% do PIB**. No entanto, existem ainda variações regionais substanciais, com níveis de despesa que vão de 10,5% do PIB na Europa e Ásia Central a **1,7% na África**.

- A **crise climática** ameaça a sustentabilidade financeira e a adequação dos regimes de pensões. Consequentemente, os regimes de pensões devem adaptar-se para fazer face aos riscos relacionados com o clima, a fim de assegurar a sustentabilidade a longo prazo e proteger a qualidade de vida dos beneficiários. Os fundos de pensões também podem ajudar a combater a crise climática através de investimentos estratégicos em ativos sustentáveis e de baixo carbono

Proteção social na saúde: uma contribuição essencial para a cobertura universal em matéria de saúde

O tempo está se esgotando rapidamente para deter o aquecimento global desenfreado e alcançar a proteção social universal, faltando menos de seis anos para o marco fundamental de 2030. É tempo de “subir a aposta”, acelerar o progresso em matéria de proteção social e fazer uma transição justa. Isto é essencial para as gerações atuais e futuras. Exige investimento, determinação e vontade política significativos, tanto dos decisores políticos nacionais como dos intervenientes internacionais. A salvaguarda do planeta – ao mesmo tempo que protege a saúde, os rendimentos, os empregos e os meios de subsistência das pessoas, bem como as empresas – e a manutenção de um planeta habitável devem dar um impulso forte aos decisores políticos para que criem sistemas de proteção social. Para o efeito, podem ser identificadas várias prioridades:

- ***A atenuação da crise climática e a consecução de uma transição justa exigem que se preste atenção devida à criação de sistemas universais de proteção social baseados nos direitos.*** Os países devem intensificar os seus esforços para enfrentar a ameaça existencial da crise climática. **A proteção social é um dos instrumentos políticos mais poderosos que os governos podem utilizar para gerir este desafio de forma justa, garantindo que todos estão devidamente protegidos.** Isto deve fazer parte de uma resposta política integrada. Isto pode ajudar a garantir a legitimidade política das políticas climáticas. A correção das desigualdades intrínsecas à crise climática exige justiça global, incluindo solidariedade no financiamento.

- **Ao reforçarem os sistemas de proteção social, os Estados podem demonstrar que pretendem proteger os seus cidadãos através de um contrato social revigorado.** Isto é

essencial para promover o bem-estar, a **coesão social** e a prossecução da **justiça social**. Uma proteção social forte fomenta a confiança entre o Estado e a sociedade, pode garantir que todos os membros da sociedade estão bem protegidos e gera maior disponibilidade de adesão às políticas climáticas.

- ***Manter viva a promessa de não deixar ninguém para trás permanece primordial.*** Isto significa a) mudar o foco da redução da pobreza para a prevenção da pobreza e abandonar as frágeis redes de assistência social a favor de pisos sólidos de proteção social, atingindo progressivamente níveis de proteção mais elevados e mais adequados; b) garantir que os sistemas de proteção social respondem às questões de gênero; c) facilitar o acesso a cuidados de qualidade e outros serviços; d) tornar a saúde e o bem-estar um foco mais central das nossas economias.

- ***A preparação para os choques climáticos e para as políticas de transição justa exige a criação ex ante de sistemas de proteção social abrangentes.*** Isto significa acertar nos aspetos básicos e essenciais e formular e implementar estratégias e políticas nacionais de proteção social através do diálogo social agora e não mais tarde. Os sistemas podem contribuir para prevenir, conter e atenuar os impactos das crises, promover uma recuperação rápida e reforçar a capacidade das pessoas fazerem face aos choques, bem como aos riscos quotidianos. Nas crises humanitárias, tal exige que se trabalhe em toda a cadeia de relação entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a paz, utilizando, na medida do possível, os sistemas de saúde e de proteção social existentes e reforçando-os sistematicamente.

- ***Um maior investimento é essencial para alcançar sistemas de proteção social universais e sólidos.*** A mobilização de recursos internos é de importância crítica para enfrentar os riscos climáticos e do ciclo de vida de forma sustentável e equitativa. Os países com capacidades orçamentais limitadas, muitos dos quais são muitas vezes também altamente vulneráveis à crise climática, necessitam de apoio financeiro internacional que lhes permita preencher lacunas de financiamento e construir os seus sistemas de proteção social.

Enormes ganhos podem ser alcançados se for concedida a devida prioridade política à proteção social universal no âmbito da ação climática e de uma transição justa. Como parte de um quadro político integrado, a proteção social pode assegurar que todos possam colher os benefícios de uma nova prosperidade mais ecológica, de um contrato social revigorado e de um planeta rejuvenescido, mais hospitaleiro para a vida e para as gerações futuras. A oportunidade existe, se os governantes quiserem aproveitá-la.

Observação final: foram aqui resumidos e transcritos posicionamentos institucionais da OIT, presentes no “Relatório” aqui analisado, a quem os créditos são atribuídos, com a ressalva de que não necessariamente eles são acompanhados pela concordância incondicional deste analista e autor.

Migração no centro das urnas: debates, polarizações e o impacto nas eleições de 2024

Migration at the center of the ballot: debates, polarization, and the impact on the 2024 elections

Rafael Gomes França
Caio Murta
Giacomo Giannelli
Marina Sujkowski
Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global discute o tema das migrações presentes na pauta dos candidatos às eleições dos Estados Unidos da América, da Europa e dos municípios brasileiros.

Palavras-chave: Migrações. Democracia. Saúde Global.

Abstract: *In this report, the Working Group on Migration, Refuge, and Global Health discusses the topic of migration as addressed by candidates in the elections of the United States of America, Europe, and Brazilian municipalities.*

Keywords: *Migrations. Democracy. Global Health.*

As eleições americanas de 2024 colocam a questão migratória no centro dos debates, refletindo abordagens contrastantes entre os principais candidatos: Donald Trump e Kamala Harris. Trump, em busca de reeleição, defende uma postura rígida, propondo medidas como deportações em massa, reforço da segurança na fronteira e revogação de programas de liberdade condicional para imigrantes. Em contraste, Kamala Harris propõe uma reforma mais inclusiva, defendendo um caminho para a cidadania de imigrantes indocumentados e buscando fechar brechas no processo de asilo.

Essas propostas refletem a polarização política nos EUA, onde o eleitorado deve optar entre a postura mais punitiva de Trump e a visão humanitária e integradora de Harris. Paralelamente, o contexto global também apresenta desafios migratórios significativos.

Na União Europeia, partidos de extrema-direita como o Rassemblement National, liderado por Marine Le Pen na França, e a AfD na Alemanha, avançam em discursos anti-imigratórios, defendendo medidas restritivas e fomentando uma retórica que conecta imigração a uma ameaça à segurança e à identidade nacional.

No Brasil, o debate migratório ainda é incipiente nas eleições municipais de 2024, com poucos candidatos considerando propostas concretas para migrantes, refugiados e apátridas. Um levantamento do Projeto de Promoção dos Direitos dos Migrantes (PROMIGRA-FDUSP) revela que a maioria das campanhas ignora essa pauta, especialmente em regiões que enfrentam fluxos migratórios mais intensos. Tal contexto sugere que, assim como nos EUA e na

Europa, a questão migratória é crucial para se compreender o cenário político e social contemporâneo.

As eleições americanas

Nas eleições americanas de 2024, a migração é uma questão central, destacando propostas distintas entre os candidatos Donald Trump e Kamala Harris. Trump, que busca a reeleição, defende uma abordagem dura, incluindo deportações em massa e reforço da segurança na fronteira, com novas instalações de detenção e a revogação de programas de liberdade condicional para imigrantes. Ele também pretende acabar com o direito de cidadania por nascimento para filhos de imigrantes ilegais.

Por outro lado, Kamala Harris, atual vice-presidente, propõe uma reforma do sistema de imigração, oferecendo um "caminho para a cidadania" a imigrantes indocumentados e promovendo segurança nas fronteiras. Ela também apoia um acordo bipartidário para fechar brechas no processo de asilo. Contudo, Harris foi criticada pela falta de resultados em lidar com a crise na fronteira, especialmente durante sua gestão como responsável pela questão migratória.

Enquanto Harris busca uma solução humanitária e mais integrada para o problema - embora guardando ainda diversas possibilidades de críticas -, Trump aposta em medidas punitivas e rigorosas para lidar com a imigração ilegal, argumentando que ela está diretamente ligada à criminalidade nos EUA. A polarização entre essas duas abordagens reflete as profundas divisões políticas em torno da questão migratória no país.

Essas propostas tornam a imigração um tema decisivo para os eleitores, que terão de escolher entre a reforma progressiva de Harris e as propostas criminalizadoras da imigração de Trump, cenário que vem conduzindo os debates sobre justiça social nas eleições dos EUA.

Na Europa

Enquanto isso, na União Europeia, as políticas migratórias têm sido centrais nas discussões eleitorais na Europa na última década, principalmente frente a um aumento expressivo no fluxo de migrantes e refugiados em direção aos países europeus. Em 2015, primeiro grande marco da crise de refugiados recente, 1,83 milhões de pessoas cruzaram travessias irregulares nas fronteiras da UE; em 2023, esse número foi de 380 mil - apesar de uma redução, ainda foi o mais elevado desde 2016, indicando que o cenário persiste².

Nas eleições francesas de 2024, a candidata de extrema-direita Marine Le Pen ancorou seu discurso na anti-imigração³, dentro de um cenário em que imigrantes, os quais são as principais vítimas de políticas neoliberais que negligenciam o bem-estar social, estão cada vez mais dependentes de políticas sociais. O partido de Le Pen, Rassemblement National, tem há anos defendido que a imigração traz o caos à Europa, ameaçando a cultura e a identidade francesas. Uma das principais políticas anti-imigratórias defendidas é o fim do *droit de sol*, ou direito ao solo, que dá nacionalidade francesa às pessoas maiores de 18 anos nascidas na França mas com pais imigrantes³.

Na Alemanha, o partido de extrema-direita AfD (Alternativa para a Alemanha) também tem inflamado o discurso anti-migratório. Sob a prerrogativa de garantir a segurança dentro das fronteiras alemãs, mas fortemente revestido por racismo, a AfD defende o fim de políticas de asilo para refugiados e deportações, gerando grande temor na comunidade imigrante alemã⁴.

Em setembro, o governo reintroduziu controles sobre as fronteiras terrestres para conter a imigração⁵.

Quanto às eleições do Parlamento Europeu que ocorreram este ano - inclusive nas quais a AfD foi muito votada pelos alemães - a agenda anti-migração foi fortalecida. Antes do período eleitoral, uma pesquisa da Ipsos revelou que as atuais políticas migratórias europeias não satisfazem a maioria dos eleitores e exigem controles mais rigorosos da Frontex, a agência reguladora das fronteiras da UE⁶. Após as eleições, o cenário temido se confirmou: dos 720 assentos disponíveis, mais da metade são ocupados por deputados de direita, com a extrema-direita consolidando um espaço significativo⁷. Assim, o sentimento anti-migratório já alastrado na sociedade europeia ganha força institucional, favorecendo políticas de fechamento de fronteiras e hostilidade, em um contexto de múltiplas crises humanitárias ao redor do globo - como na Ucrânia, Síria, Afeganistão, Líbano e Palestina.

As eleições municipais brasileiras

No contexto brasileiro, no último domingo, 6 de outubro, ocorreu o primeiro turno das eleições municipais de 2024, definindo as câmaras municipais, o comando das prefeituras e ainda as campanhas para o segundo turno em alguns municípios. No cenário atual, pensando na perspectiva das medidas tomadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para a redução do uso indevido do instituto de refúgio e na formação da Política Nacional de Saúde para migrantes, refugiados e apátridas, é de crucial importância analisar como a municipalidade pensa a pauta migratória e a planeja para as próximas gestões.

Para análise da pauta migrante nas eleições, utilizar-se-á o levantamento feito pelo Projeto de Promoção dos Direitos dos Migrantes (PROMIGRA-FDUSP), que considera as propostas e citações à pauta migratória nos planos de governo dos candidatos às prefeituras das 26 capitais. O levantamento foi realizado levando em consideração os planos de governo inseridos no Tribunal Superior Eleitoral pelas campanhas e utilizando descritores como “migração”, “imigração”, “migrações”, “migratória”; “migrante(s)”; “imigrante(s); além dos termos “refúgio”, “refugiado(s)”, “apatridia” e “apátrida(s)”⁸.

Na região Norte, menos de um terço dos candidatos cita a migração dentro de seus planos, 12 de 43, a situação se agrava pensando nos resultados do primeiro pleito, em que nas capitais Rio Branco (AC), Macapá (AP), Manaus (AM), Belém (PA), Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR) os candidatos que venceram em primeiro turno ou foram para o segundo turno não apresentaram nenhuma proposta ou menção à pauta. Apenas em Palmas (TO) houve menção de uma candidata que foi ao segundo turno, Janad Valcari, que propõe uma pousada social para pessoas em situação de rua e migrantes.

Na região Nordeste o panorama é mais preocupante, com uma migração crescente na região e apenas 4 das 66 candidaturas sendo propositivas para as migrações (cerca de 6%). Em que apenas em Salvador (BA) e Natal (RN) candidaturas vitoriosas ou que avançaram propuseram para a pauta, com destaque para Natália Bonavides, que formula a intenção de “criação de uma política municipal de atenção à população apátrida, refugiada e migrante”, baseada em eixos como o combate a xenofobia e a promoção de acesso aos direitos sociais, econômicos e culturais⁹.

Na região Centro-Oeste, metade das campanhas fazem menção à migração (9 de 18), com destaque para Campo Grande (MS) com 6 dos 7 candidatos mencionando a pauta. Em Goiânia (GO) os candidatos que avançaram não mencionaram a pauta, já em Cuiabá (MT), um

dos candidatos que avançaram, Lúdio, propõe a regulamentação do benefício eventual, em especial para migrantes. E em Campo Grande (MS), a candidata à reeleição, Adriane Lopes, propõe incentivos para empresas que contratarem imigrantes, criação de unidade para acolhimento e comitê de migrantes internacionais.

Na região Sudeste, 11 dos 35 concorrentes citam a migração em seus planos. No Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES) e Belo Horizonte (MG), os candidatos vitoriosos sequer mencionam a migração em seus respectivos planos de ação. Já em São Paulo (SP), Guilherme Boulos menciona a erradicação do trabalho análogo ao escravo, oferecer modalidades de atendimento individual ou de famílias e reclassificar os serviços em sua tipologia; já Ricardo Nunes propõe o fortalecimento do centro de referência ao imigrante e o ensino de português para imigrantes em escolas públicas.

Na região Sul, sete dos 27 candidatos apresentaram propostas para os migrantes. Em Florianópolis (SC) e Curitiba (PR), não houve menções pelos candidatos eleitos. E, em Porto Alegre, a candidata Maria do Rosário que avançou para o segundo turno, propôs facilitação nos serviços de regularização de documentos, casa de acolhida e integração com as cozinhas solidárias, provimento das equipes e-multi para a assistência da população migrante e eventos culturais para a integração da população residente; seu oponente não fez menção à pauta.

Portanto, tendo em vista o supracitado referente aos planos de governo e ao resultado do primeiro turno das eleições municipais, percebe-se um vazio de propostas concretas para atuação na pauta migratória, especialmente nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, que após análise, conta com inúmeras “propostas” que não citam como serão idealizadas e tampouco qual a sua importância e/ou impacto para a população, sendo propostas em aberto e/ou apenas menções.

Também se nota a citação da pauta juntamente às pessoas em situação de rua, desconsiderando os aspectos culturais dos migrantes e refugiados, levando o cuidado com a pessoa migrante apenas num tom assistencialista e não protetor de direitos.

E ainda há uma forte ligação das pautas migratórias com a filantropia e a atuação do terceiro setor, com diversas propostas incentivando a terceirização da atenção e uma isenção governamental para a inclusão dos migrantes, refugiados e apátridas nas capitais brasileiras.

Referências

1. GAZETA DO POVO. DE PAULA, Isabella. Reforma do sistema x deportação em massa: as propostas de Trump e Kamala sobre imigração. Gazeta do Povo, 19 set. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/reforma-do-sistema-x-deportacao-em-massa-as-propostas-de-trump-e-kamala-sobre-imigracao/>. Acesso em: 23 set. 2024.
2. PARLAMENTO EUROPEU. A resposta da UE em matéria de migração e asilo. Parlamento Europeu, 06 mai. 2024. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20170629STO78629/a-resposta-da-ue-em-materia-de-migracao-e-asilo>. Acesso em: 07 out. 2024.
3. MILLAR, Paul. How France’s far right changed the debate on immigration. France 24, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.france24.com/en/france/20240620-how-france-s-far-right-changed-the-debate-on-immigration>. Acesso em: 07 out. 2024.
4. KINKARTZ, Sabrina. Germany: Far-right AfD’s gains driving immigration debate. DW, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/en/germany-far-right-afds-gains-driving-immigration-debate/a-69438902>. Acesso em: 07 out. 2024.
5. O GLOBO. Alemanha reintroduz controle em fronteiras terrestres para limitar imigração; países vizinhos protestam. O Globo, 16 set. 2024. Disponível em:

- <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/09/16/alemanha-reintroduz-controles-em-fronteiras-terrestres-para-limitar-imigracao-paises-vizinhos-protestam.ghtml>. Acesso em: 07 out. 2024.
6. FONSECA-SOURANDER, Letícia. Debate polarizado sobre imigração deve influenciar o voto nas eleições europeias. Opera Mundi, 23 mai. 2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/debate-polarizado-sobre-imigracao-deve-influenciar-o-voto-nas-eleicoes-europeias/>. Acesso em: 07 out. 2024.
 7. DELFIM, Rodrigo Borges. Agenda anti-migração é popular e demanda rever ações, apontam pesquisadores após eleições no Parlamento Europeu. Migramundo, 10 jun. 2024. Disponível em: https://migramundo.com/agenda-anti-migracao-e-popular-e-demanda-rever-acoes-apontam-pesquisadores-apos-eleicoes-no-parlamento-europeu/#google_vignette. Acesso em: 07 out. 2024.
 8. PROMIGRA. Promigra e eleições: candidatos a prefeitos. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/promigra_promigra-eleiaexaeles-municaedpios-activity-7247893343907565569-OLFA?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 07 out. 2024.
 9. TSE. Candidato: NORDESTE/RN. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/RN/2045202024/200002110390/2024/17612>. Acesso em: 07 out. 2024.
 10. G1. Mapa de apuração das eleições 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2024/mapas/mapa-de-apuracao/brasil.ghtml>. Acesso em: 07 out. 2024

**79ª Assembleia Geral da ONU:
Avanço das mulheres e a proteção dos direitos das crianças**

***79th UN General Assembly:
Advancement of women and the protection of children's rights***

***Maria Teresa Rossetti Massari
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes***

Resumo: O documento que apresenta a lista dos tópicos que foram incluídos na agenda provisória da 79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Ele cobre uma vasta gama de tópicos globais a serem discutidos durante a sessão, que refletem a diversidade de questões políticas, sociais, econômicas e de segurança que afetam a comunidade global. O documento dedica seções específicas para tratar dos direitos de crianças e mulheres, destacando seu papel central em debates de direitos humanos e desenvolvimento sustentável, como a "Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças" e o tópico "Avanço das Mulheres". Ao final é discutida uma síntese sobre a posição de liderança das mulheres a partir da posse de Claudia Sheinbaum como presidente do México. Apesar do avanço, muitas mulheres ainda estão excluídas de cargos de poder, com apenas 23% dos ministérios ocupados globalmente. A desigualdade de gênero persiste, refletindo-se em áreas de decisão, incluindo na representação em missões da ONU.

Palavras-chave: Nações Unidas; Desenvolvimento sustentável; Equidade de gênero.

Abstract: *The document presents the list of topics that were included in the provisional agenda of the 79th session of the United Nations (UN) General Assembly. It covers a wide range of global topics to be discussed during the session, which reflect the diversity of political, social, economic and security issues affecting the global community. The document dedicates specific sections to addressing the rights of children and women, highlighting their central role in debates on human rights and sustainable development, such as the "Promotion and Protection of Children's Rights" and the topic "Advancement of Women". At the end, a summary of the leadership position of women after Claudia Sheinbaum was elected as president of Mexico is discussed. Despite progress, many women are still excluded from positions of power, with only 23% of ministries held globally. Gender inequality persists, reflected in decision-making areas, including representation on UN missions.*

Key-words: *United Nations; Sustainable development; Gender equity.*

A Assembleia Geral da ONU aborda o tema "Mulheres no Desenvolvimento"¹ desde sua 40ª sessão, demonstrando a necessidade de um compromisso contínuo com a análise e promoção do papel das mulheres no progresso socioeconômico. Em sua 74ª sessão, foi solicitado ao Secretário-Geral que apresentasse um relatório sobre a implementação das

resoluções anteriores e atualizasse o "Inquérito Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento" ([World Survey on the Role of Women in Development](#)²⁾¹¹.

Os documentos apresentados na 79ª incluíram o relatório do Secretário-Geral ([Resolução 77/181](#)) e a atualização do levantamento sobre o papel das mulheres no desenvolvimento ([Resolução 74/235](#)), reforçando a importância de acompanhar e avaliar o progresso das políticas e ações voltadas para a inclusão feminina em processos de desenvolvimento.

Inquérito Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento

O documento será pautado nas lições da resposta da proteção social à COVID-19, com vistas a analisar o papel que uma abordagem sensível ao gênero pode desempenhar no contexto de catástrofes e crises mais frequentes. Ele será organizado em quatro funções principais da proteção social:

1. **PROTEÇÃO** - Aliviar a pobreza ao longo da vida e em resposta a choques externos, tais como conflitos violentos, pandemias ou catástrofes naturais, principalmente através da assistência social.

2. **PREVENÇÃO** - Reforçar a resiliência e a capacidade das mulheres para lidar com choques, nomeadamente através de seguros e da diversificação dos meios de subsistência.

3. **PROMOÇÃO** - Proporcionar às mulheres caminhos sustentáveis para sair da pobreza, nomeadamente através de uma integração mais forte da proteção social, dos serviços públicos e de intervenções no mercado de trabalho.

4. **TRANSFORMAÇÃO** - Abordar os fatores estruturais da pobreza, da desigualdade e da marginalização, incluindo formas múltiplas e interligadas de discriminação e violência baseada no gênero e o menor controle das mulheres sobre os recursos econômicos, a falta de representação, participação igualitária na tomada de decisões, menor controle sobre recursos econômicos e responsabilidade desproporcional pelos cuidados não remunerados e pelo trabalho doméstico.

A pandemia intensificou a necessidade urgente de uma melhor coordenação entre a assistência humanitária (protetora) de curto prazo e os esforços de longo prazo (preventivos, promocionais e transformadores) destinados a construir sistemas de proteção social robustos que possam ser rapidamente expandidos e adaptados em resposta aos choques.

O processo de produção do relatório reunirá pesquisadores, decisores políticos, sociedade civil e outros parceiros da ONU que desempenham papéis de liderança no avanço da proteção social em diferentes contextos. O objetivo é produzir um relatório com contribuições que forneçam orientação aos decisores políticos e apoiar a defesa de uma nova geração de

¹¹ O Inquérito Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento é um relatório do Secretário-Geral da ONU, que se centra na política macroeconômica, no desenvolvimento sustentável, no financiamento e na erradicação da pobreza. É apresentado de cinco em cinco anos e proporciona uma oportunidade importante para uma avaliação aprofundada de um tema relacionado com a igualdade de gênero e a política econômica e social para deliberação dos Estados-Membros. As edições anteriores do Inquérito Mundial centraram-se no desenvolvimento sustentável (2014) e na pobreza de tempo e rendimento (2019). A próxima edição de 2024 terá como tema "Aproveitar a proteção social para a igualdade de gênero, resiliência e transformação".

sistemas de proteção social sensíveis às questões de gênero, capazes de enfrentar os desafios de um mundo em turbulência.

Avanço das Mulheres

Na 34ª sessão, a Assembleia Geral adotou a [Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres](#)³ ([Resolução 34/180](#)), que entrou em vigor em 3 de setembro de 1981. Na 78ª sessão, o tema foi atribuído à Terceira Comissão, onde 114 delegações se pronunciaram. Os documentos discutidos na 79ª sessão foram:

● Tráfico de Mulheres e Meninas

A Assembleia começou a discutir essa questão na sua 49ª sessão e, desde então, fez resoluções anuais e bienais. Na 77ª foi solicitado um relatório sobre intervenções eficazes e lacunas no enfrentamento do tráfico de pessoas, com ênfase em abordagens centradas nos direitos humanos e nas vítimas ([77/194](#)).

O tráfico de mulheres e meninas é uma grave violação dos direitos humanos, afetando desproporcionalmente mulheres e meninas devido a desigualdades de gênero. Nesse contexto, as estratégias de enfrentamento devem abordar causas subjacentes como pobreza e discriminação, integrando diferentes setores, como saúde e educação.

É essencial garantir apoio às vítimas, incluindo serviços de saúde e assistência legal. Cabe aos Estados-membros fortalecer legislações para garantir que traficantes sejam responsabilizados e a impunidade combatida. Na 79ª sessão foi solicitado um relatório sobre intervenções eficazes e recomendações para abordagens centradas nos direitos humanos.

● Fístula Obstétrica:

A fístula obstétrica é uma grave questão de saúde que impacta a vida de muitas mulheres, resultando em sérios problemas físicos, psicológicos e sociais.

Os Estados-membros devem intensificar os esforços para prevenir e tratar a fístula, garantindo cuidados de saúde adequados durante a gravidez e o parto e por meio de programas de educação e conscientização sobre saúde materna para empoderar mulheres e comunidades.

Além disso, o documento ressalta a importância da colaboração entre países e organizações para compartilhar boas práticas e recursos na luta contra a fístula obstétrica. A Assembleia começou a considerar a questão em sua 60ª sessão. A partir da 77ª sessão, foi solicitado um relatório sobre fístula obstétrica e desafios enfrentados e melhores práticas na prevenção e tratamento da fístula obstétrica. A Resolução [77/196](#) reafirma o compromisso da Assembleia Geral em intensificar os esforços para acabar com a fístula obstétrica, focando na prevenção, tratamento, educação e colaboração internacional.

● Mutilação Genital Feminina

A mutilação genital feminina (MGF) é uma grave violação dos direitos humanos, afetando a saúde física e mental de milhões de mulheres e meninas. Os Estados-membros são incentivados a intensificar esforços para erradicar a MGF, adotando e implementando leis e políticas que proíbam essa prática.

A resolução [77/195](#) destaca a importância de campanhas de educação e sensibilização para informar comunidades sobre os danos da MGF e promover práticas culturais alternativas. Nesse contexto, a Assembleia chama à colaboração entre países, organizações não

governamentais e instituições internacionais para compartilhar boas práticas e fortalecer a resposta ao problema.

● **Violência Contra Mulheres e Meninas**

A violência contra mulheres e meninas pode ser definida como qualquer ato de violência que cause dano físico, sexual, psicológico ou econômico, incluindo ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, tanto no espaço público quanto privado, online e offline.

A Assembleia aborda a prevenção e eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas anualmente desde a 65ª sessão, solicitando relatórios anuais e informações sobre atividades de acompanhamento para implementar resoluções relevantes.

A resolução ([77/195](#)) apresenta um relatório abrangente e multidisciplinar, com dados atualizados, dos progressos alcançados até o momento, dos desafios e necessidades, e recomendações orientadas para a ação. O documento condena fortemente todas as formas de violência contra mulheres e meninas, reconhecendo que sua persistência impede a igualdade de gênero e a plena realização dos direitos humanos, além de convocar os Estados-membros a condenar veementemente toda forma de violência, sem invocar costumes ou tradições para evitar suas obrigações na eliminação desses problemas.

Por fim, a resolução aponta a necessidade da comunidade internacional, incluindo o sistema das Nações Unidas e organizações regionais, a apoiar os esforços nacionais para promover a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Isso deve incluir assistência oficial ao desenvolvimento, outras formas de apoio e cooperação Sul-Sul e triangular, facilitando a troca de diretrizes, metodologias, lições aprendidas e melhores práticas, respeitando as prioridades nacionais.

Promoção e proteção dos direitos da criança

A Assembleia adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança na 44ª sessão e o item foi incluído na agenda da 48ª sessão a pedido de Cuba e tem estado na agenda anualmente desde então. Os relatórios dos representantes especiais sobre crianças em conflitos armados e violência são contínuos na agenda da Assembleia e enfatizam a proteção e reintegração de crianças vítimas de abuso, com enfoque centrado nos direitos da criança e atenção às necessidades específicas de gênero e deficiência.

O tema destacado na 79ª sessão foi o bullying, incluindo o cyberbullying, além do progresso na erradicação do casamento infantil, precoce e forçado, e melhores práticas para apoiar meninas e mulheres afetadas, tema a ser considerado na próxima sessão.

Os documentos incluídos são: Relatório do Comitê sobre os Direitos da Criança ([A/79/41](#)); Relatório da Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados; Relatório anual da Representante Especial sobre Violência contra Crianças; Nota do Secretário-Geral sobre o relatório do Relator Especial sobre a venda e exploração sexual de crianças ([78/187](#)).

Mulheres em posições de liderança: 25 países agora sob a liderança feminina

A posse da cientista Claudia Sheinbaum como presidente do México, em 1º de outubro, eleva para 25 o número de países que têm mulheres como chefes de Estado ou de Governo, conforme dados da ONU Mulheres.

●A América Latina conta com três presidentas: Xiomara Castro, em Honduras; Dina Boluarte, no Peru (atualmente interina); e Claudia Sheinbaum, no México. Sylvanie Burton, de Dominica, e Christine Kangaloo, de Trinidad e Tobago, também ocupam a presidência, mas os poderes executivos efetivos estão com primeiros-ministros homens. Em Barbados, tanto a presidente Sandra Mason quanto a primeira-ministra Mia Amor Motley são mulheres.

●Na Europa, diversas nações possuem mulheres como presidentas ou primeiras-ministras, incluindo Bósnia e Herzegovina, Dinamarca, Eslovênia, Estônia, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Malta, Macedônia do Norte e Moldávia. Úrsula von der Leyen é a presidente da Comissão Europeia.

●Na África, países como Etiópia, Tanzânia, Togo e República Democrática do Congo têm mulheres no comando, assim como Índia, Ilhas Marshall e Samoa na região da Ásia-Pacífico.

●Nos Estados Unidos, as eleições serão no início de novembro, com Kamala Harris, do Partido Democrata, sendo uma das principais candidatas.

Um relatório da ONU Mulheres destaca que, apesar de 2024 ser um ano repleto de eleições, muitas mulheres continuam excluídas de cargos de poder. Atualmente, 112 países nunca tiveram uma mulher na liderança, apenas 23% dos cargos ministeriais no mundo são ocupados por mulheres, e em 141 países elas representam menos de um terço dos ministros. Sete países não possuem mulheres em seus gabinetes executivos.

Além disso, as mulheres frequentemente assumem pastas relacionadas à igualdade de gênero, família e direitos sociais, enquanto áreas como economia, defesa e segurança permanecem predominantemente masculinas.

Na América Latina e no Caribe, 19 países têm ministérios dedicados à igualdade de gênero. A participação feminina em ministérios na região é de 31,5%, superando a média global em 8,5%.

A desigualdade de gênero também se reflete nas missões permanentes da ONU. Em maio de 2024, as mulheres ocupavam 25% dos cargos de embaixadoras na sede da ONU em Nova York, 35% em Genebra e 33,5% em Viena. A ONU diz que continua a apoiar iniciativas para aumentar a participação feminina em processos políticos e de paz, destacando que a presença de mulheres nos parlamentos melhora a governança e proporciona diversidade nas decisões. Entretanto, a violência política contra mulheres é uma questão crítica que compromete o progresso em direção à igualdade de gênero e ameaça a participação feminina.

Para acessar o discurso de posse de Claudia Sheinbaum, [clique aqui](#).

Referências

United Nations. Annotated preliminary list of items to be included in the provisional agenda of the seventy-ninth regular session of the General Assembly. New York: United Nations. 2024.

United Nations. The World Survey on the Role of Women in Development 2024: Harnessing Social Protection for Gender Equality, Resilience and Transformation. New York: United Nations. 2024.

Convenção sobre os Direitos da Criança [Internet]. [citado 20 de maio de 2024]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

Investimentos em nutrição segundo o Banco Mundial: Mais uma oportunidade perdida de articular as agendas globais de nutrição?

**Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva**

Resumo: Nesse informe, discutiremos o novo documento publicado pelo Banco Mundial que analisa a estrutura de financiamento da nutrição em 2024, destacando as evidências em favor desses investimentos, a relação da nutrição com o clima e as múltiplas políticas necessárias para alavancar a nutrição e garantir o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No relatório, há avanços importantes como reconhecer os danos dos produtos ultraprocessados à saúde e ao meio ambiente, mas o documento é tímido em relação à necessidade de transformação dos sistemas agroalimentares globais.

No início de outubro de 2021, o Banco Mundial publicou um documento intitulado “Estrutura de Investimento para a Nutrição 2024” (*Investment Framework for Nutrition 2024*) (Shekar *et al.*, 2024) com o propósito principal de orientar as discussões da cúpula de Nutrição para o Crescimento (*Nutrition for Growth – N4G*), em Paris, no começo de 2025.

Segundo o sítio eletrônico do Nutrição para o Crescimento, em 2021, a cúpula N4G de Tóquio teria mobilizado mais de 27 bilhões de dólares por meio de 396 compromissos registrados, envolvendo 181 partes interessadas em 78 países. Segundo o sítio, a Cúpula Nutrição para o Crescimento Paris seria uma nova oportunidade crucial para construir sobre o impulso alcançado no Japão e contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

Além disso, destaca que o ano de 2025 também será significativo, por marcar o final da Década de Ação da ONU para a Nutrição, de forma que a Cúpula em Paris servirá como uma plataforma multissetorial, defendendo compromissos financeiros e políticos ambiciosos e promovendo o diálogo entre diversos atores de todo o mundo, incluindo governos, organizações internacionais, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil, fundações filantrópicas, entidades do setor privado e outros.

Cabe, portanto, as primeiras observações sobre o documento, tendo em vista que não menciona a Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, que junto, com os ODS, lidera os compromissos globais relacionados à nutrição. Ao mesmo tempo, vale destacar que os compromissos celebrados em Tóquio não estão disponíveis no próprio sítio do Nutrição para o Crescimento, prejudicando consideravelmente a transparência da iniciativa, particularmente em um contexto em que essa cúpula não apresenta evidentes filtros para eventuais conflitos de interesses de potenciais parceiros privados e não mostra o acompanhamento ou avaliação dos compromissos assumidos.

Mais ressalvas sobre a Cúpula Nutrição para o Crescimento (N4G)

Conforme enfatizado em diversos de nossos informes anteriores, há constantes riscos à governança global da agenda de sistemas alimentares e de segurança alimentar em nível global, tendo em vista a forma de participação fomentada atualmente nos ODS e na Cúpula de Sistemas

Alimentares, bem como em iniciativas paralelas como o Nutrição para o Crescimento e o SUN (*Scaling Up Nutrition*), que pode ser usada para lavar a imagem de empresas, tanto mediante a participação privada sem gerenciamento de conflitos de interesses na agenda das Nações Unidas e suas agências (*“blue washing”*), quanto nas agendas ambientais (*“green washing”*) e sociais (*“social washing”*).

O Nutrição para o Crescimento, por exemplo, se apresenta oficialmente como um esforço global de governos, doadores, filantropias, negócios, ONGs e outros atores (*“country governments, donors and philanthropies, businesses, NGOs and beyond”*), ou seja, colocando explicitamente o papel do setor privado e suas entidades como centro da agenda. Assim, utilizam princípios como a adoção de políticas baseadas em evidências, o aumento do financiamento de intervenções específicas e sensíveis à nutrição e o alinhamento e harmonização de ações entre setores e atores, para fomentar a adoção de medidas localizadas e frequentemente associadas a interesses dos doadores e financiadores, tanto comerciais quanto de responsabilidade social, sem fortalecer em paralelo a responsabilidade dos governos ou estabelecer mecanismos de governança nacional dos processos, com a participação ativa das populações e suas organizações e formas de prestação de contas à população interessada.

Nesse contexto, o filantropocapitalismo, ou seja, uma espécie de filantropia que envolve entidades e abordagens capitalistas, baseadas no mercado e orientadas para lucros para resolver os grandes problemas globais, particularmente na nutrição, tem ganhado grande espaço na agenda junto ou separadamente de iniciativas paliativas de responsabilidade social e ambiental de transnacionais de diferentes setores, tanto associados a iniciativas como o SUN e o Nutrição para o Crescimento, quanto diretamente junto aos países.

Em sua lógica de economia liberal, os filantropocapitalistas e corporações colocam-se como solução para a miríade de problemas globais a partir da lógica do mercado de maximização do lucro, em que o mesmo princípio que ajudou aos bilionários a acumular suas fortunas seria o mecanismo para redistribuir a riqueza entre os mais vulneráveis, maximizando o bem-estar social e a qualidade das políticas sociais. Ainda, a atuação do filantropocapitalismo normalmente envolve a coordenação e às vezes a própria execução das intervenções pelas próprias instituições, se sobrepondo ao papel dos governos nacionais e ameaçando a soberania e a autonomia locais, enquanto aumentam o risco de descontinuidade das intervenções e replicam ciclos de dependência externa.

Novamente, essas iniciativas trazem inúmeros riscos, incluindo a promoção da agricultura industrial, apoiada nas monoculturas de commodities e variedades agrícolas de interesse comercial e vinculada ao processamento industrial de alimentos, como soluções para a fome e as doenças associadas à alimentação inadequada. Por outro lado, tomam o protagonismo que deveria ser da promoção da diversidade da dieta, a valorização da cultura alimentar e o estímulo à produção e consumo local, para discutir a implementação de sistemas circulares de produção local de alimentos, com minimização dos insumos externos e redução dos impactos ambientais da produção. Dessa forma, baseando-se principalmente na premissa do aumento da produtividade da agricultura, distanciam-se da mitigação do câmbio climático, da necessidade de aumentar a resiliência dos sistemas agroalimentares e de contribuir para a erradicação da fome no mundo, e trazem ameaças adicionais como o uso de agrotóxicos (bem como suas consequências ao meio ambiente e à saúde humana), o aumento na oferta de alimentos ultraprocessados, a redução da biodiversidade local e o aumento da dependência de sementes e insumos.

Assim, o documento do Banco Mundial deveria almejar o contexto mais ampliado da nutrição e da segurança alimentar e nutricional global, fundamentado na transformação dos sistemas alimentares, ao invés de focar tão fortemente na Cúpula de Nutrição para o Crescimento. Por outro lado, fica claro que o documento inclusive tem conteúdo e evidências que permitiriam que a proposta fosse mais ampliada e efetiva, assim como menos sujeita a conflitos de interesses.

O contexto e a necessidade da organização e priorização do financiamento para a nutrição

O documento do Banco Mundial se inicia com uma contextualização ampla do progresso nas últimas décadas em termos dos indicadores de alimentação e nutrição, assim como dos desafios atuais da agenda, destacando a dupla carga da má nutrição, em que a desnutrição infantil continua alta e as taxas de obesidade em adultos estão aumentando, reafirmando os desafios já apontados pela FAO e OMS em relação aos ODS e outros compromissos (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024)(FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2024).

Portanto, para garantir maiores progressos em direção ao ODS 2, é necessário trabalhar sobre todas as formas de má nutrição nos diferentes grupos populacionais, incluindo a desnutrição materna e infantil, a nutrição entre crianças em idade escolar e adolescentes e o sobrepeso e a obesidade em adultos, reconhecendo a causalidade comum da dupla carga da má nutrição e a importância de atuar desde o período pré-natal até todas as fases da vida das pessoas.

Nesse sentido, reforça que os investimentos para ampliar intervenções nutricionais de alto impacto poderiam salvar a vida de 6,2 milhões de crianças menores de cinco anos e prevenir 980.000 natimortos na próxima década. Além disso, esses programas também evitariam 27 milhões de casos de baixa estatura para idade entre crianças (uma das principais representações da desnutrição infantil crônica) e 144 milhões de casos de anemia materna. Essa situação é ainda mais grave quando se observa que mais de 70% dessas pessoas vivem em países de baixa e média renda e, com a piora das condições climáticas, como secas, a probabilidade de desnutrição aguda e baixo peso aumenta em quase 50%, colocando um fardo adicional sobre as pessoas mais vulneráveis.

Abrimos um primeiro parêntese aqui para apontar uma primeira lacuna do documento, que aborda o ODS 2 sem trazer vinculação ao ODS 1 e sem trabalhar em maior profundidade a relação entre desnutrição e fome. Com isso, traz uma visão muito mais de nutrição individual do que social e coletiva, por meio de políticas mais estruturantes, para abordar essa questão, de modo que não são trabalhados parte dos determinantes comuns da desnutrição e da obesidade e se perde a oportunidade de criar sinergias com outras iniciativas e compromissos, incluindo a Aliança Global Contra a Fome proposta pelo Brasil no âmbito do G20.

Nesse contexto, o documento aponta que, diante desse quadro, é evidente que tanto a desnutrição quanto a obesidade tornam-se grandes obstáculos ao capital humano, à produtividade econômica e a um mundo equitativo e próspero, de modo que os benefícios econômicos das intervenções nutricionais superam de longe os custos da inação, fazendo deles investimentos. Por exemplo, estima-se que a ampliação das intervenções nutricionais deve gerar US\$ 2,4 trilhões em benefícios econômicos e que, para cada dólar investido no combate à desnutrição, espera-se um retorno de US\$ 23. Com isso, evidencia-se que esses benefícios econômicos superam em muito os custos da inação, que são estimados em cerca de US\$ 41 trilhões ao longo de 10 anos.

Dentre as principais recomendações o documento, destacam-se que é preciso ampliar as intervenções nutricionais para combater a desnutrição globalmente exigirá US\$ 13 bilhões adicionais anualmente nos próximos 10 anos (2025-2034). Isso significaria, por exemplo, um investimento de US\$ 13 por mulher grávida e de US\$ 17 por criança menor de cinco anos por ano. Mais de três quartos (US\$ 98 bilhões) das necessidades de financiamento para combater a desnutrição são para países de baixa e média-baixa renda, refletindo o fardo desproporcional dos resultados nutricionais precários nessas regiões. Por exemplo, 34% desses investimentos seriam necessários no Sul da Ásia, 26% na África Subsaariana, 15% no Leste da Ásia e Pacífico e 12% no Oriente Médio e Norte da África.

Por exemplo, a suplementação de ferro e ácido fólico durante a gravidez está associada a reduções significativas (49%) na anemia materna. Os suplementos de micronutrientes múltiplos superam os impactos dessa suplementação ao reduzir o baixo peso ao nascer (12–15%) e o nascimento de bebês pequenos para a idade gestacional (7–12%), bem como reduzem significativamente os natimortos (9%). Considerando outros micronutrientes, a suplementação de cálcio durante a gravidez tem um efeito pronunciado na redução do risco de pré-eclâmpsia (48%) e nos resultados ao nascimento, incluindo a redução do baixo peso ao nascer e partos prematuros (16% e 47%, respectivamente).

Ainda no período gestacional, o tratamento preventivo intermitente da malária das gestantes continua sendo eficaz e tem impactos positivos, incluindo uma redução de 10% na anemia materna e uma redução de 21% no risco de baixo peso ao nascer. Por fim, e não menos importante, legislações de proteção à mulher e ao recém-nascido são fundamentais, visto que a licença-maternidade está associada ao aumento da duração do aleitamento materno e à maior probabilidade de amamentação exclusiva.

A partir do nascimento, medidas como o clampeamento tardio do cordão ao nascer estão associadas a um aumento da hemoglobina total após o nascimento entre os bebês e a reduções significativas na anemia (em 8% entre crianças de 6 a 12 meses), mas mais pesquisas são necessárias para entender sua proteção a longo prazo e sua implementação em países de baixa e média renda. O método “mãe canguru” reduz significativamente a mortalidade neonatal (em 32%), a mortalidade por todas as causas (em 35% até 2 meses e 25% até 6 meses) e infecções graves e sepse (em 15%), além de melhorar o início precoce do aleitamento materno, a amamentação exclusiva (em 52% na alta ou em até 28 dias) e o crescimento da criança.

O papel do aleitamento materno foi fortemente destacado também. Evidências mostram que intervenções focadas em aconselhamento e educação sobre amamentação aumentam significativamente as taxas relatadas de início precoce em 20% e estão associadas a uma melhoria de 100% nas taxas relatadas de amamentação exclusiva, com reduções correspondentes nas taxas projetadas de incidência de diarreia.

Assim como para as gestantes, são igualmente importantes as políticas de suplementação de micronutrientes. A suplementação de vitamina A em crianças de 6 a 59 meses reduz a mortalidade por todas as causas e a incidência de diarreia (em 12% e 15%, respectivamente), o zinco profilático reduz a incidência de diarreia entre crianças de 1 a 59 meses em 9% e os suplementos de nutrientes lipídicos estão fortemente associados a reduções na desnutrição crônica (em 12%) na desnutrição aguda (em 14%), na desnutrição aguda grave (em 31%), na anemia (em 16–34%) e na mortalidade por todas as causas (em 27%) entre crianças de 6 a 24 meses.

Para outras faixas de idade, intervenções de nutrição escolar, incluindo desparasitação, podem reduzir a prevalência de anemia entre crianças deslocadas, rurais ou de baixa renda quando produtos ou suplementos fortificados com ferro são fornecidos.

O documento avança ainda mais ao reforçar as intervenções focadas na população em geral, particularmente as transferências de renda mais nutrição (ou seja, transferências diretas de dinheiro acompanhadas por educação nutricional, comunicações para mudança de comportamento e suplementos), que podem reduzir a desnutrição crônica infantil em 15–20%, enquanto as evidências sobre os efeitos dessas transferências sobre a desnutrição aguda ainda são inconclusivas, e mais pesquisas são necessárias.

Convém destacar, porém, que, em pesquisas no Brasil, observou-se que programas de transferência condicionada de renda, como o Programa Bolsa Família, estão associados à redução da desnutrição crônica e aguda e também à proteção contra o excesso de peso entre as crianças, além de outros benefícios à saúde, como redução da mortalidade infantil (Vasconcelos *et al.*, 2022)(Ramos *et al.*, 2021). Além disso, estudos no país também mostraram que a grande redução da desnutrição infantil crônica observada entre 1996 e 2006 pode ser atribuída ao aumento da escolaridade materna (que contribuiu para a melhoria do cuidado), ao aumento da renda familiar (pelas transferências de renda e aumento no nível de emprego), ao maior acesso à saúde (fruto do SUS e da ampliação da atenção primária à saúde) e à expansão do saneamento básico no período (Monteiro *et al.*, 2009).

Junto com a suplementação, programas agrícolas (por exemplo, hortas e produção de alimentos em domicílio) e intervenções com criação de animais podem ter efeitos positivos na diversidade alimentar e anemia e intervenções de água, saneamento e higiene (WASH) que incluem serviços nutricionais podem melhorar a altura para a idade e também podem reduzir o risco de diarreia entre crianças e a mortalidade infantil por todas as causas em 30–50% e cerca de 30%, respectivamente. Por fim, alimentos fortificados com ferro, com ou sem outros micronutrientes, reduzem efetivamente a prevalência geral de anemia e estratégias de biofortificação de produtos agrícolas têm o potencial de melhorar deficiências de micronutrientes.

Para além do olhar sobre a desnutrição, as necessidades de financiamento para prevenção da obesidade são significativamente menores, cerca de US\$ 3,5 per capita anualmente, e trariam grandes impactos positivos na produtividade do mercado de trabalho, visto que a obesidade, além de ser uma doença crônica não-transmissível (DCNT) cada vez mais prevalente, é fator de risco para inúmeras outras, desde doenças cardiovasculares, a cânceres, diabetes, doença renal crônica, doenças osteomusculares e outras.

Segundo o documento, será fundamental explorar novas e inovadoras fontes de financiamento para enfrentar esses desafios, incluindo a integração da nutrição em intervenções de saúde primária e programas de rede de segurança adaptativa, redirecionando subsídios agroalimentares para dietas saudáveis e aproveitando fundos climáticos e a busca de fontes não tradicionais e inovadoras, como Fundos Soberanos de Riqueza e o setor privado, oferecem novas oportunidades, junto com títulos sociais que podem ser usados para financiar negócios e projetos com impacto nutricional específico, e os credores recebem o principal e os juros no vencimento.

Outro ponto muito relevante que o documento traz é destacar que os países podem aumentar o espaço fiscal para intervenções nutricionais por meio de oportunidades de financiamento inovadoras, como impostos sobre alimentos não saudáveis (nominalmente, os

produtos ultraprocessados) e o redirecionamento de subsídios agroalimentares e títulos sociais. Além disso, os investimentos devem ser complementados por políticas para mudar comportamentos de saúde e dieta, tais como hospitais amigos dos bebês e promoção do aleitamento materno, bem como impostos e regulamentações de marketing sobre alimentos não saudáveis, como bebidas adoçadas.

O documento reforça, ainda, que políticas fiscais, devem ser projetadas tendo em mente incentivos à produção, subsídios ao consumidor e controles de preços em toda a cadeia de fornecimento de alimentos, incluindo estratégias como a rotulagem de embalagens, regulamentações de marketing e campanhas de comunicação em massa e digitais. Adicionalmente, destaca que é preciso que os governos redirecionem o apoio público ao setor agroalimentar, como subsídios aos produtores e políticas comerciais (que somam até US\$ 850 bilhões/ano), visando a transformação dos sistemas alimentares em direção a dietas mais saudáveis e sustentáveis.

Essa abordagem em relação às políticas fiscais deve ser enaltecida, tendo em vista que reforça posicionamentos anteriores do Banco Mundial em relação às políticas mais custo-efetivas para o enfrentamento da obesidade (The World Bank, 2017), assim como o recente apoio à tributação dos produtos ultraprocessados e desoneração da cesta básica no âmbito da reforma tributária que está em tramitação no Brasil, em que reforçam os impactos sobre a saúde bem como seus efeitos redistributivos e progressivos (The World Bank, 2023).

Segundo o relatório, essas intervenções poderiam ser implementadas por meio dos setores — saúde, agricultura, proteção social, água e educação —, assim como pelo setor privado, maximizando várias plataformas de entrega e permitindo uma ampliação muito maior. Ressalta, ainda, que, para implementar muitas dessas intervenções em escala, seria necessário ampliar o apoio técnico e de implementação significativo com relação a diretrizes nacionais, protocolos, cadeias de fornecimento de produtos, desenvolvimento de capacidades e assim por diante.

Faltou, contudo, reforçar que deve haver atenção a potenciais conflitos de interesses e outras possíveis intervenções das grandes corporações nas políticas, bem como maior protagonismo e compromisso dos governos nacionais. Este, em particular, foi um ponto de divergência do Brasil durante a realização da Cúpula de Nutrição para o Crescimento após as Olimpíadas do Rio de Janeiro, quando, contrariando as edições anteriores (e posteriores) da Cúpula, foram priorizados compromissos nacionais de governos e houve mecanismos mais rigorosos de controle e manejo de conflitos de interesses para a participação do setor privado. Essa contrariedade dos envolvidos com o posicionamento brasileiro fica bem evidenciada ao observar o histórico das cúpulas, no qual sequer é mencionado o evento no Brasil.

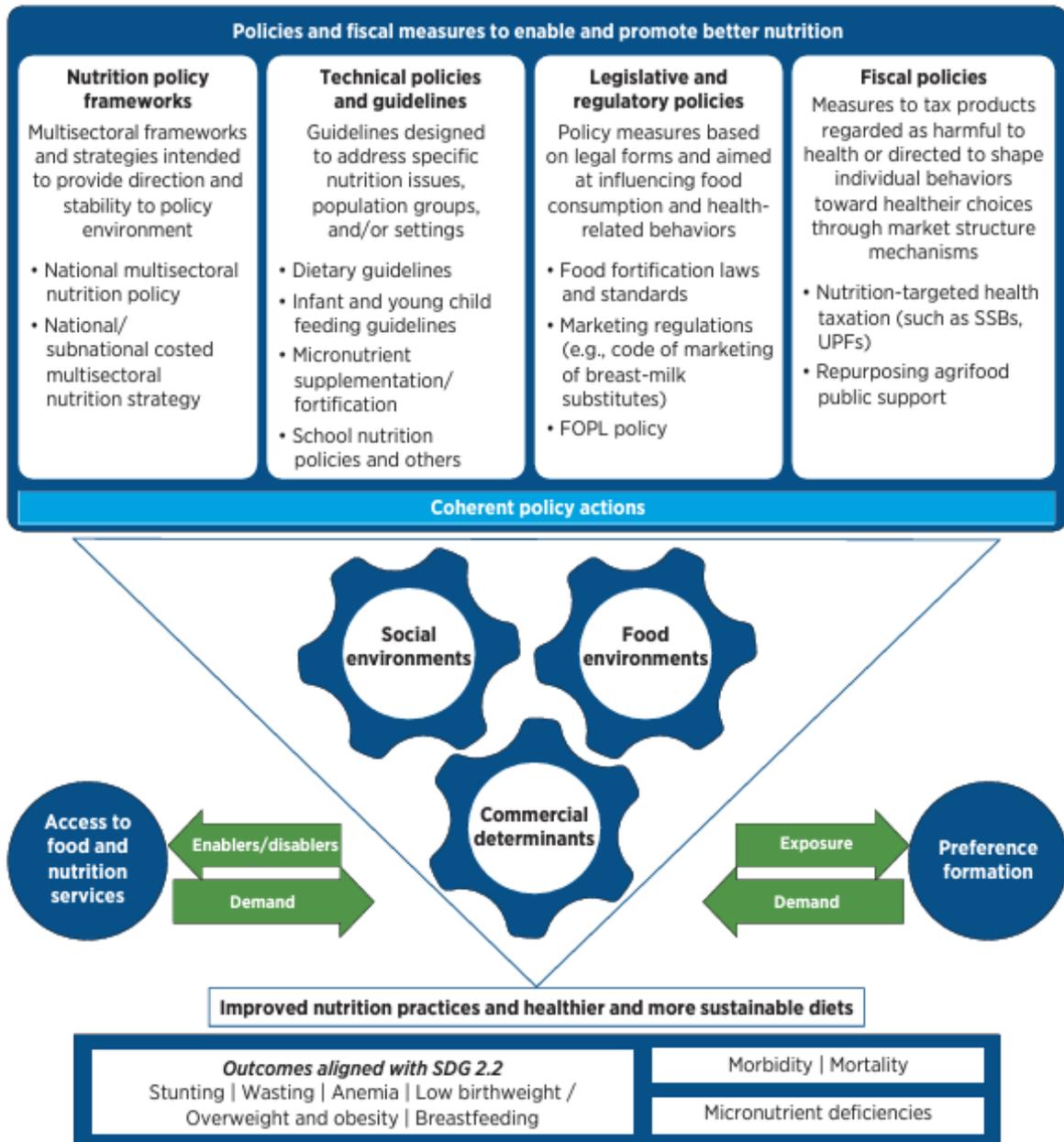
Como essas estratégias trabalhadas conjuntamente potencializam seus impactos por meio de sinergias que criam, é fundamental haver um pacote de instrumentos políticos estrategicamente elaborado, definindo políticas e influenciando as preferências dos consumidores, modificando os ambientes sociais, os ambientes alimentares e os determinantes comerciais da saúde e dos comportamentos alimentares, como destacado na Figura 1, de forma bastante completa e didática.

Apesar de não detalhado suficientemente no documento, a própria menção dos determinantes comerciais da saúde já por si só constitui um importante avanço no documento, tendo em vista reconhecer os efeitos positivos e negativos das interações do setor privado com as questões de saúde e nutrição (Gilmore *et al.*, 2023). Assim, as políticas precisam considerar

ambientes sociais e alimentares junto com esses determinantes comerciais para garantirem maior efetividade das intervenções em todos os níveis dos sistemas alimentares.

Figura 1. Políticas efetivas e coerentes para apoiar os investimentos em nutrição

Figure ES.2 Effective and Coherent Policy Actions to Support Nutrition Investments



Source: Original figure for this publication.

Note: FOPL = front-of-packaging labeling; SDG = Sustainable Development Goal; SSB = sugar-sweetened beverage; UPFs = ultraprocessed foods.

Nesse sentido, atuar sobre os determinantes comerciais da saúde depende diretamente de um arcabouço de políticas regulatórias e fiscais que protejam a alimentação saudável e

desincentivem os comportamentos não-saudáveis em todas as fases do ciclo da vida. Essas medidas a implementação do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno e impostos direcionados à saúde e nutrição para influenciar os preços e o consumo de produtos não saudáveis e, simultaneamente, aumentam as receitas domésticas. Merece particular destaque a menção não somente às experiências exitosas de taxação de bebidas adoçadas, mas também dos impostos sobre produtos ultraprocessados e outros alimentos não saudáveis, mostrando a incorporação do acúmulo de evidências mais recentes em relação ao tema.

Complementando a atuação dos impostos, é importante incluir incentivos à produção de alimentos saudáveis, subsídios ao consumidor e controles de preços em toda a cadeia de fornecimento de alimentos e ações complementares que podem ajudar a mudar normas sociais para escolhas e práticas alimentares mais saudáveis, como rotulagem frontal de alimentos, regulamentações de marketing e campanhas de comunicação em massa e digitais.

Além disso, pensando nos aspectos mais ampliados relacionados aos sistemas alimentares, o redirecionamento do apoio público ao setor agroalimentar, como subsídios aos produtores e políticas comerciais, que atualmente somam de US\$ 638 a 851 bilhões por ano globalmente, é fundamental para mudar os sistemas alimentares para dietas mais saudáveis e sustentáveis. Nesse sentido, seria importante complementar a abordagem do documento mostrando os modelos e culturas mais beneficiados pelo financiamento agrícola, visto que há recursos desproporcionalmente maiores para as culturas de commodities agrícolas em detrimento da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, responsáveis pela diversidade da agricultura, sendo ainda menor o financiamento de modelos de produção mais sustentáveis, como a agroecologia, permacultura e agrofloresta.

O relatório reforça, por fim, que a coerência entre as políticas é vital. Por exemplo, embora o setor de saúde desencoraje o consumo de açúcar, o açúcar é uma das culturas mais subsidiadas no setor agroalimentar. A experiência internacional tem demonstrado que países que desenvolvem e implementam um pacote coerente de políticas regulatórias e fiscais e marcos de políticas — acompanhados por fortes estratégias de comunicação social cuidadosamente calibradas para os contextos nacionais, o cenário econômico e político, capacidades institucionais e a epidemiologia da desnutrição — e que responsabilizam cada setor podem maximizar os benefícios econômicos e de saúde e minimizar externalidades negativas, incluindo impactos climáticos.

Para além da nutrição: clima e gênero

O documento não se imita à nutrição, mostrando também o quanto os investimentos precisam levar em consideração os seus nexos com as questões climáticas e com questões de gênero, pois os custos sociais e econômicos da desnutrição estão fortemente associados às mudanças climáticas e afetam mais às mulheres, de modo que as intervenções precisam ser sensíveis à nutrição, ao clima e ao gênero.

Ele reforça que as mudanças climáticas, a desnutrição e a obesidade formam um complexo conjunto interligado que prejudica a saúde e o desenvolvimento, afetando desproporcionalmente as comunidades e países mais vulneráveis globalmente, constituindo o que uma verdadeira sindemia (Swinburn *et al.*, 2019). Ele menciona, ainda, a relação significativa entre proxies de mudança climática, tais como secas, inundações e variabilidade climática, e o risco de desnutrição. Por exemplo, as condições de seca aumentam a probabilidade de desnutrição aguda e de baixo peso em quase 50% e, nesse cenário de alta mudança climática, é

esperado um aumento relativo da desnutrição crônica na África Subsaariana e no Sul da Ásia até a década de 2050.

Além disso, as mudanças climáticas também exacerbam a obesidade devido à redução da disponibilidade e acessibilidade de produtos alimentares frescos e a uma mudança alimentar para produtos ultraprocessados, cada vez mais baratos do que os alimentos in natura e minimamente processados.

Vale reconhecer a importância de o documento reconhecer a classificação NOVA de alimentos (que cunhou o termo ultraprocessado) e sua associação direta com riscos à saúde e também ao meio ambiente, dada sua relação com os sistemas alimentares hegemônicos. Nesse sentido, ele inclusive destaca que globalmente os alimentos frescos e minimamente processados e preparações culinárias que os utilizam e que são características das diferentes culturas alimentares pelo mundo estão sendo progressivamente substituídos por ultraprocessados. Como consequência, o documento reflete que, à medida que os padrões alimentares ao redor do mundo continuam a mudar, é esperado também um aumento nos efeitos negativos do consumo dos ultraprocessados sobre a saúde e o clima.

O documento avança mais nesse sentido, ao explicitar que os ultraprocessados são alimentos, hiperpalatáveis, baratos e prontos para o consumo, frequentemente densos em energia e ricos em sódio, açúcar e gorduras não saudáveis, que trazem sérias preocupações para a saúde planetária e humana. Paralelamente, como outra face das mudanças alimentares nas populações, projeta-se que a demanda global por proteína proveniente de alimentos à base de gado aumente em 14% por pessoa e em 38% no total entre 2020 e 2050, com o crescimento mais rápido da demanda previsto para o Sul da Ásia e a África Subsaariana, com grandes impactos sobre questões ambientais globais e sobre a saúde. Inclusive, é mencionado o caso específico do Brasil, que experimentou um aumento de 21% nas emissões de gases de efeito estufa relacionadas à dieta que foi atribuído em grande parte ao crescente consumo de ultraprocessados e à carne bovina (Garzillo *et al.*, 2022).

No tocante à questão de gênero, as mulheres são particularmente vulneráveis às mudanças climáticas devido a suas diferenças fisiológicas em relação aos homens, como menor dissipação de calor por meio da transpiração, maiores taxas metabólicas de trabalho e uma camada mais espessa de gordura subcutânea que dificulta o resfriamento por radiação. As mulheres também estão mais expostas aos riscos climáticos devido a questões sociais como seu papel na agricultura e na coleta de água, sendo muitas vezes forçadas a caminhar distâncias maiores, frequentemente em temperaturas extremas. Para completar, durante desastres relacionados ao clima, as mulheres enfrentam taxas mais altas de mortalidade e expectativa de vida reduzida, além de riscos aumentados de violência física, sexual e doméstica.

Portanto, é fundamental que os tomadores de decisão em nutrição e clima analisem e considerem cuidadosamente tanto as necessidades nutricionais quanto a sustentabilidade ambiental para alcançar soluções equilibradas e eficazes para as pessoas e para o planeta. Os investimentos em adaptação e mitigação climática se apresentam, assim, como oportunidades duplas de enfrentar os desafios climáticos enquanto se melhoram os indicadores alimentares e nutricionais das populações. Deve-se, ainda, considerar os aspectos de gênero envolvidos, visto que as mulheres, cujas condições de saúde e sustento tendem a ser mais suscetíveis às mudanças climáticas, desempenham um papel crucial nos sistemas alimentares e devem ser as principais beneficiárias de intervenções de adaptação sensíveis à nutrição.

Complementando, o documento critica corretamente que, apesar da contribuição significativa do setor agroalimentar para as emissões de gases de efeito estufa e do recente aumento no financiamento climático, apenas 4,3% dos fundos climáticos atualmente são direcionados ao setor agroalimentar, e apenas 2,4% dos principais investimentos de fundos climáticos multilaterais são voltados para crianças. A partir disso, conclui que é fundamental alocar o financiamento de forma mais eficiente e aproveitar oportunidades para promover investimentos sensíveis à nutrição por meio dos setores de agricultura, proteção social e WASH (água, saneamento e higiene), indicando que há exemplos de benefícios mútuos entre clima e nutrição que incluem o estabelecimento de impostos sobre alimentos não saudáveis com uma pegada de carbono significativa, como os produtos ultraprocessados e as fórmulas comerciais para bebês.

Novos caminhos propostos para o financiamento da nutrição

Em outra seção, o documento do Banco Mundial discute que, de modo geral, as fontes tradicionais de financiamento, tanto da assistência ao desenvolvimento quanto de fontes domésticas, são limitadas e é improvável que atendam às necessidades de financiamento. Diante deste cenário, afirma que seria imperativo, que a comunidade nutricional apoiasse os esforços dos países para intensificar e renovar compromissos financeiros na Cúpula N4G de Paris e, ao mesmo tempo, explorasse novas e inovadoras fontes de financiamento, incluindo a nutrição na cobertura universal de saúde e em programas adaptativos de rede de segurança, redirecionando subsídios agroalimentares para dietas saudáveis e aproveitando fundos climáticos.

Afirma, então, que, dentre as fontes não tradicionais e inovadoras, estariam incluídos fundos soberanos e investimentos em ESG (ambiental, social e de governança) pelo setor privado, que poderiam oferecer uma nova oportunidade para obtenção de mais recursos. No entanto, avalia que a nutrição estaria atrás de outros setores na catalisação dessas fontes financeiras, embora os sistemas alimentares ofereçam algumas das oportunidades mais poderosas para melhorar a saúde humana e planetária, ao mesmo tempo em que poderiam aumentar a produtividade, sendo que o setor privado poderia desempenhar um papel fundamental nesse processo.

Para tanto, traz a proposta do novo Programa de Desafio Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional lançado pelo Banco Mundial é projetado com o objetivo de mobilizar capital privado, bem como fontes inovadoras, reconhecendo que os recursos domésticos e outros financiamentos ao desenvolvimento não serão suficientes para enfrentar a escala dos desafios globais.

Dentro dessa nova proposta, foca na mobilização de capital privado e menciona que o setor de nutrição teria muito a aprender com o movimento climático, que se beneficiou do capital público investido em novas tecnologias, levando a que a energia renovável agora possa ser gerada de forma mais barata do que a energia de combustíveis fósseis. Sugere, então, que seria necessário catalisar investimentos ESG significativos em segurança alimentar e nutricional por parte do setor privado para que os grupos de investimento do setor privado aportem investimentos positivos em nutrição, como fizeram com as iniciativas de investimento climático.

Uma chave para isso, segundo o documento, seria educar os investidores sobre o potencial de retorno de investir em nutrição, não apenas para abordar uma perspectiva de retorno sobre o investimento, mas também para aumentar a produtividade laboral nos setores público e privado.

Por fim, o documento afirma que seria necessário mais trabalho em áreas-chave como:

- Assistência ao desenvolvimento e recursos domésticos: garantir que os recursos da assistência ao desenvolvimento catalisem ações convergentes entre doadores e governos nacionais e que equilibrem o foco atual na ajuda humanitária para reduzir a desnutrição aguda infantil com ações preventivas prospectivas que construirão resiliência e reduzirão a necessidade futura de tal ajuda.

- Abordagens inovadoras de financiamento: explorar fontes adicionais de financiamento inovadoras, incluindo o uso de financiamento climático, redirecionamento de subsídios agroalimentares e mobilização de fontes do setor privado, como investimentos ESG e aperfeiçoar ainda mais os mecanismos e ferramentas para integrar intervenções e políticas preventivas de nutrição, bem como políticas fiscais, como tributação e regulamentação da publicidade de alimentos não saudáveis, nos planos e pacotes nacionais de cobertura universal de saúde.

- Pesquisa empírica: incentivar pesquisas empíricas adicionais sobre lacunas de conhecimento sobre clima, gênero, WASH e nutrição, assim como estimativas empíricas dos custos, oportunidades e desafios de implementar políticas de redução da obesidade.

- Maximização de plataformas de entrega para ampliação: continuar a explorar como os programas adaptativos de rede de segurança podem ser projetados para oferecer intervenções nutricionais de alto impacto e como sinergias com os setores de saneamento, higiene, educação e agricultura podem ser maximizadas.

- Apoio técnico e de implementação aos países para ampliar as políticas de nutrição em todos os setores relevantes e trabalhar com os países para entender como os recursos podem ser otimizados e a gestão financeira pública pode ser aprimorada.

Em nossa avaliação, contudo, reforça-se a análise trazida anteriormente, em que se denota uma abertura sem filtros em relação a conflitos de interesses e outras intervenções negativas de agentes do setor privado sobre as políticas de nutrição, saúde e meio ambiente. Isso envolve frequentemente o uso dessas agendas para limpeza de imagem corporativa por meio das estratégias ESG descoladas de uma governança mais sólida em que atuem participantes da sociedade civil e da academia e das transformações que seriam efetivamente necessárias aos sistemas alimentares globais. Ainda, foca excessivamente na Cúpula de Nutrição para o Crescimento de forma desarticulada de outros compromissos globais, contribuindo para uma maior fragmentação de compromissos e de investimentos e perda de oportunidades para a construção de sinergias.

Conclusão

Globalmente sabemos de alguns consensos em relação ao financiamento da segurança alimentar e nutricional, tais como a insuficiência dos recursos atualmente aportados e do custo-efetividade de muitos dos investimentos. Ao mesmo tempo, contudo, existem grandes discussões sobre a forma de participação do setor privado diante de potenciais conflitos de interesses e impactos negativos de suas atividades sobre a nutrição e o clima. Junto a isso há possíveis problemas de governança das ações e compromissos que se repetem em diferentes estratégias, incluindo a Década de Ação sobre a Nutrição, a Cúpula de Sistemas Alimentares, o *Scaling Up Nutrition* e a Cúpula Nutrição para o Crescimento, além de riscos de aumentar a fragmentação das ações e compromissos, bem como de seu financiamento.

O documento do Banco Mundial sobre a Estrutura de Investimento para a Nutrição em 2024, nesse contexto, traz alguns avanços importantes, como o reconhecimento dos produtos ultraprocessados e sua relação com a saúde e a nutrição, bem como a importância de vincular saúde, nutrição e ambiente e de reforçar políticas regulatórias e fiscais para moldar ambientes alimentares mais saudáveis. Entretanto, o documento reforça algumas limitações e distorções observadas em outras iniciativas internacionais em relação às formas de articulação com o setor privado, colocando os determinantes comerciais da saúde somente numa perspectiva de contribuições positivas que poderiam trazer e não observando os riscos de efeitos negativos que trazem à saúde humana e planetária.

Seu chamado para ação aos países para aumentar os investimentos na redução da desnutrição e da obesidade é importante, mas precisa ser cuidadoso para garantir que sejam capazes de desenvolver seu potencial de construção de capital humano, impulsionando o crescimento econômico e a prosperidade e agregando benefícios climáticos adicionais de maneira política, financeira e ambientalmente sustentáveis. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que todos os atores globais reconheçam que os benefícios e retornos econômicos associados a esses investimentos superam em muito os custos da inação e envolvem compromissos urgentes para moldar um mundo mais próspero e equitativo em um planeta habitável para todos.

Em conjunto com isso, a continuidade do chamamento do setor privado nessas agendas que vem acompanhando muitas agendas globais, e, mais particularmente, a participação direta das grandes corporações que dominam os sistemas alimentares hegemônicos, como o *Big Food*, *Big Soda* e *Big Agro*, representa muito mais riscos às agendas do que oportunidades de transformação desses sistemas em qualquer agenda nacional, regional ou global. Por isso, a ausência de mecanismos de identificação, manejo e mitigação de conflitos de interesses no âmbito da segurança alimentar e nutricional global abre muitos espaços para ações e compromissos pouco efetivos, de caráter paliativo, e distantes das necessidades de transformação dos sistemas alimentares.

Com isso, infelizmente observamos novas oportunidades perdidas de ligar essas agendas e beneficiar mais decisivamente a saúde humana e planetária, assim como apontamos previamente em relação à Cúpula de Sistemas Alimentares, reforçando problemas como o envolvimento de agentes que se beneficiam e lucram com o sistema financeiro e alimentar vigente e causador de doenças e desigualdades. Os modelos atuais de financiamento da nutrição têm se mostrado ineficazes para fomentar sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes e propostas como a Cúpula de Nutrição para o Crescimento reforçam um descolamento do multilateralismo e das soluções estruturantes para os problemas nutricionais e ambientais que enfrentamos.

Referências

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 - Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/items/18143951-4b0a-46d6-860b-0f8908745da1>>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Global Report on Food Crises: Acute hunger remains persistently high in 59 countries with 1 in 5 people assessed in need of critical urgent action**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/global-report-on-food-crises---acute-hunger-remains-persistently-high-in-59-countries-with-1-in-5-people-assessed-in-need-of-critical-urgent-action/en>>.

GARZILLO, J. M. F. *et al.* Ultra-processed food intake and diet carbon and water footprints: a national study in Brazil. **Revista de Saude Publica**, v. 56, n. 6, p. 1–9, 2022.

GILMORE, A. B. *et al.* Defining and conceptualising the commercial determinants of health. **The Lancet**, v. 401, n. 10383, p. 1194–1213, 2023.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 35–43, 2009.

RAMOS, D. *et al.* Conditional cash transfer program and child mortality: A cross-sectional analysis nested within the 100 Million Brazilian Cohort. **PLoS Medicine**, v. 18, n. 9, p. 1–20, 2021.

SHEKAR, M. *et al.* **Investment Framework for Nutrition 2024**. Washington, DC: World Bank, 2024.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

THE WORLD BANK. **An overview of links between obesity and food systems - Implications for the food and agriculture global practice agenda**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/222101499437276873/pdf/117200-REVISED-WP-Obesity-Overview-Web-PUBLIC-002.pdf>>.

____. **Impactos distributivos da reforma tributária no Brasil: cenários relativos à isenção da Cesta Básica**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2023/11/05/brasil-tributacao-alimentos-ultraprocessados-vantagem-para-todos>>.

VASCONCELOS, L. G. L. *et al.* Time-trend analysis (2008-2018) of overweight prevalence among low-income infant and preschool children. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 363–375, 2022.

Informe UNESCO: Transformação do conhecimento para o futuro da África

Gisele Sanglard

Abstract. *This report presents the discussions that took place at the “UNESCO Chairs and Partners Forum on Transforming Knowledge for the Future of Africa” held at the African Union headquarters in Addis Ababa, Ethiopia, between September 30 and October 2, 2024, which was attended by researcher Gisele Sanglard, leader of the Oswaldo Cruz Chair in Science, Health and Culture, part of the Oswaldo Cruz Foundation.*

Keywords: *Education. Science. Culture. Africa.*

Resumo. Este informe apresenta as discussões ocorridas no “Fórum de Cátedras e Parceiros da UNESCO sobre Transformação do Conhecimento para o Futuro da África” ocorrido na sede da União Africana em Adis Abeba, Etiópia, entre 30 de setembro e 02 de outubro de 2024, que contou com a participação da pesquisadora Gisele Sanglard, *chair* da Cátedra Oswaldo Cruz de Ciência, Saúde e Cultura, vinculada à Fundação Oswaldo Cruz.

Palavras-chave: Educação. Ciência. Cultura. África

Fórum de Cátedras e Parceiros da UNESCO sobre Transformação do Conhecimento para o Futuro da África

O Fórum ocorreu na sede da União Africana em Adis Abeba, Etiópia, entre os dias 30 de setembro e 02 de outubro último e contou com a participação de Magali Romero Sá, vice-diretora de Pesquisa, Ensino e Divulgação Científica da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, e de Gisele Sanglard, *chair* da Cátedra Oswaldo Cruz de ciência, saúde e cultura, vinculada à Fiocruz.

O evento buscava discutir como a África poderia atingir as metas de cidades saudáveis, educação e saúde para todos, através da discussão e promoção de ações colaborativas voltadas para territórios, vulnerabilidades e meio ambiente por meio da disseminação de conhecimento e do reforço de práticas tradicionais de saúde e educação.

Ao longo dos três dias algumas palavras marcaram as falas dos representantes das cátedras. O futuro da África passa, na visão destes líderes, por:



Papel das línguas e do conhecimento autóctone

O papel da língua é capital para a identidade do continente, sobretudo as tradicionais línguas locais. Hoje a África é dividida em três grandes grupos linguísticos: os anglófonos, os francófonos e os lusófonos, porém as lideranças defendem a identidade local, as tradicionais línguas dos povos africanos e estas propiciam um saber endógeno.

Por um lado, há invisibilidade destas línguas pela tecnologia, uma vez que as línguas tradicionais não têm vocabulário para descrever a modernidade tecnológica, por outro lado, as novas tecnologias são percebidas como revolucionárias do conhecimento e por diminuírem a desigualdade no acesso ao conhecimento.

O conhecimento autóctone é valorizado, apesar de estar em vias de desaparecimento. E esse conhecimento autóctone pode ser reconhecido no uso dos conhecimentos tradicionais na saúde, nos casos apresentados pela Costa do Marfim (saúde pública) e por Uganda – notadamente a experiência da Universidade de Gulu (indústria, onde se procura uma melhor

padronização dos medicamentos tradicionais sintetizados nos laboratórios da Universidade); ou da arquitetura tradicional (tanto a técnica quanto os materiais construtivos).

Decolonização do ensino-aprendizagem sobre a História da África

Outro papel importante tem a História da África, que deve englobar a diáspora africana. Há aqueles que defendem a necessidade de se criar um “Museu da Escravidão”, como lugar de memória, tal qual defendido por Audrey Azoulay, Diretora Geral da Unesco. A História da África tem um papel relevante ao permitir que se aflore o conhecimento indigenista ao mesmo tempo que se decolonializa o continente e a diáspora. O passado é importante para se forjar o futuro.

A História da África transforma o conhecimento sobre a África e sobre os antigos povos, anteriores à chegada dos europeus. A narrativa do *esplendor* em oposição ao atraso que é contada pela perspectiva europeia. É preciso sair da “caixa” na qual o continente foi colocado pela visão dos europeus e evidenciar o que foi apagado pela narrativa dominante, ressaltando o papel da História Oral, das tecnologias (carbono 14), da arqueologia e, sobretudo, transformando a epistemologia.

Há uma necessidade de *africanização* do continente, tanto no que tange ao ensino e à língua local. Daí o papel preponderante da história e nos seus produtos culturais e tecnológicos. Fazem parte deste rol, o patrimônio, as práticas culturais e a culinária local. É através destes conhecimentos que se poderá autonomizar as comunidades e aprender sobre a dominação estrangeira. Defende-se o conhecimento indígena para se alcançar a autonomia intelectual.

Educação básica e superior. Investimento em pesquisas e mobilidade. Autonomia e liderança nacionais

As mudanças são percebidas em dois sentidos: na educação básica e na educação superior. No primeiro caso, o livro didático é o grande vilão, ao reificar as antigas interpretações e sendo pouco afeitos a incorporação de novas interpretações. Neste ponto urge engajar na discussão editoras e escritores. A transformação epistemológica por uma nova forma de pensar a si próprio.

O futuro da África passa também por uma mudança na educação superior que, tal como se está hoje, mantém as assimetrias sociais. A fraqueza da educação superior é sobretudo econômica – pouco investimento em pesquisa e ensino; mas o fato de as universidades não serem autônomas é uma dificuldade para se alcançar uma melhoria destes indicadores. As assimetrias no ensino superior passam por gênero e classe; mas também pelo acesso à internet que não é universal. Há pequenos vilarejos sem acesso à internet. O grande desafio é conseguir suplantar os entraves econômicos e sociais no acesso à universidade e no financiamento da pesquisa e do ensino superior.

Um dos caminhos discutidos é a mobilidade de alunos e professores, mas deve-se ressaltar conforme dito, que não se pode desejar um lugar internacional sem antes ter alcançada a liderança nacional. Para tal é preciso integrar os excluídos (mulheres, povos tradicionais). A mobilidade Sul-Sul é a solução discutida para este caso. Comentou-se que a mobilidade na Europa está diminuindo e na África é quase inexistente. É apenas com a mobilidade que se consegue avançar no conhecimento – é através deste processo que se permite a expansão do conhecimento, novas competências surgem ou se recompõe. A mobilidade desejada e defendida é a Sul-Sul e Leste-Oeste, internamente no continente. O Brasil e o México foram exemplos de sucesso no que tange à questão das políticas de mobilidade docente e discente.

Para além das questões dos financiamentos públicos, necessários para a expansão da pesquisa e do ensino superior e da manutenção dos “cérebros”, a pergunta sem resposta foi: “o que oferecemos aos alunos quando eles saem da universidade”?

Por fim, vale ressaltar um tema transversal a todas as discussões: o papel das parcerias para o alcance de vários objetivos por ser uma ação colaborativa e por propiciar a liberação dos saberes. Foi considerada a forma mais eficaz de lutar contra as assimetrias, por propiciar acordos bilaterais e a mobilidade de pesquisadores e estudantes. Contudo, frisam a necessidade de incentivar os acordos Sul-Sul.

As Instituições Financeiras Multilaterais na Assembleia Geral das Nações Unidas

Multilateral Financial Institutions in the United Nations General Assembly

Isis Pillar Cazumbá

Abstract: This article shows the participation of the Inter-American Development Bank, the World Bank (WB) and the International Monetary Fund (IMF) and the commitments that were made by them during the 79th session of the United Nations General Assembly.

Keywords: IADB. World Bank. IMF. UN. UNGA

Resumo: O presente artigo mostra a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os compromissos que foram firmados por eles durante a realização 79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Palavras-chave: BID. Banco Mundial. FMI. ONU. AGNU

Participação e Acordos das Instituições Financeiras Multilaterais na AGNU

A 79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) foi realizada em Nova Iorque, contando em seus eventos de Alto Nível com diversas lideranças mundiais, nos âmbitos político, econômico e social. As Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) participaram de algumas reuniões, em que firmaram compromissos a longo prazo.

Na Cúpula do Futuro das Nações Unidas, a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, discursou destacando, em seu início, que o mundo deve fortalecer cada vez mais o multilateralismo para um 'melhor amanhã'. Em seguida, Kristalina pontuou a importância do cenário atual global, dizendo que as escolhas feitas nesta década terão um alto poder de influência para o nosso futuro¹².

A chefe do FMI citou a economia global atual como um item importante a ser observado pelos líderes mundiais. Georgieva mostrou que existem pontos positivos nos últimos dados econômicos globais, como a resiliência dos múltiplos choques destes últimos anos e as respostas para combatê-los, que vem gradualmente sendo eficientes, onde resultou na não confirmação de uma recessão¹³.

Ao falar sobre os pontos negativos, Kristalina afirma preocupação com as perspectivas de crescimento global tão baixas das últimas décadas, o que significa, segundo ela o encurtamento das vagas de trabalho e rendas cada vez mais baixas. Segundo Georgieva, estas estimativas atingem com força os países de baixa renda, pois o nível de produção destes países está 7,5% abaixo da era pré-pandêmica. Além disso, estes países são os que mais tem sofrido

¹² Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/09/23/sp092224-md-remarks-united-nations-summit-of-the-future-new-york>

¹³ Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/09/23/sp092224-md-remarks-united-nations-summit-of-the-future-new-york>

com as elevadas pressões da dívida, podendo gerar maiores dificuldades em suas balanças de pagamentos e nos processos de desenvolvimento¹⁴.

A respeito do crescimento verde e das inovações tecnológicas, Kristalina pontuou que este é um bom momento para os formuladores de políticas entrarem em ação, traçando estratégias para impulsionar a economia, com a criação de empregos voltadas para estas áreas. Segundo Georgieva, a tecnologia é capaz de impulsionar a produtividade, onde de acordo com os dados do FMI, a inteligência artificial pode acrescentar até 0,8 ponto percentual no recrudescimento da economia mundial¹⁵.

A diretora-gerente aproveitou o discurso para mostrar as ações do FMI que apoiam os países membros. A prioridade número um é continuar auxiliando os países a elaborarem políticas macroeconômicas mais consistentes. A segunda trata-se de continuar incentivando mais recursos para os países de baixa renda através dos Fundos Fiduciários para Redução da Pobreza e Crescimento e de Resiliência e Sustentabilidade. A terceira é sobre a questão dívida soberana, que tem sido motivo de muita preocupação para os países. De acordo com Georgieva, o FMI e o Banco Mundial (BM) criaram a Mesa Redonda da Dívida Soberana Global com objetivo de ser um interlocutor entre os países e seus credores. Kristalina afirmou ainda que a instituição modificou as políticas de dívida, pois assim, o financiamento aos países pode ser feito celeremente. A última ação foi a criação de um terceiro presidente para a África Subsaariana no Conselho Executivo da instituição, intencionando melhorar a representatividade da região¹⁶.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) firmaram um compromisso que visa auxiliar na coleta e compartilhamento de dados meteorológicos e climáticos, a fim de melhorar a resposta climática da ALC¹⁷. O acordo firmado permite ao BID acesso ao financiamento do Mecanismo de Financiamento de Observações Sistemáticas (SOFF)¹⁸, que viabiliza assistência técnica e financiamento para que os países aprimorem os seus sistemas de alerta e de informação climática. Através deste acordo, o BID torna-se um dos primeiros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) a ter acesso ao Fundo Fiduciário Multiparceiros liderado pela ONU¹⁹.

¹⁴ Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/09/23/sp092224-md-remarks-unt-nations-summit-of-the-future-new-york>

¹⁵ Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/09/23/sp092224-md-remarks-unt-nations-summit-of-the-future-new-york>

¹⁶ Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/09/23/sp092224-md-remarks-unt-nations-summit-of-the-future-new-york>

¹⁷ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-joins-wmo-undp-and-unep-support-weather-data-systems-tackle-climate-change-latin-america>

¹⁸ O SOFF é um fundo especializado da ONU co-criado pela OMM, PNUD e PNUMA para fechar a lacuna de dados de observações climáticas e meteorológicas em países com as deficiências mais graves nas observações, priorizando os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e os SIDS. O SOFF fornece assistência financeira e técnica de longo prazo para apoiar a aquisição e o compartilhamento internacional de observações básicas do tempo e do clima, de acordo com os regulamentos da Rede Global de Observação Básica (GBON) acordados internacionalmente. O SOFF é um elemento fundamental e veículo de entrega da Iniciativa de Alertas Precoces para Todos da ONU. Disponível em: <https://www.un-soff.org/>

¹⁹ O Escritório do Fundo Fiduciário Multiparceiros (MPTF) é o centro de especialização das Nações Unidas em instrumentos de financiamento conjuntos. Organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fornece serviços de design e administração de fundos para coalizões de várias partes interessadas, incluindo o sistema da ONU, governos e parceiros não governamentais. Comemorando 20 anos de financiamento conjunto em 2024, o Escritório administrou fundos conjuntos em mais de 130 países, com uma carteira acumulada total de mais de US\$ 19 bilhões, investindo em

De acordo com o BID, esta parceria condiz com a estratégia da instituição sobre Biodiversidade, Capital Natural e Ação Climática, que tem como diretrizes fortalecer e apoiar a coordenação climática regional, reduzindo as vulnerabilidades relacionadas às alterações climáticas²⁰. Segundo o BID, fazer parte deste programa da ONU fortalece as iniciativas regionais *One Caribbean*²¹ e *América en el Centro*²², que foram criadas pelo Banco para enfrentar os desafios vividos pela região, tendo o clima como uma das áreas prioritárias a ser trabalhada.

Os presidentes do BID e do BM, Ilan Goldjan e Ajay Banga e a diretora-gerente Kristalina Georgieva, do FMI, compareceram em um evento dedicado ao Grupo do Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD) com o secretário-geral da ONU, António Guterres e seus altos funcionários. A reunião teve como objetivo compartilhar estratégias que acelerem o progresso em alcançar até 2030 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)²³.

Este diálogo de Alto Nível aconteceu na Cúpula do Futuro, contando com a presença de cinco presidentes e três vice-presidentes dos principais bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), mostrando a força da parceria entre as instituições. As lideranças dos BMDs apresentaram as reformas direcionadas em promover melhorias no sistema, evidenciando que as instituições estão cientes que o cenário atual precisa de renovação. Guterres pontuou a importância das reformas dos BMDs que tem como objetivo principal a liberação de recursos, trazendo soluções para o financiamento dos ODS. Em razão disto, os BMDs argumentaram que os Direitos Especiais de Saque (DES) poderão ajudar no aumento de recursos, apoiando inclusive Aliança Global do Grupo dos Vinte (G20) contra a Fome e a Pobreza²⁴.

As lideranças dos BMDs continuaram a sua apresentação falando a respeito do trabalho feito em conjunto, intitulado *Nota do Ponto de Vista*, que foi lançado no início deste ano. O conteúdo deste documento mostra os resultados concretos das iniciativas criadas pelas instituições envolvidas, como por exemplo, o aumento da ação conjunta em relação ao clima, da eficiência e do desenvolvimento²⁵.

Em eventos pós AGNU, o BID e o BM se compromissaram com temas importantes do cenário atual: igualdade e violência de gênero e educação. A fim de pôr fim a violência contra as meninas e mulheres e promover a igualdade entre homens e mulheres, o BM juntamente com a ONU e a Comissão Europeia firmaram o compromisso de tratar estes dois temas como prioridade global. A estratégia é promover um diálogo político global que seja capaz de ajudar

programas supervisionados por mais de 50 organizações participantes das Nações Unidas. Disponível em: <https://mptf.undp.org>

²⁰ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-joins-wmo-undp-and-unep-support-weather-data-systems-tackle-climate-change-latin-america>

²¹ CAZUMBÁ, Isis Pillar. Instituições Financeiras Multilaterais no G20 Brasil e as Reuniões Anuais do BID. **Cadernos CRIS/Fiocruz**, Rio de Janeiro, n. 03, p. 62-73, mar. 2024. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/2024/03/cadernos-cris-fiocruz-informe-03-2024>

²² CAZUMBÁ, Isis Pillar. "América en el Centro": o Novo Programa Regional do BID. **Cadernos CRIS/Fiocruz**, Rio de Janeiro, n. 02, p. 78-80, fev/mar. 2024. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/2024/03/cadernos-cris-fiocruz-informe-02-2024>

²³ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/un-secretary-general-and-heads-multilateral-development-banks-enhance-collaboration-address>

²⁴ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/un-secretary-general-and-heads-multilateral-development-banks-enhance-collaboration-address>

²⁵ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/un-secretary-general-and-heads-multilateral-development-banks-enhance-collaboration-address>

aos países parceiros a combaterem a violência de gênero, através de pesquisas compartilhadas, investimentos coletivos e eventos que tragam impacto positivo, resultando na eliminação desta violência, apoiando meninas e mulheres a viverem na ausência do medo²⁶.

Sobre educação, o BID, o BM, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), a Fundação Varkey, a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) e os governos do Chile e da República Dominicana endossaram por maiores recursos para a América Latina e o Caribe (ALC) nesta área.

Derivada da orientação do ODS 4, que visa que todos tenham uma educação de forma inclusiva, equitativa e de qualidade, o pedido é para que os países invistam neste exato momento para que esta ODS seja alcançada. Os países da ALC estão atrasados na questão de recursos para educação, mesmo com os esforços de financiamento mínimo de “pelo menos 4% do PIB e 15% do gasto público total”. Os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aplicam cinco vezes mais por aluno em relação à região²⁷.

Em razão deste cenário preocupante, Chile, República Dominicana e a coalizão de organismos multilaterais insistem que os governos da região, assim como a sociedade civil, o setor privado e a cooperação internacional se mobilizem para:

“Aumentar o investimento público em educação, priorizando a alocação de recursos em áreas onde as evidências mostram maiores retornos e para estudantes em situação de maior vulnerabilidade; aprimorar estratégias sustentáveis de financiamento da educação, aumentando a mobilização de recursos para a educação por meio de instrumentos como políticas fiscais progressistas. Além disso, complementar esses esforços com medidas inovadoras, como o fundo multiplicador da Parceria Global para a Educação (GPE), swaps de dívida, financiamento misto, entre outros; aumentar a parcela da ajuda oficial ao desenvolvimento alocada para a educação, promovendo investimentos de longo prazo nos sistemas públicos de educação; fortalecer os sistemas de gestão e informação para planejar investimentos e monitorar o impacto do financiamento na educação, garantindo que seja suficiente, equitativo, eficaz, eficiente e transparente”. Banco Mundial, 2024.

Carlos Felipe Jaramillo, vice-presidente do BM para a ALC, enfatizou que a prioridade é que os alunos tenham a garantia de que seguirão aprendendo e que por esta razão deve-se investir cada vez mais e de forma inteligente, ampliando a qualidade de aprendizagem dos professores e da gestão do sistema educacional para conter a grave crise do setor na região. Terminou o seu argumento dizendo que através do compromisso político dos tomadores de decisões, haverá desenvolvimento e prosperidade para os países da região²⁸.

²⁶ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/09/26/united-nations-european-union-and-world-bank-join-forces-to-end-violence-against-women-and-girls>

²⁷ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/09/26/latin-american-and-caribbean-governments-and-international-cooperation-urge-more-investment-in-education>

²⁸ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/09/26/latin-american-and-caribbean-governments-and-international-cooperation-urge-more-investment-in-education>

Ao tratar de temas de total relevância para o mundo atual, a AGNU indicou que a busca pelo cumprimento das metas dos ODS ainda continua viva, mesmo com tantos desafios impostos pela frente. As IFMs mostraram os seus pontos de vistas a respeito dos temas trabalhados e acertadamente se comprometeram com aquilo que está ao alcance delas neste momento.

Evidentemente, além da ONU, as IFMs precisarão se aprofundar ainda mais para fortalecer os recursos e a cooperação multilateral no combate aos desafios comuns globais, que incluem o combate à desigualdade persistente, a pobreza e as alterações climáticas.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB Joins WMO, UNDP and UNEP to Support Weather Data Systems, Tackle Climate Change in Latin America & the Caribbean [acesso em 7 out 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-joins-wmo-undp-and-unep-support-weather-data-systems-tackle-climate-change-latin-america>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] UN Secretary-General and Heads of Multilateral Development Banks to Enhance Collaboration to Address the Challenges of Achieving the SDGs [acesso em 7 out 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/un-secretary-general-and-heads-multilateral-development-banks-enhance-collaboration-address>

Banco Mundial [homepage na internet] United Nations, European Union, and World Bank Group Join Forces to End Violence Against Women and Girls [acesso em 4 out 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/09/26/united-nations-european-union-and-world-bank-join-forces-to-end-violence-against-women-and-girls>

Banco Mundial [homepage na internet] Latin American and Caribbean governments and international cooperation urge more investment in education [acesso em 4 out 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/09/26/latin-american-and-caribbean-governments-and-international-cooperation-urge-more-investment-in-education>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Managing Director's Remarks: United Nations' Summit of the future [acesso em 4 out 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/09/23/sp092224-md-remarks-united-nations-summit-of-the-future-new-york>

Índice Global de Inovação 2024

Global Innovation Index 2024

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract: *The Global Innovation Index 2024 (GII 2024) provides an overview of the global innovation landscape, focusing on four key areas: science and innovation investments, technological progress, technology adoption, and socioeconomic impact. After rapid growth from 2020 to 2022, innovation investments declined in 2023, particularly in emerging regions such as Latin America and Africa. Countries like Brazil, Chile, and Mexico maintain strong positions in Latin America, with Brazil ranking 50th overall. The report also highlights the growing role of social entrepreneurship, which has driven innovations in areas such as sustainability and social justice. However, challenges such as rising carbon emissions and slowing progress in green technologies continue to affect the global outlook.*

Keywords: *Global innovation, Brazil, Latin America, social entrepreneurship, public health, green technology, carbon emissions, technological progress*

Resumo: O Global Innovation Index 2024 (GII 2024) destaca o panorama global da inovação, com foco em quatro áreas principais: investimentos em ciência e inovação, progresso tecnológico, adoção de tecnologias e impacto socioeconômico. Após um crescimento acelerado entre 2020 e 2022, os investimentos em inovação caíram em 2023, especialmente em regiões emergentes como América Latina e África. Países como Brasil, Chile e México mantêm posições de destaque na América Latina, com o Brasil ocupando a 50ª posição no ranking geral. O relatório também sublinha o papel crescente do empreendedorismo social, que tem impulsionado inovações em áreas como sustentabilidade e justiça social. No entanto, desafios como o aumento das emissões de carbono e a desaceleração no progresso de tecnologias verdes continuam a impactar o cenário global.

Palavras-chave: Inovação global, Brasil, América Latina, empreendedorismo social, saúde coletiva, tecnologia verde, emissões de carbono, progresso tecnológico

Global Innovation Index 2024

Investimentos e Impactos na Inovação

O **Global Innovation Index 2024 (GII 2024)** destaca que, após um crescimento acelerado entre 2020 e 2022, os investimentos em ciência e inovação caíram em 2023. As publicações científicas diminuíram 5% em 2023, em contraste com as altas taxas de crescimento de mais de 8% ao ano durante 2020 e 2021. O crescimento global em P&D foi de 5% em 2022, mas projetou-se uma desaceleração para cerca de 3% em 2023, em termos reais. Empresas de grande porte que investem em P&D também viram crescimento de cerca de 6% em 2023, abaixo das taxas de longo prazo observadas nos últimos seis anos (cerca de 8%) e bem abaixo dos picos de 10% a 13% observados entre 2019 e 2021.

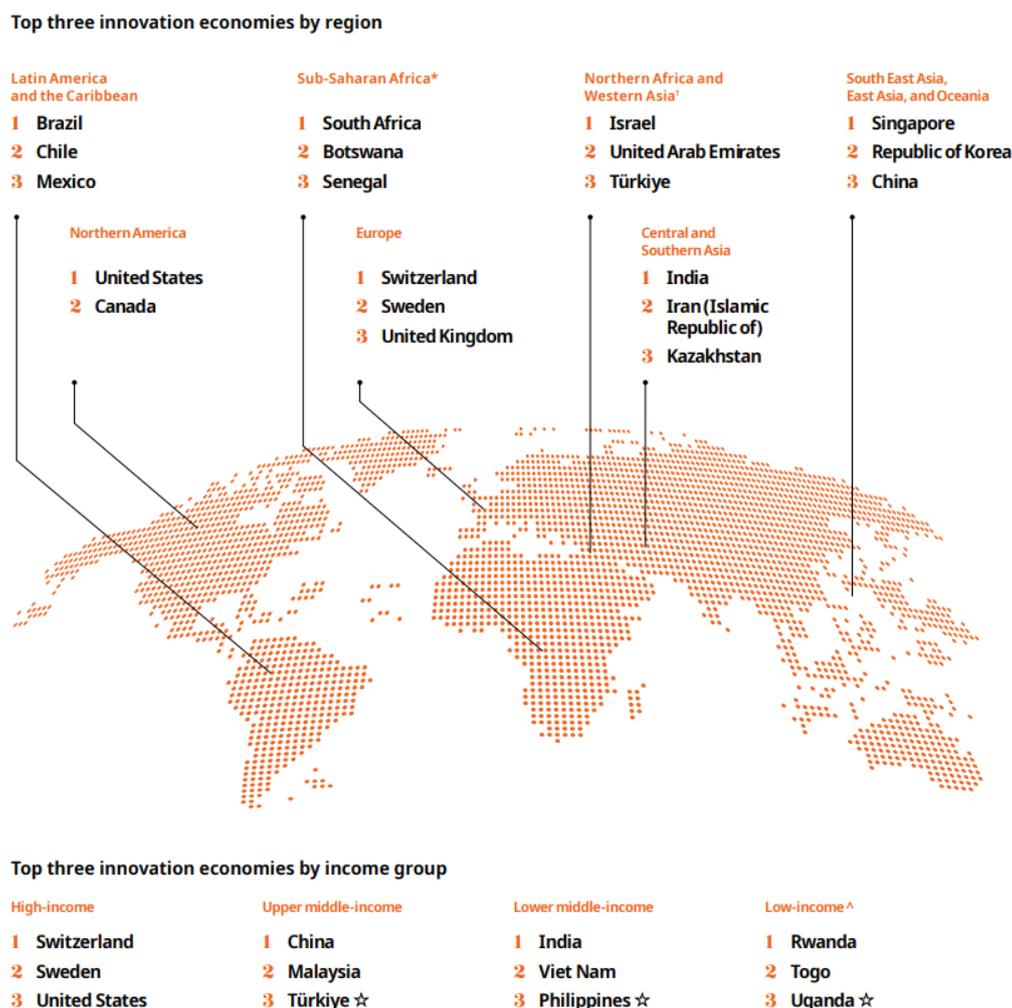
As regiões emergentes, como América Latina e África, foram impactadas por um declínio acentuado no capital de risco (VC) e nas publicações científicas. O valor dos investimentos de VC caiu 36% em 2022 e 39% em 2023, com uma queda de 9,5% no número de negócios realizados. Além disso, os pedidos de patentes internacionais também caíram 1,8% em 2023, sendo a primeira queda desde 2009.

Ranking de Inovação Global 2024

Suíça (1º), Suécia (2º), Estados Unidos (3º), Singapura (4º) e Reino Unido (5º) lideram o GII 2024. A China, única economia de renda média no top 30, subiu para a 11ª posição. Outros países de renda média que se destacaram desde 2013 incluem Turquia (37º), Índia (39º), Vietnã (44º), Filipinas (53º), Indonésia (54º), Irã (64º) e Marrocos (66º).

O Brasil manteve-se no top 50, ocupando a 50ª posição, seguido por Chile (51º) e México (56º), consolidando-se como o líder da América Latina. Países como Arábia Saudita (47º) e Catar (49º) também avançaram, consolidando suas posições no top 50, enquanto Indonésia (54º) e Filipinas (53º) aproximaram-se da marca dos 50 primeiros.

Imagem 1 – Líderes globais em inovação - 2024



Fonte: OMPI. Global Innovation Index 2024.

Imagem 2 – Classificações do Índice Global de Inovação 2024

GII rank	Economy	Score	Income group rank	Region rank
1	Switzerland	67.5	1	1
2	Sweden	64.5	2	2
3	United States of America	62.4	3	1
4	Singapore	61.2	4	1
5	United Kingdom	61.0	5	3
6	Republic of Korea	60.9	6	2
7	Finland	59.4	7	4
8	Netherlands (Kingdom of the)	58.8	8	5
9	Germany	58.1	9	6
10	Denmark	57.1	10	7
11	China	56.3	1	3
12	France	55.4	11	8
13	Japan	54.1	12	4
14	Canada	52.9	13	2
15	Israel	52.7	14	1
16	Estonia	52.3	15	9
17	Austria	50.3	16	10
18	Hong Kong, China	50.1	17	5
19	Ireland	50.0	18	11
20	Luxembourg	49.1	19	12
21	Norway	49.1	19	12
22	Iceland	48.5	21	14
23	Australia	48.1	22	6
24	Belgium	47.7	23	15
25	New Zealand	45.9	24	7
26	Italy	45.3	25	16
27	Cyprus	45.1	26	2
28	Spain	44.9	27	17
29	Malta	44.8	28	18
30	Czech Republic	44.0	29	19
31	Portugal	43.7	30	20
32	United Arab Emirates	42.8	31	3
33	Malaysia	40.5	2	8
34	Slovenia	40.2	32	21
35	Lithuania	40.1	33	22
36	Hungary	39.6	34	23
37	Türkiye	39.0	3	4
38	Bulgaria	38.5	4	24
39	India	38.3	1	1
40	Poland	37.0	35	25
41	Thailand	36.9	5	9
42	Latvia	36.4	36	26
43	Croatia	36.3	37	27
44	Viet Nam	36.2	2	10
45	Greece	36.2	38	28
46	Slovakia	34.3	39	29
47	Saudi Arabia	33.9	40	5
48	Romania	33.4	41	30
49	Qatar	32.9	42	6
50	Brazil	32.7	6	1

Fonte: OMPI. Global Innovation Index 2024.

Progresso Tecnológico e Impacto Socioeconômico

Apesar da queda nos investimentos, o progresso tecnológico manteve-se forte em 2023, com destaque para áreas como o sequenciamento de genomas, que continuou a reduzir custos, o aumento da capacidade de processamento computacional e os avanços em baterias elétricas, com uma redução de 13,7% no preço das baterias de íon-lítio, atingindo o valor de USD 139 por kWh. No entanto, o progresso nas tecnologias verdes foi mais lento do que o esperado, com o custo global da eletricidade solar fotovoltaica e eólica registrando reduções de apenas 3,9% e 3,5%, respectivamente, em 2022. O custo do sequenciamento completo do genoma caiu drasticamente, de USD 100 milhões em 2001 para pouco mais de USD 500 em 2023.

A adoção de tecnologias também aumentou em 2023, especialmente em 5G, que cobriu aproximadamente 38% da população mundial, e na robótica, cujo estoque operacional aumentou 12%, com mais de 550.000 novas instalações. A adoção de veículos elétricos cresceu 54% em 2022, enquanto o preço das baterias elétricas registrou um recorde de baixa. No entanto, a taxa de adoção de saneamento seguro desacelerou significativamente, e espera-se que apenas 65% da população mundial tenha acesso a saneamento seguro até 2030, abaixo da meta de cobertura universal estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

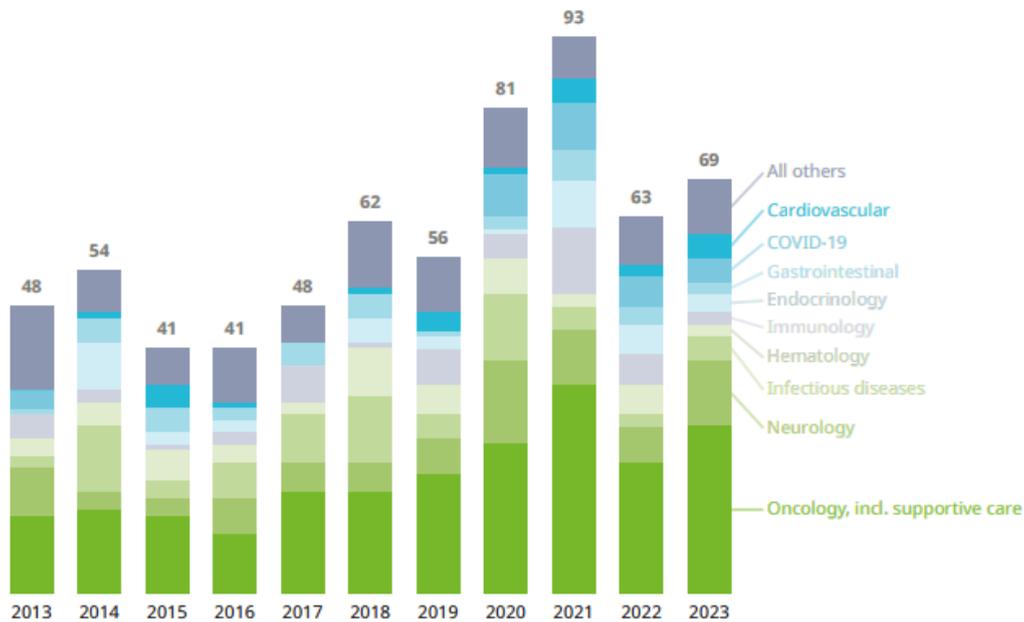
Em termos de impacto socioeconômico, a inovação voltou a ter impacto positivo em muitos indicadores. A produtividade laboral aumentou 1% entre 2022 e 2023, superando o crescimento de 0,2% do ano anterior. A pobreza extrema foi reduzida em 5% entre 2021 e 2022, mas ainda afetava 712 milhões de pessoas. A expectativa de vida global subiu em 2022, atingindo 72 anos, o mesmo nível de 2015. No entanto, o cenário ambiental apresentou desafios, com as emissões de carbono voltando a crescer 0,9% em 2022 em comparação ao ano anterior, e 2023 sendo o ano mais quente já registrado, com temperaturas globais 1,17°C acima da média do período de 1951-1980.

Inovação no Setor Farmacêutico e Lançamento de Novos Medicamentos em 2023

O setor farmacêutico também se destacou em 2023, com o lançamento de 69 novas substâncias ativas (NAS), aumento significativo de 9,5% em relação às 63 substâncias lançadas em 2022. Esse aumento supera a taxa média de crescimento anual de 3,7% observada na última década. No entanto, essa cifra é inferior ao período de 2020 e 2021, quando o número de novos medicamentos disparou devido à pandemia de COVID-19, antes de retornar à tendência pré-pandêmica. Em contraste com os dados da FDA usados no ano anterior, o Global Innovation Tracker 2024 utilizou dados da IQVIA para monitorar as aprovações de medicamentos. Ainda assim, os dados da FDA confirmam uma tendência positiva em 2023, com um aumento notável de 49% nas aprovações de novos medicamentos, após uma queda acentuada em 2022.

Em termos de áreas terapêuticas, aproximadamente 30% dos medicamentos lançados em 2023 estão relacionados à oncologia, 11% à neurologia e cerca de 10% às doenças infecciosas, representando metade do total de lançamentos no período. Esses números refletem a prioridade crescente em tratamentos contra o câncer, além de avanços em áreas como neurologia e combate a doenças infecciosas. Esses lançamentos reforçam a importância do setor farmacêutico na inovação e no desenvolvimento de soluções para os principais desafios globais de saúde.

Imagem 3 - Número de lançamentos anuais de medicamentos, por área terapêutica, 2013–2023



Fonte: OMPI. Global Innovation Index 2024.

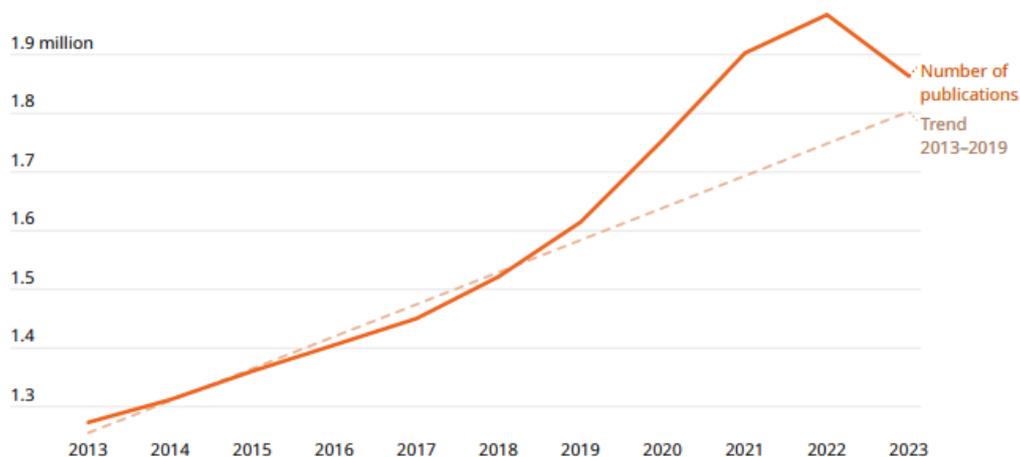
Investimentos em Ciência e Inovação

Os investimentos em inovação mantiveram-se resilientes durante o período de 2020-2021, mesmo com a crise causada pela pandemia de COVID-19. Durante esse período, houve crescimento acelerado em variáveis de investimento em inovação, incluindo publicações científicas, P&D e capital de risco. No entanto, os primeiros sinais de enfraquecimento nos investimentos surgiram em 2022, e essa desaceleração se intensificou em 2023, tornando as perspectivas para 2024 e 2025 incertas.

Publicações Científicas

Houve queda de 5% no número de publicações científicas entre 2022 e 2023, contrastando com a média de crescimento de 4% ao ano na última década. No entanto, esse declínio é, em grande parte, um retorno à tendência de crescimento pré-pandemia. Entre 2019 e 2021, houve aceleração excepcional nas publicações, com aumentos de 8,7% em 2020 e 8,4% em 2021. Esse crescimento foi seguido por desaceleração em 2022 (3,4%), atribuída principalmente à redução na produção de pesquisa em ciências ambientais e áreas relacionadas à COVID-19. Mesmo com essa desaceleração, o número de publicações em 2023 permaneceu acima da tendência de 2013-2019.

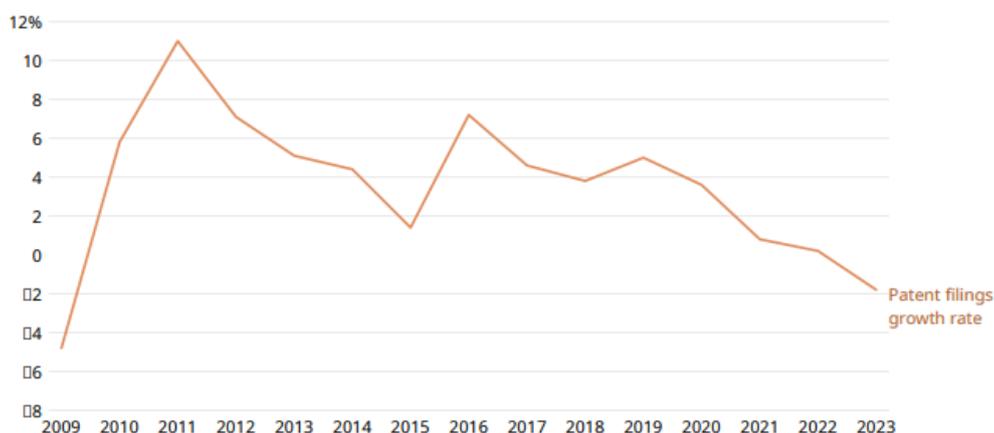
Imagem 4 – Número de publicações científicas (em milhões), 2013-2023



Fonte: OMPI. Global Innovation Index 2024.

Em 2023, os pedidos internacionais de patentes sob o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), administrado pela WIPO, caíram quase 2%, marcando o primeiro declínio desde a crise financeira de 2009. Apesar dessa leve redução, a China manteve-se como a principal origem dos pedidos, seguida pelos Estados Unidos e Japão, que registraram quedas mais acentuadas de 5,3% e 2,9%, respectivamente. Em contraste, Índia e Turquia tiveram aumentos significativos nos pedidos, com a Índia registrando crescimento de 44,6% e a Turquia um aumento de 8,5%.

Imagem 5 – Crescimento dos pedidos de patentes, 2009–2023



Fonte: OMPI. Global Innovation Index 2024.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Os dados mais recentes mostram que o crescimento global dos investimentos em P&D desacelerou para 5% em 2022, abaixo dos 6,6% em 2021 e da taxa de crescimento pré-pandemia

de 6,2% em 2019. O crescimento dos gastos com P&D empresarial, que representa 70% do total global de P&D, também desacelerou para 6% em 2022, comparado aos 8,5% em 2021, embora ainda esteja em linha com a taxa de crescimento de 6,6% registrada em 2019. Para 2023, as estimativas indicam que o crescimento global de P&D desaceleraria novamente para menos de 3%, com o P&D empresarial projetado para crescer apenas 2,8%.

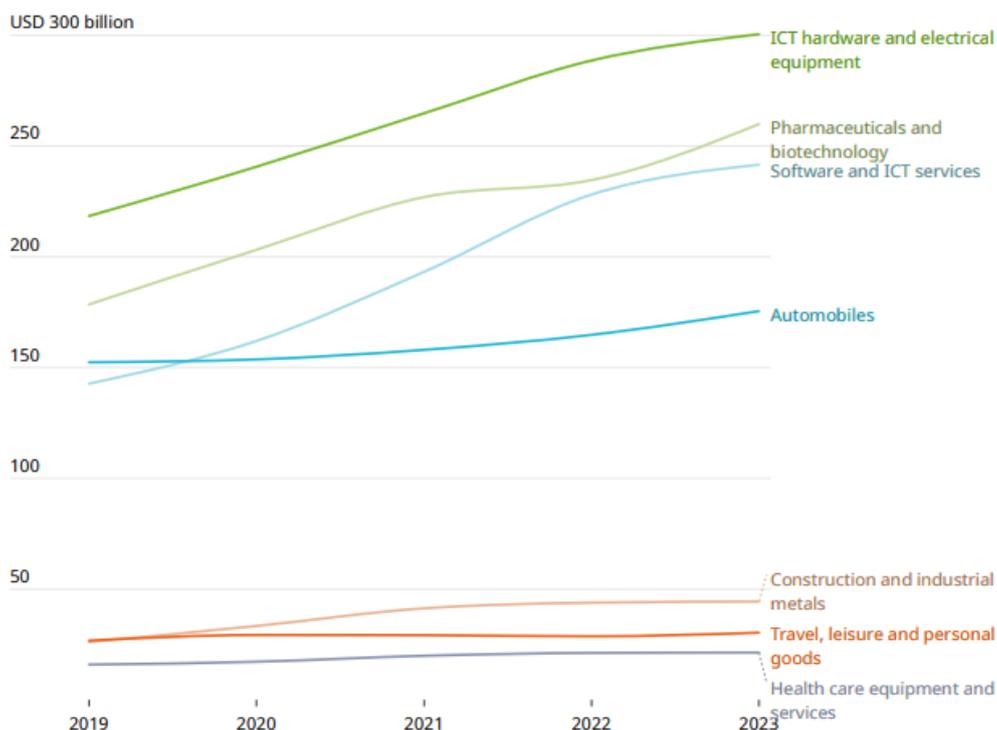
Principais Investidores Corporativos em P&D

Em 2023, os dados de P&D corporativo estão disponíveis para cerca de 1.700 das 2.500 maiores empresas globais investidoras em P&D. O gasto com P&D dessas empresas totalizou cerca de USD 1,2 trilhão, representando aumento de 8,3% em termos nominais e 6,1% em termos reais. No entanto, essas taxas refletem uma desaceleração em comparação com o crescimento real de 7,5% em 2022 e a taxa de crescimento de longo prazo.

No setor de hardware de TIC, houve desaceleração, com a taxa de crescimento da Nvidia caindo de 35% em 2022 para 18% em 2023. A Meta e a Uber, que haviam registrado as maiores taxas de crescimento em 2022 (30%), viram uma queda significativa em 2023, com as taxas caindo para 10% e 13%, respectivamente.

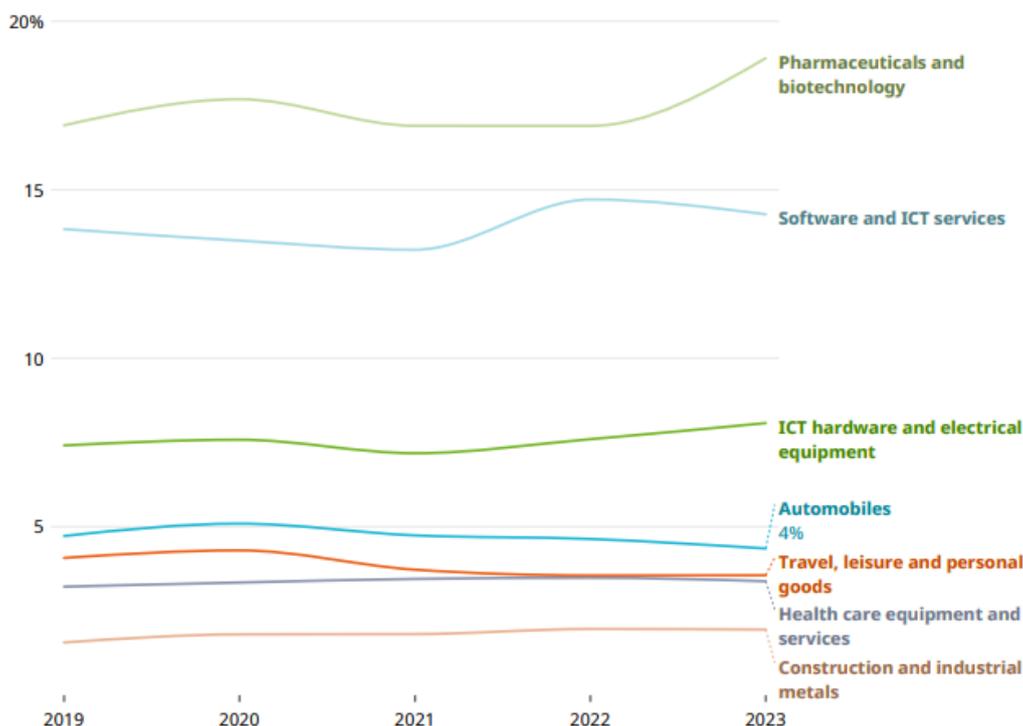
Em contraste, o setor farmacêutico experimentou uma recuperação significativa nos gastos com P&D, com o crescimento triplicando, de 3% em 2022 para 10% em 2023. Em 2023, o setor farmacêutico liderou em intensidade de P&D, com 19%, seguido por Software e serviços de TIC com 14%. Empresas como Eli Lilly, Novartis e Merck US registraram taxas de crescimento em P&D superiores a 20%, refletindo a crescente importância da inovação nesse setor.

Imagem 6- Despesa nominal em P&D dos principais gastadores de P&D por indústria e ano, 2019–2023



Fonte: OMPI. Global Innovation Index 2024.

Imagem 7- Intensidade dos principais gastadores de P&D por indústria e ano, 2019–2023



Fonte: OMPI. Global Innovation Index 2024.

Desempenho Regional

Na América Latina e Caribe, o Brasil se mantém como o principal país em inovação, ocupando a 50ª posição no GII 2024, seguido pelo Chile (51º) e México (56º). O México se destaca na exportação de bens criativos e de alta tecnologia, incluindo exportações criativas (1º lugar), exportações de alta tecnologia (11º) e manufatura de alta tecnologia (15º). O Chile apresentou boas colocações em indicadores como matrículas no ensino superior (7º) e influxo de investimentos estrangeiros diretos (19º).

Além desses três países, outros da região também melhoraram seu desempenho, como Colômbia (61º), Costa Rica (70º), Peru (75º) e Panamá (82º). O Brasil permanece no topo da região em sofisticação empresarial, outputs de conhecimento e tecnologia, e produção criativa.

Clusters de Ciência e Tecnologia

Os cinco maiores clusters de ciência e tecnologia (C&T) do mundo estão concentrados no Leste Asiático, com Tóquio–Yokohama liderando o ranking, seguido por Shenzhen–Hong Kong–Guangzhou, Pequim, Seul e Xangai–Suzhou. A China lidera com o maior número de clusters (26) entre os 100 principais, seguida pelos Estados Unidos (20 clusters) e Alemanha (8 clusters).

Na América Latina, São Paulo continua sendo o único cluster C&T entre os 100 melhores globais, mantendo sua importância como centro de inovação na região. Além de São Paulo, outros clusters de países de renda média incluem Cairo (Egito), Bengaluru e Chennai (Índia), e Istambul (Turquia).

Inovação em Países de Renda Média

China, Índia, Indonésia, Vietnã, Filipinas e Marrocos estão entre os países de renda média que mais subiram no ranking desde 2013. Esses países demonstraram uma capacidade crescente de transformar investimentos em inovação em resultados concretos, como exportações de alta tecnologia e depósito de patentes.

O Brasil, apesar de manter-se estável, enfrenta o desafio de melhorar a eficiência na conversão de insumos em outputs de inovação. No GII 2024, 19 economias superaram as expectativas de inovação em relação ao seu nível de desenvolvimento, sendo que a maioria está localizada na África Subsaariana e na Ásia. Em contraste, 41 economias, muitas delas na América Latina e Caribe, ficaram abaixo das expectativas.

Tendências em Empreendedorismo Social e Inovação

O tema especial do GII 2024 aborda o futuro do empreendedorismo social, explorando como ele pode catalisar inovações transformadoras e gerar impactos sociais significativos. O relatório estima que existam entre 10 e 11 milhões de empresas sociais e até 30 milhões de empreendedores sociais globalmente, contribuindo com aproximadamente USD 2 trilhões ao PIB global.

Empresas sociais estão concentradas em áreas que incluem pobreza, sustentabilidade ambiental e justiça social. Exemplos notáveis citados no relatório incluem o uso de plataformas de inteligência artificial para habitação de trabalhadores migrantes na Índia e a produção de briquetes ecológicos em Uganda.

Esse movimento tem ganhado força entre jovens inventores e inovadores que buscam alinhar seus esforços a causas sociais, especialmente em áreas negligenciadas por negócios e governos tradicionais. O GII 2024 destaca que inovações sociais geralmente envolvem processos e produtos adaptados a contextos locais, enfatizando estratégias colaborativas e de código aberto.

Necessidade de Políticas de Inovação

O relatório também faz recomendações para o desenvolvimento de políticas públicas que apoiem o empreendedorismo social, sugerindo o fortalecimento de marcos institucionais, infraestrutura, redes de colaboração e financiamento específico para esse setor. Além disso, o GII 2024 aponta a importância de se melhorar a medição e avaliação do impacto das inovações sociais, para que sejam mais visíveis em termos de métricas e resultados globais.

Imagem 6 – Perfil econômico Brasil

GII 2024 rank

Brazil

50

Output rank	Input rank	Income	Region	Population (mn)	GDP, PPP\$ (bn)	GDP per capita, PPP\$	
49	58	Upper middle	LCN	211.1	4,101.0	20,079	
		Score/ Value	Rank			Score/ Value	Rank
Institutions		31.8	103	Business sophistication		36.2	39
1.1 Institutional environment		42.3	92	5.1 Knowledge workers		45.7	[40]
1.1.1	Operational stability for businesses*	56.0	83	5.1.1	Knowledge-intensive employment, %	24.6	60
1.1.2	Government effectiveness*	28.6	103	5.1.2	Firms offering formal training, %	n/a	n/a
1.2 Regulatory environment		36.3	81	5.1.3	GERD performed by business, % GDP	n/a	n/a
1.2.1	Regulatory quality*	36.0	85	5.1.4	GERD financed by business, %	43.2	41
1.2.2	Rule of law*	36.5	79	5.1.5	Females employed w/advanced degrees, %	14.8	52
1.3 Business environment		16.7	125	5.2 Innovation linkages		22.6	69
1.3.1	Policy stability for doing business†	23.5	115	5.2.1	Public research-industry co-publications, %	1.7	56
1.3.2	Entrepreneurship policies and culture†	9.9	77	5.2.2	University-industry R&D collaboration†	41.0	75
Human capital and research		33.9	57	5.2.3	State of cluster development†	46.8	65
2.1 Education		50.6	69	5.2.4	Joint venture/strategic alliance deals/bn PPP\$ GDP	0.0	74
2.1.1	Expenditure on education, % GDP	5.8	19	5.2.5	Patent families/bn PPP\$ GDP	0.1	49
2.1.2	Government funding/pupil, secondary, % GDP/cap	20.9	44	5.3 Knowledge absorption		40.1	29
2.1.3	School life expectancy, years	15.6	42	5.3.1	Intellectual property payments, % total trade	1.8	15
2.1.4	PISA scales in reading, maths and science	397.3	64	5.3.2	High-tech imports, % total trade	13.4	19
2.1.5	Pupil-teacher ratio, secondary	16.3	86	5.3.3	ICT services imports, % total trade	2.4	23
2.2 Tertiary education		20.4	93	5.3.4	FDI net inflows, % GDP	3.4	45
2.2.1	Tertiary enrolment, % gross	60.4	55	5.3.5	Research talent, % in businesses	26.1	51
2.2.2	Graduates in science and engineering, %	15.9	97	Knowledge and technology outputs		24.5	50
2.2.3	Tertiary inbound mobility, %	0.2	107	6.1 Knowledge creation		20.2	56
2.3 Research and development (R&D)		30.6	36	6.1.1	Patents by origin/bn PPP\$ GDP	1.1	53
2.3.1	Researchers, FTE/mn pop.	888.5	54	6.1.2	PCT patents by origin/bn PPP\$ GDP	0.1	58
2.3.2	Gross expenditure on R&D, % GDP	1.1	35	6.1.3	Utility models by origin/bn PPP\$ GDP	0.6	27
2.3.3	Global corporate R&D investors, top 3, mn USD\$	48.9	33	6.1.4	Scientific and technical articles/bn PPP\$ GDP	11.4	63
2.3.4	QS university ranking, top 3*	45.7	26	6.1.5	Citable documents H-index	39.4	24
Infrastructure		45.5	55	6.2 Knowledge impact		37.6	30
3.1 Information and communication technologies (ICTs)		84.5	29	6.2.1	Labor productivity growth, %	0.2	86
3.1.1	ICT access*	85.8	78	6.2.2	Unicorn valuation, % GDP	1.7	22
3.1.2	ICT use*	74.3	75	6.2.3	Software spending, % GDP	0.3	42
3.1.3	Government's online service*	88.5	14	6.2.4	High-tech manufacturing, %	35.7	33
3.1.4	E-participation*	89.5	11	6.3 Knowledge diffusion		15.5	75
3.2 General infrastructure		25.2	86	6.3.1	Intellectual property receipts, % total trade	0.2	44
3.2.1	Electricity output, GWh/mn pop.	3,145.0	61	6.3.2	Production and export complexity	38.9	69
3.2.2	Logistics performance*	50.0	50	6.3.3	High-tech exports, % total trade	2.1	58
3.2.3	Gross capital formation, % GDP	18.4	108	6.3.4	ICT services exports, % total trade	1.2	76
3.3 Ecological sustainability		26.6	46	6.3.5	ISO 9001 quality/bn PPP\$ GDP	4.9	59
3.3.1	GDP/unit of energy use	10.6	66	Creative outputs		32.3	42
3.3.2	Low-carbon energy use, %	43.2	17	7.1 Intangible assets		45.8	26
3.3.3	ISO 14001 environment/bn PPP\$ GDP	0.9	75	7.1.1	Intangible asset intensity, top 15, %	65.6	26
Market sophistication		38.2	47	7.1.2	Trademarks by origin/bn PPP\$ GDP	92.7	9
4.1 Credit		20.8	81	7.1.3	Global brand value, top 5,000, % GDP	3.5	39
4.1.1	Finance for startups and scaleups†	37.6	57	7.1.4	Industrial designs by origin/bn PPP\$ GDP	1.4	48
4.1.2	Domestic credit to private sector, % GDP	71.8	43	7.2 Creative goods and services		7.4	85
4.1.3	Loans from microfinance institutions, % GDP	0.0	60	7.2.1	Cultural and creative services exports, % total trade	0.5	52
4.2 Investment		16.8	45	7.2.2	National feature films/mn pop. 15-69	1.1	65
4.2.1	Market capitalization, % GDP	52.6	36	7.2.3	Entertainment and media market/th pop. 15-69	6.2	44
4.2.2	Venture capital (VC) investors, deals/bn PPP\$ GDP	0.1	53	7.2.4	Creative goods exports, % total trade	0.2	85
4.2.3	VC recipients, deals/bn PPP\$ GDP	0.1	50	7.3 Online creativity		30.2	52
4.2.4	VC received, value, % GDP	0.0	27	7.3.1	Top-level domains (TLDs)/th pop. 15-69	5.3	53
4.3 Trade, diversification and market scale		77.0	15	7.3.2	GitHub commits/mn pop. 15-69	13.5	50
4.3.1	Applied tariff rate, weighted avg., %	5.4	100	7.3.3	Mobile app creation/bn PPP\$ GDP	71.9	39
4.3.2	Domestic industry diversification	92.1	27				
4.3.3	Domestic market scale, bn PPP\$	4,101.0	8				

Fonte: WIPO. Global Innovation Index 2024²⁹.

²⁹ Nota: ● indica uma força; ○ uma fraqueza; ◆ uma força no grupo de renda; ◇ uma fraqueza no grupo de renda; * um índice; † uma questão de pesquisa; ⌚ indica que os dados da economia estão desatualizados. Colchetes [] indicam que os requisitos mínimos de cobertura de dados (DMC) não foram atendidos no nível de sub-pilar ou pilar; n/a representa valores ausentes; um traço - indica um indicador que não é relevante para essa economia e, portanto, não é considerado para os limiares de DMC.

Referência

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI). Global Innovation Index 2024. Unlocking the promise of social entrepreneurship. 2024. Disponível em: https://www.wipo.int/web-publications/global-innovation-index-2024/assets/67729/2000%20Global%20Innovation%20Index%202024_WEB2.pdf

A urgência do presente: desafios da sociedade civil em um mundo negligente

***Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires,
Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos
Santos da Silveira, Tatiana Cerqueira
Machado Medrado, Jesús Enrique
Patiño Escarcina, Diana Zeballos e Luis
Eugênio de Souza***

Resumo: Nesta quinzena, foram monitoradas 38 organizações da sociedade civil, das quais 26 fizeram manifestações merecedoras de registro. As preocupações das Organizações da Sociedade Civil (OSC) de Interesse Público se concentraram em conflitos armados e crises humanitárias. O conflito Israel-Palestina-Líbano foi enfatizado, com denúncias da escalada da violência e apelos de cessar-fogo e proteção dos direitos humanos. Em especial, alertou-se para a obstrução da ajuda humanitária, destacando-se a necessidade de intervenções internacionais e de responsabilização por violações das leis humanitárias. A crise climática também foi tema prioritário, enfatizando-se seus impactos nas populações vulneráveis. Outras questões citadas incluíram: população indígena, gênero e envelhecimento, HIV, profissionais da saúde, nutrição, doenças do coração, COP16 da biodiversidade, saúde digital, descolonização da saúde pública e Pacto pelo Futuro, criticado por ser dominado por nações poderosas. Por sua vez, as OSC de Interesse Privado focaram suas manifestações em temas como resiliência climática, doenças infecciosas e saúde mental, investimentos em inovação, economia digital e inclusão financeira, especialmente em regiões agrícolas da África e Ásia. As iniciativas dessas organizações revelam uma abordagem técnica que, frequentemente, parece desconectada das complexas questões existenciais que o mundo enfrenta. Resta saber até quando os conflitos armados e as suas associadas violações dos direitos humanos continuarão a ser negligenciados, não apenas por governos e suas agências multilaterais, mas também por certas Organizações da Sociedade Civil que se apresentam como promotoras da equidade e da saúde global.

INTRODUÇÃO

Nesta quinzena, foram monitoradas 38 Organizações da Sociedade Civil, das quais 26 fizeram manifestações merecedoras de registro. Nas OSC de Interesse Público, as temáticas mais recorrentes refletiram uma forte preocupação com conflitos armados e suas consequentes crises humanitárias. O conflito entre Israel e Palestina foi central, com organizações como Progressive International e ActionAid denunciando a escalada da violência e o impacto devastador nos civis, pedindo cessar-fogo e proteção dos direitos humanos. Nesse âmbito, a Progressive International criticou a narrativa ocidental de “autodefesa” de Israel e enfatizou que a libertação da Palestina é essencial para a paz no Oriente Médio. Organizações como a ActionAid e a Oxfam alertaram para a obstrução da ajuda humanitária em Gaza e no Líbano, pedindo um cessar-fogo imediato para proteger os civis e evitar o agravamento da crise humanitária. Há um clamor por intervenções internacionais e a responsabilização de Israel por violações das leis humanitárias, além de um chamado à proteção das infraestruturas essenciais, como saúde e educação. As OSC de Interesse Público mencionam ainda a intensificação do

deslocamento forçado de milhões de pessoas devido aos bombardeios, resultando em um aumento das necessidades humanitárias na região.

Em paralelo, a questão da crise climática manteve sua presença destacada nas manifestações das OSC, com Greenpeace e outras ONGs abordando suas consequências nas populações mais vulneráveis. Outras temáticas recorrentes abrangeram o controle do tabagismo, incluindo o aumento de novos produtos de tabaco e nicotina, como cigarros e *snus* (tabaco em pó, absorvido pela mucosa oral), especialmente entre adolescentes, e os desafios na regulação desses produtos. As OSC também discutiram a resistência antimicrobiana e as desigualdades globais, com críticas à concentração de poder nas discussões da ONU e a importância da participação da sociedade civil. A saúde mental foi apontada como um ponto de preocupação, especialmente no que diz respeito ao vício em telas entre jovens, apontando a necessidade de um uso equilibrado da tecnologia. Também foram mencionadas iniciativas para erradicar doenças como a raiva e a dengue, além da preocupação com o vírus Marburg. As OSC de Interesse Público se distinguem das de Interesse Privado, por serem vocais em relação aos conflitos armados no mundo, assim como por destacarem as desigualdades econômicas, dando ênfase à má distribuição de riqueza e ao acesso desigual a vacinas, problemáticas que não vêm sendo efetivamente enfrentadas.

As OSC de Interesse Público ainda mencionaram questões relativas a: população indígena, gênero e envelhecimento, HIV, profissionais da saúde, nutrição, doenças do coração, COP16 da biodiversidade, saúde digital, descolonização da saúde pública e Pacto pelo Futuro, criticado por ser dominado por nações poderosas.

Nas OSC de Interesse Privado, os principais temas dessa quinzena incluíram resiliência climática, doenças infecciosas e saúde mental, com destaque para iniciativas de combate à malária, tuberculose e apoio a cidades vulneráveis às mudanças climáticas; inovação em tratamentos médicos e digitalização, com o desenvolvimento de novas terapias e fomento a infraestrutura de saúde; equidade de gênero e inclusão financeira, sobretudo em regiões agrícolas da África e Ásia; e o fortalecimento de seus próprios sistemas de governança, buscando melhorar suas respostas frente às crises emergentes. Chamam a atenção, nas manifestações dessas OSC, o comprometimento recorrente da Fundação Rockefeller com as pautas de resiliência climática; o alto investimento da WellcomeTrust investe em saúde mental na África e no desenvolvimento de tratamentos medicamentosos inovadores, como o Cobenfy; e o foco principal da Gates Foundation na inclusão digital e na equidade de gênero através dos setores da agricultura.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Conflitos e guerras

Avanço de ataques de Israel

A Progressive International divulgou uma declaração sobre o conflito entre Israel e a Palestina, argumentando que [o regime israelense não apenas devastou a região, mas também expandiu o conflito para países vizinhos](#). A organização aponta que o regime israelense está agora travando guerra em quatro frentes distintas — na Palestina, Líbano, Irã e Iêmen — além de utilizar instrumentos de guerra econômica contra esses povos. Enquanto isso, políticos ocidentais e seus porta-vozes esforçam-se para perpetuar a falsa narrativa de que Israel está

agindo apenas em "autodefesa". A Progressive International afirma que a libertação da Palestina é fundamental para alcançar a paz duradoura no Oriente Médio.³⁰

A ActionAid expressou profunda preocupação com a recente [escalada de violência no Líbano](#), condenando os ataques aéreos israelenses em Beirute e no sul do Líbano, que resultaram em vítimas civis, incluindo crianças, e deixaram muitos feridos. A organização enfatizou o impacto do conflito sobre os civis, especialmente mulheres e crianças, e pediu um cessar-fogo imediato, instando todas as partes a proteger os civis de acordo com o direito humanitário internacional. A ActionAid também apelou por uma intervenção internacional rápida para prevenir uma crise humanitária em grande escala e reafirmou seu compromisso de apoiar parceiros locais no Líbano para atender às necessidades urgentes das comunidades afetadas.³¹

O People's Health Movement divulgou um apelo da Amel Association International para restaurar a humanidade e a dignidade, da Palestina ao Líbano, destacando a necessidade urgente de um cessar-fogo. A Amel opera sete centros e duas unidades móveis de saúde nas províncias de Nabatieh e Líbano Sul. As unidades móveis da Amel estão estrategicamente posicionadas para [atender às necessidades específicas dos indivíduos afetados pelos confrontos](#), incluindo aqueles em abrigos, por meio de consultas de saúde, vacinação, suporte diagnóstico, distribuição de kits de higiene, encaminhamentos e suporte de saúde mental e proteção.³²

Novos dados publicados pela Actionaid revelaram a [obstrução da ajuda humanitária em Gaza](#), agravando o risco de fome e doenças, com quase meio milhão de pessoas à beira da inanição. Há quase um ano, alimentos, remédios, combustível e suprimentos essenciais são bloqueados, resultando em uma queda drástica da entrada de ajuda: 83% dos alimentos necessários não chegam, há falta de insulina e sangue, e apenas 1.500 leitos hospitalares estão disponíveis. As infraestruturas críticas foram destruídas e mais de 1,87 milhão de pessoas precisam de abrigo. Agências humanitárias denunciam seis formas principais de obstrução, incluindo a restrição da chegada de ajuda e a destruição de escolas e hospitais. Organizações pedem um cessar-fogo imediato, o fim do bloqueio e o cumprimento das recomendações da Corte Internacional de Justiça.³³

A CARE manifestou preocupação com a população através da [Declaração sobre os bombardeios promovidos por Israel contra o Líbano](#), com cerca de um milhão de pessoas deslocadas internamente. A organização ressaltou que os bombardeios continuam ocorrendo diariamente e que a capacidade de resposta governamental e do setor de ajuda humanitária está severamente desafiada. Por fim, a entidade condenou os ataques que chamou de

³⁰ Progressive International [Internet]. "Liberation is the only path to peace."; 4 Outubro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-10-04-liberation-is-the-only-path-to-peace-/en>

³¹ LEBANON: "Window to prevent humanitarian crisis closing rapidly". Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/lebanon-window-prevent-humanitarian-crisis-closing-rapidly>. Acesso em: 4 out. 2024.

³² PHM - People's Health Movement. PHM - People's Health Movement. Emergency Relief Fund for Lebanon | People's Health Movement. 30 set. 2024. Disponível em: <https://phmovement.org/emergency-relief-fund-lebanon>. Acesso em: 5 out. 2024.

³³ 15 aid organisations demand an end to systematic aid obstruction in Gaza. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/15-aid-organisations-demand-end-systematic-aid-obstruction-gaza>. Acesso em: 4 out. 2024.

indiscriminados e clamou pela forte mobilização internacional para garantir o cumprimento do direito humanitário e proteção dos civis³⁴.

Devido ao aumento dos [ataques israelenses](#), organizações no sul do Líbano, como a Reunião Democrática das Mulheres Libanesas (RDFL), suspenderam serviços essenciais para refugiados palestinos e sírios, além de comunidades locais, informou a ActionAid. O medo de sair de casa agravou o cenário, e muitas famílias estão fugindo para áreas mais seguras. Até o momento, mais de 270 pessoas morreram e 1.000 ficaram feridas, segundo o Ministério da Saúde libanês. A ActionAid apela à proteção de civis e à rápida intervenção da comunidade internacional para garantir ajuda humanitária.³⁵

O People's Health Movement divulgou [ato público realizado pela organização belga “Viva à Saúde” em Bruxelas](#). Em um varal, a organização pendurou jalecos, luvas e outros equipamentos médicos ensanguentados como um símbolo da destruição da infraestrutura de saúde em Gaza e dos ferimentos, sequestros e mortes de profissionais de saúde pelo exército de ocupação israelense.³⁶

A OXFAM apontou que, no último ano, mais mulheres e crianças foram mortas em [Gaza](#) pelo exército israelense do que em qualquer outro conflito nos últimos 20 anos, com mais de 6.000 mulheres e 11.000 crianças perdendo a vida. O estudo apontou a grave violação das leis humanitárias por parte de Israel, que atacou infraestrutura civil, como escolas e hospitais, em média uma vez a cada três horas. Diante dessa devastadora escalada de violência e das necessidades humanitárias urgentes, a Oxfam pediu um cessar-fogo imediato, a liberação de reféns e o fim das vendas de armas letais a Israel, criticando a falta de responsabilização da comunidade internacional.³⁷

A OXFAM lamentou à crise crescente no [Líbano](#), onde os ataques aéreos israelenses forçaram centenas de milhares de pessoas a deixar suas casas. A organização forneceu suporte essencial, como água potável, alimentos e kits de higiene para pessoas deslocadas em abrigos em várias regiões do país. O diretor da Oxfam no Líbano, Bachir Ayoub, ressaltou que o conflito era previsível e evitável, resultante da falta de um cessar-fogo em Gaza, e que a nova emergência agravará os desafios já existentes no país, ameaçando ainda mais a estabilidade da região. Ele enfatizou a necessidade urgente de um cessar-fogo permanente e responsabilização das partes envolvidas pelas violações do direito humanitário internacional.³⁸

³⁴ CARE [Internet]. CARE statement regarding ongoing airstrikes in Lebanon; 01 Out 2024 [citado 03 outubro 2024]. Disponível em <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-statement-regarding-ongoing-airstrikes-in-lebanon/>.

³⁵ ACTIONAID partners forced to suspend operations in Lebanon following Israeli attacks. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/actionaid-partners-forced-suspend-operations-lebanon-following-israeli-attacks>. Acesso em: 4 out. 2024.

³⁶ PHM - People's Health Movement. In solidarity with Palestine: Belgium | People's Health Movement. 1 out. 2024b. Disponível em: <https://phmovement.org/solidarity-palestine-belgium>. Acesso em: 5 out. 2024.

³⁷ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. More women and children killed in Gaza by Israeli military than any other recent conflict in a single year – Oxfam | Oxfam International; 30 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/more-women-and-children-killed-gaza-israeli-military-any-other-recent-conflict>

³⁸ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam responds to Lebanon Crisis | Oxfam International; 24 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-responds-lebanon-crisis>

Crise humanitária no Haiti

A CARE publicou comunicado de imprensa das agências de ajuda humanitária sobre a atual [situação de fome extrema no Haiti](#), com mais de 5 milhões de pessoas enfrentando insegurança alimentar aguda ou extrema e quase 580 mil pessoas em deslocamento interno. Além de conclamar o aumento do apoio financeiro para continuidade da prestação de ajuda humanitária, a entidade solicitou que a comunidade internacional encontre caminhos sustentáveis para o restabelecimento da paz. Além da fome, a população ainda enfrenta uma escalada de violência, com 90% da capital controlada por gangues armadas, inclusive restringindo o acesso rodoviário e a chegada da ajuda humanitária³⁹.

Crise climática

Após [inundações devastadoras](#) em Maiduguri, nordeste da Nigéria, a Médicos Sem Fronteiras (MSF) alerta para o risco elevado de malária, cólera e aumento da desnutrição. As enchentes, causadas pelo rompimento da barragem de Alau, afetaram gravemente casas e serviços essenciais, deslocando cerca de 400 mil pessoas. Com o aumento de casos de doenças transmitidas pela água e a falta de acesso a saneamento adequado, MSF pede apoio urgente para água, saneamento e assistência médica. A organização já iniciou a distribuição de suprimentos essenciais e planeja expandir o atendimento hospitalar para enfrentar a crise.⁴⁰

A World Organization of Family Doctors (WONCA) manifestou apoio total ao chamado urgente para ação de enfrentamento à crise climática. Acrescentou que os médicos de família estão em uma posição única para liderar essa [crise que é uma emergência global de saúde](#), defendendo um futuro sustentável e protegendo nossos pacientes.⁴¹

A DNDi divulgou carta aberta assinada por seu CEO, Luis Pizarro, junto a outros líderes da saúde global, publicada na revista Fortune, pedindo aos líderes globais que tomem medidas para evitar que vidas sejam perdidas devido à [crise climática](#). A DNDi destacou que as populações negligenciadas em países de baixa e média renda serão desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas. E acrescentou que as consequências já estão sendo sentidas e não podem ser ignoradas.⁴²

A Greenpeace lançou um [relatório](#) intitulado "Gambling with the Deep Sea", que expõe os esforços do governo norueguês e das empresas para iniciar a mineração em águas profundas no Ártico. Ativistas da Greenpeace Nordic protestaram contra a Loke Marine Minerals, uma

³⁹ CARE [Internet]. Aid agencies call for action as extreme hunger spikes in Haiti; 30 Set 2024 [citado 04 outubro 2024]. Disponível em <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/aid-agencies-call-for-action-as-extreme-hunger-spikes-in-haiti/>.

⁴⁰ NIGÉRIA: inundações podem provocar surtos de malária e cólera em Maiduguri - MSF Brasil. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/nigeria-inundacoes-podem-provocar-surtos-de-malaria-e-colera-em-maiduguri/>. Acesso em: 4 out. 2024.

⁴¹ WONCA - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of general practitioners/family physicians. WONCA fully supports this urgent call to action. 3 out. 2024. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wonca_we-are-in-a-planetary-emergency-the-activity-7247533094981767168-DhKi?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

⁴² DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative. Neglected populations in low- and middle-income countries will be disproportionately affected by climate change. 28 set. 2024a. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/dndi_global-health-leaders-pen-open-letter-to-activity-7244971559457611776-isFh?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

empresa norueguesa que pretende se tornar uma das principais produtoras de minerais do fundo do mar, desconsiderando os alertas científicos sobre os riscos ambientais. Durante o protesto, eles apresentaram um enorme polvo inflável rosa e uma máquina caça-níqueis, criticando as ambições irresponsáveis da empresa. O ator sueco Gustaf Skarsgård, embaixador da Greenpeace, juntou-se ao protesto, enfatizando o estado crítico dos oceanos e pedindo por conservação em vez de exploração. A Loke Marine Minerals recentemente adquiriu licenças para mineração em águas profundas no Pacífico e no Ártico, gerando resistência de comunidades indígenas e grupos ambientais, além de apoio a uma moratória por parte de grandes corporações e países.⁴³

A Greenpeace destacou que em uma [apresentação](#) deslumbrante no gelo ártico, o músico britânico Jacob Collier e a artista norueguesa AURORA se uniram para conscientizar sobre a proteção dos oceanos e do clima, cantando em uma plataforma perto da geleira Sveabreen, em Svalbard. Este evento, organizado pela Greenpeace International a bordo do Arctic Sunrise, destacou a fragilidade do Ártico, onde dois terços do gelo de verão desapareceram nos últimos 40 anos. Collier expressou como a experiência foi transformadora, enfatizando a necessidade urgente de proteger os oceanos da mineração em profundidade, enquanto AURORA alertou contra a interferência destrutiva da humanidade na natureza. Dr. Laura Meller, da Greenpeace, observou que o evento serve como um lembrete da vulnerabilidade do planeta, instando os governos a proteger 30% dos oceanos do mundo até 2030 e a impor uma moratória sobre a mineração em águas profundas.⁴⁴

A Greenpeace reagiu a um [estudo](#) da World Weather Attribution que revela que as inundações devastadoras na Europa Central, ocorridas recentemente, foram duas vezes mais prováveis devido às mudanças climáticas provocadas pelas emissões de combustíveis fósseis. Ian Duff, chefe da campanha "Stop Drilling Start Paying" da Greenpeace, destacou que as empresas de petróleo e gás, como Total, Shell e OMV, lucraram significativamente com essas emissões, enquanto os cidadãos europeus, de Viena a Varsóvia, arcam com os custos das consequências. Duff pediu que os líderes europeus se posicionem ao lado de suas comunidades, responsabilizando os poluidores climáticos pelos danos históricos, que incluem perdas de vidas, infraestrutura e aumento da inflação.⁴⁵

População indígena

A International Federation of Social Workers divulgou notícia sobre uma mobilização indígena chamada Dia da Camisa Laranja, lembrada no dia 30 de setembro. [O dia lembra a retirada de crianças indígenas de suas famílias e comunidades para serem colocadas em internados como “ferramenta de assimilação e desapropriação de suas terras” e culturas.](#)

⁴³ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace Norway protest against deep sea mining company Loke - Greenpeace International; 3 out 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/69972/greenpeace-expose-norway-gustaf-skarsgard-deep-sea-mining-company-protest-loke-marine-minerals/>.

⁴⁴ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Music stars perform on Arctic ‘iceberg’ in call for ocean and climate protection - Greenpeace International; 1 out 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/69915/music-stars-perform-arctic-iceberg-call-ocean-climate-protection/>.

⁴⁵ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace comment on new study showing climate polluters made Europe’s deadly floods twice more likely - Greenpeace International; 25 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/69852/greenpeace-comment-on-new-study-showing-climate-polluters-made-europes-deadly-floods-twice-more-likely/>.

Muitas crianças sofreram abusos sexuais e violências físicas. Atualmente o movimento busca a inclusão da história indígena em todos os níveis de educação; leis de apoio e garantia dos direitos indígenas; apoio a programas e projeto liderados por povos indígenas; financiamento para educação, saúde e serviços sociais indígenas; serviços de saúde mental, incluindo restauração cultural para os sobreviventes dos internatos, e representação indígena na mídia, em papéis de liderança e na política. A matéria faz ainda, um convite para que assistente sociais busquem informações sobre os movimentos liderados por indígenas em sua área de atuação⁴⁶.

A Greenpeace apontou que a demarcação da terra indígena Sawré Muybu, oficializada em 25 de setembro de 2024, representa uma vitória histórica para o povo Munduruku e todos os povos indígenas da Amazônia, protegendo 178.173 hectares na bacia do rio Tapajós, ameaçados por mineração e projetos de infraestrutura. Iniciada em 2007, a demarcação enfrentou muitos obstáculos, mas a autodemarcação em 2014 foi um ato de resistência crucial. Embora a nova decretação pelo Ministério da Justiça seja um passo importante, a demarcação física e a remoção de ocupantes ilegais ainda são necessárias. Essa conquista também serve como um obstáculo a projetos destrutivos e destaca a luta contínua pela soberania indígena e pela proteção da Amazônia, enfatizando a importância da solidariedade e da resistência.⁴⁷

Gênero e saúde

Segundo o recente relatório publicado no começo de outubro pelo Médicos Sem Fronteiras (MSF), em 2023, a organização, em parceria com o Ministério da Saúde da República Democrática do Congo, tratou um número recorde de 25.166 sobreviventes de violência sexual, com mais de dois atendimentos por hora, refletindo um aumento expressivo em relação à média anual de 10 mil nos anos anteriores. Essa tendência acelerou nos primeiros meses de 2024, especialmente em Kivu do Norte, onde conflitos armados intensificaram a vulnerabilidade de mulheres e meninas deslocadas, que compõem 98% das sobreviventes atendidas. MSF destacou a necessidade de ações urgentes para melhorar a proteção e as condições de vida em campos de deslocamento, bem como para aumentar o acesso a cuidados médicos, legais e psicológicos para as vítimas.⁴⁸

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou a realização da quinta sessão da série de treinamentos on-line sobre vacinação contra HPV neutra em termos de gênero. Desta vez, o foco é a Ásia e a Região do Pacífico Ocidental, destacando os casos do Vietnã, Filipinas e Austrália, entre outros.⁴⁹

⁴⁶ INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIAL WORKERS. Orange Shirt Day – Where do we go from here? – International Federation of Social Workers. 26 set. 2024. Disponível em: <https://www.ifsw.org/orange-shirt-day-where-do-we-go-from-here/>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁴⁷ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Sawré Muybu: A historic victory for the Munduruku People and the ongoing struggle for a living forest - Greenpeace International; 30 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/69878/munduruku-indigenous-people-land-demarcation-brazil-sawre-muybu/>.

⁴⁸ RDC: relatório de MSF revela número sem precedentes de casos de violência sexual - MSF Brasil. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/rdc-relatorio-de-msf-revela-numero-sem-precedentes-de-casos-de-violencia-sexual/>. Acesso em: 4 out. 2024.

⁴⁹ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Join our fifth online training series on gender-neutral HPV vaccination. 5 out. 2024b. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_hpv-hpvvaccination-vaccinations-activity-7248236728015044608--fhC?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

A Women in Global Health publicou dois textos sobre a cobertura de saúde no [Brasil](#) e na [Nigéria](#), apontando desafios e avanços em cada país^{50,51}.

A Greenpeace destacou que a [Mother's Haven](#), uma organização comunitária no Zimbábue, está enfrentando os graves impactos das mudanças climáticas sobre indivíduos *queer*, especialmente diante da pior seca da memória recente do país. Essa organização, que apoia mães lésbicas, bissexuais e trans, ensina pessoas queer a cultivar alimentos como batatas-doces e tomates como forma de combater a insegurança alimentar e a vulnerabilidade econômica agravadas pelas mudanças climáticas. Em um contexto onde indivíduos LGBTQIA2S+ enfrentam estigma e discriminação, a Mother's Haven não apenas busca garantir a segurança alimentar, mas também promove o bem-estar mental e o apoio comunitário.⁵²

Envelhecimento

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou um curso online sobre influenza, buscando contribuir para a conscientização coletiva sobre a [influenza e seu impacto em pessoas idosas](#). O curso está disponível em <https://lnkd.in/eN69spkY>.⁵³

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) publicou informação sobre o [metapneumovírus humano \(hMPV\)](#), um vírus que causa infecções do trato respiratório e pode representar riscos graves à saúde de idosos e com morbidade prévia. Para medir o impacto do hMPV em pessoas em risco, suas famílias e comunidades e aumentar a conscientização, a IFA está buscando pessoas que tiveram hMPV ou que vivem com uma condição de saúde que os coloca em risco para o hMPV e profissionais de saúde que trataram o hMPV.⁵⁴

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) anunciou a realização de um debate da série “Global Café”, sobre o [envelhecimento com perda de visão](#) e melhoria do acesso aos cuidados.⁵⁵

⁵⁰ WOMEN IN GLOBAL HEALTH. The road to UHC passes through gender responsive health systems: the case of WGH Nigeria - Women in Global Health. 23 set. 2024. Disponível em: <https://womeningh.org/the-road-to-uhc-passes-through-gender-responsive-health-systems-the-case-of-wgh-nigeria/>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁵¹ WOMEN IN GLOBAL HEALTH. Achieving a gender-responsive universal health system in Brazil: the role of Women in Global Health - Women in Global Health. 23 set. 2024a. Disponível em: <https://womeningh.org/achieving-a-gender-responsive-universal-health-system-in-brazil-the-role-of-women-in-global-health/>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁵² Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Drought: Safe space helps queer Zimbabweans tackle climate impacts - Greenpeace International; 1 out 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/69900/drought-safe-space-helps-queer-zimbabweans-tackle-climate-impacts-food-insecurity/>.

⁵³ IFA - International Federation of Ageing. Check out the IFA's new e-module course on influenza! 3 out. 2024. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_influenza-influenzavaccination-flu-activity-7246972509542051841-vRh6?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

⁵⁴ IFA - International Federation of Ageing. Human metapneumovirus (hMPV) is a virus that causes respiratory tract infections. 30 set. 2024b. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_hmpvawareness-healthmatters-viralinfection-activity-7246459240276463616-nTNj?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

⁵⁵ IFA - International Federation of Ageing. Join us tomorrow at IFA's Global Café. 3 out. 2024b. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_globalcafez-ifa-healthyageing-activity-7247561142141612032-zH3D?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

HIV

A Fundação Huésped está organizando um encontro aberto para conversar entre pares e profissionais da Fundação sobre todos os temas que envolvem os [preconceitos relacionados ao diagnóstico de HIV](#). Esse encontro é voltado para pessoas que vivem com HIV e para amigos ou familiares de indivíduos vivendo com HIV. O objetivo é promover um espaço de troca sobre diversos tópicos relacionados ao tema, como a revelação do diagnóstico, o uso da PrEP, a mensagem I=I (Indetectável = Intransmissível), planejamento familiar, entre outros assuntos relevantes.⁵⁶

O Public Citizen junto com outras agências de saúde, incluindo a UNAIDS, [pediram que a Gilead licenciasse o lenacapavir, preferencialmente por meio do Medicines Patent Pool, a fim de facilitar o acesso global](#) ao medicamento, após o anúncio da Gilead Sciences sobre um acordo de licenciamento que permite a seis fabricantes de genéricos venderem o tratamento inovador para o HIV, lenacapavir, em 120 países, principalmente de baixa renda. A declaração destaca que embora o licenciamento anunciado seja um passo positivo para garantir o acesso ao tratamento, ressalta que muitas regiões, como a maior parte da América do Sul, ainda ficam de fora. A organização também informou que Gilead continuará a controlar a distribuição do lenacapavir através de termos de licenciamento restritivos, limitando a disponibilidade do medicamento a preços acessíveis, mesmo onde não existem patentes.⁵⁷

A People 's Medicines Alliance repercutiu apelo da OMS à Gilead Sciences para [garantir que o novo medicamento para o HIV, lenacapavir, seja disponível e acessível em todos os países](#), especialmente nas regiões onde as infecções pelo HIV estão aumentando. A Gilead firmou acordos de licenciamento voluntário com seis fabricantes de genéricos para distribuir o medicamento em 120 países de alta incidência e com recursos limitados. No entanto, a empresa excluiu países de renda média-alta, que representam 41% das novas infecções, segundo dados do UNAIDS, restringindo o acesso ao lenacapavir nessas regiões, onde ele poderia ter um impacto significativo na prevenção e tratamento do HIV.⁵⁸

Profissionais da saúde

O Public Citizen divulgou relatório intitulado [“Ranking das Taxas de Ações Disciplinares Graves das Juntas Médicas Estaduais”](#) (2021-2023) que revela a falta de rigor na disciplina de médicos por parte de muitas juntas médicas estaduais nos Estados Unidos ao analisar as taxas de ações disciplinares graves em cada estado e conclui que as baixas taxas de disciplina em muitos deles indicam que as juntas de licenciamento não estão fazendo o suficiente para punir médicos que praticam cuidados médicos negligentes ou que apresentam comportamentos inaceitavelmente perigosos para os pacientes. O relatório destaca a necessidade de maior

⁵⁶ Fundación Huésped [Internet]. ¡Inscríbete a nuestro encuentro abierto!; 1 Outubro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/como-seria-la-vida-de-freddie-mercury-hoy-2/>

⁵⁷ Public Citizen [Internet]. HIV Breakthrough Drug Licensing Deal Marks Significant But Flawed Step for Access; 2 Outubro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/hiv-breakthrough-drug-licensing-deal-marks-significant-but-flawed-step-for-access/>

⁵⁸ The People's Medicines Alliance [X]. WHO urges @GileadSciences to ensure new HIV medicine lenacapavir is "available and affordable in all countries[...]; 4 Outubro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://x.com/peoplesmeds/status/1842128998672879737>

responsabilidade e ação das juntas médicas para proteger os pacientes e garantir padrões adequados de atendimento médico.⁵⁹

A Federação Internacional de Hospitais publicou artigo intitulado “Promover o [atendimento centrado no paciente](#) por meio da inovação: um caminho para uma melhor prestação de serviços de saúde”.⁶⁰

A World Medical Association informou que a World Health Professions Alliance (WHPA) está pedindo [investimentos na força de trabalho da saúde para cumprir os compromissos do Pacto para o Futuro](#) destacando o papel fundamental da saúde no combate à pobreza, desigualdade e mudanças ambientais, embora lamenta que a saúde não receba maior destaque. A Presidente da WHPA, alertou sobre a subfinanciamento crônica do setor, com uma projeção da OMS indicando uma falta de 10 milhões de profissionais de saúde até 2030. A WHPA enfatiza que sem investimento na força de trabalho da saúde, os países não terão capacidade para implementar o Pacto para o Futuro, e pede que os Estados membros da ONU implementem totalmente os compromissos relacionados à saúde.⁶¹

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou entrevista com as coordenadoras do [Grupo de Trabalho sobre Educação e Formação Profissional](#), Priscilla Robinson e Leanne Coombe. O foco principal do GT é a educação em saúde pública para a prática profissional. Atualmente, o grupo está envolvido com o Projeto do Roteiro da Força de Trabalho de Saúde Pública e Emergências da OMS, contribuindo para sua estrutura de competências. Está também desenvolvendo uma pesquisa comparativa da educação em saúde pública em todo o mundo, analisando os conteúdos e métodos dos cursos.⁶²

Nutrição e saúde

A ACT Promoção da Saúde e um grupo de 35 especialistas, organizações da sociedade civil e grupos de pesquisa assinaram carta aberta pedindo pela devida [regulamentação da publicidade de ultraprocessados](#). A carta foi enviada aos ministros do Supremo Tribunal Federal do Brasil, que vão julgar a validade de uma norma da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a RDC 24/2010, que determina que a promoção de produtos com excesso de gordura, sódio e açúcar seja acompanhada por um alerta sobre o risco do seu consumo em excesso. A ACT informou que apesar de ter sido publicada em 2010, a norma não entrou em vigor até hoje

⁵⁹ Public Citizen [Internet]. State Medical Boards’ Enforcement Against Doctor Misconduct Appears ‘Dangerously Lax’; 1 Outubro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/state-medical-boards-enforcement-against-doctor-misconduct-appears-dangerously-lax/>

⁶⁰ IHF. International Hospital Federation. Advancing patient-centered care. 19 set. 2014. Disponível em: <https://ihf-fih.org/news-insights/advancing-patient-centered-care-through-innovation-a-path-to-enhanced-healthcare-delivery-yel-2024/>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁶¹ WMA [Internet]. WHPA calls for more investment in the health workforce at UN Summit of the Future; 22 Setembro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/whpa-calls-for-more-investment-in-the-health-workforce-at-un-summit-of-the-future/>

⁶² WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Professionals’ Education and Training Working Group Chair Interview: Priscilla Robinson and Leanne Coombe | WFPHA. 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/working-group-chair-interview-priscilla-robinson-and-leanne-coombe/>. Acesso em: 5 out. 2024.

porque indústrias de ultraprocessados e grupos ligados a elas vem questionando a autoridade da Anvisa e impedindo que a população seja devidamente informada.⁶³

Tabagismo

A ACT Promoção da Saúde divulgou seu [boletim de setembro que traz dois estudos importantes para a área de controle do tabagismo](#), o primeiro aponta que houve um aumento absurdo de registros de novas marcas de cigarros e narguilé com aditivos de sabores e aromas em 12 anos, desde que essas substâncias foram proibidas por norma da Anvisa, e o segundo estudo aponta que mulheres adolescentes estão fumando mais, inclusive na gravidez. Um estudo complementa o outro, revelando os desafios atuais da política nacional de controle do tabaco.⁶⁴

A ACT Promoção da Saúde divulgou matéria sobre o [snus, um produto de tabaco em pó ou nicotina sintética que vem ganhando popularidade](#), especialmente entre os jovens e que tem se tornado um desafio na Suécia que está próxima de se tornar o primeiro país europeu livre de fumo. Na Suécia, o snus é uma alternativa ao cigarro convencional, mas o surgimento do snus branco, com aroma, sabor e que contém nicotina, complicou a batalha contra o tabagismo já que esse produto se aproveita de lacunas legais que permitem sua comercialização, pois, tecnicamente, não contém tabaco. Especialistas acham crucial que o Brasil analise essas experiências para reforçar sua própria legislação antitabaco.⁶⁵

Doenças do coração

A World Heart Federation lançou um petição global pedindo que os países tenham um [Plano Nacional de Ação Cardiovascular](#) para combater as doenças cardíacas, uma vez que são a primeira causa de morte no mundo. Até agora os países na Europa e na região do Pacífico Ocidental são os que estão na vanguarda de construção de um Plano ou Estratégia Nacional⁶⁶.

A World Organization of Family Doctors (WONCA) registrou a passagem [do Dia Mundial do Coração](#), em 29 de setembro, destacando que os médicos de família desempenham um papel fundamental na prevenção e no gerenciamento de doenças cardíacas, com foco na saúde cardiovascular e na complexa interação da multimorbidade.⁶⁷

⁶³ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa – RDC 24/2010; 27 Setembro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/resolucao-da-diretoria-colegiada-da-anvisa-rdc-242010/19756/>

⁶⁴ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Novas publicações de tabaco, Seminário Alianças Estratégias para Promoção da Saúde, campanha Dose de Realidade e mais | Boletim ACT 201; 12 Setembro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/novas-publicacoes-de-tabaco-seminario-aliancas-estrategias-para-promocao-da-saude-campanha-dose-de-realidade-e-mais-boletim-act-201/19753/>

⁶⁵ ACT Promoção da Saúde [Internet]. O impacto do “Snus” na Suécia e lições para o Brasil; 2 Outubro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/o-impacto-do-snus-na-suecia-e-licoes-para-o-brasil/4491>

⁶⁶ WORLD HEART FEDERATION. WHF urges countries to develop cardiovascular action plans, launches global petition. 27 set. 2024b. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/whf-urges-countries-to-develop-cardiovascular-action-plans-launches-global-petition/>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁶⁷ WONCA - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. Today is World Heart Day! 29 set. 2024a. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wonca_worldheartday-activity-7246158491113992192-fpw2?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

A World Heart Federation fez publicação sobre o [Dia de Conscientização sobre hipercolesterolemia familiar](#) (HoFH). O HoFH é uma condição genética ultra-rara caracterizada por níveis extremamente altos e fatais de colesterol de lipoproteína de baixa densidade (LDL) desde o nascimento. O distúrbio afeta aproximadamente 1 em 300.000 pessoas – cerca de 30.000 indivíduos globalmente. A matéria apela para o aumento da conscientização das pessoas e profissionais de saúde para o rastreamento precoce, entre outros pontos⁶⁸.

Resistência antimicrobiana

Como atividade paralela à Reunião Geral das Nações Unidas, a Women in Global Health realizou debate sobre a Resistência Antimicrobiana (RAM). A [RAM tem sérias e desproporcionais implicações de gênero](#), em especial em ambiente com poucos recursos, motivo pelo qual é urgente a defesa de políticas sensíveis ao gênero, diz o convite para a atividade online sobre tema⁶⁹.

Doenças crônicas

A NCD Alliance anuncia parceria com a Boehringer Ingelheim - uma farmacêutica alemã - para a construção de uma [série de estudos de caso sobre DCNT](#), em preparação para a Reunião de Alto Nível da ONU sobre DCNT de 2025⁷⁰.

Pacto pelo Futuro

A OXFAM criticou o [Pacto do Summit of the Future](#) por ser dominado por nações poderosas, prejudicando a ONU em suas funções de paz e segurança. Ele destacou a falta de reconhecimento da diversidade de gênero e da necessidade de cortes de emissões, além da ausência de participação significativa da sociedade civil. Behar defendeu uma reforma das estruturas de poder da ONU e enfatizou que a verdadeira mudança deve vir do ativismo local e da pressão popular.⁷¹

COP16 - Biodiversidade

A Greenpeace destacou que durante a [COP16](#) da biodiversidade da ONU, que ocorrerá em Cali, Colômbia, em outubro, será a primeira vez que os governos se reunirão após o histórico acordo do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, alcançado em 2022. Embora o acordo tenha um grande potencial para combater a perda de biodiversidade, se apontou que a ação dos governos é crucial. Greenpeace Internacional, em colaboração com o World Wildlife Fund, lançou uma ferramenta online, o NBSAP Tracker, para monitorar o progresso dos países na implementação de suas Estratégias e Planos de Ação Nacional sobre Biodiversidade (NBSAPs). Até agora, apenas 10% dos 196 países que concordaram com o quadro enviaram seus

⁶⁸ WORLD HEART FEDERATION. Familial Hypercholesterolemia Awareness Day 2024. 24 set. 2024. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/familial-hypercholesterolemia-awareness-day-2024/>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁶⁹ WOMEN IN GLOBAL HEALTH. We cannot wait any longer: The voices of women health workers in the AMR crisis - Women in Global Health. 24 set. 2024c. Disponível em: <https://womeningh.org/we-cannot-wait-any-longer-the-voices-of-women-health-workers-in-the-amr-crisis/>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁷⁰ NCD ALLIANCE. New partnership to focus on health systems strengthening and equity in NCDs care. 27 set. 2024. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/new-partnership-to-focus-on-health-systems-strengthening-and-equity-in-ncds-care>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁷¹ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam's reaction to the Summit of the Future's Pact | Oxfam International; 23 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfams-reaction-summit-futures-pact>

planos atualizados, e 33% apenas revisaram suas metas nacionais. Na COP16, a atualização dessas NBSAPs será um ponto central, e o Greenpeace instou os governos a cumprirem seus compromissos e apresentarem seus planos revisados.⁷²

A Greenpeace destacou que a presidência da COP, formada pelos Emirados Árabes Unidos, Azerbaijão e Brasil, realizou uma nova reunião política de alto nível em Nova York, como parte de sua iniciativa "Roadmap to Mission 1.5°C" antes da COP29. Tracy Carty, especialista em políticas climáticas da Greenpeace International, criticou a falta de detalhes nas promessas da Troika sobre suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) alinhadas a 1,5°C. Se enfatizou a necessidade de ações concretas e políticas que promovam uma transição dos combustíveis fósseis, afirmando que o progresso não deve ser encontrado em poços de petróleo ou gasodutos.⁷³

Desigualdades globais

A OXFAM destacou em um relatório, que o 1% mais rico do mundo possui mais riqueza do que 95% da população global, com bilionários controlando mais de um terço das 50 maiores corporações. O [relatório](#) alertou que a desigualdade extrema está prejudicando esforços multilaterais para enfrentar crises globais, como a pobreza e a mudança climática. Países do Sul Global, que abrigam 79% da população, detêm apenas 31% da riqueza mundial. A Oxfam pede reformas no sistema tributário e no cancelamento de dívidas, enfatizando a necessidade de um modelo de solidariedade para reverter a tendência oligárquica.⁷⁴

O Public Citizen informou que a UNICEF negociou o "preço de mercado mais baixo" para a vacina Jynneos de prevenção de Mpox, da Bavarian Nordic, em nome de países de baixa renda, estabelecendo um custo de até \$65 por dose. Entretanto, uma [pesquisa da Public Citizen revelou que o governo dos EUA está pagando cerca de \\$55 por dose, indicando que os países ricos estão conseguindo preços mais vantajosos](#). Esses achados ressaltam a disparidade no acesso à vacina, uma vez que países em desenvolvimento não deveriam pagar mais do que as nações ricas. A organização critica a Bavarian Nordic por, supostamente, tirar proveito da crise de saúde global ao cobrar preços elevados pela vacina Jynneos.⁷⁵

Saúde digital

A STOPAIDS reagiu ao [Pacto Digital Global da ONU](#), acordado na Cúpula do Futuro, é um passo significativo em direção à abordagem dos desafios das tecnologias digitais e da

⁷² Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. UN Biodiversity COP 2024: Which governments are fulfilling their pledges to protect nature? - Greenpeace International; 30 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/69885/un-biodiversity-cop-2024-which-governments-are-fulfilling-their-pledges-to-protect-nature/>.

⁷³ Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. COP Troika must lead the way in 1.5°C climate action plans - Greenpeace International; 26 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/69861/cop-troika-lead-way-1-5c-climate-action-plans/>.

⁷⁴ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. World's top 1% own more wealth than 95% of humanity, as "the shadow of global oligarchy hangs over UN General Assembly," says Oxfam | Oxfam International; 23 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/worlds-top-1-own-more-wealth-95-humanity-shadow-global-oligarchy-hangs-over-un>

⁷⁵ Public Citizen [Internet]. Bavarian Nordic Charged UNICEF Up to \$10 More Per Dose of Mpox Vaccine Than U.S.; 1 Outubro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/bavarian-nordic-charged-unicef-up-to-10-more-per-dose-of-mpox-vaccine-than-u-s/>

inteligência artificial. A organização afirmou que com estruturas de governança limitadas, o Pacto visa moldar a política digital global. O Projeto de Saúde e Direitos Digitais destaca três pontos principais: proteger o direito à saúde, garantir que os direitos humanos sejam centrais na governança digital e envolver os jovens, as comunidades e a sociedade civil em sua implementação.⁷⁶

A Federação Internacional de Hospitais publicou artigo intitulado “[Desbloqueando o potencial da IA: oportunidades emergentes, desafios, riscos e insights para líderes de saúde](#)”.⁷⁷

Prevenção da raiva

A Associação Médica Mundial (WMA) em conjunto com a Associação Mundial de Veterinária (WVA) pediram esforços contínuos para eliminar a raiva no Dia Mundial da Raiva. Sob o tema “[Quebrando as Barreiras da Raiva](#)”, as organizações defendem uma abordagem de Saúde Única, vacinação para grupos de alto risco e acesso universal ao tratamento da raiva. As duas organizações enfatizaram a interconexão entre saúde humana, animal e ambiental na luta contra a raiva e destacaram que a vacinação de cães e animais selvagens é crucial para interromper o ciclo de transmissão, uma vez que mordidas de cães representam até 99% dos casos humanos de raiva.⁷⁸

Saúde mental

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou artigo de opinião da Dra. Line Farah, Diretora dos programas de saúde digital com foco na saúde mental e envelhecimento do Ministério da Saúde Francês, abordando a importância de fortalecer a cooperação entre países para [proteção das crianças e adolescentes do vício de telas](#). O estudo trouxe dados sobre o aumento do vício de uso de telas em jovens na França e nos Estados Unidos, atingindo quase o percentual de 20,8% e 23% dos adolescentes e jovens adultos em 2017, respectivamente. A organização trouxe as recomendações do relatório francês como balizadora da prevenção de vício de telas entre adolescentes como: educação e conscientização, gerenciamento do tempo de tela, intervenção direcionadas como terapias comportamentais e grupos de apoio e desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. A EPHA concluiu trazendo as contradições do uso da tecnologia para a saúde mental e a necessidade imperativa de estabelecer um plano de relacionamento equilibrado e saudável com o mundo digital⁷⁹.

⁷⁶ STOPAIDS [Internet]. Digital Rights Advocates React to Agreement of UN Global Digital Compact; 23 Setembro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2024/09/23/digital-rights-advocates-react-to-agreement-of-un-global-digital-compact/>

⁷⁷ IHF. International Hospital Federation. Unlocking the potential of AI. 19 set. 2024. Disponível em: <https://ihf-fih.org/news-insights/unlocking-the-potential-of-ai-emerging-opportunities-challenges-risks-and-insights-for-healthcare-leaders-yel-2024/>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁷⁸ WMA [Internet]. On World Rabies Day, WVA and WMA unite to call for “Breaking Rabies Boundaries”; 28 Setembro 2024 [citado em 4 Outubro 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/on-world-rabies-day-wva-and-wma-unite-to-call-for-breaking-rabies-boundaries/>

⁷⁹ European Public Health Alliance. EPHA [Internet]. Strengthening countries’ cooperation to safeguard children and adolescents from screen addiction and to protect mental health; 24 Set 2024 [citado 04 Agos 2024]. Disponível em: <https://epha.org/strengthening-countries-cooperation-to-safeguard-children-and-adolescent-from-screen-addiction-and-protect-mental-health/>

Gerenciamento da dor

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) anunciou uma nova série “Global Café” sobre [gerenciamento de dor](#). Em parceria com a Haleon, a IFA realizará três sessões sobre este tópico.⁸⁰

Virus Marburg

A NCD Alliance emitiu nota em que [adia o Fórum Global de DCNT, que seria realizado entre os dias 20-22 de outubro em Kigali, Ruanda, para 13-15 de fevereiro de 2025, devido aos riscos de saúde pública em decorrência do virus Marburg](#). Reconhecendo que “o vírus poderia surgir em qualquer momento e em qualquer lugar”, elogia a resposta rápida do governo de Ruanda para conter o surto e evitar novos casos. De acordo com a [OMS](#), o Marburg - que ganha esse nome por ter sido inicialmente reconhecido em Marburg e em Frankfurt - na Alemanha, “é uma doença altamente virulenta que causa febre hemorrágica, com uma taxa de fatalidade de até 88%”⁸¹⁻⁸².

Pesquisa e Inovação

A DNDi divulgou artigo de Delali Attipoe sobre o modelo colaborativo que adota para levar a [melhor ciência para as comunidades mais negligenciadas](#).⁸³

A *DNDi* manifestou apoio ao novo plano estratégico global da Organização Mundial da Saúde para combater a dengue. Afirmou que entende ser crucial investigar potenciais [abordagens terapêuticas para reduzir a gravidade da doença](#) e prevenir complicações. E acrescentou que está trabalhando, junto a Dengue Alliance, para desenvolver um tratamento simples e seguro que evitaria a progressão para dengue grave e, conseqüentemente, reduziria a pressão sobre os sistemas de saúde.⁸⁴

Descolonização da Saúde Pública

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), por meio de seu Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas, publicou notícia sobre as atividades de sua presidente,

⁸⁰ IFA - International Federation of Ageing. Please join the new Global Café pain management series. 3 out. 2024c. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_painmanagementseries-globalcafaez-healthwebinar-activity-7247251706844000256-pyVT?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

⁸¹ NCD ALLIANCE. Global NCD Alliance Forum postponed due to Marburg virus outbreak. 4 out. 2024a. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/global-ncd-alliance-forum-postponed-due-to-marburg-virus-outbreak>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁸² WORLD HEALTH ORGANIZATION. Marburg virus disease. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/marburg-virus-disease#tab=tab_1. Acesso em: 5 out. 2024.

⁸³ DNDI - Drugs for Neglected Diseases Initiative. What innovative approaches are we taking to develop treatments for neglected diseases in low- and middle-income countries? 4 out. 2024. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/dndi_what-innovative-approaches-are-we-are-taking-activity-7247890154101624832-aPBx?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

⁸⁴ DNDI - Drugs for Neglected Diseases Initiative. We support the World Health Organization's new global strategic plan to tackle dengue. 3 out. 2024a. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/dndi_dengue-innovatingtogether-denguealliance-activity-7247602064304861184-c4hr?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

Emma Rawson-Te Patu, para promover debates sobre [Descolonização da Saúde Pública, Determinantes Indígenas da Saúde e Liderança Indígena](#).⁸⁵

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Resiliência climática

A Fundação Rockefeller e a Agência de Cooperação Internacional da Tailândia celebraram 60 anos de parceria durante o evento AsiaXchange 2024. Com mais de 250 instituições participantes, o encontro visou [acelerar as atividades de transformação verde e equitativa na Ásia](#), promovendo discussões sobre a integração de esforços entre setores da filantropia e comunidades. O vice-primeiro-ministro tailandês, Prasert Chantarakongthong, estava presente e enfatizou a urgência da ação climática e os compromissos do país em reduzir as emissões de gases do efeito estufa. A programação incluiu debates sobre crescimento sustentável e o papel da digitalização na economia.⁸⁶

Pesquisa financiada pela Fundação Rockefeller e pela Universidade Brown revelou que [apenas 3,1% do conteúdo online em inglês sobre mudanças climáticas menciona impactos na saúde](#). A pesquisa analisou mais de 2,4 milhões de publicações em redes sociais e manchetes de notícias entre janeiro de 2023 e julho de 2024. A maioria dos conteúdos que abordaram a conexão entre clima e saúde apresentaram uma abordagem negativa, destacando os efeitos adversos sem oferecer soluções. A partir desses achados, os pesquisadores alertaram para a necessidade urgente de melhorar a comunicação sobre as correlações entre mudanças climáticas e saúde, de forma a engajar o público e fomentar ações políticas. Recomendações do time de pesquisa incluem fomentar que as pessoas contem histórias pessoais e ofereçam soluções práticas.⁸⁷

A Fundação Rockefeller lançou um plano de ação de três etapas para [ajudar cidades a enfrentar ameaças à saúde causadas pelas mudanças climáticas](#), identificando lacunas críticas nas respostas urbanas. Durante a Semana do Clima de Nova York, foi anunciado um investimento de mais de US\$1 milhão para apoiar a implementação do plano. O relatório destaca a importância de conectar agências de saúde e meteorologia, formar equipes multissetoriais e alocar recursos para futuras crises climáticas. Investimentos nessa área que

⁸⁵ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Indigenous Working Group - WFPHA. 4 out. 2024a. LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/indigenous-working-group-wfpna_president-emma-rawson-te-patu-of-world-federation-ugcPost-7247754274384838656-ChMS?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 5 out. 2024.

⁸⁶ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Rockefeller Foundation and Thailand International Cooperation Agency Celebrate 60 Years of Partnership During AsiaXchange 2024; set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-and-thailand-international-cooperation-agency-celebrate-60-years-of-partnership-during-asiaxchange-2024/>.

⁸⁷ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Social Media & News Data Analysis Shows Urgent Need To Better Communicate the Health Impact of Climate Change; set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/social-media-news-data-analysis-shows-urgent-need-to-better-communicate-the-health-impact-of-climate-change/>.

foram já considerados de sucesso incluem Rio de Janeiro, Dhaka e Lusaka, onde iniciativas locais ajudaram a salvar vidas e prevenir epidemias.⁸⁸

O Global Fund aprovou um [financiamento](#) emergencial de US\$ 1,06 milhão para atender às necessidades de saúde nas áreas afetadas por inundações severas em Bangladesh, que desde agosto enfrentam a pior enchente em 30 anos, resultando em mais de 540 mil deslocados e 71 mortes. O investimento visa apoiar intervenções em 37 sub-distritos, incluindo testes e tratamento para HIV, tuberculose e malária, além de suporte nutricional para pacientes de TB e a distribuição de redes tratadas com inseticida para prevenir doenças. O programa será implementado pelo National Malaria Elimination Program e pela organização BRAC ao longo de quatro meses.⁸⁹

Saúde mental

O Programa de Liderança em Saúde Mental da África, apoiado pela WellcomeTrust e pelo CDC África, busca [capacitar formuladores de políticas para melhorar as políticas de saúde mental](#) no continente, com foco nas necessidades locais e na inclusão de pessoas com experiência de vida. Iniciado em junho de 2024 e com duração até 2027, o programa é apoiado pela CBM Global Disability Inclusion (Países Baixos) e African Field Epidemiology Network (Uganda) e pretende oferecer treinamento especializado para líderes africanos em saúde pública e epidemiologia.⁹⁰

O Cobenfy é o [primeiro tratamento inovador para esquizofrenia em mais de 50 anos](#), trazendo uma nova abordagem em comparação aos antipsicóticos tradicionais que atuam no sistema dopaminérgico. Este medicamento trata não apenas os sintomas positivos da esquizofrenia, como alucinações e delírios, mas também os sintomas negativos, como a apatia, e os cognitivos, como a dificuldade de memória. Esse avanço tem o potencial de transformar o tratamento da esquizofrenia e, futuramente, beneficiar pacientes com Alzheimer. O desenvolvimento do Cobenfy foi financiado pela WellcomeTrust, que investiu US\$ 11,7 milhões em um processo de alto risco, convertendo seu empréstimo em ações da Karuna Therapeutics. Com o sucesso do tratamento e sua aprovação pela FDA, a Karuna foi adquirida pela gigante farmacêutica Bristol Myers Squibb em 2024.⁹¹

Pesquisa e Desenvolvimento

A WellcomeTrust anunciou o financiamento de £45 milhões em cinco anos para apoiar o "[Evidence Synthesis Infrastructure Collaborative](#)", um projeto que visa acelerar a síntese de evidências científicas em tempo real. A iniciativa busca tornar a agregação de dados mais rápida,

⁸⁸ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation Identifies Critical Gaps in City Responses to Climate-Induced Health Threats; set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-identifies-critical-gaps-in-city-responses-to-climate-induced-health-threats/>.

⁸⁹ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Global Fund Approves Additional Funding to Sustain Health Services in Bangladesh After Devastating Floods; 2 out 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2024/2024-10-02-global-fund-additional-funding-health-services-bangladesh/>.

⁹⁰ WellcomeTrust. WellcomeTrust [Internet]. The programme shaping the future of mental health policy in Africa | News | Wellcome; set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/programme-shaping-future-mental-health-policy-africa>

⁹¹ WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. Breakthrough treatment for schizophrenia | News | Wellcome; set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/new-treatment-for-schizophrenia-Cobenfy>

acessível e econômica, utilizando infraestruturas comuns e inteligência artificial. O objetivo é beneficiar pesquisadores, especialmente no Sul Global e áreas sub financiadas, além de facilitar a criação de sínteses de evidências em várias áreas, como saúde, educação e agricultura, permitindo decisões mais informadas por parte de políticas públicas e estudos clínicos.⁹²

A GAVI, The Vaccine Alliance destacou [cinco inovações importantes que podem ajudar no controle da mpox](#)⁹³. Primeiro, vacinas mais eficazes e específicas foram desenvolvidas, como a vacina MVA-BN. Em segundo, diagnósticos mais rápidos e acessíveis ajudam a detectar casos precocemente, possibilitando uma resposta ágil. Terceiro, tratamentos antivirais estão sendo aperfeiçoados para reduzir a gravidade da doença. Quarto, a educação pública e o combate ao estigma são essenciais para incentivar a busca por cuidados médicos. Por fim, melhorias na vigilância epidemiológica ajudam a monitorar e conter surtos mais rapidamente.

As lições aprendidas durante a pandemia de COVID-19 permitiram uma [resposta rápida de financiamento para vacinas no surto de mpox](#)⁹⁴. A GAVI, The Vaccine Alliance firmou um acordo com a Bavarian Nordic para adquirir 500.000 doses de vacinas mpox, elevando o total garantido para 765.000 doses. O fundo "First Response" da Gavi foi essencial para esse rápido acesso às vacinas. No entanto, controlar o mpox requer mais do que vacinas, incluindo prevenção, diagnóstico e engajamento com comunidades afetadas.

Desigualdade de gênero

A Gates Foundation divulgou artigo relatando como [fechar as lacunas de gênero na agricultura é crucial não só por justiça, mas por razões econômicas e sociais](#). Segundo a fundação, as mulheres constituem a maioria da força de trabalho agrícola na África e na Ásia, mas enfrentam desigualdades no acesso restrito a terras e crédito, e sub-representação em cargos de liderança. Para mudar essa realidade, a Gates Foundation propõe que é essencial garantir a posse de recursos, promover a liderança feminina e corrigir sistemas financeiros discriminatórios.⁹⁵

Um artigo publicado pela Gates Foundation discutiu uma [nova abordagem na pesquisa sobre planejamento familiar](#), priorizando as intenções e escolhas das mulheres em relação ao uso de contraceptivos. Em vez de classificar as mulheres como tendo "necessidades não atendidas" com base em métodos indiretos, a Fundação está se concentrando em perguntar diretamente às mulheres sobre sua intenção de usar contraceptivos. Isso permitiria uma compreensão mais precisa e centrada na mulher sobre suas necessidades e desejos. Essa mudança de abordagem nos projetos da Gates Foundation visa adaptar programas de

⁹² WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. Evidence Synthesis Infrastructure Collaborative | News | Wellcome; set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/evidence-synthesis-infrastructure-collaborative>

⁹³ Gavi. Five innovations that could help bring mpox under control. Gavi, the Vaccine Alliance. 2023. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/five-innovations-could-help-bring-mpox-under-control>. Acesso em: 4 out. 2024.

⁹⁴ Gavi. How lessons from COVID-19 ensured a rapid vaccine response to the mpox outbreak. Gavi, the Vaccine Alliance. 2023. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/how-lessons-covid-19-ensured-rapid-vaccine-response-mpox-outbreak>. Acesso em: 4 out. 2024.

⁹⁵ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. The critical reason to close gender gaps in agriculture; 24 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/economic-gains-agriculture-women>

planejamento familiar às verdadeiras intenções das mulheres, promovendo maior impacto e autonomia.⁹⁶

Um artigo publicado pela Gates Foundation destacou a [importância da infraestrutura digital pública para empoderar economicamente mulheres em países de baixa e média renda](#). Através de redes como a SATHI, no Bangladesh, mulheres vêm tendo acesso facilitado a serviços financeiros, o que, segundo a Fundação, é crucial para quebrar ciclos de pobreza. Apesar dos avanços, muitas ainda enfrentam barreiras como normas culturais e baixa literacia digital. Para a Fundação, a implementação de sistemas digitais, como identidades digitais e pagamentos, está promovendo a inclusão financeira.⁹⁷

Vacinação

O Talibã suspendeu temporariamente a campanha de vacinação contra a pólio no Afeganistão devido a preocupações de segurança, particularmente envolvendo a participação de mulheres no processo⁹⁸. Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, [esta interrupção pode ter graves consequências](#), pois o Afeganistão é um dos dois últimos países com casos ativos de pólio. Com 14 casos de paralisia infantil já registrados em 2024, há um risco de maior disseminação da doença, especialmente em áreas com baixa cobertura vacinal, como a província de Kandahar. Além disso, a proximidade com o Paquistão aumenta o perigo de contaminação regional.

A GAVI, The Vaccine Alliance destacou [cinco maneiras pelas quais as vacinas contra a meningite estão salvando vidas](#)⁹⁹. Primeiramente, elas ajudam a controlar surtos dessa doença devastadora. Além disso, promovem a prevenção de infecções bacterianas e de sequelas graves, como deficiências neurológicas. Outro ponto é que protegem populações vulneráveis e reduzem o impacto nos sistemas de saúde. Por fim, a vacinação em massa contribui para a erradicação da meningite em determinadas regiões, especialmente na África.

Doenças infecciosas

O Global Fund e a Organização Pan-Americana da Saúde (PAHO) fortaleceram sua parceria por meio da [Iniciativa de Eliminação de Doenças Transmissíveis](#), essa iniciativa visa eliminar mais de 30 doenças na América até 2030, especialmente em um contexto de recuperação dos impactos da COVID-19. Se enfatizou que o objetivo é não apenas eliminar doenças, mas também salvar vidas e melhorar os serviços de saúde, abordando determinantes sociais. O Global Fund, já mobilizou US\$ 3,23 bilhões na luta contra HIV, tuberculose e malária, e se comprometeu a garantir que seus investimentos sejam sustentados e utilizados de forma eficiente, promovendo sistemas de saúde integrados que permitam uma resposta eficaz a

⁹⁶ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Listening to women: Transforming family planning through contraceptive choice; 2 out 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/family-planning-intent-use>

⁹⁷ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Unlocking women's economic power through digital public infrastructure; 25 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/women-digital-public-infrastructure>

⁹⁸ Gavi. Taliban suspends polio vaccine campaign in Afghanistan: here's the likely impact. Gavi, the Vaccine Alliance. 2023. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/taliban-suspends-polio-vaccine-campaign-afghanistan-heres-likely-impact>. Acesso em: 4 out. 2024.

⁹⁹ Gavi. Five ways meningitis vaccines are saving lives. Gavi, the Vaccine Alliance. 2023. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/five-ways-meningitis-vaccines-are-saving-lives>. Acesso em: 4 out. 2024.

futuras crises de saúde. Essa colaboração é crucial para impulsionar a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo na eliminação de doenças na América Latina e no Caribe.¹⁰⁰

A FIND teve reunião com o coordenador global da [Iniciativa de Malária do Presidente dos EUA](#), em Washington D.C. no dia 1º de outubro, elogiando os avanços no combate à malária. Durante a reunião, discutiram a importância dos diagnósticos para enfrentar a resistência crescente a medicamentos, destacando o papel da FIND em promover inovações e parcerias no setor de saúde global. Com o aumento das temperaturas ajudando a disseminar doenças como a malária, chikungunya e dengue, a colaboração entre a FIND e a Iniciativa é crucial para garantir o acesso a diagnósticos de qualidade, especialmente para populações vulneráveis, como mulheres grávidas. Eles planejam uma nova reunião de liderança nas próximas semanas para fortalecer essa colaboração e impactar positivamente as comunidades afetadas.¹⁰¹

Infraestrutura da saúde

O Global Fund, em [Uganda](#) tem investido US\$ 36 milhões em apoio a uma rede de transporte de amostras que agiliza o teste de doenças em áreas remotas. Essa infraestrutura foi crucial durante a pandemia de COVID-19 e agora permite rastrear infecções emergentes, garantindo que todos os ugandenses tenham acesso a serviços de saúde essenciais. Mesmo assim, se ressalta a necessidade de expandir a capacidade dos laboratórios para enfrentar novos desafios de saúde.¹⁰²

O Global Fund aprovou um [financiamento](#) de quase um milhão de dólares americanos, para fortalecer a capacidade de Uganda em prevenir e responder ao surto de mpox, que já registrou 24 casos confirmados. Esse investimento irá aprimorar os serviços laboratoriais, incluindo a compra de itens essenciais para diagnóstico e a implementação de vigilância em águas residuais. A rede de laboratórios do Uganda, apoiada pelo Global Fund, se destacou durante crises anteriores, como a COVID-19 e o surto de Ebola, permitindo respostas rápidas a epidemias. A vigilância em águas residuais, que foi testada durante a pandemia de COVID-19, será expandida para fornecer uma visão abrangente da saúde pública. O investimento reflete um compromisso contínuo do Global Fund em fortalecer os sistemas de saúde do país, essenciais para enfrentar desafios emergentes.¹⁰³

O Global Fund e o governo de [Eswatini](#) lançaram três novas concessões no valor total de US\$ 46,7 milhões para o período de 2024 a 2027, com o objetivo de acelerar o combate ao HIV, tuberculose (TB) e malária, além de fortalecer os sistemas de saúde do país. A cerimônia de

¹⁰⁰ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. The Global Fund and PAHO Strengthen Their Partnership Through the Communicable Diseases Elimination Initiative; 1 out 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-10-01-global-fund-paho-strengthen-partnership-communicable-diseases-elimination-initiative/>.

¹⁰¹ FIND. FIND [Internet]. FIND announces new Board members - FIND; 23 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/press-release/find-announces-new-board-members/>.

¹⁰² The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. 107 In Uganda, Laboratories Innovate to Prepare for Future Disease Threats; 2 out 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://globalfund.exposure.co/in-uganda-laboratories-innovate-to-prepare-for-future-disease-threats>

¹⁰³ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Global Fund Approves Nearly US\$1 Million for Uganda's Mpox Response; 25 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2024/2024-09-25-global-fund-approves-nearly-us-1-million-uganda-mpox-response/>.

lançamento, realizada em Mbabane, contou com a presença de autoridades governamentais, representantes internacionais e organizações da sociedade civil. As concessões, que serão implementadas pelo National Emergency Response Council on HIV/AIDS (NERCHA) e pela Coordinating Assembly of Non-Governmental Organizations (CANGO), visam garantir acesso universal a serviços de prevenção e tratamento para HIV, reduzir a mortalidade por TB e alcançar 100% de cobertura em populações em risco para malária. Além disso, as concessões incluem apoio para fortalecer os pilares dos sistemas de saúde, preparando Eswatini para futuras pandemias.¹⁰⁴

Nutrição

Em artigo para a *The Economist* (e reproduzida pela Gates Foundation), Bill Gates ressaltou a [importância da nutrição adequada para a saúde global](#), argumentando que a desnutrição é um dos principais fatores subjacentes à mortalidade infantil. Segundo Gates, embora tenha havido um progresso significativo na saúde global entre 2000 e 2020, a pandemia de covid-19 interrompeu esse avanço, resultando em uma crise de saúde infantil agravada pela desnutrição. Gates destacou que investimentos em saúde e nutrição são cruciais para combater a pobreza e melhorar a eficácia das vacinas. Como solução, ele defende a necessidade de inovação em suplementos alimentares e alimentos fortificados.¹⁰⁵

Economia digital

A Gates Foundation divulgou artigo em que fala sobre o seu apoio ao desenvolvimento do software Mojaloop, o qual visa [expandir a inclusão financeira digital em países de baixa e média renda](#). Ele permite que governos e instituições financeiras implementem sistemas de pagamento instantâneo, acessíveis via celular, facilitando o acesso a serviços financeiros digitais. Projetos-piloto em Ruanda e nas Filipinas utilizaram Mojaloop para incluir milhões de pessoas fora do sistema bancário formal. Como resultado, ficou evidente para a Fundação que essa tecnologia ajuda a reduzir custos operacionais, aumentar a segurança e evitar a dependência de fornecedores externos. O objetivo da Gates Foundation é garantir que todos, independentemente de status econômico, possam participar da economia digital.¹⁰⁶

Resistência antimicrobiana

Durante a Assembleia Geral da ONU, a GAVI, The Vaccine Alliance destacou que a imunização é [subvalorizada e subutilizada como uma ferramenta vital para combater a resistência antimicrobiana \(AMR\)](#)¹⁰⁷. Apesar de sua eficácia, apenas 13% dos planos nacionais de AMR incluem a imunização. A Gavi ressaltou que as vacinas podem prevenir até 750.000

¹⁰⁴ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Eswatini and Global Fund Launch New Grants to Accelerate Progress Against AIDS, TB and Malaria and Strengthen Systems for Health; 26 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-09-26-eswatini-global-fund-new-grants-accelerate-progress-against-aids-tb-malaria/>.

¹⁰⁵ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Bill Gates on how feeding children properly can transform global health; 27 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/bill-malnutrition-child-health>

¹⁰⁶ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. The Mojaloop moment: Expanding financial inclusion; 30 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/digital-payments-financial-inclusion-mojaloop>

¹⁰⁷ Gavi. Immunisation currently undervalued and underutilised: Gavi's statement at UNGA. Gavi, the Vaccine Alliance. 2023. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/immunisation-currently-undervalued-and-underutilised-gavis-statement-unga>. Acesso em: 4 out. 2024.

mortes anuais em países de baixa e média renda. A aliança está comprometida em expandir seus esforços para integrar vacinas nos planos de AMR e reduzir o uso de antibióticos.

Governança das OSC

O Global Fund anunciou a seleção de novos membros para o seu [Conselho da Juventude](#), que atua como um órgão consultivo, representando jovens afetados ou vulneráveis ao HIV, tuberculose e malária. Estabelecido em janeiro de 2020, o conselho visa assegurar que as necessidades e perspectivas dos jovens sejam consideradas nas decisões do Global Fund. A chamada para candidaturas atraiu cerca de 1.600 inscrições, resultando na escolha de oito novos membros de diversos países, incluindo Argentina, Índia e Uganda. Grace Ngulube, atual presidente, agradeceu aos membros que estão deixando o conselho, destacando a importância de suas contribuições. Horacio Barreda, vice-presidente, expressou sua determinação em priorizar questões juvenis, especialmente em um cenário em que os recursos para o combate a essas doenças estão diminuindo, enfatizando a necessidade de manter os direitos e interesses dos jovens em foco.¹⁰⁸

A FIND anunciou a entrada de dois novos membros em seu [Conselho](#), trazendo expertise de diferentes países e contextos. Se destacou que a organização, que já enfrenta uma contração de financiamento pós-COVID-19, está se transformando para se adaptar a um futuro com tecnologias digitais e inteligência artificial, mantendo seu foco em atender as necessidades das populações de países de baixa e média renda.¹⁰⁹

CONCLUSÕES

As preocupações centrais das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, nesta quinzena, giraram em torno dos conflitos armados, das crises humanitárias e das mudanças climáticas. O conflito entre Israel e Palestina, estendido ao Líbano, foi particularmente destacado, com apelos por intervenções internacionais e pela responsabilização por violações das leis humanitárias. A crise climática também se firmou como uma prioridade, uma constante nas discussões desse grupo de Observadores. É importante ressaltar que, embora as OSCs de Interesse Privado também abordem questões climáticas, seu enfoque tende a ser aparentemente mais “técnico” e raramente inclui uma perspectiva crítica. Questões de pesquisa e desenvolvimento são mencionadas por todas as OSC, mas são mais frequentes nas de Interesse Privado. Enquanto estas tendem a evitar debates políticos, as OSC de Interesse Público buscam a politização do corpo social, denunciando as estruturas subjacentes do *status quo* capitalista em questões de desigualdade. Em contraste, as OSC de Interesse Privado propõem soluções que frequentemente reforçam esse mesmo *status quo*. Notavelmente, em questões de crises humanitárias, a omissão das OSC de Interesse Privado torna ainda mais evidente o papel crucial que as OSC de Interesse Público desempenham nas esferas globais. Assim, deixamos em aberto a reflexão sobre até quando os conflitos armados e suas graves violações dos direitos humanos continuarão a ser negligenciados, não apenas por governos e suas agências multilaterais, mas também por Organizações da Sociedade Civil que se posicionam como defensoras da equidade e da saúde global.

¹⁰⁸ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Global Fund Welcomes New Members to the Youth Council; 27 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/20204-09-27-new-youth-council-members/>.

¹⁰⁹ FIND. FIND [Internet]. FIND announces new Board members - FIND; 23 set 2024 [citado 3 out 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/press-release/find-announces-new-board-members/>.

As condicionalidades verdes e o genocídio Palestino: Realidades ignoradas pelo Pacto pelo Futuro

Green conditionalities and the Palestinian genocide: Realities ignored by the Pact for the Future

**Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho**

Abstract. *This inform is divided into our two main thematic blocks: the political-economic panorama and health. The first block analyzes the Pact for the Future, criticizing the lack of concrete actions, and discusses the Action Program for the Construction of a New International Economic Order put together by the Havana Group, which proposes reforms in areas such as energy, finance and technology. The health bloc highlights the one-year anniversary of the Palestinian genocide, denouncing the destruction of health systems in Gaza and the recent attacks on Lebanon. The document also addresses issues of "greenwashing" in climate finance and the instrumentalization of health in conflicts.*

Keywords: *Pact for the Future. New International Economic Order. Green laundering. Palestinian genocide. Destruction of the Health System*

Resumo. Este informe está dividido em nossos dois principais blocos temáticos: o panorama político-econômico e a saúde. O primeiro bloco analisa o Pacto para o Futuro, criticando a falta de ações concretas, e discute o Programa de Ação para a Construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional elaborado pelo Grupo Havana, que propõe reformas em áreas como energia, finanças e tecnologia. O bloco de saúde destaca o aniversário de um ano do genocídio palestino, denunciando a destruição dos sistemas de saúde em Gaza e os recentes ataques ao Líbano. O documento também aborda questões de "greenwashing" no financiamento climático e da instrumentalização da saúde em conflitos.

Palavras-chave: Pacto para o Futuro. Nova Ordem Econômica Internacional. Lavagem verde. Genocídio Palestino. Destruição do Sistema de Saúde

Neste informe de número 18, voltamos a nos dividir em 2 blocos temáticos: Panorama Político-Econômico e Saúde.

No primeiro, nos dedicamos a analisar brevemente o *Pact for the Future* e sua versão adotada pelo grupo, depois passamos ao seu contra-projeto, o Programa de Ação para a Construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional e após isso explorando os últimos dados e contornos da relação entre finanças e meio ambiente, com a denúncia do green laundering.

Em Saúde, nos dedicamos às denúncias e dados do aniversário de 1 ano da escalada do genocídio palestino e dos atuais ataques ao Líbano, dando especial atenção à destruição instrumentalizada dos Sistemas de Saúde.

Nosso terceiro bloco habitual, Clima, não foi desconsiderado. Porém, devido a - como vimos no bloco do panorama político-econômico - relação próxima entre clima e realidade

financeira, decidimos que iremos de agora em diante incorporar o bloco 3 no bloco 1. Não há como falar sobre a mudança climática sem falar sobre a realidade e as relações que nos levaram a ela.

O que tem acontecido no panorama político-econômico

Começamos nosso informe fazendo referência ao informe anterior e ao assunto que nos foi principal: o *Summit For the Future* e o *Pact for the Future*. No informe passado, analisamos o quarto rascunho do pacto e nos comprometemos a atualizar as colocações caso houvesse mudanças notáveis entre o documento abordado e o documento adotado. Infelizmente, não houve. O pacto oficial continua a não direcionar ações concretas, a não criticar o modo de desenvolvimento de culto ao crescimento, não menciona a construção de uma relação reformada e sustentável com o clima, ignora o papel da sociedade civil e não cita saúde global, pandemia ou vírus, COVID-19 ou resiliência do sistema de saúde.

Com isso, partimos para o segundo tópico ao qual prometemos regressar: o *Program of Action on the Construction of a New International Economic Order* “relançado” - uma vez que faz referência direta ao programa de mesmo nome lançado pelas Nações Unidas há 50 anos - pelo *Havana Group* em parceria com o *Progressive International*. A base da ação é dissecada num documento de 36 páginas que se divide em 5 assuntos principais, os analisa em profundidade e propõe ações diretas de mudança. *Climate, Energy and Natural Resources* busca a justiça ambiental pautada pelo Sul Global, com projetos de energia limpa e de reforma da relação com o sistema terra, aliada a tratados de extrativismo unificado e controlado. *Industry, Labour and International Trade* propõe a construção de mercado através das responsabilidades “comuns, mas diferentes”, com uma abordagem feminista à economia e, novamente, pautada pelas necessidades do Sul. *Money, Debt and Finance* monta um caminho contra a austeridade, pela justiça fiscal e por uma nova relação com a questão da dívida e o projeta através do uso de novas moedas, uma nova abordagem tributária e bancos de desenvolvimento do Sul. Número 4, *Technology, Innovation and Education* busca a descolonização e a democratização dos meios digitais junto da solidariedade de dados, propondo uma infraestrutura digital pública. Por fim, *Governance, Multilateralism and International Law* traz o objetivo de um multilateralismo democrático, através de leis unificadas, agenda de desarmamento e abolição do sistema de arbitragem entre Estado e investidor (*ISDS*).

“Desde então, um esforço colaborativo permitiu desenvolver um Programa de Ação abrangente para a Construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional: um manual para um Sul insurgente no século XXI, com medidas que combinam clareza e audácia para impulsionar o desenvolvimento sustentável em tempos turbulentos.

O Programa de Ação está dividido em cinco áreas temáticas principais, cada uma das quais articula tanto os seus objetivos como as medidas concretas para os alcançar. Tais medidas não são instruções para os estados do Sul nem apelos à benevolência dos seus vizinhos do Norte. Em vez disso, oferecem um conjunto de propostas claras e concretas para instituições partilhadas e ações coordenadas que os governos do Sul podem tomar imediata, colectiva e unilateralmente para transformar a arquitetura econômica global ao serviço da paz, da justiça e da prosperidade partilhada.

A publicação do Programa de Ação coincide com o 50º aniversário da NIEO original e conclui a fase de dois anos da comemoração da NIEO da Internacional Progressista. Mas continua a ser um documento vivo: um projeto a ser alterado e adaptado às condições das nações e dos povos que procuram implementar as suas medidas. A tarefa do Grupo de Havana

agora é acompanhá-los nessa jornada histórica rumo à realização de uma Nova Ordem Econômica Internacional.”

Seguindo com os aniversários, ao final de junho se cumpriu um ano desde que o Grupo do Banco Mundial começou a alinhar - na teoria - os projetos da Associação Internacional de Desenvolvimento - *IDA* - e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - *IBRD* - com os objetivos pautados pela Acordo de Paris. O The Bretton Woods Project analisou os 71 projetos financiados pelos instrumentos e notou que o Grupo do Banco Mundial usa a vestimenta de pró-Acordo para impor “condicionalidades verdes” aos créditos.

“As conclusões sugerem que a abordagem do Banco ao alinhamento de Paris está a ser utilizada em grande medida para impor “condicionalidades verdes” aos países mutuários, especialmente no Sul Global. Isto é feito principalmente através da estruturação das condicionalidades do sector energético através do DPF (Development Policy Financing) para facilitar uma transição energética liderada pelo setor privado, que inclui a privatização e liberalização dos setores energéticos e a modificação dos quadros regulamentares para reduzir o risco dos investimentos privados. Ao mesmo tempo, o Banco disponibilizou apenas 2,34 mil milhões de dólares para projetos de energias renováveis – em apenas nove projectos de investimento direto – representando apenas 12,3 por cento do seu financiamento energético total no primeiro ano do “alinhamento de Paris”.

Isto suscita preocupações, uma vez que a abordagem privada do Banco à transição energética não está a produzir resultados, e os investimentos privados em energias renováveis à escala necessária para cumprir os objetivos climáticos globais não se materializam na maioria dos países onde o Banco opera. Além disso, dada a menor rentabilidade das energias renováveis em comparação com os combustíveis fósseis existentes e os custos de capital cada vez mais proibitivos em muitos países do Sul Global, esta abordagem transfere responsabilidades e custos financeiros para os cidadãos e governos em países de baixo e médio rendimento, minando as esperanças de uma transição justa”

As “condicionalidades verdes” andam junto ao “crédito pela biodiversidade” e ambas as operações fazem parte de um esquema maior, o *green laundering*, a lavagem verde, que esconde ações financeiras danosas à natureza atrás de supostas ações de preservação climática, envolvendo práticas privadas em ações que deveriam ser profundamente públicas, nublando ainda mais as noções de *commodities* e *rights*. Essa foi a motivação para o Civil society statement on biodiversity offsets and credits, um abaixo assinado publicado no último dia 02 e adotado por 279 entidades e ativistas da sociedade civil em protesto pela mistura indevida entre finanças e preservação da biodiversidade.

“Os créditos de biodiversidade e os esquemas de compensação são soluções falsas para um problema falso – existem soluções muito melhores, formas de aumentar o financiamento da biodiversidade, sem recorrer a estes esquemas arriscados. A compensação de biodiversidade, como a compensação de carbono, permite que países ricos, atores corporativos, instituições financeiras e outros intervenientes lucrem com a crise da biodiversidade que criaram e mantenham o status quo, evitando a implementação de decisões politicamente difíceis para regular atividades destrutivas a nível interno, ao mesmo tempo que criam uma nova classe de ativos para os seus setores financeiros. Apelamos aos governos, organismos multilaterais, organizações conservacionistas e outros intervenientes para que parem com a promoção, desenvolvimento e utilização de esquemas de compensação e crédito de biodiversidade. Em vez disso, chamamos para incumbi-los a dar prioridade à mudança

transformacional no combate às causas subjacentes da perda de biodiversidade, incluindo: promoção de regulamentação eficaz de atividades empresariais prejudiciais; reconhecendo, respeitando, protegendo e promovendo o direito à terra dos Povos Indígenas, das comunidades locais, dos pequenos produtores de alimentos e mulheres; interrompendo fluxos financeiros e investimentos prejudiciais à biodiversidade e povos; removendo subsídios governamentais prejudiciais; mudando a produção e padrões de consumo, especialmente dos ricos; apoiando uma transição justa, incluindo a transformação dos sistemas alimentares em direção à agroecologia; garantindo que os fundos fluam de forma direta e justa para Povos Indígenas, comunidades locais, pequenos produtores de alimentos, mulheres e jovens para abordagens lideradas pela comunidade; buscando meios de conservação eficazes e equitativos; e tomando medidas imediatas para reduzir gradualmente o fornecimento e a utilização de combustíveis fósseis.”

Ainda sobre bancos, o Banco Mundial teve seu index de “*B-ready*” criticado pela sociedade civil e pela *International Trade Union Confederation*. O index de “preparação para negócios” avalia como as leis locais se relacionam com empreendimentos privados, colocando as leis trabalhistas como “*cons*”, aspectos negativos ao mercado. O *B-ready* é usado por multinacionais para definir planos de ampliação e a qualificação de leis trabalhistas fortes como algo negativo, avaliação que pode impactar e levar nações a relativizar os direitos dos trabalhadores para assim garantir a entrada de capital privado. Sobre o index, a *ITUC* aponta:

“As principais falhas do Index B-Ready incluem:

- Avaliação superficial dos direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores: O index baseia-se em avaliações formais da legislação laboral, sem considerar a sua implementação ou aplicação prática. Isto permite que países com registros fracos em matéria de direitos dos trabalhadores obtenham pontuações elevadas, criando uma discrepância acentuada entre as pontuações B-Ready e as condições de trabalho do mundo real, medidas por índices como o Índice Global de Direitos da ITUC (GRI). As Filipinas, classificadas entre os 10 piores países em termos de trabalhadores pela GRI, estão entre os 10 primeiros em pontuações trabalhistas no B-Ready. Outros “melhores desempenhos” incluem a Indonésia, a Hungria, a Geórgia e o Vietnã – todos países com registros fracos em matéria de direitos dos trabalhadores. O index não avalia adequadamente se os direitos fundamentais são realmente aplicados ou vivenciados pelos trabalhadores, minando a sua credibilidade e incentivando reformas vazias.
- Minando a proteção social: Ao penalizar os sistemas de proteção social baseados em contribuições, o B-Ready promove uma mudança irrealista e potencialmente prejudicial para regimes financiados por impostos. Esta abordagem ignora os modelos mistos bem-sucedidos utilizados em muitos países e poderia aumentar as disparidades de proteção social, especialmente em países de baixos rendimentos.
- Corroendo o diálogo social e promovendo a flexibilidade prejudicial: A abordagem prescritiva do index às regulamentações laborais, incluindo a promoção de contratos a prazo fixo ilimitados e salários inadequados, mina o papel crucial da negociação coletiva e das negociações tripartidas na definição de políticas laborais justas. O seu foco na redução dos “fardos regulamentares” para as empresas conduz frequentemente a políticas que aumentam o trabalho precário, enfraquecem a segurança do emprego e dificultam a capacidade dos trabalhadores de se organizarem e negociarem coletivamente. Esta abordagem corre o risco de criar um nivelamento por baixo nas normas laborais, contradizendo o objetivo do desenvolvimento inclusivo.”

Saúde

Nosso bloco de análise da Saúde Global e Pública e sua relação com a sociedade civil - e vice-versa - será, nesta edição, dedicado ao aniversário de um ano da escalada do genocídio Palestino (outro assunto completamente ignorado no Pacto pelo Futuro).

A organização civil *Lets Talk Palestine* compôs um *flyer* de denúncia. O *On 1 year of genocide fact check* foi feito para ser impresso e distribuído e pode ser visualizado [aqui](#) - nos oferecemos e fizemos a tradução para o português, que logo deve ser incluída.

Segundo o documento, 2023 já estava sendo o ano mais letal para a Palestina mesmo antes do mês de outubro, com 197 mortes, 47 sendo crianças.

Agora, de 7 de outubro de 2023 a 5 de outubro de 2024 se estima que no mínimo 155 mil pessoas foram mortas e no máximo 777 foram martirizadas. O número é estimado uma vez que a destruição total do sistema-Estado e os ataques constantes, assim como o nível bélico empregado, dificultam a contagem dos corpos. As estimativas são calculadas entre mortes diretas - ataques - e indiretas - inanição, falta de medicamentos, doenças etc. O documento também denuncia a crise do sistema de saúde: 986 trabalhadores da saúde mortos; apenas 13 dos 36 hospitais estão a funcionar e funcionam parcialmente; 100 mil casos de infecção respiratória; 350 mil pacientes com enfermidades crônicas seguem sem tratamento; de 70 a 80% dos pacientes tratados perderam membros e\ou sofreram lesões a sua coluna vertebral; 96% da população enfrenta insegurança alimentar e 22% está a passar fome de forma aguda.

A destruição ativa e programa do sistema de saúde é uma tática de aniquilação e conta com prisões arbitrárias de trabalhadores da saúde, como foi denunciado pelo Relator especial das Nações Unidas pelo Direito à Saúde.

“Um especialista da ONU condenou hoje a morte de um terceiro médico de Gaza enquanto estava sob custódia israelita e renovou os apelos à protecção dos profissionais de saúde no território palestino ocupado. “À beira do aniversário de um ano do genocídio, contínuo chocado com o flagrante desrespeito de Israel pelo direito à saúde em Gaza e no resto do território ocupado”, disse Tlaleng Mofokeng, Relator Especial da ONU sobre o direito de saúde. “Dr. Ziad Eldalou é o terceiro médico com morte confirmada enquanto estava detido por Israel desde 7 de outubro de 2023.” Eldalou era médico de medicina interna no Hospital Al Shifa, localizado na cidade de Gaza. Ele foi detido junto com outros profissionais de saúde, enquanto estava de serviço no Hospital Al Shifa, em 18 de março de 2024, durante uma operação das forças israelenses. Ele teria morrido em 21 de março de 2024 enquanto estava detido. Ele é um dos mais de 885 profissionais de saúde supostamente mortos em Gaza e na Cisjordânia desde 7 de outubro de 2023. Isto inclui enfermeiros, paramédicos, médicos e outro pessoal médico. Muitos ficaram feridos. A Organização Mundial da Saúde relatou 1.043 ataques à saúde na Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental desde 7 de outubro de 2023. “Israel deve parar de destruir e impedir o já limitado funcionamento do sistema de saúde na Palestina, protegendo os profissionais de saúde”, disse Mofokeng.”

A fome “feita pelo homem” e como ela vem matando os palestinos é tratada com detalhes no documentário lançado no dia 2 de outubro pela Al Jazeera. *Starving Gaza: How Israel’s man-made famine is killing Palestinians* tem 25 minutos, conta com a ativação de legendas do youtube e pode ser visto [aqui](#).

“O Dr. Ahmed Hashem Abu Nasser é um dos poucos médicos no norte de Gaza e trata dezenas de crianças com desnutrição. As probabilidades de salvar vidas estão contra ele, pois não tem os recursos de que necessita. Israel cortou alimentos, combustível e água, resultando numa fome provocada pelo homem que não tem precedentes na sua escala e ritmo. Todos os palestinos em Gaza sofrem de insegurança alimentar e dezenas morreram de desidratação e desnutrição.

Israel e o seu aliado mais próximo, os Estados Unidos, negam que Israel esteja a bloquear a ajuda humanitária, o que é um crime de guerra. Mas trabalhamos com repórteres palestinos em Gaza e utilizamos dados de fonte aberta para investigar como Israel matou civis que procuravam ajuda e atacou redes humanitárias.”

O mesmo cenário vem agora acontecendo com o Líbano, onde trabalhadores da saúde estão sendo alvo dos ataques expansionistas. A Organização Mundial da Saúde declarou que 28 médicos foram mortos no país entre os dias 2 e 3 deste mês, somando-se aos, no mínimo, 50 paramédicos mortos nas últimas duas semanas, com hospitais e outros centros de saúde se tornando alvos - novamente.

“Dois ataques aéreos ocorreram a poucos metros do hospital na segunda-feira da semana passada, danificando seu interior e forçando os profissionais da saúde a interromper seu trabalho até que pudessem descobrir se estavam sob ataque. Os ataques aéreos pegaram Mazraani de surpresa. Marjayoun, coloquialmente referida como o início do “corredor cristão” pelas forças de manutenção da paz da ONU no sul do Líbano, permaneceu relativamente intocada pelos combates. Ainda em julho, os residentes da cidade podiam ser vistos a fazer corridas cénicas, veículos blindados da ONU passavam por eles e nuvens de fumaça subiam das colinas a poucos quilômetros de distância. O hospital de Marjayoun, em particular, era considerado seguro. Mas em 23 de setembro, quando Israel iniciou uma ofensiva aérea punitiva sobre o Líbano, que até agora matou 700 pessoas e feriu mais de 2.000, os profissionais de saúde subitamente encontraram-se em risco.”

A sociedade civil organizada internacional, junto a OMS, vem condenando a instrumentalização da destruição do sistema de saúde da Palestina - e agora do Líbano - para fins de controle e punição da população Palestina. O bloqueio ao Direito à Saúde, em meio à guerra ou não, é uma ação de rompimento com a garantia dos direitos humanos fundamentais e apenas soma a lógica da saúde como uma mercadoria, sendo danosa em toda sua cruel potencialidade de submissão.

Sul Global: Rescaldos da UNGA79

Global South: Aftermath of UNGA79

Regina Ungerer

Erica Kastrup

Tiago Nery

Abstract: *The September UNOSSC Bulletin highlights several of its activities during the UNGA79, including the dialogues with the Islamic Development Bank to encourage the private sector to contribute to sustainable development and South-South and Triangular cooperation. Also important was IDDA 3, a framework designed to support Africa's industrial development and the discussion around the collective future of water considering the rise in the oceans without discarding climate finance, and the Pact for the Future that was central to UNGA79.*

Brazil's South-South Cooperation highlighted the synergy between family farming and the school feeding program, which is aligned with the country's proposal in the G-20 and the project between Brazil and the Republic of Congo. Also, a project in the area is developed with Colombia. In the area of agriculture, Brazil and Senegal are involved in the promotion and exchange of sustainable technologies for cotton farming. An important highlight was the training of diplomats, including representatives from Peru, Ecuador, Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Equatorial Guinea, Mozambique, and São Tomé and Príncipe.

The G-77 and China, brought the Ministerial Declaration during UNGA79. The document has 407 paragraphs describing the commitments made to mark the 60th anniversary of the G-77, emphasizing collaborative efforts to address global challenges, but also the commitments needed to eradicate poverty, the importance of multilateralism, sustainable development, restructuring countries' debt, reform of the international financial architecture, science, technology and innovation, digital cooperation, climate change and several other important topics of global governance. During the meeting, the UN SG said that the group's vision is aligned with the documents approved at the Summit of the Future. The SG also promoted the Report on Artificial Intelligence. Also important was the statement made by the Ugandan Minister of Health on behalf of the G-77 and China on the High-Level Meeting on AMR and she highlighted the economic consequences of AMR, with the potential to add US\$1 trillion in healthcare costs annually by 2050.

The NAMYO, fully committed to youth engagement at COP29, highlighted the International Day of Non-Violence and the International Day of Peace and the desire to ensure a culture of peace, tolerance, and understanding. They also highlighted the International Day for the Elimination of Nuclear Weapons as disarmament and nuclear non-proliferation have been key issues on the NAM agenda.

The South Center published its September bulletin with 3 research papers, 1 policy brief, 2 reports, 4 statements, 4 news, and other publications. The highlight was the 2nd High-Level Meeting on AMR held during UNGA79, the main health event at the Assembly.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Non-Aligned Youth Movement. South Centre.*

Resumo: O Boletim de setembro do UNOSSC destaca diversas atividades do escritório durante a UNGA79 como os diálogos com o Banco Islâmico de desenvolvimento para impulsionar o setor privado para contribuir com o desenvolvimento sustentável e a Cooperação Sul-Sul e triangular. Importante também a IDDA 3, uma estrutura destinada a melhorar o crescimento industrial da África e a discussão em torno do futuro coletivo da água considerando a elevação dos mares sem descartar o financiamento climático e o Pacto para o Futuro que foi central nesta UNGA79.

Já na Cooperação Sul-Sul do Brasil foram destaques a sinergia entre a agricultura familiar e o programa de alimentação escolar que se alinham com a proposta do país no G-20 e tema do projeto entre o Brasil e a república do Congo e no mesmo tema, um projeto de cooperação com a Colômbia. Ainda na área da agricultura, o Brasil e o Senegal estão envolvidos na promoção e troca de tecnologias sustentáveis para cultura do algodão. Importante destaque foi a formação de diplomatas, incluindo representantes do Peru, Equador, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Quanto ao G-77 e China, foi de grande importância, a Declaração Ministerial do Grupo que ocorre sempre durante a UNGA. O documento com 407 parágrafos descreve os compromissos assumidos que marcaram o 60º aniversário do G-77, enfatizando os esforços colaborativos para enfrentar os desafios globais, mas também os compromissos necessários para erradicar a pobreza, a importância do multilateralismo, desenvolvimento sustentável, reestruturação da dívida dos países, a reforma da arquitetura financeira internacional, ciência, tecnologia e inovação, cooperação digital, mudanças climáticas e inúmeros outros temas importantes da governança global. Durante a reunião, o SG da ONU promoveu o trabalho do G-77 voltado para a justiça, igualdade solidariedade e que a visão do grupo está bem alinhada com os documentos aprovados na Cúpula do Futuro. O SG promoveu também o [Relatório de Alto Nível sobre Inteligência Artificial](#). Importante também foi a declaração feita pela Ministra da Saúde de Uganda, em nome do G-77 e da China na reunião de Alto-Nível sobre RAM durante a UNGA que destacou as consequências econômicas da RAM, com o potencial de adicionar US\$ 1 trilhão em custos de saúde anualmente até 2050.

O Movimento jovem dos não-alinhados totalmente comprometidos com o engajamento jovem na COP29 destacaram o Dia Internacional da Não-Violência e o Dia Internacional da Paz e o desejo de assegurar uma cultura de paz, tolerância e compreensão. Destacaram também o Dia Internacional para a Eliminação das Armas Nucleares já que o desarmamento e a não proliferação nuclear têm sido questões-chave na agenda do MNA.

E o Centro Sul publicou seu boletim de setembro com 3 artigos de pesquisa, 1 resumo de política, 2 relatórios, 4 declarações, 4 notícias além de outras publicações com destaque para a 2ª Reunião de Alto Nível sobre RAM realizada durante a UNGA79, e foi o principal evento da saúde na Assembleia.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Movimento Jovem dos não-Alinhados. Centro Sul

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e

Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do UNOSSC

Boletim mensal - **South-South Monthly**, [setembro de 2024](#)

Basta clicar na figura abaixo, ou em cada destaque para entrar no Boletim.



Estando na metade do caminho para 2030, os líderes mundiais adotaram um **Pacto para o Futuro** durante a 79ª Sessão da AGNU. O Pacto destaca a importância da cooperação Sul-Sul e triangular em áreas como inclusão digital, governança de IA e construção de capacidades em ciência, tecnologia e inovação, entre outras.

Durante o Dia da ONU para a Cooperação Sul-Sul, celebrado no dia 12 de setembro, o tema foi "**Um Amanhã Melhor com a Cooperação Sul-Sul**", foi uma oportunidade para fazer um balanço do progresso e destacar oportunidades e desafios para a cooperação Sul-Sul, bem como tendências emergentes.

Mensagem do Secretário-Geral: As parcerias Sul-Sul, juntamente com a cooperação triangular, são cruciais para construir um futuro melhor para todos. [Assista ao Vídeo](#)

Destacado pela Diretora do UNOSSC, o momento é crucial para chegar à Agenda 2030. Lamentavelmente, o progresso está longe de ser satisfatório. Apenas 17% das metas do ODS estão no caminho de serem alcançadas e quase metade das metas mostra progresso mínimo ou moderado e, de forma alarmante, mais de 1/3 das metas estagnou ou até regrediu.

Esses números não são apenas números; eles representam vidas, futuros e a esperança de

bilhões ao redor do mundo.

[Cooperação Sul-Sul: Um Caminho para um Futuro Sustentável e Inclusivo](#)

[A cooperação Sul-Sul pode ajudar a resolver “contextos de desenvolvimento complexos”](#)

[Agências da ONU sediadas em Roma celebram o Dia da ONU para a Cooperação Sul-Sul no Brasil](#)

Mais sobre a UNGA e UNOSSC



26 de setembro de 2024 - 2ª reunião da Série de Diálogos de Conjuntos de Advocacia Global à margem da 79ª AGNU promovida pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e o Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

Este 2º diálogo sob a série de Diálogos de Advocacia Global IsDB-UNOSSC foi um marco pioneiro, destacando o impacto e as lições aprendidas do mecanismo do IsDB no terreno, particularmente no que concerne o papel essencial que o setor privado desempenha para o sucesso em prol do desenvolvimento.

Este diálogo foi organizado para impulsionar o setor privado no Sul Global, considerando que, na média, o setor privado de países de desenvolvimento, é responsável por 60% do produto interno bruto, 90% dos empregos e 80% dos fluxos de capital. E contribui para o desenvolvimento sustentável ao criar empregos decentes, desenvolver capacitações voltadas para o futuro, estimular a inovação e fornecer infraestrutura essencial, bem como bens e serviços acessíveis.

Lançada em março de 2024, a Série de Diálogos de Advocacia Global tem o objetivo de explorar as últimas tendências de desenvolvimento e parcerias, com foco na natureza inovadora e evolutiva da cooperação Sul-Sul e triangular.

O primeiro diálogo da série IsDB-UNOSSC, organizado em parceria com o Governo de Portugal, apresentou o potencial da cooperação triangular para acelerar o desenvolvimento sustentável, como uma ponte significativa entre a cooperação Sul-Sul e Norte-Sul e como anunciado no [Cadernos CRIS/Fiocruz número 5 de 2024](#).

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib destacou que a adoção do Pacto para o Futuro representa um passo importante em direção a um sistema multilateral mais forte, inclusivo e adequado para enfrentar os desafios globais de hoje e acelerar os esforços para os ODS. O próximo passo é angariar o apoio de todas as partes interessadas, incluindo o setor privado, para garantir que as ambições do Pacto sejam traduzidas em mudanças significativas no terreno.

Dr. Issa Faye, Chefe da Delegação do IsDB na AGNU e Diretor Geral de Práticas Globais e Parcerias, destacou o papel fundamental de bancos multilaterais de desenvolvimento no engajamento do setor privado por meio da cooperação Sul-Sul e triangular. Disse ainda que o IsDB busca ações e o setor privado é um parceiro-chave e juntos podem fortalecer o impacto no local.



S.E. Dra. Rania Al-Mashat, Ministra do Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Cooperação Internacional do Egito, que participou do evento, disse que seu país está integrando o setor privado em suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável e o significativo da cooperação Sul Sul é sua capacidade de destacar exemplos que funcionaram e como a cooperação

internacional desempenha um papel fundamental na facilitação de investimentos do setor privado em toda a região e além.

Para saber mais, [clique aqui](#).



26 de setembro de 2024 – 3ª Década de Desenvolvimento Industrial para a África (IDDA III)

IDDA 3 é uma estrutura estratégica destinada a melhorar o crescimento industrial da África e chama a atenção para a necessidade de acelerar o acesso à energia e a transição verde para a industrialização inclusiva e sustentável do continente africano.

IDDA3 também apela por abordagens colaborativas para alinhar as prioridades de industrialização com as agendas de desenvolvimento continentais e globais (como União Africana 2063 e Agenda 2030).

De acordo com a Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib, o desenvolvimento industrial é essencial para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável da África e as necessidades energéticas devem aumentar à medida que a industrialização ganha velocidade e vários setores adotam cada vez mais meios e ferramentas digitais.

Desta forma a Cooperação Sul-Sul e triangular regionais e inter-regionais são mecanismos confiáveis para compartilhar conhecimento, ferramentas e recursos mais adequados.



26 de setembro de 2024 - "Unidos pela Água: Garantindo Nosso Futuro Coletivo da Água em Meio à Elevação dos Mares e ao Derretimento de Geleiras".

Em mais uma reunião de Alto-Nível durante a UNGA79, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, destacou que a agenda da água não apenas atravessa, mas sustenta todos os objetivos em prol de um futuro pacífico, inclusivo e sustentável.

Os eventos climáticos extremos e os desastres naturais afetam comunidades e economias e atravessam fronteiras e as inundações não conhecem limites territoriais. Portanto, a Cooperação Sul-Sul e Triangular entre vizinhos e regionalmente, será sempre crítica.

Dima Al-Khatib lembrou a todos que o UNOSSC permite que todos os parceiros tenham acesso aos nossos Fundos Fiduciários Sul-Sul e a plataforma South-South Galaxy, que oferece mais de 950 soluções específicas para as prioridades do Sul Global. Sem esquecer o laboratório de soluções e a Rede de políticas e dados, aberto a todos.



26 de setembro de 2024 - Financiamento justo e equitativo e solidariedade para a ação climática: caminhos de cooperação Sul-Sul e triangular para os ODS

O UNOSSC, em parceria com o Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, sob a Presidência do Sri Lanka, e o Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional (OFID), organizou este evento que promoveu um diálogo político para aumentar a conscientização sobre a importância da ação climática justa e equitativa e o papel da cooperação Sul-Sul e triangular no enfrentamento das mudanças climáticas.

Para saber mais, [clique aqui](#).



30 de setembro de 2024 - No Pacto para o Futuro, os Estados-Membros reafirmam seu compromisso com a Agenda 2030, comprometendo-se a acelerar urgentemente o progresso em direção ao alcance dos ODS, inclusive por meio de medidas políticas concretas e financiamento adequado.

A Agenda 2030, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o documento final de Buenos Aires da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40), todos reconhecem a contribuição da cooperação triangular.

Mais recentemente, o Documento Final da 3ª Cúpula do Sul e a Declaração de Rabat sobre Países de Renda Média reafirmaram o importante papel da cooperação triangular, como um complemento à cooperação Sul-Sul, especialmente no financiamento e na expertise para atingir os ODS, em que os países em desenvolvimento destacam repetidamente a necessidade de apoio em industrialização, ciência, tecnologia, inovação (CTI), transferência de tecnologia, digitalização, facilitação do comércio e desenvolvimento de capacidade humana.

Para saber mais, [clique aqui](#).

O Brasil na cooperação Sul-Sul

A agricultura foi o tema de destaque na quinzena nas atividades da Agência Brasileira de Cooperação. Foram desenvolvidas iniciativas e atividades nos âmbitos bi e multilateral.

Dentre as políticas públicas nacionais que são objeto da cooperação Sul-Sul, destaca-se a sinergia entre a agricultura familiar e o programa nacional de alimentação escolar, com o incentivo governamental para que parte das refeições disponibilizadas na rede pública de ensino sejam de alimentos provenientes da agricultura local. Essa experiência nacional, que também tem o objetivo de ampliar a segurança alimentar e nutricional no Brasil, é um dos destaques no compartilhamento nacional de boas práticas com outros países do Sul global.

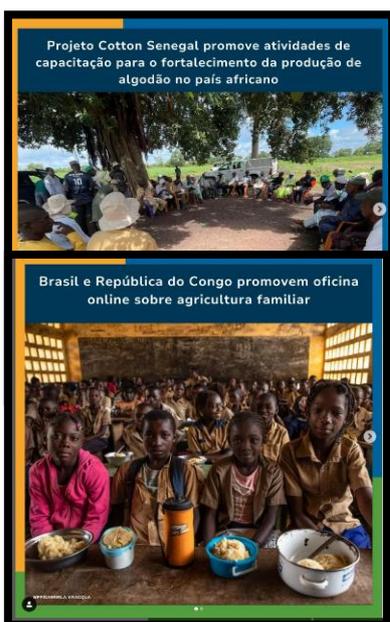
É importante notar que os temas da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional, tradicionais na cooperação Sul-Sul brasileira, se alinham à proposta que o país apresenta ao G-20 neste ano em que sedia sua presidência pró-tempore, ou seja, a criação de uma aliança global contra a fome e a pobreza a ser liderada pelas 20 maiores economias no mundo. Com essa proposta, o país apresenta uma agenda humanista importante ao mesmo

tempo em que busca possíveis ganhos de prestígio nas relações internacionais ao explorar temas em que acumula experiências bem-sucedidas nacional e internacionalmente.

Com relação às articulações multilaterais, foi realizada no dia 13 de setembro de 2024, a 5ª Reunião do Comitê Consultivo do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO, uma parceria que já dura 15 anos, envolvendo temas como alimentação escolar, agricultura familiar e governança da terra, e articulando instituições brasileiras como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a Companhia Nacional e Abastecimento em projetos de cooperação Sul-Sul.

Novos temas discutidos no encontro foram bioeconomia, governança fundiária e segurança alimentar. Em parceria com a FAO e o INCRA, o Brasil lançou ainda o curso

“Administração de Terras e Governança da Posse” para países e parceiros da América Latina e do Caribe, que visa capacitar 100 funcionários e representantes da sociedade civil, abordando sistemas de administração de terras, cadastro e registro de propriedades, além de refletirem sobre os desafios regionais.



Na África, a agricultura familiar e alimentação escolar foram temas abordados em uma oficina entre especialistas do Brasil e da **República do Congo** no âmbito do projeto **“Sementes para o Amanhã”**, desenvolvido em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome, no Brasil, do Programa Mundial de Alimentos.

No encontro, o Brasil compartilhou sua experiência com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que prioriza, desde 2009, a compra de alimentos de agricultores familiares para abastecer as escolas. A iniciativa não só fortalece a economia local, como também garante refeições

nutritivas para milhões de alunos.

Entre os dias 13 e 23 de setembro de 2024, foi realizada uma missão técnica de representantes da Associação Mineira dos Produtores de Algodão ao **Senegal**, na África no âmbito de um projeto que promove a troca de tecnologias e de estratégias sustentáveis para o cultivo do algodão e é desenvolvida em parceria com o governo senegalês.

As equipes exploraram as lavouras de algodão e discutiram protocolos brasileiros de manejo da fibra. Também foram realizadas visitas a regiões produtoras de algodão, durante as quais foram estabelecidos debates agrônômicos, no campo, com técnicos e pesquisadores locais.



Na América Latina, o destaque foi a cooperação com a **Colômbia**. Uma delegação do país vizinho visitou o Brasil para conhecer de perto o programa de compras públicas de produtos da agricultura familiar brasileira.

Durante a visita, iniciada em 23 de setembro, de 2024 os especialistas colombianos conheceram de perto assentamentos da reforma agrária brasileira, cuja produção é destinada a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além de visitas de campo, foram realizados encontros técnicos com representantes dos Ministérios e órgãos brasileiros envolvidos.

Na semana seguinte, uma missão brasileira visitou a Colômbia para discutir ações na área da agricultura familiar e campezina, com foco em agroecologia, comercialização e sistemas de informação. A equipe brasileira realizou visitas técnicas a propriedades rurais, participou de oficinas de trabalho e se reuniu com representantes do governo colombiano e de organizações da sociedade civil. Um dos destaques foi a visita ao município de Guasca, onde foram conhecidas experiências exitosas de pequenos produtores na área da agroecologia. A missão contou com a participação de representantes da Companhia Nacional de Abastecimento, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Colômbia (MADR).

Outro tema de destaque foi o intercâmbio na formação de diplomatas, celebrada por ocasião do encerramento da turma de 2024 em do Instituto Rio Branco, realizada em 27 de setembro. Nos últimos 8 meses, representantes do Peru, Equador e de seis países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe participaram de uma agenda intensa de aulas, palestras e visitas de estudo e se prepararam para voltar aos seus países de origem.



A cerimônia contou com a presença de professores, diplomatas e estudantes brasileiros. O Embaixador Ruy Pereira, diretor da ABC e da Embaixadora Mitzi Gurgel Valente da Costa, Diretora-Geral do IRBr. Ao longo do tempo, o Instituto já formou 298 estrangeiros.

Outra iniciativa que merece destaque foi a inauguração do Centro de Formação Técnico-Profissional (CFTP) Paulo Freire, em Les Cayes, no Haiti, com capacidade para formar até 3.000 alunos por ano em áreas como metalmecânica, construção civil, TI, entre outros. É importante ressaltar que o país caribenho passa atualmente por intensa turbulência política e social.

Na área de saúde, destaca-se missão da Agência Reguladora de Medicamentos de Moçambique (ANARME) à Fiocruz. Na sede da Fundação no Rio de Janeiro, os técnicos da ANARME discutiram estratégias para o apoio da Fiocruz à adequação da Agência aos parâmetros que a OMS aponta como adequados ao funcionamento de instituições dessa natureza. Para isso, a equipe teve reuniões com unidades técnicas da Fundação abordando temas relacionados às boas práticas em pesquisa clínica, políticas de medicamentos, farmacovigilância entre outros.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹¹⁰, Nairóbi (UNEP)¹¹¹, Paris (UNESCO)¹¹², Roma (FAO/IFAD)¹¹³, Viena (UNIDO)¹¹⁴ e Washington (G-24)¹¹⁵.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

O Iraque será o próximo país a deter a presidência pró-tempore do G-77 em 2025.



27 de setembro de 2024 - Declaração Ministerial do Grupo dos 77 (G77)

Em um documento com 407 parágrafos e tendo discutido as repercussões das atuais tensões geopolíticas, revisado a situação econômica mundial, discutido os impactos persistentes e de longo prazo da pandemia do Covid-19 e os desafios específicos enfrentados pelos países em desenvolvimento nas áreas econômica, social e ambiental, os Ministros consideraram que, em um contexto internacional caracterizado por crises multidimensionais e novos desafios deveria ser uma ocasião para o Grupo traçar um novo rumo em nome de seus Estados Membros.

Desta forma, a Declaração Ministerial adotada pelos Ministros das Relações Exteriores do G-77 e China se concentrou em abordar a fome e a desnutrição e reafirmar a segurança alimentar global, além de defender a justiça, igualdade e solidariedade entre as nações.

Além disso, a declaração descreve os compromissos assumidos que marcaram o 60º aniversário do G-77 e China, enfatizando os esforços colaborativos para enfrentar os desafios globais. Mas enfatizaram que apesar do progresso alcançado, os desequilíbrios na economia

¹¹⁰ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹¹¹ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹¹² UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹¹³ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹¹⁴ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹¹⁵ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

global e as estruturas e resultados desiguais nos sistemas comercial, financeiro, monetário e tecnológico que levaram ao estabelecimento do Grupo persistem até hoje. Ressaltaram a relevância contínua de seu esforço conjunto no avanço de uma ordem internacional justa na economia mundial e na defesa do multilateralismo e do respeito à Carta da ONU e ao direito internacional.

Principais destaques:

- **Compromisso com a erradicação da pobreza** em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, continua sendo o maior desafio global e o objetivo abrangente da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.
- **Compromisso com o multilateralismo** - Os Ministros reafirmaram seu compromisso com o multilateralismo e com um sistema econômico internacional mais equitativo. Os ministros apelaram para um mundo multipolar equitativo que permita aos países em desenvolvimento desempenhar um papel mais importante na governança global e na defesa do multilateralismo com a ONU no centro.
- **Desenvolvimento sustentável** - Os Ministros reafirmaram que o desenvolvimento sustentável e a paz são mutuamente dependentes.
- **Reestruturação da dívida** - Os Ministros reafirmaram a importância de reestruturações de dívida oportunas, ordenadas e justas.
- **Sistema financeiro internacional** - Os Ministros enfatizaram que a reforma da arquitetura financeira internacional não pode mais ser adiada. Há uma necessidade urgente de ampliar e fortalecer a voz e a participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas internacionais. Reformas na governança das Instituições Financeiras internacionais, especialmente no FMI e no Banco Mundial.
- **Participação na governança global** - Os Ministros reiteraram a necessidade de os países em desenvolvimento terem mais participação na governança econômica global e na tomada de decisões.
- **Fortalecimento da cooperação Digital** - Os Ministros enfatizaram que a cooperação digital pode contribuir para a implementação da Agenda 2030 e a realização dos ODS e estão comprometidos em alcançar conectividade digital universal e significativa, para superar a exclusão digital. Relembrou o estabelecimento da Organização de Cooperação Digital (DCO).
- **Ciência, Tecnologia e Inovação** - Os Ministros enfatizaram a importância de adotar estratégias de ciência, tecnologia e inovação como elementos centrais das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável para ajudar a promover o desenvolvimento impulsionado pela inovação, a recuperação econômica e a erradicação da pobreza e fortalecer o compartilhamento de conhecimento e a colaboração e a importância de aumentar os investimentos em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, e educação em alfabetização digital, comércio eletrônico para agricultores e aprimorar a educação técnica, profissional e terciária, educação e treinamento a distância e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, e de garantir acesso igualitário para todas as mulheres e meninas e encorajar sua participação nisso.

Os Ministros reafirmaram que a ciência, tecnologia e inovação, incluindo tecnologias de informação e comunicação, tornaram-se centrais para enfrentar os desafios globais e são um dos mecanismos propulsores da transformação para acelerar o progresso em direção à realização da Agenda 2030 e os ODS. Apelaram à comunidade internacional para fortalecer a solidariedade e a cooperação, acelerar os esforços para aproveitar as conquistas científicas e tecnológicas para acelerar o desenvolvimento sustentável e liberar um novo ímpeto para o crescimento impulsionado pela inovação.

- **Mudanças Climáticas** - Os Ministros enfatizaram que as mudanças climáticas são um dos maiores desafios do nosso tempo e seus impactos generalizados e sem precedentes sobrecarregam desproporcionalmente todos os países em desenvolvimento e, em particular, os mais pobres e vulneráveis.
- **Cobertura Universal de Saúde** - Os Ministros enfatizaram a necessidade de promover o acesso a cuidados de saúde de qualidade, incluindo medicamentos, diagnósticos e outras tecnologias acessíveis, seguras, eficazes e de qualidade, incluindo tecnologias de saúde. Reafirmaram as declarações políticas da Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde de 2019 e 2023.
- **Sistema de comércio multilateral** - Os Ministros reafirmaram seu compromisso com um sistema de comércio multilateral transparente, não discriminatório e inclusivo.
- **Área de Livre Comércio Continental Africana** - Os Ministros agradeceram os esforços contínuos para operacionalizar a Área de Livre Comércio Continental Africana.
- **Reafirmaram seu compromisso com a implementação completa da 3ª Cúpula do Sul**, realizada em janeiro de 2024, considerado o maior encontro histórico do Sul Global.
- **Reiteraram seu forte apoio ao mandato do Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)** e enfatizaram que o Escritório é o articulador da cooperação Sul-Sul no sistema das Nações Unidas. Importante que os países do Sul intensifiquem sua cooperação com o UNOSSC. Apelaram ao UNOSSC para fortalecer seu apoio aos projetos de cooperação Sul-Sul.
- **Reconheceram a importância do Centro Sul** como *think tank* dos países do Sul e enfatizaram sua importância em melhorar a Cooperação Sul-Sul por meio da promoção da solidariedade e do entendimento mútuo entre os países e povos do Sul, bem como seu apoio intelectual e político exigido pelos países em desenvolvimento para ação coletiva e individual na arena internacional.

No documento, há 35 parágrafos dedicados às questões da Palestina, Líbano, Argentina, Zimbábue, Venezuela e Cuba.

Para ler a Declaração completa em inglês, [clique aqui](#).



27 de setembro de 2024 - Declaração do Secretário-Geral António Guterres na reunião anual dos Ministros das Relações Exteriores do G77 durante a UNGA

Saudando a todos os presentes, o SG ressaltou que, por 60 anos, o G-77 e a China tem estado na linha de frente pela justiça, igualdade, justiça e solidariedade. E tem sido o motor que vem impulsionando o progresso para erradicar a pobreza, combater as desigualdades e

erradicar as injustiças, no mundo pós-colonial.

Mas o G-77 e a China têm destacado a necessidade de reformas fundamentais do sistema multilateral, especialmente as reformas da arquitetura financeira internacional e do Conselho de Segurança para torná-los mais legítimos e mais eficazes. Mas também as reformas para garantir que as instituições reflitam as realidades do mundo e respondam aos desafios de hoje, em vez dos desafios de 1945.

De acordo com o SG, este ano, foi possível dar um passo à frente com a adoção do Pacto para o Futuro, com a Declaração sobre as Gerações Futuras e com o Pacto Digital Global, apesar de nem tudo o que era esperado, estar no pacote final.

Mas nenhuma das conquistas teria sido possível sem a insistência e persistência do G-77 e da China. E fazendo uma comparação entre o G-7 e o G-77, Antonio Guterres afirmou que se houvesse uma comparação entre os documentos que foram aprovados na Cúpula do Futuro e os documentos contínuos do G7 e do G-77, fica claro que o G-77 está muito mais alinhado com os documentos aprovados na Cúpula do Futuro. E frisou que um '7' faz muita diferença.

Elogiou o G-77 e a China por sempre serem ambiciosos em suas posições e disse que antecipa bons momentos de trabalho na busca por justiça para os países do grupo.

Apesar de ainda haver um longo caminho a percorrer, não se pode esquecer que o mundo está à beira de uma tragédia. O caos climático está piorando. Os conflitos estão se alastrando. Os direitos humanos deixando muito a desejar. A desigualdade e a injustiça estão corroendo a confiança e minando o contrato social das sociedades. Os direitos das mulheres e meninas estão sendo massacrados. Economias inteiras estão se afogando em dívidas.

A exclusão digital está se tornando rapidamente, um abismo enorme. E os ODS estão pendurados por um fio.

É preciso ação em várias frentes e alinhados com o que foi aprovado na Cúpula do Futuro.

1) Justiça financeira. As finanças são o combustível para impulsionar o progresso no desenvolvimento sustentável. No entanto, muitos países continuam impedidos de acessar capital para investimentos essenciais. Esta situação é insustentável e uma receita para conflitos sociais.

Por estas razões, é preciso pressionar por reformas no sistema financeiro internacional que se encontra desatualizado, ineficaz e injusto. O SG lembrou que vem clamando por um Estímulo para os ODS que possa oferecer aos países em desenvolvimento, os recursos de que precisam, enquanto buscam soluções de médio e longo prazo.

É preciso continuar trabalhando para tornar os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento mais ousados e melhores, permitindo que eles aumentem massivamente o financiamento acessível para o desenvolvimento sustentável, principalmente nos países em desenvolvimento.

Outro ponto destacado foi o aumento do financiamento externo com prazo limitado, por meio da reciclagem de Direitos Especiais de Saque que até agora beneficiaram essencialmente os países ricos e não aqueles que mais precisavam.

É preciso promover uma reestruturação eficaz da dívida de longo prazo que coloque as pessoas e o planeta no centro.

E deve-se continuar trabalhando por um sistema tributário internacional mais inclusivo e eficaz, como descrito na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional.

2) Justiça climática. É preciso urgentemente uma ação robusta para reduzir as emissões e evitar o caos climático.

Isso deve estar alinhado com o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respectivas capacidades, à luz de diferentes circunstâncias nacionais.

Cada país deve criar novos planos nacionais de ação climática, bem antes da COP30, que se alinhem com 1,5 graus e coloquem o mundo no caminho para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, de forma rápida e justa.

Os países do G20, que juntos produzem 80% das emissões globais, têm a responsabilidade de liderar. O SG está trabalhando em estreita colaboração com o presidente Lula do Brasil para impulsionar a ação no G20.

Ele pediu que todos os países em desenvolvimento garantam que os novos planos climáticos nacionais também sejam planos de investimento e impulsionem o desenvolvimento sustentável, aproveitando as energias renováveis para impulsionar a prosperidade e tirar as pessoas da pobreza.

As Nações Unidas estão mobilizando todo o nosso sistema para apoiar esses esforços por meio da iniciativa de Promessa Climática. É preciso um financiamento inovador forte da COP29. O que significa contribuições robustas para o novo Fundo de Perdas e Danos.

Antonio Guterres garantiu que continuará pressionando os países desenvolvidos a honrar suas promessas e a duplicar o financiamento da adaptação para pelo menos US\$ 40 bilhões por ano até 2025.

E todos na Terra devem estar protegidos por um sistema de alerta precoce e eficaz até 2027.

Deve-se abordar as injustiças da transição energética, já que os países em desenvolvimento estão sendo excluídos da revolução das energias renováveis.

Os investimentos em países em desenvolvimento fora da China e da Índia estão presos em uma distorção que reflete os níveis de 2015. A África atraiu apenas 1% das instalações renováveis em 2023. Está claro que os países em desenvolvimento precisam de apoio para que tenham os recursos e a capacidade de atrair os investimentos necessários para investir em energias renováveis.

O Painel da ONU sobre Minerais Críticos para a Transição Energética identificou formas de fundamentar uma revolução das energias renováveis baseados na justiça e na equidade que estimule o desenvolvimento sustentável e impulse a prosperidade em países em desenvolvimento ricos em recursos.

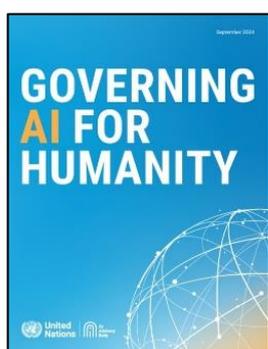
É preciso garantir que a corrida para reduzir as emissões de gases de efeito estufa a zero, não leve os países em desenvolvimento a uma posição de subserviência ou subjulgo.

3) **Justiça tecnológica.** A tecnologia deve beneficiar toda a humanidade.

O Pacto Digital Global é um modelo de como os governos, juntamente com empresas de tecnologia, academia e sociedade civil, podem trabalhar juntos para garantir que as novas tecnologias beneficiem a todos e para gerenciar os riscos que elas representam, incluindo a Inteligência Artificial.

A IA tem o potencial de ser excelente, mas também pode ser extremamente perigosa, se não souber ser utilizada.

Antonio Guterres se disse satisfeito que o Pacto Digital Global inclui propostas baseadas na resolução liderada pela China sobre capacitação para Inteligência Artificial.



O Órgão Consultivo de Alto Nível sobre IA divulgou suas recomendações, que incluem a exclusão digital da IA por meio de um Fundo Global sobre IA para os ODS e uma Rede de Desenvolvimento de Capacidade de IA para impulsionar a expertise em IA em países em desenvolvimento. Vejam o vídeo do lançamento do Relatório Final do Órgão Consultivo de Alto Nível sobre Inteligência Artificial abaixo.

Todos devem continuar trabalhando para garantir que a IA sirva a todos, não deixando ninguém para trás e que não seja outro fator para aumentar as desigualdades no mundo.

Para ler o relatório sobre Inteligência Artificial, [clique aqui](#).

Finalizou dizendo que o G-77 e a China são cruciais para construir um mundo mais justo, inclusivo e próspero. E que o G-77 foi vital na adoção das conclusões da Cúpula do Futuro. No entanto, sua implementação não será fácil. Haverá muita resistência. O G-77 deve ser um motor para garantir que os resultados alcançados possam ser traduzidos em realidades efetivas para o benefício dos países em desenvolvimento.

Mensagem em [vídeo do Secretário-Geral das Nações Unidas para o lançamento do Relatório Final do Órgão Consultivo de Alto Nível sobre Inteligência Artificial](#)

O Órgão Consultivo de Alto Nível sobre Inteligência Artificial, com múltiplas partes interessadas, foi proposto inicialmente em 2020 como parte do plano do Secretário-Geral das Nações Unidas para Cooperação Digital ([A/74/821](#)), e foi formado em outubro de 2023 para realizar análises e recomendações avançadas para a governança internacional da inteligência artificial.



26 de setembro de 2024 – Declaração feita por Sua Excelência Honorária, Jane Ruth Aceng, Ministra da Saúde da República de Uganda, em nome do G-77 e da China na reunião de Alto-Nível sobre resistência Antimicrobiana durante a UNGA

Esta Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana (RAM) é oportuna e crucial, dado o crescente desafio que a RAM representa para a saúde global, particularmente nos países em desenvolvimento. Em 2019, quase 5 milhões de mortes foram relacionadas a infecções bacterianas resistentes a medicamentos, com 1,27 milhão delas diretamente causadas pela RAM. Sem uma ação global decisiva, a RAM pode reduzir drasticamente a expectativa de vida em todo o mundo

até 2035.

A RAM não é apenas um problema de saúde, mas também um desafio significativo ao desenvolvimento, minando o progresso feito no combate a doenças como HIV, tuberculose, hepatite, vírus Ebola e malária. O aumento de bactérias resistentes a medicamentos ameaça esses esforços, levando ao aumento da mortalidade, custos de saúde e agravamento das desigualdades, especialmente em países em desenvolvimento. Abordar a RAM requer solidariedade e cooperação globais entre os setores de saúde humana, animal e ambiental.

A pandemia de Covid-19 expôs ainda mais as fraquezas nos sistemas de saúde globais, revelando lacunas na preparação e resposta a emergências de saúde. Essas lacunas pioraram os desafios do combate à RAM, particularmente em países em desenvolvimento. Construir sistemas de saúde fortes, resilientes e acessíveis, capazes de fornecer cobertura universal de saúde, é essencial para respostas eficazes à RAM.

O G-77 e a China instam fortemente a comunidade internacional a reconhecer os efeitos prejudiciais das medidas coercitivas unilaterais sobre a capacidade dos países em desenvolvimento de combater a RAM. Essas medidas limitam o acesso a medicamentos antimicrobianos e enfraquecem os sistemas de saúde, agravando as dificuldades enfrentadas pelos países em situações especiais. O G-77 e a China apelam à eliminação dessas medidas para apoiar a luta global contra a RAM e garantir que ninguém seja deixado para trás.

É necessário um forte compromisso em melhorar o Programa de Controle de Infecção e Prevenção em nível nacional, além das infecções associadas à assistência médica. Essa abordagem é apoiada por um forte consenso entre as partes interessadas e evidências baseadas na eficácia dessas intervenções e que mostram um alto nível de retorno sobre o investimento. Este evento é uma oportunidade para acelerar a ação política sobre a RAM com foco na saúde humana e enfatiza a necessidade de aumentar as políticas atuais e acelerar a tradução das melhores práticas no local de atendimento. A governança na utilização de antimicrobianos deve ser incluída em um nível multissetorial.

Muitos países em desenvolvimento no Grupo do G-77 demonstraram forte comprometimento em lidar com a RAM alinhando planos de ação nacionais com o Plano de Ação Global da OMS e endossando a Declaração Política da ONU sobre RAM. No entanto, desafios significativos permanecem, particularmente no acesso a antimicrobianos, vacinas, diagnósticos e outras tecnologias de saúde acessíveis. Os recursos financeiros para implementar esses planos são insuficientes. Saudamos a meta de mobilizar US\$ 100 milhões por meio do Fundo Fiduciário Multi parceiro de Resistência Antimicrobiana para garantir que 60% dos países

tenham financiado planos de ação até 2030. No entanto, a cooperação internacional e o financiamento sustentável devem aumentar para atingir essa meta.

As consequências econômicas da RAM são profundamente preocupantes, com o potencial de adicionar US\$ 1 trilhão em custos de saúde anualmente até 2050 e causar perdas globais de PIB de até US\$ 3,4 trilhões por ano até 2030. Enfrentar esses desafios exigirá uma cooperação internacional mais forte, maior apoio financeiro e maior capacitação em pesquisa, desenvolvimento e inovação, especialmente em países em desenvolvimento.

As estratégias de controle da RAM devem incluir a melhoria dos sistemas de água, saneamento e higiene (WASH) em ambientes de saúde e comunidades. A prevenção de infecções, apoiada por uma infraestrutura confiável de WASH, é crucial para reduzir a disseminação de infecções resistentes a medicamentos. Deve-se priorizar o fortalecimento de estruturas regulatórias e a promoção do uso adequado de antimicrobianos em todos os setores por meio do aumento do investimento em diagnósticos inovadores, rápidos e acessíveis.

A luta contra a RAM exige um forte compromisso com o multilateralismo, a cooperação internacional e a solidariedade global.

O G-77 e a China acreditam que superar a RAM exigirá uma ação concertada nas seguintes áreas:

- Mobilizar financiamento e investimento sustentáveis para países em desenvolvimento por meio de mecanismos inovadores para iniciativas de RAM de longo prazo.
- Fortalecer as estruturas de governança para o controle da RAM usando uma abordagem de toda a sociedade.
- Melhorar a gestão da cadeia de suprimentos e remover barreiras comerciais, ao mesmo tempo em que promove a fabricação colaborativa de antimicrobianos, diagnósticos e vacinas para acesso equitativo.
- Fortalecer os sistemas de vigilância para uso de RAM e antimicrobianos para dar suporte à coleta de dados nacionais.
- Promover pesquisa e inovação para desenvolver a fabricação local e regional de novos diagnósticos, antimicrobianos e vacinas.
- Garantir a defesa contínua, a capacitação e a conscientização pública sobre o controle da RAM.
- Melhorar a cooperação internacional e a transferência de tecnologia, compartilhando experiência e os benefícios do progresso científico.

O Grupo espera que este momento crucial possa reafirmar o compromisso global com o combate à RAM por meio de cooperação fortalecida e estratégias abrangentes e multissetoriais.

Na próxima reunião de alto nível sobre RAM em 2029, o G-77 e a China esperam celebrar conquistas tangíveis nesta luta crítica.



Declaração Ministerial por ocasião do 60º aniversário do G-77

Nós, os Ministros das Relações Exteriores dos Estados-Membros do Grupo dos 77 e China, reunidos na Sede das Nações Unidas em Nova York por ocasião do sexagésimo aniversário do estabelecimento do Grupo, declaramos solenemente o seguinte:

Reafirmamos nossa unidade e solidariedade que nos guiaram desde a adoção da Declaração Conjunta na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em 15 de junho de 1964.

Reafirmamos também nosso compromisso inabalável com os ideais e princípios fundadores do Grupo, incluindo os princípios de unidade, complementaridade, cooperação e solidariedade entre os países em desenvolvimento.

Estamos orgulhosos do legado e das grandes realizações do Grupo na defesa e promoção dos interesses dos países em desenvolvimento e na busca pelo desenvolvimento sustentável e prosperidade compartilhada.

Reafirmamos o pleno respeito pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional.

Reafirmamos também a necessidade de respeitar os princípios de igualdade entre Estados, soberania nacional, integridade territorial e independência política dos Estados e não interferência em seus assuntos internos.

Reafirmamos ainda mais a necessidade de respeitar o direito à autodeterminação dos povos que vivem sob ocupação colonial ou estrangeira e outras formas de dominação estrangeira.

Permanecemos determinados a buscar individual e coletivamente a realização do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que ressalta o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respectivas capacidades.

Reiteramos nosso apelo por cooperação internacional fortalecida, multilateralismo e solidariedade internacional como a melhor maneira de enfrentar os desafios globais.

Estamos comprometidos a buscar e intensificar nosso trabalho coletivo para o bem-estar e a prosperidade dos países e povos do Sul, cooperação mutuamente benéfica e uma ordem mundial que seja justa, equitativa, estável e pacífica.



24 de setembro de 2024 - O vice-primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores do Iraque, Sr. Fuad Hussein, se encontrou com o Ministro de Estado e Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, Sr. Paulo Rangel, à margem da 79ª sessão da AGNU.

Os dois ministros destacaram as relações bilaterais entre os dois países e as formas de desenvolvê-las, com foco particular nos campos cultural e econômico.

Discutiram também os desenvolvimentos recentes na arena internacional, especialmente a escalada da violência no Oriente Médio e o perigo que isso representa para a paz e a segurança internacionais.

O ministro Iraquiano expressou a profunda sua preocupação com essa escalada, alertando sobre a possibilidade de sua expansão de uma forma difícil de controlar. Por seu lado, o Ministro português sublinhou que o seu país partilha as preocupações do Iraque relativamente à continuação da violência e à escalada no Médio Oriente, e à falta de eficácia da comunidade internacional em travar esta ameaça à segurança global.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro. O NAMYO tem 60 Capítulos Nacionais.

Destaques do NAMYO



02 de outubro de 2024 - 19ª Conferência da Juventude (COY19).

O NAMYO está convocando os jovens líderes de questões climáticas, a unirem suas vozes, de 7 a 9 de novembro de 2024, em Baku, Azerbaijão, na 19ª Conferência da Juventude, dias antes do início da COP29 que será realizada de 11 a 22 de novembro.

COY é a maior conferência sobre o clima, liderada por jovens com o objetivo de capacitar os jovens e mobilizá-los para assumir um papel proativo no movimento climático global que antecede as negociações da COP29.

Engajar a Juventude - reunir jovens ativistas e líderes de questões climáticas de todo o mundo para discutir e compartilhar suas ideias sobre as mudanças climáticas.

Capacitar os participantes com o conhecimento necessário para advogar e promover ações eficazes sobre questões climáticas.

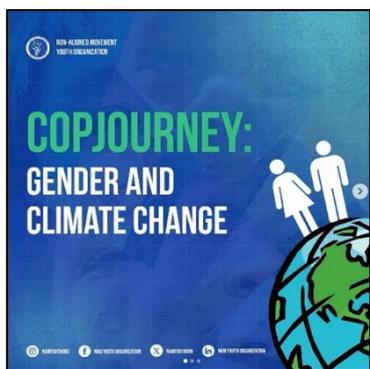
Networking - criar uma plataforma para que os jovens possam se conectar, colaborar e formar parcerias em torno de iniciativas de ação climática.

Advocacia de políticas – criar um espaço para que os jovens possam expressar suas preocupações e demandas e desta forma, possam levá-los aos tomadores de decisão, garantindo que suas ideias sejam consideradas nas políticas climáticas.

Conscientização - aumentar a conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas e a importância do envolvimento dos jovens no enfrentamento desses desafios.

Planejamento de ações - desenvolver planos de ação e estratégias concretas para os participantes implementarem em suas próprias comunidades e globalmente.

Para acessar a postagem, clique aqui <https://www.instagram.com/p/DAn3IfDoL-6/>



O NAMYO está totalmente comprometido com a COP29 e vem promovendo diversas jornadas e eventos para destacar a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2024 ou Conferência das Partes da UNFCCC que será realizada em Baku, Azerbaijão, de 11 a 22 de novembro de 2024, cidade sede da NAMYO.

A próxima jornada da série sobre esta COP vai explorar a questão de gênero e mudança climática, tais como as políticas sensíveis ao gênero que podem impulsionar ações climáticas mais fortes e criar comunidades mais resilientes.



02 de outubro de 2024 - Dia Internacional da Não-Violência.

No Dia Internacional da Não-Violência, o NAMYO reafirmou seu compromisso coletivo de promover a paz, a tolerância e a compreensão.

Trouxeram para a discussão, o desejo de assegurar uma cultura de paz, tolerância e compreensão, que devem ser a base da sociedade civil.

A ideia de não-violência é um dos Princípios de Bandung da não-agressão, que são um dos valores fundamentais do

Movimento dos Não-Alinhados.

Em 2007, AGNU através da [resolução A/RES/61/271](#) estabeleceu o dia 02 de outubro, aniversário de Mahatma Gandhi, líder do movimento de independência da Índia e pioneiro da filosofia e estratégia da não-violência como Dia Internacional da não violência para utilizar a filosofia de Gandhi da não-violência, por meio da educação e conscientização pública.

Gandhi acreditava que a não violência era a maior força disponível à humanidade e mais poderosa do que qualquer arma.

O princípio da não violência, também conhecido como resistência não violenta, rejeita o uso da violência física para alcançar mudanças sociais ou políticas. Frequentemente descrita

como "a política das pessoas comuns", essa forma de luta social tem sido adotada por populações em massa em todo o mundo em campanhas por justiça social.

De acordo com Gene Sharp, autor da publicação *"The Politics of Nonviolent Action"*, a ação não violenta é uma técnica pela qual as pessoas que rejeitam a passividade e a submissão, e que veem a luta como essencial, podem travar seu conflito sem violência. A ação não violenta não é uma tentativa de evitar ou ignorar o conflito. É uma resposta ao problema de como agir efetivamente na política, especialmente como exercer poderes efetivamente.

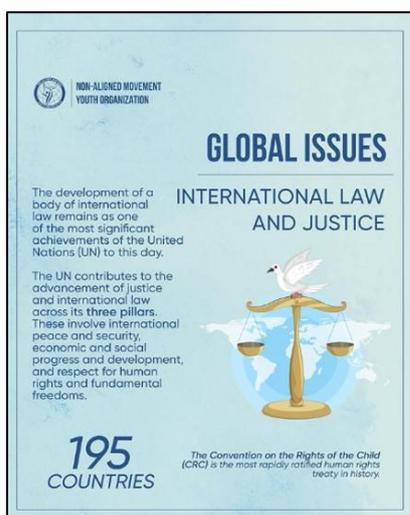
Embora a não violência seja frequentemente usada como sinônimo de pacifismo, desde meados do século XX o termo não violência tem sido adotado por muitos movimentos de mudança social.

No entanto, o mundo hoje está repleto de conflitos, criando um cenário de destruição, miséria e medo. A intolerância política, religiosa e a desigualdade social são estopins para o ódio. Enquanto a tolerância, o pleno respeito por todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, a democracia, o desenvolvimento, a compreensão mútua e o respeito pela diversidade, apesar de estarem sempre sendo mencionados, parecem esquecidos, no cenário atual.

Apesar disso, é importante que o dia seja lembrado.



A escultura "Non-Violence" (ou "Knotted Gun") do artista sueco Carl Fredrik Reuterswärd fica na Plaza de visitantes da ONU e é o símbolo da não-violência.



30 de setembro de 2024 – Lei e justiça internacionais

Na série sobre desafios contemporâneos, dedicada ao direito internacional e à justiça, um pouco mais de informação sobre o papel da ONU no desenvolvimento e codificação do direito internacional.

Entre as maiores conquistas das Nações Unidas está o desenvolvimento de um corpo de direito internacional, que é central para promover o desenvolvimento econômico e social, bem como para avançar a paz e a segurança internacionais.

O direito internacional é consagrado em convenções, tratados e padrões. Muitos dos tratados trazidos pelas Nações Unidas formam a base do direito que governa as

relações entre as nações. Embora o trabalho da ONU nessa área nem sempre receba atenção, ele tem um impacto diário na vida das pessoas em todos os lugares.

A ONU contribui para o avanço da justiça e do direito internacional em seus três pilares (Paz e segurança, Direitos humanos e liberdades fundamentais e Progresso e desenvolvimento econômico e social).

Para saber mais sobre Direito Internacional e Justiça na ONU, [clique aqui](#).



26 de setembro de 2024 - Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares.

Interessante notar que o **Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares** se comemora alguns dias depois do dia da Paz.

O desarmamento e a não proliferação nuclear têm sido questões-chave na agenda do Movimento dos Não-Alinhados, desde sua criação. E alarmada pela ameaça representada pelas armas nucleares, o desarmamento nuclear global continua sendo uma das maiores prioridades

da ONU.

Histórico

A AGNU através da [resolução 68/32](#) estabeleceu em 2013, o Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares, acompanhando a reunião de alto nível da AGNU sobre desarmamento nuclear realizada em 26 de setembro de 2013.

Esta resolução apelou para o início urgente de negociações sobre armas nucleares para proibir sua posse, desenvolvimento, produção, aquisição, teste, estocagem, transferência e uso ou ameaça de uso, e para providenciar sua destruição.

Este foi o mais recente de uma série de esforços da AGNU para aumentar a conscientização pública e buscar um engajamento mais profundo em questões de desarmamento nuclear. Em 2009, a [resolução 64/35](#) da AGNU declarou o dia 29 de agosto como o Dia Internacional contra Testes Nucleares.

Em 2014, em sua [resolução 69/58](#), a AGNU expressou mais fortemente o desejo de comemorar o **Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares**, e solicitou ao Secretário-Geral e ao Presidente da Assembleia Geral que intensificassem as comemorações do dia e promovê-lo, inclusive convocando uma reunião anual da AGNU para a promoção dessas atividades. E repetiu as solicitações e convocações nos anos subsequentes em suas [resoluções 70/34](#), [71/71](#), [72/251](#), [73/40](#), [74/54](#), [75/45](#), [76/36](#), [77/47](#) e [78/27](#).

Assim, o **Dia Internacional para a Eliminação Total de Armas Nucleares** é observado anualmente desde 2014. No dia, o sistema das Nações Unidas e a sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, academia, parlamentares, a mídia de massa e indivíduos são encorajados a comemorar e promover o Dia conscientizando e educando sobre a ameaça à humanidade representada pelas armas nucleares e a necessidade de sua eliminação total.

Uma das maiores prioridades da ONU é alcançar o desarmamento nuclear global. Foi o assunto da 1ª resolução da Assembleia Geral em 1946, intitulada "[Estabelecimento de uma](#)

[Comissão para Lidar com os Problemas advindos pela Descoberta da Energia Atômica](#)" que estabeleceu a Comissão de Energia Atômica (dissolvida em 1952), com um mandato para fazer propostas específicas para o controle da energia nuclear e a eliminação de armas atômicas e todas as outras armas de destruição em massa.

Desde então, a ONU têm estado à frente de muitos esforços diplomáticos para promover o desarmamento nuclear.

Em 1959, a AGNU endossou o objetivo do desarmamento geral e completo. Em 1978, a 1ª Sessão Especial da AGNU dedicada ao Desarmamento reconheceu que o desarmamento nuclear deveria ser o objetivo prioritário no campo do desarmamento.

No entanto, hoje, cerca de 12.100 armas nucleares permanecem no mundo e outras estão sempre sendo desenvolvidas. Os países que possuem armas nucleares têm planos financiados e de longo prazo para modernizar seus arsenais nucleares. Mais da metade da população mundial vive em países que têm armas nucleares ou são membros de alianças nucleares.

Embora o número de armas nucleares tenha diminuído consideravelmente desde o auge da Guerra Fria, nenhuma arma nuclear foi fisicamente destruída. Além disso, nenhuma negociação de desarmamento nuclear está em andamento no momento.

Enquanto isso, persiste a doutrina da dissuasão nuclear como um elemento nas políticas de segurança de todos os estados possuidores de armas nucleares e muitos de seus aliados. A estrutura internacional de controle de armas que contribuiu para a segurança internacional desde a Guerra Fria, tem agido como um limitante no uso de armas nucleares, mas está sob crescente pressão.



21 de setembro de 2024 - Dia Internacional da Paz, também conhecido como Dia da Paz foi estabelecido em 1981

Em 2024, o tema do Dia da Paz foi **“Cultivando uma Cultura de Paz”**



2024 marca o 25º aniversário da adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas da [Declaração e do Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz](#).

A declaração, reconhece que a paz não é apenas a ausência de conflito, mas também um processo participativo positivo e dinâmico, onde o diálogo deve ser incentivado e os conflitos devem ser resolvidos num espírito de compreensão e cooperação mútuas.

Esta frase acima parece totalmente fora do contexto atual em que existem mais de 110 conflitos armados ocorrendo em todo o mundo. O maior número desde a Segunda Guerra Mundial. Alguns desses conflitos chegam às manchetes de jornais, outros não. Alguns começaram recentemente, enquanto outros duram mais de 50 anos.

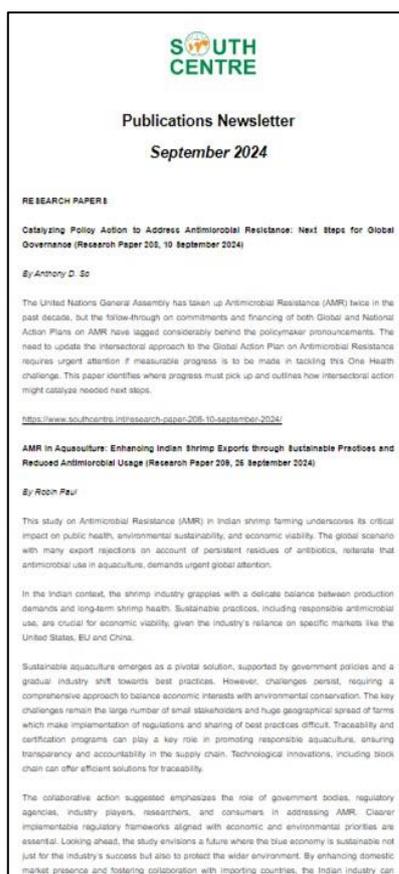
Em um mundo com tensões geopolíticas crescentes e conflitos prolongados, nunca houve melhor momento para lembrar como a AGNU, em 1999 definiu os valores necessários para uma cultura de paz, tais como respeito pela vida, pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Cultura da promoção da não violência através da educação, do diálogo e da cooperação; compromisso com a resolução pacífica de conflitos. Cultura de adesão à liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e compreensão em todos os níveis da sociedade e entre as nações.

Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça, criada em 1995. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. O relatório da Comissão, o Desafio para o Sul (*The Challenge to the South*), enfatizou a necessidade de os países do Sul trabalharem juntos, no cenário mundial, em prol do desenvolvimento de suas populações.

Destaques do Centro Sul



Setembro de 2024 – Boletim de setembro do Centro Sul com destaque para 3 artigos de pesquisa, 1 resumo de política, 2 relatórios, 4 declarações, 4 notícias além de outras publicações.

Para ler o Boletim completo, [clique aqui](#) ou na figura ao lado. Ou se preferir nos links abaixo.

Artigos de pesquisa

[Catalisando a ação política para abordar a resistência antimicrobiana: próximos passos para a governança global](#)

[AMR na aquicultura: melhorando as exportações de camarão indiano por meio de práticas sustentáveis e uso reduzido de antimicrobianos](#)

[Decisão 15/9 e o Protocolo de Nagoya: Quem deve receber o quê no Mecanismo Multilateral de Repartição de Benefícios?](#)

Resumo de Política

[Garantir uma abordagem equilibrada para o Sul Global no Grupo de Trabalho III da UNCITRAL](#)

Relatórios

[Revisão da implementação de objetivos de desenvolvimento sustentável selecionados – uma perspectiva do Sul](#)

[Análise de tratados fiscais desequilibrados de países em desenvolvimento Insights do banco de dados Tax Treaties Explorer](#)

Declarações

[Declaração do Centro Sul na celebração do 60º aniversário do Grupo dos 77 e da China em Genebra](#)

[Negociação em curso de um acordo sobre pandemia: intervenção do South Centre no Órgão de Negociação Intergovernamental da OMS para elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias](#)

[Declaração do Centro Sul na 57ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos sobre “Realizar o direito ao desenvolvimento: O caso para uma convenção-quadro das Nações Unidas sobre cooperação fiscal internacional”](#)

[Declaração do Centro Sul na Reunião de Alto Nível sobre RAM](#)

Notícias

[Workshop de capacitação do PNUD-Centro Sul para Angola sobre Tributação da Economia Digitalizada](#)

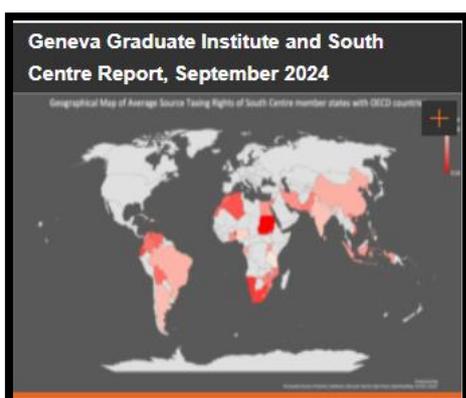
[Grupo dos 77 e China \(Capítulo de Genebra\) adota Declaração Embaixadora Conjunta na Comemoração do seu 60º Aniversário](#)

[O Grupo dos 77 e a China comemoram o seu 60º aniversário em Genebra](#)

[Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Resistência Antimicrobiana em 26 de setembro de 2024: Unindo-se para Permitir a Resposta Global à Pandemia Silenciosa](#)

Outras publicações

[Primeiras discussões sobre danos no sistema de solução de litígios entre investidores e Estado no Grupo de Trabalho III da UNCITRAL](#)



Setembro de 2024 - Relatório do Geneva Graduate Institute e do Centro Sul

O relatório explora o contexto histórico, os quadros teóricos e as implicações práticas dos tratados fiscais, com ênfase em seu impacto nos países em desenvolvimento.

Utilizando diversas literaturas e conjuntos de dados, incluindo o Tax Treaties Explorer (TTE) do Centro Internacional de Impostos e Desenvolvimento com o objetivo de identificar tratados fiscais restritivos e

disposições desvantajosas para os países em desenvolvimento.

A metodologia envolve revisões de literatura, análise de dados e estudos de caso para oferecer *insights* sobre os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento na tributação internacional.

Ao examinar disposições-chave, como aquelas relacionadas ao estabelecimento permanente e impostos retidos na fonte, o relatório destaca como os tratados afetam a geração de receita, a soberania econômica e os resultados de desenvolvimento dos Estados-membros do Centro Sul, que foram escolhidos para este estudo devido ao seu status de países em desenvolvimento, que têm muito a ganhar ao renegociar seus tratados fiscais existentes.

Em última análise, este estudo pretende preencher a lacuna em termos de pesquisa sobre tratados e desenvolvimento de tratados fiscais dos Estados-membros do Centro Sul, identificando seus tratados fiscais restritivos e as disposições correspondentes com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A escolha dos países da OCDE reflete seu status como nações, em sua maioria, desenvolvidas.

Ao mesmo tempo, o estudo também pretende complementar a literatura sobre tratados fiscais, até então dominada por análises legais e econômicas, ao se concentrar especificamente na identificação de disposições restritivas.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#)



30 de setembro. Artigo de pesquisa – “Decisão 15/9 e o Protocolo de Nagoya: Quem deve receber o quê no Mecanismo Multilateral de Repartição de Benefícios de Recursos Genéticos?”.

De acordo com o Artigo 10 do Protocolo de Nagoya (PN), “Mecanismo Global Multilateral de Compartilhamento de Benefícios” (GMBSM), as Partes devem considerar a distribuição dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos em situações transfronteiriças.

Existe uma literatura que aplica a economia da informação aos recursos genéticos, quando interpretados como “informação natural”. A implicação política incentiva a redução dos fatores que levam à extinção em massa, por meio de rendas econômicas nas obrigações de royalties.

Um caso aborda o gene TP53 em elefantes, que pode revolucionar a oncologia. Paralelamente ao Artigo 10 do PN, está a Decisão 15/9 da 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica que estabelece um mecanismo multilateral de compartilhamento de benefícios pelo uso de informações de sequência digital sobre recursos genéticos.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#)

26 de setembro de 2024 - A 2ª Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana (RAM) foi realizada durante a UNGA79, em 26 de setembro de 2024 e foi o principal evento da saúde nesta Assembleia.

Na reunião foi aprovada uma declaração política sobre Resistência Antimicrobiana (RAM), e os líderes presentes se comprometeram com um conjunto de metas e ações, incluindo a redução de 10% das mortes humanas associadas à resistência antimicrobiana até 2030.

A declaração também pede financiamento nacional sustentável e US\$ 100 milhões em investimento para ajudar a atingir a meta de, pelo menos, 60% dos países terem financiamento para seus planos de ação nacionais.

Mais informações na [ONU notícias](#).



Leia também uma análise sobre a Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Resistência Antimicrobiana: 2024: Unindo-se para Permitir a Resposta Global à Pandemia Silenciosa em que se destaca que a RAM está piorando e requer uma resposta global forte baseada na cooperação e solidariedade internacionais. Para ler este artigo de Viviana Munoz Tellez do Centro Sul, [clique aqui](#).



Declaração do Centro Sul na Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana (RAM) durante a UNGA79, no dia 26 de setembro de 2024

O Centro Sul está comprometido em apoiar os países em desenvolvimento no combate à resistência antimicrobiana e juntaram sua voz ao chamado por ação urgente para enfrentar esta ameaça global.

Na ocasião, o Presidente da UNGA Philémon Yang disse que resistência antimicrobiana é uma das maiores ameaças do nosso tempo e não reflete somente uma crise de saúde global, mas também uma questão de desenvolvimento.

Em sua declaração durante esta reunião, o Centro Sul afirmou que a vontade política dos governantes é imperativa para colocar que prática o que foi aprovado na resolução. Embora tenha havido progresso nos planos de ação nacionais sobre RAM, estes permanecem amplamente subfinanciados e oito anos depois da 1ª reunião de alto nível sobre RAM em 2016, ainda inexistente uma cooperação internacional eficaz para mobilização de recursos para a implementação de planos de ação nacionais.

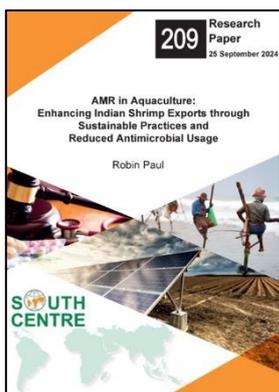
O Banco Mundial estima que são necessários um investimento de 9 bilhões de dólares por ano para os países de baixa e média renda.

O Centro Sul apreciou o fortalecimento da cooperação entre as agências quadripartites (Organização Mundial da Saúde, Organização para Alimentação e Agricultura, Programa das Nações Unidas para o meio-ambiente e a Organização Mundial para a Saúde Animal) que desempenharam um papel fundamental no fornecimento de assistência técnica aos países em desenvolvimento. No entanto, estas agências ainda estão operando com orçamentos limitados, em que a RAM compete com muitas outras prioridades.

Também reforçaram o estabelecimento da primeira meta global de redução de 10% nas mortes por RAM e pediram que as agências quadripartites orientem adequadamente os países sobre como eles podem desenvolver suas próprias metas com base em seu contexto nacional para contribuir com essa meta global.

No entanto, ficaram desapontados com o setor da saúde animal e agricultura que não dispõem de metas concretas, ou mesmo a reafirmação dos compromissos já assumidos pelos órgãos dirigentes da Organização Mundial de Saúde Animal e da Organização para a Alimentação e Agricultura. O Centro Sul pediu que a indústria de agricultura animal se envolva no esforço para reduzir o uso desnecessário de antimicrobianos, para interromper qualquer uso de antibióticos para promoção do crescimento e uso rotineiro sem doença diagnosticada.

Para ler a declaração na íntegra, [clique aqui](#)



25 de setembro de 2024 – Artigo de pesquisa sobre a Resistência Antimicrobiana (RAM) na aquicultura: melhorando as exportações de camarão indiano por meio de práticas sustentáveis e uso reduzido de antimicrobianos.

Este estudo sobre Resistência Antimicrobiana (RAM) na aquicultura de camarões indianos destaca seu impacto crítico na saúde pública, sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica.

O cenário global, marcado por muitas rejeições de exportação devido à presença persistente de resíduos de antibióticos, reitera que o uso de antimicrobianos na aquicultura exige atenção global urgente.

No contexto indiano, a indústria do camarão enfrenta um delicado equilíbrio entre as demandas de produção e a saúde a longo prazo dos camarões. Práticas sustentáveis, incluindo o uso responsável de antimicrobianos, são cruciais para a viabilidade econômica, dada a dependência da indústria de mercados específicos como os Estados Unidos, a União Europeia e a China.

A aquicultura sustentável emerge como uma solução fundamental, apoiada por políticas governamentais e uma mudança gradual da indústria em direção às melhores práticas.

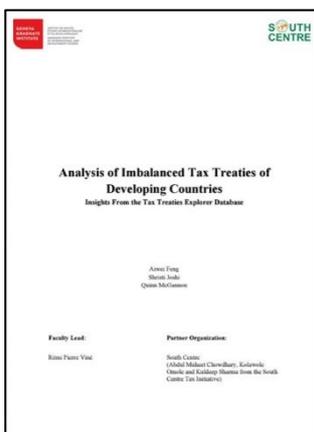
No entanto, persistem os desafios que exigem uma abordagem abrangente para equilibrar os interesses econômicos com a conservação ambiental. Os principais desafios permanecem com diversas pequenas partes interessadas (*stakeholders*) e a ampla distribuição geográfica das fazendas, que dificultam a implementação de regulamentos e o compartilhamento de melhores práticas.

Programas de rastreabilidade e certificação podem desempenhar um papel crucial na promoção de uma aquicultura responsável, garantindo transparência e responsabilidade na cadeia de suprimentos. Inovações tecnológicas, incluindo blockchain, podem oferecer soluções eficientes para rastreabilidade.

A ação colaborativa sugerida enfatiza o papel dos órgãos governamentais, agências reguladoras, players da indústria, pesquisadores e consumidores na abordagem da RAM. São essenciais as estruturas regulatórias mais claras e implementáveis, alinhadas com prioridades econômicas e ambientais.

O estudo imagina um futuro onde a economia azul seja sustentável não apenas para o sucesso da indústria, mas também para proteger o meio ambiente mais amplo. Ao fortalecer a presença no mercado interno e promover a colaboração com países importadores, a indústria indiana pode superar os múltiplos desafios levantados pela RAM na aquicultura de camarões.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#)



20 de setembro de 2024 - Documento Informal do Centro Sul sobre as primeiras discussões sobre danos no sistema de resolução de controvérsias investidor-Estado no Grupo de Trabalho III da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL).

O documento resume a história das discussões iniciais no GT III da UNCITRAL sobre a reforma do sistema de resolução de controvérsias investidor-Estado (ISDS) em relação à falta de correção, consistência e previsibilidade nas indenizações.

Abrange o período até 2022, começando com as preocupações iniciais expressas por alguns países do Sul Global sobre as metodologias usadas para avaliar danos e o rascunho sobre Avaliação de Danos e Compensação preparado pela Secretaria da UNCITRAL, que serviu de base para as discussões subsequentes entre os membros do GT III.

Em seguida, descreve os comentários feitos por alguns Estados e observadores sobre esse rascunho e as discussões que se seguiram, incluindo a discussão sobre danos como parte das questões da reforma da ISDS.

Um segundo documento sobre esse tema descreve o período de setembro de 2022 até a publicação pela Secretaria do 2º rascunho de questões processuais e transversais em 8 de julho de 2024.

O objetivo do documento é oferecer aos Estados do Sul Global um histórico das principais preocupações expressas pelos Estados sobre vários aspectos dos danos durante as discussões no GT III da UNCITRAL, que muitas vezes foram perdidas em algum momento durante o longo processo de discussões sobre a reforma da ISDS.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#)

20 de setembro. Resumo de política - Garantir uma abordagem equilibrada para o Sul Global no Grupo de Trabalho III da UNCITRAL



O documento examina os esforços em andamento do GT III da UNCITRAL para reformar o Sistema de Resolução de Disputas Investidor-Estado (ISDS).

Segundo o documento, a abordagem atual prioriza as preocupações dos países desenvolvidos em detrimento dos países do Sul Global.

Há uma ênfase desproporcional no Tribunal Multilateral de Investimento (Multilateral Investment Court-MIC) e questões relacionadas, enquanto negligencia preocupações processuais e transversais cruciais para os países em desenvolvimento. Propõe ainda ações concretas para reequilibrar as discussões, incluindo a priorização de reformas processuais e a garantia de representação equitativa na estrutura e no processo de nomeação do referido tribunal. Enfatiza também a necessidade de transparência, despolitização e consideração genuína das preocupações do Sul Global para alcançar uma reforma do ISDS verdadeiramente legítima e equilibrada.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#).

Soberania sanitária no Sul Global: uma agenda em andamento

Health sovereignty in the Global South: an ongoing agenda

Erica Kastrup

Resumo: o artigo discute a agenda de industrialização do Sul global pela saúde e o papel do Brasil nesse cenário.

Palavras-chave: industrialização; Sul global; diplomacia da saúde; Brasil

Abstract: *The article discusses the global South's industrialization agenda for health and Brazil's role in this scenario.*

Key words: *industrialization; global south; health diplomacy; Brazil*

A pandemia de Covid 19 expôs as iniquidades globais no acesso às vacinas e insumos de saúde e deixou clara a vulnerabilidade dos países menos desenvolvidos em caso de emergências sanitárias. Desde então, surgiram várias iniciativas que objetivam ampliar a soberania sanitária desses países, o que conforma uma agenda desenvolvimentista no Sul global que traz implicações específicas para a cooperação Sul-Sul e para o papel do Brasil nesse cenário.

A industrialização do Sul não é um tema particular do setor saúde, é uma aspiração dos países em desenvolvimento que esteve presente na declaração final da Terceira Cúpula do Sul, o principal evento de articulação entre os países do Sul global, organizado pelo G77, em janeiro de 2024, quando os países declararam:

64. “Ressaltamos a importância crítica da industrialização para os países em desenvolvimento, como uma fonte de crescimento e diversificação econômica agregação de valor. Investiremos na promoção do desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável para enfrentar efetivamente os principais desafios. [...]”

No restante do texto deste ponto, os países valorizam o papel da UNIDO, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, que tem o mandato de promover e acelerar o Desenvolvimento Industrial Sustentável e Inclusivo. Em outra parte, ressaltam a importância dos mecanismos de incentivo e suporte, como a transferência de tecnologia e o apoio ao desenvolvimento de infraestrutura digital e a conectividade, e apontam a necessidade de desenvolvimento de um sistema de ciência, tecnologia e inovação que leve em conta as especificidades dos menos desenvolvidos e incentive o cumprimento dos ODS. Na Agenda 2030, o tema da industrialização aparece no ODS 9, que propõe: *Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.*

No Brasil, a industrialização é uma das estratégias de crescimento do governo atual¹¹⁶, com expressão importante na saúde, articulada sob a ideia de Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS). A abordagem defende que a saúde é responsável por parte significativa do PIB tem potencial para gerar um volume expressivo de empregos e tributos e pode contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico de um país. Busca superar uma dicotomia, falsa, segundo Gadelha et al 2012¹¹⁷, entre saúde e economia e aponta para o potencial de uma articulação virtuosa entre os dois setores para o desenvolvimento nacional, com papel central da pesquisa e da inovação. Sob uma perspectiva ética, o investimento no CEIS amplia capacidades nacionais de abastecimento e visa a reduzir a dependência externa dos países menos desenvolvidos possibilitando maior a equidade no acesso a insumos de saúde.

Em setembro de 2023, o presidente Lula anunciou que a estratégia para a neoindustrialização do país contaria com investimentos de R\$ 42 bilhões na saúde. No anúncio, Lula já previa que o tema seria foco da cooperação brasileira, ao destacar: *“E Deus queira que a gente produza mais, porque a gente vai construir uma aliança forte na América do Sul, na América Latina, com o continente africano. E a gente pode repartir, vendendo isso a preço acessível a quem ajudar a gente produzir. É esse país que nós queremos construir”*¹¹⁸. Nos marcos da política externa brasileira, a proposta do presidente significa que o Brasil busca usar o tema do CEIS para se posicionar no cenário internacional como um ator na defesa da redução das desigualdades e provedor de uma *cooperação solidária e positiva*, como frisou a própria ministra da saúde na cerimônia de lançamento do programa nacional¹¹⁹. Em reunião da União Africana, em fevereiro de 2024, falando sobre a saúde, Lula destacou: *“Teremos como meta a ampliação do acesso a medicamentos, evitando a repetição do “apartheid” de vacinas que vimos na COVID-19”*. Anunciou, na mesma ocasião, a criação de postos da Agência Brasileira de Cooperação, da Fiocruz e da Embrapa junto à sede da União Africana em Adis Abeba, Etiópia.

Com essa iniciativa, o Brasil busca diálogo com a agenda africana de industrialização pela saúde e articula políticas nacionais com aspirações internacionais de reaproximação com o continente. Em 2021, a União Africana (UA) e o CDC África lançaram a iniciativa *Partnerships for African Vaccine Manufacturing (PAVM)*, sob o argumento de que, atualmente, 99% das vacinas aplicadas no continente são importadas e muitos países dependem de doações ou de iniciativas lideradas por doadores internacionais para terem suas necessidades nacionais atendidas, ainda que parcialmente. Quando se trata de uma emergência sanitária, o problema piora, como ficou claro na pandemia de Covid 19. O objetivo da parceria africana é que até 2024 60% das vacinas aplicadas no continente sejam produzidas localmente, o que significa 1.7 bilhões de doses¹²⁰.

¹¹⁶[https://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-novo-plano-do-governo-lula-para-impulsionar-industrias-nacionais/#:~:text=Entenda%20o%20novo%20plano%20do%20governo%20Lula%20para%20impulsionar%20ind%C3%BAstrias%20nacionais,-A%20'Nova%20Ind%C3%BAstria&text=O%20presidente%20Lula%20\(PT\)%20lan%C3%A7a,dispon%C3%A Dveis%20para%20financiamento%20at%C3%A9%202026.](https://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-novo-plano-do-governo-lula-para-impulsionar-industrias-nacionais/#:~:text=Entenda%20o%20novo%20plano%20do%20governo%20Lula%20para%20impulsionar%20ind%C3%BAstrias%20nacionais,-A%20'Nova%20Ind%C3%BAstria&text=O%20presidente%20Lula%20(PT)%20lan%C3%A7a,dispon%C3%A Dveis%20para%20financiamento%20at%C3%A9%202026.)

¹¹⁷ <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bNLYhCKFqnhC7k96CbLzcmz/?lang=pt#>

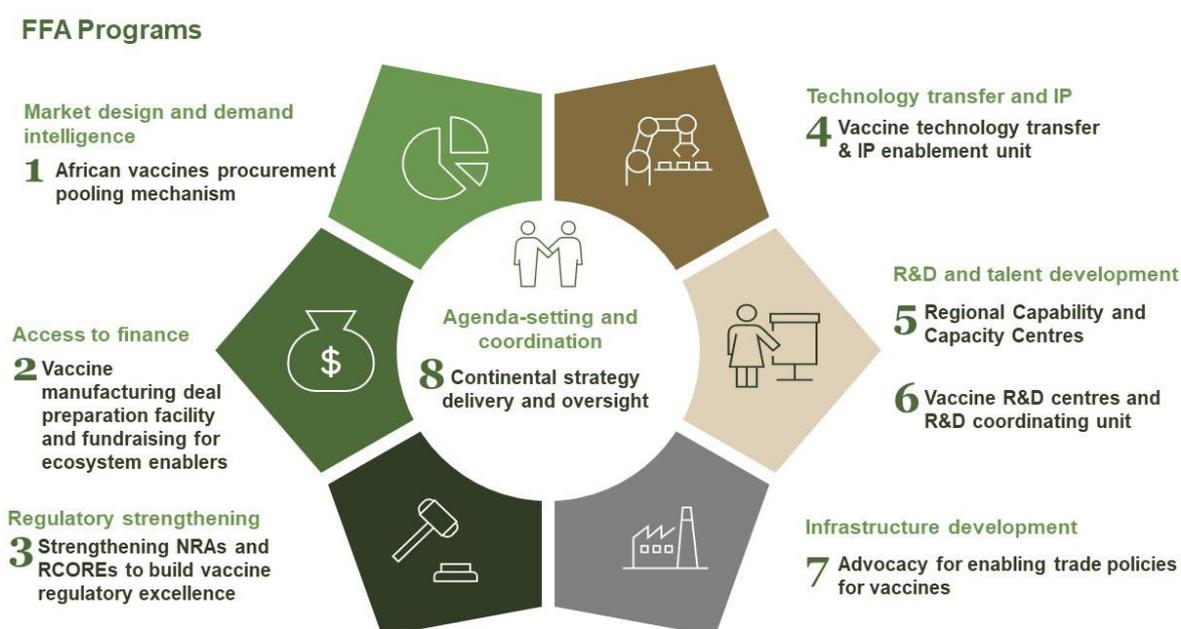
¹¹⁸ <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202309/governo-lanca-estrategia-para-desenvolver-complexo-economico-industrial-da-saude-com-investimento-de-r-42-bilhoes-ate-2026>

¹¹⁹ <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202309/governo-lanca-estrategia-para-desenvolver-complexo-economico-industrial-da-saude-com-investimento-de-r-42-bilhoes-ate-2026>

¹²⁰ <https://africacdc.org/download/partnerships-for-african-vaccine-manufacturing-pavm-framework-for-action/>

Atualmente, existem iniciativas de produção de vacinas somente em cinco países: África do Sul, Marrocos, Tunísia, Egito e Senegal.

A PAVM tem como principal objetivo a garantia da segurança e da soberania sanitária em África e estima um investimento de 30 bilhões de dólares nos próximos 30 anos. O documento de referência¹²¹ aponta 8 áreas centrais que incluem esforços em transferência de tecnologia, regulamentação, P&D, infraestrutura e desenvolvimento de capacidade regional. Indica a necessidade de um sistema de cooperação que envolva múltiplas partes interessadas nos níveis local, regional e global, entre estas e governos dos estados membros da UA, governos locais, fabricantes de vacinas (empresários existentes e potenciais), várias agências da UA, comunidades econômicas e Instituições Financeiras Africanas para o Desenvolvimento (IFD), Instituições de Pesquisa, doadores, empresas multinacionais e organizações de pesquisa. Abaixo, o esquema de implementação proposto no documento do PAVM:



Fonte: PAVM

Outras iniciativas são também exemplos da articulação do Sul global em torno do objetivo de ampliar a soberania sanitária. Uma delas é a Rede de Fabricantes de Vacinas de Países em Desenvolvimento, incluindo fabricantes de vacinas de Brasil, China, Cuba, Índia, Indonésia, México, África do Sul e outros países de renda média e baixa, com sede na Suíça. Outra, vem do agrupamento de países emergentes BRICS, que lançou, em 2022, um Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Vacinas, que objetiva a promover a produção e distribuição equitativa de imunizantes em países em desenvolvimento^{122, 123}. E ainda outra é a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI), que também declara pretender promover um acesso justo e equitativo às vacinas para controle de pandemias por meio de parcerias entre várias partes interessadas na produção de vacinas, incluindo organizações multilaterais, não

¹²¹ <https://africacdc.org/download/partnerships-for-african-vaccine-manufacturing-pavm-framework-for-action/>

¹²² <https://br.rbth.com/ciencia/86524-paises-brics-inauguram-centro-pesquisa-desenvolvimento-vacinas>

¹²³ <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/i7sxRsrFGxTWLqgVxvh9j8s/?lang=pt>

governamentais, regulatórias e industriais. Em julho de 2024, em evento no Brasil organizado pelo CEPI e pela Fiocruz, representantes de dez organizações assinaram uma carta em defesa da soberania em saúde, na inovação e no desenvolvimento de diagnósticos, vacinas e medicamentos para enfrentar emergências de saúde pública internacional no Sul Global. Entre os pontos centrais da declaração estão: a necessidade de estabelecer uma Aliança para Produção, Inovação e Acesso Regional e Local e demandas por compartilhamento de informações, transferência de tecnologias e de investimentos robustos em pesquisa e desenvolvimento, inovação e produção.

Uma Aliança para a Produção Local e Regional e Inovação de medicamentos, vacinas e materiais de diagnóstico é também uma das propostas do Brasil no exercício da presidência do G20 em 2024. A iniciativa tem foco na produção de vacinas e insumos para a saúde, principalmente para doenças negligenciadas, como a dengue, a malária e a tuberculose, e conta o apoio da OPAS e da OMS¹²⁴. A ideia é que esta agenda seja assumida pelo grupo de países que conformam as maiores economias do mundo, que inclui a China e países do Norte onde se localizam as grandes empresas do ramo farmacêutico. Por enquanto, está bem aceita no grupo de trabalho da saúde, mas ainda será submetida à chancela dos ministros e chefes de Estado em novembro.

Tal multiplicidade de iniciativas permite afirmar que existe uma agenda desenvolvimentista por meio da saúde no Sul global e, nesse sentido, o tema merece algumas considerações sobre desafios à sua operacionalização. Inicialmente há de se destacar que é um projeto caro e um dos principais problemas dos países em desenvolvimento hoje é o sobreendividamento, então é necessário observar o movimento em relação às reivindicações de reforma da arquitetura financeira internacional. Outra questão é coordenação entre as diversas iniciativas em curso, o que pode significar pulverização de esforços. Outra ainda se refere às assimetrias no desenvolvimento tecnológico entre países e regiões no Sul global que pode ser um impeditivo à criação de sinergias que otimizem custos de produção em regiões específicas. Será necessário desenvolver recursos humanos em temas relacionados a P&D, produção, regulação, inteligência de mercado, entre outros, em diferentes níveis. Por fim, é preciso perguntar qual o papel de países que compõe os Brics, como China, Índia e Brasil.

Para o Brasil é um tema oportuno para a diplomacia da saúde considerando sua experiência bem-sucedida de incorporação tecnológica para a fabricação da vacina para a Covid-19 da Oxford-AstraZeneca por meio da Fiocruz, um instituto nacional de saúde, público, parte integrante do Ministério da Saúde, e ainda da tecnologia chinesa da vacina Coronavac pelo Instituto Butantan, do Estado de São Paulo. O país, cuja prática na cooperação Sul-Sul em saúde é tradicionalmente pautada no compartilhamento de políticas públicas de sucesso, tem ali uma experiência importante que deve ser comunicada como um caso de sucesso com capacidade para ampliar seu prestígio no Sul global. Para os pesquisadores e analistas da saúde global e diplomacia da saúde, é um tema importante a ser acompanhado, principalmente no sentido de se produzir subsídios para a tomada de decisão da participação do Brasil neste cenário.

124

<https://www.paho.org/pt/noticias/10-4-2024-opas-e-oms-apoiam-proposta-do-brasil-criacao-alianca-liderada-pelo-g20-para>

Reforma de instituições multilaterais e acordos na agenda climática e energética em pauta no G20. Pronunciamento de emergência diante do acirramento do conflito no Oriente Médio, Gênero e empoderamento de meninas e mulheres e as expectativas para saúde no G7. Apesar de desafios à vista, OCDE vislumbra cenários futuros positivos.

Reform of multilateral institutions and agreements on the climate and energy agenda on the agenda at the G20. Emergency conference call on Middle East conflict, gender equality and women's empowerment and expectations for health in the G7 group. Despite challenges ahead, OECD foresees positive future scenarios.

***Pedro Burger
Vitória Kavanami
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
João Miguel Estephano
Paulo Esteves***

Abstract: G20 - Brazil's administration of the G20 continues to have a positive impact in the last fortnight. During the period, the bloc established important consensus with ministerial declarations on the following topics: reform of institutions, climate sustainability, energy transition, and finance and health.

G7. In this report, we highlight the conference call of the G7 leaders on the crisis in the Middle East, the Declaration of the Ministers on Gender Equality and Women's Empowerment, and expectations for the Health Ministers' meeting.

OECD – The OECD's highlights include the release of its interim report on the outlook for the international economy in 2024 and 2025, the latest edition of its tax reform research, a study on plastic pollution and updates on global inflation.

Keywords: G20, G7; OECD; Middle East; Gender; Health; International cooperation.

Resumo: G20 - A gestão brasileira do G20 segue tendo um saldo positivo na quinzena analisada. Durante o período, o bloco estabeleceu importantes consensos com declarações ministeriais dos seguintes temas: reforma de instituições, sustentabilidade climática, transição energética, e finanças e saúde.

G7 - Neste informe, daremos destaque para a reunião de emergência dos líderes do G7 em sequência ao agravamento do conflito no Oriente Médio, ao encontro das lideranças para discutir sobre equidade de gênero e empoderamento de meninas e mulheres e as expectativas para a reunião dos ministros da saúde do G7.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre o lançamento do relatório intermediário sobre perspectivas da economia internacional de 2024 e 2025, da edição mais atual da pesquisa sobre reformas tributárias e de um estudo sobre poluição plástica e atualizações sobre a inflação mundial.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; Oriente Médio; Gênero; Saúde; Cooperação internacional.

G20 –

Em reunião histórica realizada pela primeira vez na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, os ministros das Relações Exteriores do G20 se reuniram no último dia 25 para discutir uma das prioridades brasileiras na gestão do bloco: a reforma da governança global¹²⁵. Anteriormente a esse momento, os representantes haviam se encontrado apenas no começo do ano, em fevereiro, para estabelecer as prioridades da agenda e discutir questões geopolíticas. Por escolha estratégica do Itamaraty, no intuito de evitar maiores rupturas no bloco diante de opiniões divergentes sobre os conflitos em andamento, optou-se por esse distanciamento nos encontros com a expectativa de apaziguar os ânimos e gerar consensos antes da Cúpula dos Líderes.

O resultado foi alcançado e os países publicaram o “[Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global](#)”. O documento foi acordado em consenso e trata dos compromissos para a reforma e modernização dos principais organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a revisão das quotas de empréstimos no Fundo Monetário Internacional (FMI), e o endosso ao aprofundamento dos debates sobre a dívida externa dos países em desenvolvimento e mecanismos para a taxação das grandes fortunas¹²⁶.

A aprovação é mais uma das conquistas da gestão brasileira, a qual desde o começo do ano promove organizações mais inclusivas com o aumento da participação de mulheres e de países do Sul Global nesses espaços. Deve-se destacar que o tema também foi central nos discursos proferidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na ocasião da abertura da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas¹²⁷ e na Cúpula do Futuro¹²⁸, que antecederam o encontro do G20. Para Lula: “A pandemia, os conflitos na Europa e no Oriente Médio, a corrida armamentista e a mudança do clima escancaram as limitações das instâncias multilaterais. A maioria dos órgãos carece de autoridade e meios de implementação para fazer cumprir suas decisões”. Assim, a reforma da governança aparece diretamente ligada com o fortalecimento e restabelecimento do multilateralismo.

Na abertura do evento, o secretário-geral da ONU, António Guterres, destacou a importância de fortalecer as instituições globais e demonstrou o seu apoio ao G20 na liderança

¹²⁵ G20 Brasil realiza primeira reunião da história do fórum na ONU. 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-brasil-realiza-primeira-reuniao-da-historia-do-forum-na-onu>. Acesso em: 06 out. 2024.

¹²⁶ G20 adota chamado pela reforma de organizações internacionais como ONU e OMC. G20. 25 set. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-adota-chamado-pela-reforma-de-organizacoes-internacionais-como-onu-e-omc>. Acesso em: 06 out. 2024.

¹²⁷ “O Planeta já não espera para cobrar da próxima geração”, alertou Lula na abertura da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas. G20. 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/o-planeta-ja-nao-espera-para-cobrar-da-proxima-geracao-alertou-lula-na-abertura-da-79a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 06 out. 2024.

¹²⁸ Na ONU, presidente Lula aponta crise na governança global e defende reforma. 22 set. 2024. G20. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/na-onu-presidente-lula-aponta-crise-na-governanca-global-e-defende-reforma>. Acesso em: 06 out. 2024.

da iniciativa¹²⁹. Chamando atenção para a questão climática e fiscal, Guterres frisou a necessidade de que os países do G20 acelerem a transição para energias renováveis e estabeleçam mecanismos eficazes de alívio da dívida, especialmente para os países em desenvolvimento que enfrentam o que chama de uma "tempestade dupla" de caos climático e endividamento. Outro aceno positivo foi feito por parte da União Europeia que avaliou como "histórica" a iniciativa do governo brasileiro. "Enxergamos que ações como essa, especialmente em tempos de conflitos, podem promover o multilateralismo. E isso, definitivamente, passa por uma reforma na ONU e na arquitetura financeira global", disse uma fonte do bloco europeu ao G1¹³⁰.

Assim, o documento aprovado frisa que as instituições criadas no contexto pós Segunda Guerra Mundial já não refletem as necessidades e realidades do mundo atual, e que essa defasagem é um obstáculo para a resolução de problemas contemporâneos como a fome, as mudanças climáticas e a desigualdade. Em relação à ONU, que no próximo ano completa o seu 80º aniversário de criação, o texto indica compromissos para fortalecer o Conselho Econômico e Social, a Comissão de *Peacebuilding* e o Secretariado das Nações Unidas, por meio do reforço ao engajamento estratégico dessas instâncias nos fóruns de cooperação econômica internacional, como o G20 e o G7; com a academia e a comunidade científica; a mobilização de apoio político e financeiro para a construção de acordos de paz; entre outros. Em relação à Assembleia Geral (AGNU) e ao Conselho de Segurança (UNSC, na sigla em inglês) as seguintes sugestões foram feitas¹³¹:

Sobre a AGNU os membros comprometem-se com:

- a. Fortalecimento do papel da Assembleia Geral como o principal órgão deliberativo, formulador de políticas e representativo das Nações Unidas, para sustentar os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo em questões relacionadas à manutenção da paz e segurança internacionais, por meio de uma interação aprimorada e intensificada com o Conselho de Segurança;
- b. Procedimentos e práticas transformadoras que reconheçam a autoridade e potencializem a eficácia e eficiência da Assembleia Geral, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, inclusive em relação a reuniões, relatórios e resoluções;
- c. Aumento das nomeações de candidatas mulheres para o cargo de presidente da Assembleia Geral.

Sobre o UNSC os membros comprometem-se com:

- a) Uma reforma transformadora que o alinhe às realidades e demandas do século XXI, tornando-o mais representativo, inclusivo, eficiente, eficaz, democrático e

¹²⁹ Ministros de Relações Exteriores do G20 adotam proposta de reforma da ONU. ONU News. 25 set. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/09/1838216>. Acesso em: 06 out. 2024.

¹³⁰ União Europeia enxerga como positiva proposta do G20 por reformas na ONU em organismos financeiros. G1. 25 set. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/09/25/uniao-europeia-enxerga-como-positiva-proposta-do-g20-por-reformas-na-onu-em-organismos-financeiros.ghtml>. Acesso em: 06 out. 2024.

¹³¹ Ministros de relações exteriores do G20 endossam proposta de reforma da ONU. Agência Gov. 25 set. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/segunda-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-g20-2013-chamado-a-acao-sobre-a-reforma-da-governanca-global-nova-york-25-de-setembro>. Acesso em: 06 out. 2024.

responsável, e mais transparente a toda a comunidade das Nações Unidas, permitindo uma melhor distribuição de responsabilidades entre todos os seus membros;

- b) Uma composição ampliada que melhore a representação das regiões e dos grupos sub-representados e não representados, como a África, a Ásia-Pacífico e a América Latina e o Caribe;
- c) Um aprimoramento da eficácia e da transparência dos seus métodos de trabalho.

Já no que diz respeito à reforma da Arquitetura Financeira Internacional, de modo geral, as ações têm como objetivo mobilizar opções de financiamento, especialmente para países em desenvolvimento e economias emergentes. Não obstante, os países concordam em promover melhorias para que o sistema possa atuar para acelerar o cumprimento da Agenda 2030 da ONU, por meio da atuação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento; da revisão da fórmula de quotas do FMI; e aprofundamento do diálogo internacional sobre tributação justa e taxaço de grandes fortunas. Sobre este último ponto, é válido lembrar que apesar de ser um tema tratado de forma inédita e com grande aprovação dentro do bloco, ainda possui resistências por parte de alguns países como Estados Unidos e Reino Unido.

Outro ponto em destaque é a mobilização coletiva de mais espaço fiscal e financiamento para aumentar a capacidade do Banco Mundial de apoiar países de média e baixa renda que precisam de ajuda para enfrentar os desafios globais. Além disso, os países-membros do G20 aderiram a uma série de medidas para reformar a OMC, como a promoção de regras internacionais mais justas e inclusivas para melhorar suas funções, de modo a torná-la mais responsiva e resiliente ao enfrentamento dos desafios comerciais atuais. Para maiores informações, o documento pode ser acessado na íntegra no site do G20.

Figura 1. Lula da Silva, António Guterres, secretário-geral da ONU, e Cyril Ramaphosa, presidente da África do Sul, país que recebe a presidência do G20 em dezembro, durante abertura da reunião de chanceleres do G20, na ONU.



Fonte: Ricardo Stuckert/PRI, 2024.

Em continuidade, o período analisado contou com a conclusão de outras duas importantes reuniões no G20, a começar pelo encontro de ministros do Grupo de Trabalho de

Sustentabilidade Climática no dia 03 de outubro¹³². Seguindo os resultados positivos dos encontros de ministros do G20 na presidência brasileira, o evento realizado no Rio de Janeiro resultou em uma declaração com compromissos para ampliar o enfrentamento aos desafios globais impostos pelas mudanças do clima, como a perda de biodiversidade, desertificação, degradação dos oceanos e da terra, seca e poluição¹³³.

No documento¹³⁴, os países demonstram a urgência de uma ação coletiva para lidar com os eventos climáticos extremos e se solidarizam com países que têm sido afetados por essas ocorrências, como o Brasil: “Perdas humanas e ambientais em todo o mundo deixam clara a necessidade urgente de tomar medidas maiores para responder à nova realidade global”, destaca a declaração. Apesar da interseção com o tema, saúde aparece com destaque apenas ao tratar da necessidade de esforços contínuos para combater a poluição nos níveis nacional, regional e global. Outros apontamentos do texto podem ser divididos nos 5 eixos resumidos abaixo:

- Reforço às ações de cooperação global: reconhecem a necessidade de ações urgentes para aumentar a escala e priorizar os esforços para adaptação e mitigação dos impactos das mudanças do clima e recebem positivamente a Força-Tarefa para a Mobilização Global Contra a Mudança do Clima do G20, de iniciativa da presidência brasileira. O documento resgata os acordos e instrumentos internacionais sobre o assunto e reforça que continuarão perseguindo os objetivos pactuados a partir de instrumentos como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) e o Acordo de Paris.
- Oceanos: reconhecem o papel fundamental na garantia da estabilidade climática e no enfrentamento dos efeitos adversos das mudanças do clima. Assumem o compromisso pela ampliação dos esforços para financiamento, planejamento e gestão de medidas “essenciais para garantir a proteção do ambiente marinho e a conservação e uso sustentável dos recursos marinhos e da biodiversidade”, com foco no cumprimento dos ODS 14, que trata do assunto.
- Pagamento de serviços ecossistêmicos: destacam a necessidade de intensificar esforços para barrar e reverter a perda de biodiversidade e restaurar ecossistemas, considerando ferramentas econômicas inovadoras como o pagamento de serviços ecossistêmicos, bem como para que o capital gerado integre as contas nacionais como parte da economia dos países. A declaração enfatiza o papel chave do financiamento público para mobilizar recursos para ações de adaptação.
- Mais recursos e políticas públicas para adaptação à crise climática: comprometimento com a priorização da integração de medidas de adaptação à crise, o que envolve cooperação com outros países na construção de resiliência e no reforço de capacidades.

¹³² G20 Brasil: Outubro inicia com reuniões cruciais para os debates do fórum. G20. 30 set. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-brasil-outubro-inicia-com-reunioes-cruciais-para-os-debates-do-forum>. Acesso em: 07 out. 2024.

¹³³ G20 alcança consenso sobre clima e sustentabilidade. G20. 03 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-alcanca-consenso-sobre-clima-e-sustentabilidade>. Acesso em: 6 out. 2024.

¹³⁴ Grupo de Trabalho sobre Sustentabilidade Ambiental e Climática (ECSWG) - Declaração Ministerial. G20. 03 out. 2024. Disponível em: https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/sustentabilidade_climatica_e_ambiental/ecswg_ministerial_declaration_por.pdf/@@download/file. Acesso em: 06 out. 2024.

- Economia circular: reafirmam o compromisso de reduzir significativamente a geração de resíduos por meio de iniciativas de economia circular. Reconhecem a necessidade de mobilizar recursos e parcerias para apoiar as nações do Sul Global na gestão adequada de resíduos, promovendo o uso eficiente de recursos, e na urgência de uma transição ecológica inclusiva e justa, por meio da criação de empregos de qualidade e a inclusão de trabalhadores informais, mulheres, comunidades locais e povos indígenas nas cadeias de valor da economia circular.

Figura 2. Marina Silva e Dion Georg, ministro da África do Sul, no encerramento da reunião ministerial do GT Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20.



Fonte: MMA, 2024.

Na esteira desses acontecimentos, o segundo evento citado foi a reunião ministerial do Grupo de Trabalho de Transição Energética que ocorreu no dia 04 de outubro em Foz do Iguaçu, no Paraná. Após uma semana de intenso trabalho, os países membros chegaram a uma declaração onde se comprometeram a acelerar transições energéticas limpas, sustentáveis, justas, acessíveis e inclusivas¹³⁵. Os membros também reconhecem as desigualdades e os desafios que existem no atual cenário energético no mundo, sobretudo na garantia de segurança energética, estabilidade do mercado e o acesso universal à energia sustentável para todos¹³⁶. De acordo com Mariana Espécie, coordenadora do GT de Transições Energéticas e assessora especial do Ministério de Minas e Energia (MME), ainda existe um gargalo no acesso

¹³⁵ Grupo de Trabalho de Transições Energéticas chega a consenso em Foz do Iguaçu. G20. 04 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/grupo-de-trabalho-de-transicoes-energeticas-chega-a-consenso-em-foz-do-iguacu>. Acesso em: 07 out. 2024.

¹³⁶ G20 ENERGY TRANSITIONS MINISTERIAL MEETING FOZ DO IGUAÇU, 04 OCTOBER 2024 MINISTERIAL OUTCOME STATEMENT. G20. 04 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/transicoes-energeticas/2024-10-04-ministerial-outcome-statement-logo.pdf/@@download/file>. Acesso em: 07 out. 2024.

ao financiamento dos processos de transição: os níveis estão abaixo do que se precisa e os investimentos não estão indo para os países em desenvolvimento. Algo que revela que uma transição justa e inclusiva anda a passos lentos.

Tendo em vista que desde 2021 o G20 não produzia um comunicado sobre energia, para Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, o resultado demonstra a capacidade do Brasil de dialogar e fazer diplomacia: “Um documento essencial para o planeta, fundamental para a sustentabilidade e para a proteção global e também para a vertente econômica, para geração de emprego e renda. E para a descarbonização das matrizes, em especial do setor de transporte e indústria”, afirmou o ministro.

Para além da declaração, foram aprovados princípios e metas para guiar as transições energéticas justas e inclusivas, entre eles: (i) triplicar a capacidade de energia renovável e dobrar a taxa média anual; (ii) esforços para acelerar e alcançar o acesso universal a um método de cozimento limpo até 2030; (iii) investir em soluções acessíveis e confiáveis; (iv) explorar mecanismos eficientes para alocação de custos em soluções energéticas e seu impacto no custo da energia, com foco na mobilização de recursos; (v) trabalhar para facilitar o financiamento de baixo custo em países em desenvolvimento para tecnologias e modelos de negócios inovadores; e (vi) compartilhar os benefícios e ajudar a mitigar o peso das transições energéticas, especialmente nos segmentos mais pobres da população¹³⁷.

Por fim, na agenda da saúde, os ministros de Finanças e Saúde do G20 (JFHTF, na sigla em inglês) publicaram uma [Declaração sobre o surto de Mpox](#), em resposta aos apelos de assistência do Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças (Africa CDC, na sigla em inglês) e da Organização Mundial da Saúde (OMS)¹³⁸. A iniciativa está alinhada com a estratégia de cooperação internacional do Brasil, que é baseada na consulta e na resposta às necessidades dos países parceiros. A Ministra da Saúde do Brasil, Nísia Trindade, afirmou: “No coração de nossa estratégia de saúde está o avanço da equidade em saúde, a promoção da autonomia dos países e o fortalecimento da arquitetura global de saúde, com a OMS desempenhando um papel central”. Fernando Haddad, ministro da Economia do Brasil, complementou que a publicação reflete o compromisso da gestão brasileira com o enfrentamento das desigualdades: “É particularmente importante estarmos ao lado de nossos irmãos e irmãs africanos durante esses tempos desafiadores, além de mostrar que as ações do G20 estão sintonizadas com os desafios humanos imediatos”, comentou.

No documento, os ministros expressaram preocupação com o impacto significativo já causado pelo surto da doença, especialmente em crianças (60% dos casos) e pessoas vivendo com HIV/AIDS, e ressaltaram que estão comprometidos com a proteção da saúde da população africana e com o controle da disseminação do Mpox. Como medidas, os ministros fazem a seguinte orientação: “Como estamos comprometidos em promover a equidade em saúde, tornando o mundo mais seguro e mais bem preparado para emergências de saúde,

¹³⁷ PRINCIPLES FOR JUST AND INCLUSIVE ENERGY TRANSITIONS FOZ DO IGUAÇU, 04 OCTOBER 2024. 04 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/transicoes-energeticas/2024-10-04-principles-for-just-and-inclusive-energy-transitions-logo.pdf/@download/file>. Acesso em: 07 out. 2024.

¹³⁸ Nota à Imprensa da Presidência Brasileira do G20 sobre a Declaração Conjunta dos Ministros de Finanças e Saúde do G20 sobre a resposta ao surto de Mpox. 27 set. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/nota-imprensa-da-presidencia-brasileira-do-g20-sobre-a-declaracao-conjunta-dos-ministros-de-financas-e-sade-do-g20-sobre-a-resposta-ao-surto-de-mpox>. Acesso em: 06 out. 2024.

especialmente por meio do acesso equitativo a contramedidas médicas durante pandemias, incumbimos o Secretariado da JFHTF a”:

- 1) Apoiar a OMS e o Africa CDC em seus esforços coordenados, juntamente com os governos africanos, para responder ao surto de Mpox;
- 2) Apoiar a OMS e o Banco Mundial na criação e ampla divulgação de um rastreador global de financiamento para a resposta ao Mpox;
- 3) Avaliar o impacto econômico dos países mais afetados pelo Mpox por meio da aplicação do Quadro de Vulnerabilidades e Riscos Pandêmicos à Saúde, Social e Econômica (FEVR);
- 4) Identificar e compartilhar ativamente os resultados das lacunas específicas de financiamento e necessidades na resposta ao Mpox, comparando as necessidades estimadas pela OMS e pelo Africa CDC com os compromissos de financiamento existentes; e
- 5) Delinear as etapas necessárias para acessar os recursos financeiros existentes.

A Declaração Conjunta, no mais, ressalta que os relatórios técnicos serão revisados pelos Ministros na Reunião Ministerial Conjunta de Finanças e Saúde, em 31 de outubro, no Rio de Janeiro.

G7 -

Como resposta ao agravamento da crise no Oriente Médio, Giorgia Meloni, enquanto presidente do Conselho de Ministros, convocou e presidiu, no dia 02 de outubro, uma teleconferência agendada de forma urgente com outros líderes do G7. Na oportunidade, de forma unânime, os líderes condenaram o ataque do Irã a Israel. Em seguida ao encontro, foi emitido um *statement*¹³⁹ em que os líderes acordaram o trabalho em conjunto para promover a redução das tensões a nível regional e, como medidas concretas, mencionaram os esforços envidados pelos EUA, Qatar e Egito em chegar a um consenso por meio da Resolução 2735 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No documento, os líderes condenam as ações iranianas em financiar grupos como Houthis, Hezbollah e Hamas, bem como outras milícias alinhadas responsáveis pela desestabilização da região. Além de reiterar a necessidade de proteção da população civil e assegurar um acesso humanitário pleno, rápido e seguro, sem entraves, o documento afirma que os países do G7 seguem envolvidos numa solução que reconheça que os dois Estados, Israel e Palestina, possam coexistir lado a lado em paz e segurança.

No que se refere ao conflito Israel x Líbano, os países do G7 utilizaram o tom da “preocupação”, e não condenação, ao afirmarem que estão profundamente preocupados com a situação no Líbano. Quanto ao conflito, reiteraram a necessidade de uma cessação das hostilidades o mais rápido possível e foi acordado trabalhar em conjunto para promover uma diminuição das tensões a nível regional, começando pela aplicação da Resolução 1701 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relativa à estabilização da fronteira entre Israel e o Líbano, a chamada “Linha Azul”, como o único caminho possível. Caminho esse capaz de restaurar a soberania, integridade territorial e a soberania do Líbano, bem como promover o

¹³⁹ G7 Leaders’ Statement on recent developments in the Middle East. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-Leaders-Statement-on-recent-developments-in-the-Middle-East-1.pdf>>. Acesso em: 06/10/2024.

retorno das pessoas às suas moradias. Uma grande preocupação dos países mais ricos é o deslocamento de um grande contingente de refugiados, que se somam aos ucranianos e palestinos, conforme conflitos mais recentes. Os países afirmaram o empenho em prestar assistência humanitária às necessidades urgentes dos civis libaneses e prestaram condolências a todas as vítimas.

No dia 05 de outubro, as lideranças do G7 se reuniram na cidade de Matera, no sul da Itália, para discutir equidade de gênero e empoderamento das mulheres. Na oportunidade, as líderes reafirmaram o compromisso coletivo de proteger, promover e cumprir os direitos de todas as mulheres e meninas, acabar com todas as formas de violência de gênero e empoderar meninas e mulheres em toda sua diversidade. Ao final do evento, foi emitida uma declaração final¹⁴⁰ que, em seu preâmbulo, não traz grandes novidades em termos de compromissos, utilizando verbos como “reafirmamos os compromissos”, “lembramos”, “levamos em consideração”, “expressamos nossa admiração”, “saudamos”, “reconhecemos”, “expressamos grande/profunda preocupação”, “afirmamos” e “condenamos”, entre outros de natureza similar.

Especialmente no que tange à “saúde”, o termo “*health*” foi mencionado sete vezes no documento. Primeiramente, no reconhecimento dos desafios e emergências globais, incluindo os relacionados com a saúde, educação, segurança energética e alimentar, a crise climática, guerras e crises humanitárias que afetam principalmente meninas e mulheres. Depois, o documento condena os conflitos armados, como entre Rússia e Ucrânia, no Sudão, os ataques de Hamas e Israel, a situação em Gaza como sendo eventos que têm impactos severos e extenuantes na vida de meninas e mulheres, principalmente diante dos relatos de violência sexual perpetrada durante os conflitos. A situação debilita a vida de meninas e mulheres que precisam de assistência humanitária, acesso à alimentação e higiene básica, saúde e dignidade. Em seguida, no documento, as líderes reiteram os compromissos já assumidos em Hiroshima, no que tange ao acesso universal a serviços de saúde para mulheres não somente de forma adequada, acessível e de qualidade, mas sobretudo que incluam a compreensão sexual e de saúde reprodutiva.

Na seção “*Acabar com a violência de gênero e reforçar o apoio às vítimas e sobreviventes*”, a declaração utiliza o termo “saúde” de forma ampla, mais no quesito “saudável”, no compromisso de pôr fim a todas as formas de violência que têm origem em questões de gênero através de uma abordagem multidimensional da prevenção, proteção, apoio e ação penal, bem como práticas coordenadas. Para tal, as líderes se comprometem na promoção de uma educação infantil desde muito cedo protegida por políticas públicas de igualdade de gênero, consentimento e direito à integridade corporal e ao respeito mútuo nas escolas. Dessa forma, as líderes afirmam que será possível criar bases para relações saudáveis, fomentar ambientes que previnam os estereótipos de gênero, violência, discriminação e abusos. Em seguida, o documento aborda “saúde” da perspectiva dos serviços de saúde. As lideranças se comprometem com a melhoria da formação dos profissionais de saúde e prestação de cuidados, além de assistentes sociais, agentes da lei, educadores e demais profissões que possam lidar com meninas e mulheres vítimas e sobreviventes de violência de gênero a fim de promover uma abordagem centrada na vítima e assegurar o reconhecimento precoce da

¹⁴⁰ G7 MINISTERIAL MEETING ON GENDER EQUALITY AND WOMEN’S EMPOWERMENT. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/Matera-Ministerial-Statement.pdf>>. Acesso em: 06/10/2024.

violência de gênero em todas as suas formas. Dessa forma, podendo promover também procedimentos de prevenção e resposta.

Por fim, em matéria de saúde, o documento versa sobre o trabalho do cuidado. Na seção “*Capacitar meninas e mulheres, capacitar Nações: Um esforço coletivo para fazer avançar a igualdade de gênero*”, as líderes se comprometem com a promoção da divisão equitativa da responsabilidade do cuidado e em explorar oportunidades para aumentar os investimentos em serviços de cuidados acessíveis, inclusivos e de qualidade, como por exemplo cuidado com crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e dependentes a fim de melhorar a vida de todos os envolvidos, tanto quem provê o cuidado, como quem recebe. Dessa forma, se comprometem em enfrentar os desafios associados à transições demográficas, como o envelhecimento das sociedades, a pressão sobre os serviços e os sistemas de proteção social, às novas necessidades de saúde, entre outros.

Figura 3. Encontro ministerial sobre equidade de gênero e empoderamento das mulheres.



Fonte: G7, Itália.

Por fim, um evento muito esperado para a próxima quinzena será o encontro dos ministros da saúde do G7, que ocorrerá entre os dias 10 e 11 de outubro em Ancona. O Ministro da Saúde italiano, Orazio Schillaci, presidirá a reunião. Dentre os participantes estarão os Ministros dos Estados membros do G7, o Comissário Europeu para a Saúde e Segurança Alimentar e os Ministros da Saúde dos países convidados: Albânia, Brasil, Índia, África do Sul e Arábia Saudita, bem como representantes de organizações internacionais como a FAO, a OMS e a OCDE. A reunião tratará principalmente dos seguintes temas:

1. Arquitetura Global da Saúde e Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias;
2. Envelhecimento saudável e ativo através da prevenção e inovação ao longo da vida, desde o pré-natal;
3. Abordagem “*One Health*”, com ênfase na resistência antimicrobiana.

O objetivo do evento será identificar estratégias que respondam de forma eficaz às crises e desafios atuais, como obesidade, doenças crônicas e degenerativas, desnutrição, bem como a melhoria dos sistemas de saúde, garantia do acesso equitativo a cuidados e contramedidas médicas seguras e de alta qualidade, em especial em países de média e baixa renda. Serão discutidas também soluções inovadoras como telemedicina e inteligência artificial, a fim de promover a qualidade de vida e serviços comunitários através de uma abordagem centrada nas pessoas. O pano de fundo do evento será a abordagem “*One Health*”, reconhecendo a interligação entre saúde humana, animal e ecossistemas a fim de se preparar para futuras emergências sanitárias. Ao fim do evento será emitido um comunicado conjunto que abordaremos no próximo informe, juntamente a um *policy brief*, e, em novembro, teremos uma “Conferência de Implementação” sobre resistência antimicrobiana.

OCDE –

No fim do mês de setembro de 2024, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) lançou o “*OECD Economic Outlook, Interim Report September 2024*”¹⁴¹, relatório suplementar de setembro parte de sua tradicional iniciativa de publicação semestral “*OCDE Economic Outlook*” (Perspectiva econômica, em tradução livre), em que analisa e projeta as principais tendências e perspectivas econômicas internacionais para os próximos dois anos, além de apresentar um conjunto consistente de projeções para produção, emprego, gastos do governo, entre outros¹⁴².

O relatório aponta que a economia global permaneceu resiliente no primeiro semestre de 2024 e que a inflação continuou a se moderar, embora riscos significativos permaneçam – tais como a persistência de tensões geopolíticas e comerciais, a possibilidade de uma desaceleração do crescimento à medida que as pressões do mercado de trabalho se dissiparem e possíveis perturbações nos mercados financeiros se a trajetória de desinflação suave projetada não se concretizar.

Em virtude do crescimento robusto do comércio, melhorias na renda real e uma política monetária mais favorável em muitas economias, as perspectivas econômicas, desse modo, projetam que essas tendências se mantenham em 2025, com o crescimento mundial se estabilizando em um ritmo moderado e a inflação retornando à meta na maioria dos países até o final de 2025. Estima-se, portanto, que o crescimento global perseverará em 3,2% em 2024 e 2025, ante 3,1% em 2023, apresentando então um leve reajuste em relação à previsão anterior, de 3,1%¹⁴³. A organização também atualizou suas expectativas sobre o crescimento econômico brasileiro, projetando que o PIB brasileiro crescerá expressivos 2,9% em 2024, superando os 1,9% indicados na previsão anterior, e 2,6% em 2025 frente aos 2,1% anteriormente expressos em maio, muito impulsionado pelo aumento dos gastos do governo.

¹⁴¹ OCDE. *OECD Economic Outlook, Interim Report September 2024: Turning the Corner*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Oct 04]. Available from: <https://doi.org/10.1787/1517c196-en>.

¹⁴² Para mais informações sobre a primeira edição de 2024 do *OCDE Economic Outlook*, consulte o informe de número 7 de 2024 do presente projeto de Cadernos CRIS Fiocruz.

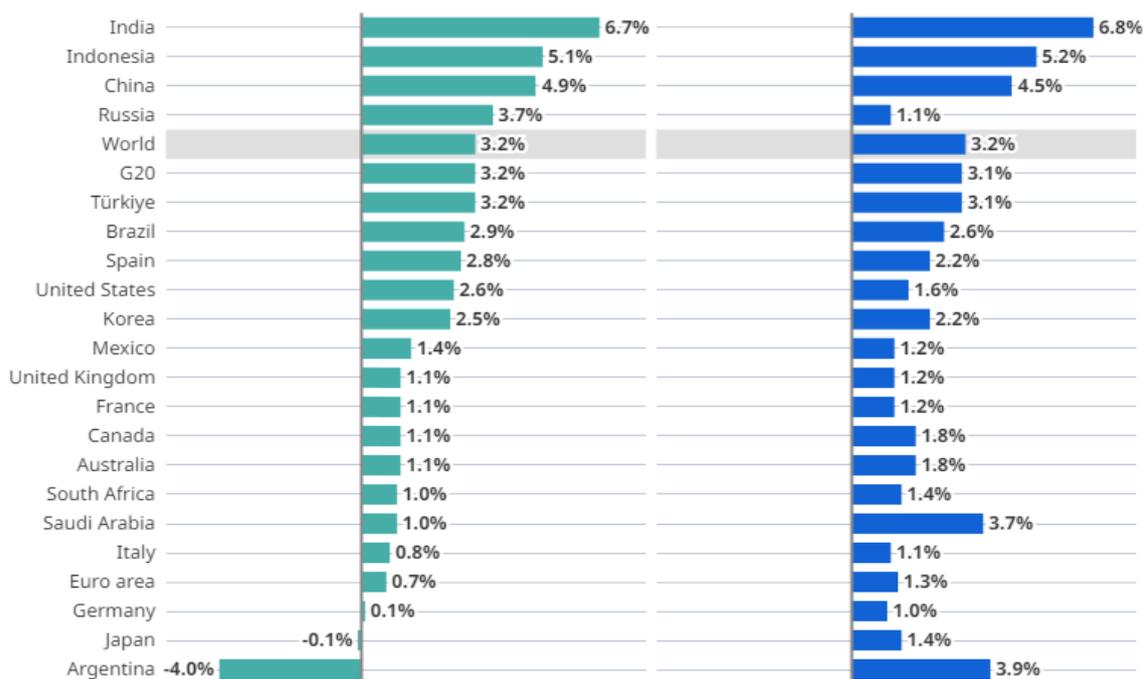
¹⁴³ OCDE. *OECD: Global economy is turning the corner as inflation declines and trade growth strengthens*. OCDE [Internet]. 2024 Sep 25 [cited 2024 Oct 04]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2024/09/oecd-global-economy-is-turning-the-corner-as-inflation-declines-and-trade-growth-strengthens.html>.

Ademais, o relatório intermediário afirma que as taxas de juros devem ser reduzidas à medida que a inflação diminui, embora o momento e o ritmo das reduções dessas taxas devam ser avaliados cuidadosamente a fim de garantir que a inflação retorne de forma duradoura à meta. Assim, são necessários esforços mais intensos para conter os gastos do governo, aumentar as receitas e otimizar as estruturas orçamentárias para assegurar a sustentabilidade fiscal. Ademais, é entendido pela OCDE que o revigoramento das reformas do mercado de produtos visando o fortalecimento da concorrência é uma etapa essencial para dar uma guinada no crescimento e contribuir para o alívio de pressões fiscais.

Figura 4. Projeção de crescimento do PIB de países para 2024 e 2025, % ano a ano.

Real GDP projected growth rates for 2024 and 2025

%, year-on-year



Source: OECD Economic Outlook, Interim Report September 2024

Fonte: OCDE, 2024.

Na esteira de tal discussão, a organização internacional divulgou também a nona versão de sua publicação anual com dados e informações comparativas sobre reformas tributárias entre países participantes da OCDE e outros parceiros econômicos e o acompanhamento da evolução da política fiscal ao longo do tempo. O documento chamado *“Tax Policy Reforms 2024: OECD and Selected Partner Economies”*¹⁴⁴, dessa forma, fornece um panorama geral do ambiente macroeconômico, abrangendo as reformas da política tributária introduzidas ou anunciadas em 2023 em 90 jurisdições membros do Quadro Inclusivo sobre a Erosão da Base e Transferência de Lucros (IF) da OCDE/G20 (*OECD/G20 Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting*, em inglês) e em todos os países da OCDE, além do contexto da receita tributária em que tais reformas foram feitas, ressaltando como os governos usaram a política tributária

¹⁴⁴ OCDE. Tax Policy Reforms 2024: OECD and Selected Partner Economies. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Oct 04]. Available from: <https://doi.org/10.1787/c3686f5e-en>.

para responder a níveis elevados de inflação, bem como para enfrentar desafios estruturais de longo prazo¹⁴⁵.

Outro tema de destaque para a organização durante a quinzena foi sobre a poluição plástica, com a publicação de um relatório de sua autoria especializado na temática, intitulado “*Policy Scenarios for Eliminating Plastic Pollution by 2040*”¹⁴⁶.

Após constatar a gravidade da questão e que as políticas atuais são inadequadas para alterar significativamente as tendências dos fluxos de plástico e da poluição relacionada, o relatório busca fornecer percepções sobre os possíveis benefícios ambientais e as consequências econômicas de diferentes níveis de ambição de políticas internacionais com o objetivo de acabar com a poluição plástica até o ano de 2040. A partir da quantificação dos principais impulsionadores da produção e do uso de plásticos, dos resíduos e da poluição, o estudo apresenta projeções do ciclo de vida dos plásticos, da geração e do tratamento de resíduos, e também dos respectivos vazamentos para o meio ambiente. O documento ainda apresenta e compara uma série de cenários de políticas com variados graus de ambição em termos de rigor, escopo do ciclo de vida e cobertura geográfica das políticas implementadas.

A iniciativa almeja, dessa maneira, informar sobre o estágio crítico que o mundo se encontra e auxiliar em negociações internacionais de desenvolvimento de um acordo juridicamente vinculativo para eliminar a poluição plástica, enquanto ainda há tempo para a mitigação – por exemplo, sem políticas mais robustas, a previsão é que a produção e o uso de plásticos aumentem em 70%, de 435 milhões de toneladas em 2020 para 736 milhões de toneladas em 2040, com apenas 6% dos plásticos provenientes de fontes recicladas¹⁴⁷. Para tal, a OCDE recomenda aos formuladores de políticas quatro observações gerais:

1. Acelerar as ações para diminuir o fluxo de plásticos e promover o design ecológico, sendo necessárias metas globais para melhorar o design dos produtos, a eliminação gradual dos produtos químicos que causam preocupação e eliminar os plásticos problemáticos, além de incentivos e investimentos em infraestrutura e padrões harmonizados;
2. Apoiar o gerenciamento de resíduos ambientalmente correto em todas as regiões, melhorando os sistemas de coleta, triagem e reciclagem de resíduos;
3. Implementar intervenções para lidar com outros aspectos da poluição plástica, tal como, por exemplo, o vazamento de plástico, microplásticos, a poluição por plásticos herdada e às emissões de gases de efeito estufa relacionados aos plásticos; e
4. Garantir meios adequados de implementação e financiamento, atentando que países em desenvolvimento precisarão de apoio adicional para compensar os custos de investimento requeridos para a prevenção, coleta e tratamento de resíduos.

Por fim, a organização intergovernamental também divulgou no período a atualização referente ao mês de agosto de 2024 de seu mapeamento estatístico periódico sobre as taxas de

¹⁴⁵ OCDE. Tax policy evolving from crisis management towards long-term fiscal priorities. OCDE [Internet]. 2024 Sep 30 [cited 2024 Oct 04]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2024/09/tax-policy-evolving-from-crisis-management-towards-long-term-fiscal-priorities.html>.

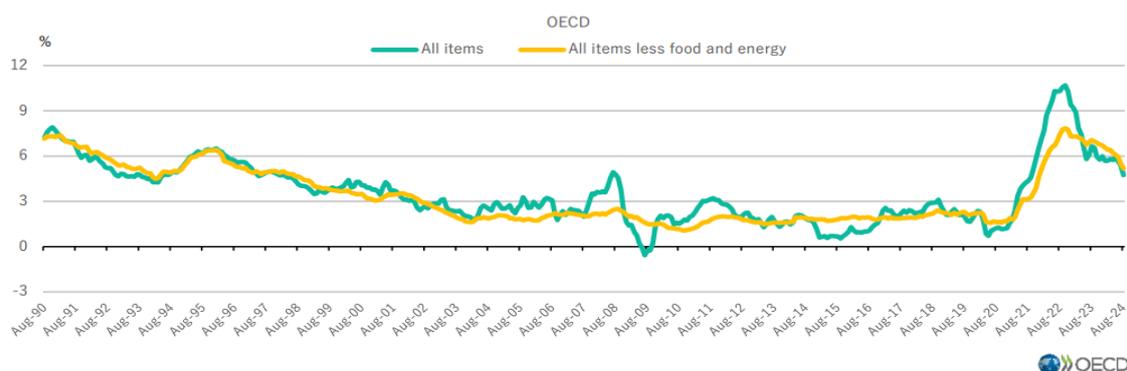
¹⁴⁶ OCDE. Policy Scenarios for Eliminating Plastic Pollution by 2040. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Oct 04]. Available from: <https://doi.org/10.1787/76400890-en>.

¹⁴⁷ OCDE. Global action across the plastics lifecycle could nearly eliminate plastic pollution by 2040. OCDE [Internet]. 2024 Oct 02 [cited 2024 Oct 04]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2024/10/policy-scenarios-for-eliminating-plastic-pollution-by-2040.html>.

consumo e a inflação internacional, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)¹⁴⁸. A pesquisa constatou que a inflação anual dos países da OCDE caiu para 4,7% em agosto deste ano, em comparação aos 5,4% registrados em julho. Tal resultado foi impulsionado, em grande medida, por um declínio de cerca de 10 pontos percentuais na inflação da Turquia, que, no entanto, permanece ainda acima dos 50%. Também foi observado que 24 dos 38 países que compõem o grupo registraram quedas em suas taxas de inflação, enquanto 9 países demonstraram elevações e os cinco restantes tiveram performances praticamente estáveis.

Durante o mês de agosto, a inflação básica ficou em um nível igual ou inferior a 2% em 16 países da organização, contrastando assim com os resultados do mês anterior, quando somente nove tinham alcançado tal marca. A inflação anual de energia ano a ano na OCDE caiu significativamente para menos 0,1%, em comparação com 3,3% em julho, com queda em 31 países.

Figura 4. Inflação na OCDE acompanhada pelo Índice desde os anos de 1990 até sua versão mais atual: todos os itens e todos os itens salvo alimentos e energia.



Fonte: OCDE, 2024.

Em relação aos dados coletados sobre a inflação ano a ano nos países do G7, a inflação anual básica recuou para 2,4% em agosto, após os 2,7% de julho, devido à diminuição nos preços de energia. A inflação básica baixou em todos os países do grupo, exceto no Japão (onde aumentou) e no Reino Unido (onde permaneceu estável). Na zona do Euro, a inflação anual medida pelo Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (*Harmonised Index of Consumer Prices*, em inglês) mostrou-se, de modo geral, caiu para 2,2% em agosto, ante 2,6% em julho, e, no G20, a inflação anual caiu para 6,3% em agosto, em comparação com 6,8% em julho.

¹⁴⁸ OCDE. OECD headline inflation drops to 4.7% in August 2024 as energy inflation declines. OCDE [Internet]. 2024 Oct 03 [cited 2024 Oct 04]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2024/10/consumer-prices-oecd-updated-3-october-2024.html>.

14ª Reunião dos Ministros da Saúde do BRICS, Moscou, 10-11 de outubro de 2024

Claudia Hoirisch

Abstract: *The 14th Meeting of BRICS Health Ministers will take place on October 10th-11th in Moscow, Russia. On the occasion, the Ministers of Health of the founding countries (Brazil, Russia, India, China and South Africa) and the newly admitted countries (Egypt, Ethiopia, Iran, Saudi Arabia and the United Arab Emirates) will discuss issues on health cooperation so that their countries will be able to withstand global health challenges, as well as discuss prospects for cooperation in new areas such as the BRICS Vaccine Center, public health, the creation of an Integrated Early Warning System for the Prevention of Mass Infectious Diseases in BRICS, the BRICS TB Research Network, combating antimicrobial resistance (AMR), the establishment of a BRICS Medical Journal and the BRICS Medical Association, nuclear medicine and regulatory cooperation. After Health Ministers and senior officials discuss these issues, the meeting will end with the adoption of a joint statement that will be issued on October 11th.*

Keywords: *14th Meeting of BRICS Health Ministers. BRICS Vaccine Center. Public health. BRICS Network of Public Health Research Institutes. Integrated Early Warning System for the Prevention of Mass Infectious Diseases in the BRICS. BRICS TB Research Network. Antimicrobial resistance (AMR). BRICS Medical Magazine. BRICS Medical Association. Nuclear medicine. Regulatory cooperation.*

Resumo: A 14ª Reunião dos Ministros da Saúde do BRICS ocorrerá nos dias 10 e 11 de outubro em Moscou, Rússia. Na ocasião os Ministros da Saúde dos países fundadores (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e dos recém admitidos (Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos) discutirão questões sobre cooperação em saúde para que seus países consigam resistir aos desafios globais de saúde, bem como discutir sobre as perspectivas de cooperação em novas áreas como o Centro de Vacinas do BRICS, Rede BRICS de Pesquisa em Saúde Pública, a criação de um Sistema Integrado de Alerta Precoce para Prevenir o Risco de Doenças Infecciosas em Massa nos BRICS, a Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS, o combate à resistência antimicrobiana (RAM), o estabelecimento de Revista Médica do BRICS e da Associação Médica do BRICS, medicina nuclear e, cooperação regulatória. Após os Ministros da saúde e altos funcionários discutirem essas questões, a reunião terminará com a adoção de uma declaração conjunta que será emitida dia 11 de outubro.

Palavras-chave: 14ª Reunião dos Ministros da Saúde do BRICS. Centro de Vacinas do BRICS. Saúde pública. Rede de Institutos de Pesquisa em Saúde Pública do BRICS. Sistema Integrado de Alerta Precoce para Prevenir o Risco de Doenças Infecciosas em Massa nos BRICS. Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS. Resistência antimicrobiana (RAM). Revista Médica do BRICS. Associação Médica do BRICS. Medicina nuclear. Cooperação regulatória.

A 14ª Reunião dos Ministros da Saúde do BRICS ocorrerá nos dias 10 e 11 de outubro em Moscou, Rússia¹⁴⁹. Na ocasião os Ministros da Saúde dos países fundadores (Brasil, Rússia,

¹⁴⁹<https://brics-russia2024.ru/en/news/v-moskve-proydet-14-ya-vstrecha-ministrov-zdravookhraneniya-stran-briks/>

Índia, China e África do Sul) e dos recém admitidos (Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos) discutirão questões sobre cooperação em saúde para que seus países consigam resistir aos desafios globais de saúde, bem como debaterão sobre as perspectivas de cooperação em novas áreas como o Centro de Vacinas do BRICS, a Rede de Institutos de Pesquisa em Saúde Pública do BRICS, a criação de um Sistema Integrado de Alerta Precoce para Prevenir o Risco de Doenças Infecciosas em Massa nos BRICS, a Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS, o combate à resistência antimicrobiana (RAM), o estabelecimento de uma Revista Médica do BRICS e a Associação Médica do BRICS, medicina nuclear e a cooperação regulatória.

A seguir comentarei cada área que deverá ser abordada na reunião de Ministros da saúde.

Centro de P&D de Vacinas do BRICS¹⁵⁰

Os países do BRICS estão cientes da necessidade de fortalecer a cooperação internacional para responder aos novos desafios, incluindo uma resposta rápida e coordenada à possível ameaça pela doença X; que precisam garantir a igualdade de acesso às vacinas para assegurar a prevenção de doenças infecciosas para todos os países em escala global; da importância da cooperação entre seus países no campo do desenvolvimento de vacinas para garantir a acessibilidade das vacinas nos países em desenvolvimento; da iniciativa da Rússia de criar uma plataforma eletrônica internacional (intercâmbio) para intensificar as conexões entre os participantes do Centro e outras organizações interessadas dos países do BRICS, facilitando projetos conjuntos, incluindo o desenvolvimento de vacinas, pesquisas exploratórias, estudos pré-clínicos e clínicos de preparações vacinais, etc.

Rede de Pesquisa em Saúde Pública do BRICS

Os países do BRICS enfrentam desafios compartilhados, incluindo doenças infecciosas e não-transmissíveis, saúde materna e infantil, fortalecimento dos sistemas de saúde, P&D, infraestrutura de saúde, desenvolvimento da força de trabalho em saúde, saúde mental, saúde digital e segurança global da saúde.

Por esta razão, reconhecer a colaboração em nível de especialistas é uma forma de facilitar o compartilhamento de conhecimento e experiência entre os países do BRICS, levando a respostas de saúde pública mais eficazes, o que pode ajudar a alinhar políticas e prioridades entre seus países, promovendo resultados de saúde pública mais eficazes.

Os países do BRICS realizaram a 1ª Reunião de Especialistas do BRICS em Saúde Pública¹⁵¹ no formato on-line em 12 de setembro de 2024, na qual fomentaram o diálogo na promoção da pesquisa em Saúde Pública e contribuiram para melhorar o bem-estar dos cidadãos em todos os países BRICS. Na ocasião, apoiaram o estabelecimento da Rede de Institutos de Pesquisa em Saúde Pública do BRICS (RINSP/BRICS) como uma plataforma permanente de especialistas para dar vida a essas ambições.

Sistema Integrado de Alerta Precoce para a Prevenção de Doenças Infecciosas em Massa

Os países reconhecem a importância da cooperação do BRICS no campo da gestão de desastres, enfatizam a importância de fortalecer as medidas de redução do risco de desastres e

¹⁵⁰ <https://brics-russia2024.ru/en/events/vstrechi-rabochikh-grupp-mekhanizmov/zasedanie-po-voprosu-funktsionirovaniya-tsentra-vaktsin-briks/>

¹⁵¹ <https://brics-russia2024.ru/en/events/vstrechi-rabochikh-grupp-mekhanizmov/soveshchanie-ekspertov-briks-po-obshchestvennomu-zdorovyu/>

o intercâmbio de informações sobre as melhores práticas em tempo hábil.

A criação do Sistema Integrado de Alerta Precoce para a Prevenção de Doenças Infecciosas em Massa¹⁵² permitirá aos países do BRICS acelerar o intercâmbio de dados, materiais, conhecimentos e melhores práticas para facilitar o desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico, medidas preventivas (incluindo o desenvolvimento de vacinas) e terapêuticas para responder às grandes emergências de saúde pública causadas por doenças infecciosas.

No dia 27 de março, os representantes dos países do BRICS compareceram à reunião de especialistas do Sistema Integrado de Alerta Precoce para a Prevenção de Doenças Infecciosas em Massa para elaborar os Termos de Referência do referido Sistema para posterior aprovação pelos Ministérios da Saúde dos países do BRICS.

Os países precisam conceber e implementar esse Sistema Integrado de Alerta Precoce o mais breve possível.

Resistência antimicrobiana

A resistência antimicrobiana (RAM) é uma das questões mais prementes do nosso tempo, que constitui ameaças biológicas e econômicas para os BRICS, contribui para o aumento da morbimortalidade em suas populações, e a morte de animais e plantas.

Os países estão cientes que é preciso intensificar os esforços multissetoriais, intersetoriais e interdisciplinares para enfrentar a RAM de acordo com uma abordagem de Saúde Única (*One Health*).

A 1ª Conferência Internacional do BRICS sobre esse tema, "RAM como um Desafio Global para a Saúde e o Bem-Estar Nacional do BRICS. Realidade e Inovação"¹⁵³ (realizada em formato híbrido em Moscou, de 30-31/5/2024), foi idealizada com a intenção de estabelecer o Grupo de Coordenação do BRICS sobre RAM, fortalecer a colaboração intersetorial e interdisciplinar entre os países do BRICS em pesquisa, desenho tecnológico e produção local, incluindo o desenvolvimento de novos antimicrobianos, vacinas, diagnósticos e estratégias alternativas. A conferência resultou em uma Declaração Conjunta do grupo sobre RAM.

Agora, os altos representantes dos países terão que aguardar até novembro deste ano para a realização da 4ª Conferência Ministerial sobre a RAM a ser organizada pela Arábia Saudita em Jeddah, para pavimentar o caminho e lidar com essa ameaça global e os desafios de desenvolvimento da RAM durante os próximos anos.

Rede de Pesquisa em TB do BRICS

Os países reconhecem que a TB é um desafio para alcançar uma série de ODS em todos os países BRICS e que a inovação no combate à TB, abre possibilidades para um crescimento equitativo e sustentável.

A XV reunião da Rede de TB do BRICS foi realizada em Moscou de 23-25 de abril de 2024 e a declaração resultante sugerem a criação de uma secretaria da Rede de Pesquisa em TB do

¹⁵² A 1ª reunião técnica do Sistema Integrado de Alerta Precoce para a Prevenção de Doenças Infecciosas em Massa, realizada em 17 de julho de 2023, sob a liderança da África do Sul como Presidente do BRICS em 2023 e reuniões de especialistas do Sistema Integrado de Alerta Precoce para a Prevenção de Doenças Infecciosas em Massa foram realizadas em 27 de março sob a Presidência da Federação Russa em 2024.

¹⁵³ <https://brics-russia2024.ru/en/news/v-moskve-proshla-mezhdunarodnaya-konferentsiya-stran-briks-po-ustoychivosti-k-protivomikrobnym/>

BRICS, apoiada pela OMS. Enfatizam a necessidade de atualizar o Plano de mobilização de recursos da Rede de Pesquisa em TB do BRICS, definir as prioridades listadas para buscar recursos financeiros para o NBD e a defesa de recursos específicos para financiar uma agenda governamental abrangente em todos os setores estrategicamente relacionados com a TB, apoiar a criação dos GTs, considerando os novos membros/países em prevenção, diagnóstico, terapêutica, vacinas e implementação de saúde pública e desenvolver um plano para fortalecer a capacidade de pesquisa e colaboração.

Criação da Revista de Saúde do BRICS

A proposta de criar o BRICS Health Journal se tornará uma ferramenta de apoio aos pesquisadores do BRICS para apresentar projetos conjuntos dos países do BRICS à comunidade global.

Os países querem desenvolver ainda mais a cooperação entre organizações de pesquisa e pesquisadores dos países do BRICS no campo da saúde, a fim de fortalecer o potencial científico e técnico da associação do BRICS.

Criação da Associação Médica do BRICS

A criação de uma Associação Médica do BRICS, tem a finalidade de fortalecer o papel das comunidades médicas e desenvolver laços horizontais entre elas.

A Associação Médica do BRICS deverá ser criada como uma associação voluntária de associações médicas nacionais dos países do BRICS, sem formar uma entidade legal, com base nos princípios de igualdade e respeito mútuo. A Associação pode ser uma estrutura que poderá tomar decisões consultivas e fornecer avaliações especializadas sobre áreas promissoras de cooperação no campo da saúde.

Cooperação no domínio da medicina nuclear

Reconhecem a importância de estabelecer um diálogo sobre medicina nuclear¹⁵⁴ consagrado na XV Cúpula do BRICS, “Declaração de Joanesburgo II”, em 24 de agosto de 2023.

Realizaram em 20-21 de junho, o Fórum Internacional de Especialistas em Medicina Nuclear do BRICS¹⁵⁵ e a 1ª e a 2ª Reuniões do GT de Medicina Nuclear do BRICS.

No 1º Fórum Internacional de Alto Nível sobre Medicina Nuclear do BRICS, os especialistas discutiram alguns tópicos importantes para todos os membros do BRICS que desenvolvem essa direção médica, incluindo: educação e treinamento em medicina nuclear, desenvolvimentos inovadores de radiofármacos e sua transferência clínica, diagnóstico de radionuclídeos e tratamento de doenças cancerígenas, perspectivas dos métodos de medicina nuclear no setor não-oncológico.

Nesse sentido, reconhecem a necessidade de continuar a cooperação na área de medicina nuclear e radiofármacos em 2025, incluindo a organização de reuniões nos níveis de

¹⁵⁴ A Medicina Nuclear emprega materiais radioativos com finalidade diagnóstica e terapêutica. Usa quantidades mínimas de substâncias radioativas (radiofármacos) como ferramenta para acessar o funcionamento dos órgãos e tecidos vivos, realizando imagens, diagnósticos e, também, tratamentos. Os radiofármacos são substâncias radioativas que podem ser aplicadas pela medicina nuclear tanto no diagnóstico quanto também em tratamentos de doenças.

¹⁵⁵<https://brics-russia2024.ru/en/events/forumy-konferentsii/mezhdunarodnyy-forum-po-yadernoy-meditsine-briks/>

especialistas e altos funcionários, desenvolvimento adicional de iniciativas, por exemplo, a realização de ensaios clínicos multicêntricos e estudos pós-registro de radiofármacos, desenvolvimento de programas educacionais conjuntos (plataformas), unindo comunidades profissionais com o objetivo de trocar conhecimentos e experiências, realizar pesquisas conjuntas e publicações científicas em diversas áreas da medicina nuclear.

Considerações finais

Após os Ministros da saúde e altos funcionários discutirem essas questões, a reunião terminará com a adoção de uma declaração conjunta que será emitida dia 11/10/2024.

Após enfrentar uma pandemia e sofrer diversas sanções econômicas, nesse, ano ao assumir a presidência de turno, a Rússia está correndo atrás do tempo perdido nas áreas financeira e de saúde. Está estudando um design extremamente complexo de um sistema financeiro totalmente novo, descentralizado e usando tecnologia digital; vem tentando institucionalizar a Rede de Pesquisa em TB ao sugerir a criação de um secretariado, criando sinergia entre os institutos de pesquisa em saúde pública com o estabelecimento de uma Rede, impulsionando o funcionamento do Centro de P&D de Vacinas com a criação de uma plataforma eletrônica de P&D que funcionará como uma vitrine (hub) para os países.

Novas orientações para o México: posse de Claudia Sheinbaum

Nuevas directrices en Mexico: toma de pose de Claudia Sheinbaum

Sebastian Tobar

Sâmia de Brito

Miryam Minayo

Resumen. *En esta edición de nuestro informe, presentamos el panorama político y económico reciente de la región latinoamericana, con énfasis en la toma de pose de Claudia Sheinbaum en México. Además, seguimos las agendas de los organismos regionales relacionados con la salud y el desarrollo, tales como: ORAS-CONHU llevo a cabo actividades en salud digital y participó del consejo directivo da OPAS/OMS, COMISCA realizó una agenda en de VIH y recursos humanos en salud, OTCA firmó Acuerdo con OPS y SELA organizó evento en el tema de migración.*

Palabras-clave: *América Latina y el Caribe. Salud. Política e Integración*

Resumo. Nesta edição do nosso relatório, apresentamos o recente panorama político e económico da região da América Latina, com destaque para a tomada de posse de Claudia Sheinbaum no México. Além disso, acompanhamos as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: ORAS-CONHU, que realizou atividades sobre saúde digital e participou do conselho de administração da OPAS/OMS; COMISCA, que realizou uma agenda sobre HIV e recursos humanos em saúde; OTCA, que assinou um acordo com a OPAS e SELA, que organizou um evento sobre o tema da migração.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Política e Integração

Apresentação

Damos destaque a alguns fatos na recente quinzena. Em reunião paralela a Assembleia Geral das Nações Unidas, os chanceleres do Consenso de Brasília se reuniram para discutir os avanços atingidos pelo Roteiro para a Integração de América do Sul, assinado o 21 de setembro de 2023, e que havia estabelecido 17 áreas específicas de cooperação:

1. Combate ao Crime Organizado Transnacional.
2. Comercio e Investimentos.
3. Conectividade Digital
4. Cooperação Trans fronteira.
5. Defesa
6. Desenvolvimento Social
7. Cultura e Educação.
8. Energia
9. Financiamento para o Desenvolvimento
10. Gênero
11. Gestão de Riscos e Desastres Naturais.

12. Infraestrutura e Transporte
13. Integração produtiva
14. Migração
15. Saúde
16. Segurança Alimentar

A avaliação anual do Roteiro já havia sido estabelecida desde sua criação. Na reunião, o Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Luis Gilberto Murillo, apelou aos representantes dos países membros para a concentração de esforços no aprofundamento da unidade regional em meio aos desafios globais, e compartilhou os progressos alcançados, através do trabalho conjunto, durante este recente processo de integração sul-americana.

Dentre os avanços destacados, foram sinalizadas a criação de redes de trabalho em cada uma das 16 áreas identificadas, a adoção de sete declarações conjuntas e sete sessões de diálogo de alto nível sobre interconexão elétrica, saúde e combate ao crime organizado transnacional e educação.

Com base nas propostas de países membros do Consenso de Brasília, a criação de uma metodologia para monitorar o progresso do roteiro será revista para identificar conquistas e tomar decisões estratégicas. A Colômbia já realizou trabalhos preliminares através da sua coordenação nacional, liderando a direção dos mecanismos de coordenação e integração regional.

O Ministro das Relações Exteriores da Colômbia¹⁵⁶ reiterou sua mensagem de unidade: “Os tempos difíceis nos lembram que as diferenças, quando administradas com sabedoria, podem se tornar oportunidades para encontrar pontos de acordo. É nos acordos que reside a nossa verdadeira força.”

Outro acontecimento que merece destaque, no âmbito da mesma AGNU, é o encontro entre os chanceleres da Venezuela e do Brasil, Yván Gil e Mauro Vieira. O ministro das Relações Exteriores do Brasil¹⁵⁷ “reiterou o pedido de Brasília para a concessão de salvo-conduto” aos seis opositores venezuelanos abrigados na embaixada argentina em Caracas, atualmente sob a proteção do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O encontro entre os dois Chanceleres acontece em meio a grave crise institucional e política que a Venezuela atravessa, após a polêmica envolvendo a reeleição de Nicolás Maduro nas eleições presidenciais de 28 de julho, devido à falta de documentação eleitoral que comprove o resultado.

Neste contexto, o governo brasileiro promove uma difícil mediação entre o governo Maduro e a oposição – que também reivindica a vitória do candidato Edmundo González – mas insistiu na reunião com Gil que não reconhecerá a proclamação do líder chavista até que os resultados eleitorais que comprovem a sua vitória sejam publicados.

¹⁵⁶ <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/prioridad-america-sur-profundizar-integracion-multiples-areas-trabajo-acordadas>

¹⁵⁷ https://ansabrazil.com.br/americalatina/noticia/latinoamerica/2024/09/27/caracas-brasilia-platica-de-cancilleres-en-nueva-york_44666db9-9061-4687-8839-a13a880465c1.html

Por ocasião da sua visita de posse da nova presidente do México, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva¹⁵⁸, assegurou que é necessário “*retomar uma conversa*” com a Venezuela para que se “*regresse à normalidade democrática*”. Afirmou Lula, «*Estou muito interessado em que a Venezuela volte à normalidade democrática, é um país com o qual tenho um bom relacionamento, é um país que tem uma fronteira de 1.600 quilômetros com o Brasil (...) Ou seja, precisamos de encontrar uma forma de retomar uma conversa democrática*”.

Outro destaque na América Latina vai para a posse, no dia 1 de outubro, da nova presidenta do México, Claudia Sheinbaum, primeira mulher a ocupar o cargo máximo da nação mexicana, para o qual foi eleita com 59,35% dos votos.

A cerimônia de posse foi realizada no Congresso Nacional, lotado pelo público e com um discurso marcado pela importância da democracia e o apelo ao anti “autoritarismo”. O primeiro discurso da Presidenta Sheinbaum teve duração de 40 minutos, no qual apontou que uma das premissas de seu governo vai ser “*não aumentar a gasolina, o diesel, o gás doméstico e a eletricidade em termos reais*”

Em relação ao aumento do custo de vida, ressaltou que “*nas próximas semanas, vai convocar empresários para confirmar um acordo de preços para a cesta básica*”. Além disso, afirmou que o aumento do salário-mínimo será anunciado dentre outras propostas nos primeiros dias de seu governo.

A presidenta mexicana destacou que vai manter os programas de bem-estar e que seu incremento anual não vai estar abaixo da inflação. Em particular, deu destaque a continuidade dos programas de pensão universal para os idosos e para pessoas com deficiências e das bolsas Benito Juarez para os estudantes de ensino meio público e destinados aos estudantes de baixos recursos.

A Claudia antecipou que vai lançar novos programas de bem-estar, apoiando as mulheres de 60 e 64 anos e apoio as crianças que vão na escola pública como uma bolsa. A respeito da saúde, afirmou que vai levar a prevenção e atenção da saúde as casas de idosos e a contratação de mais de 20.000 médicos e enfermeiros.

Dando continuidade à Política de AMLO, buscará a consolidação do IMSS- Bem-estar como o melhor sistema de saúde pública de graça e de qualidade.

Uma outra medida apontada é o reconhecimento aos povos indígenas e afro-americanos; um aumento da oferta educativa (escolas de ensino meio e universidades públicas) porque “a saúde e a educação são direitos do povo de México e não são privilégios ou mercadorias”.

Em relação a moradia, declarou que vai construir pelo menos um milhão de casas, principalmente para os jovens. Nesse sentido, sinalizou: “Vai ter crédito a baixo custo para o melhoramento da moradia e um programa massivo de registro das moradias (cartório)¹⁵⁹”.

¹⁵⁸ <https://efectococuyo.com/internacionales/lula-busca-reanudar-conversacion-con-venezuela-para-que-vuelva-la-normalidad-democratica/>

¹⁵⁹O Discurso da Presidenta Mexicana¹⁵⁹, na íntegra pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yvib2vk5Og0>

Claudia Sheinbaum apresentou um plano ambicioso que inclui **100 COMPROMISSOS-CHAVE PARA TRANSFORMAR O PAÍS**^{160,161}, a seguir transcrevemos na íntegra:

1. *Governar com a divisão obrigatória entre poder político e poder econômico, sem submissão a qualquer poder econômico, político ou estrangeiro. Trabalhe sempre pelo interesse supremo do povo do México e da nação.*
 2. *Governar com o apoio do Humanismo Mexicano.*
 3. *Ser um governo sensível, próximo, ao território e não de secretária e continuar a visitar o país aos fins-de-semana, bem como dar continuidade às manhãs.*
 4. *Garantir todas as liberdades: de expressão, de imprensa, de reunião, de mobilização. Respeitar os direitos humanos e nunca usar a força do Estado para reprimir o povo do México.*
 5. *Respeitar e garantir o respeito pela liberdade religiosa, política, social, cultural e sexual da nossa sociedade. Combater qualquer forma de discriminação, incluindo o racismo e o classismo.*
 6. *Na política externa, seguir os princípios constitucionais da livre autodeterminação dos povos, da não intervenção e da resolução pacífica das controvérsias. “Cabe sempre a nós defendermos a grandeza do México e promover relações de respeito, nunca de subordinação”, disse a este respeito.*
 7. *Proteger e defender os direitos dos mexicanos que vivem do outro lado da fronteira. Portanto, a principal tarefa do Ministério das Relações Exteriores será atender com dignidade os cidadãos nos consulados.*
 8. *Manter a reforma do Poder Judiciário e realizar as primeiras eleições em junho de 2025.*
 9. *Continuar a trabalhar com as famílias dos 43 estudantes normais de Ayotzinapa para alcançar a verdade e a justiça.*
 10. *Promover a reforma constitucional do sistema eleitoral, que fortaleça a democracia participativa, a revogação de mandatos e a redução do custo das eleições. Além disso, submeter-se à revogação do mandato em 2027.*
 11. *Enviar uma iniciativa de reforma constitucional para recuperar o princípio democrático da não reeleição, para que a partir de 2030 nenhum cargo eleito possa ser reeleito. Proibir também que presidentes municipais, deputados e senadores sejam sucedidos por familiar direto em cargos eletivos, para evitar o nepotismo.*
 12. *Dirigir um governo honesto, sem influência, nepotismo, corrupção ou impunidade. A Secretaria de Função Pública passará a ser a Secretaria Anticorrupção e Bom Governo.*
 13. *Não voltar ao modelo neoliberal. A economia moral e o humanismo mexicano serão mantidos.*
 14. *Manter a austeridade republicana e a disciplina financeira e fiscal. O governo não terá luxos ou privilégios e ninguém ganhará mais que o presidente.*
 15. *Manter um equilíbrio razoável entre a dívida e o Produto Interno Bruto.*
 16. *Apoiar a economia popular evitando a cobrança da gasolina, os aumentos das tarifas de eletricidade, do preço do gás doméstico e da cesta básica.*
 17. *Promover o processo de simplificação e digitalização de procedimentos mais importante da história do México.*
- República fraterna**
18. *Continuar a construir a igualdade para os povos e comunidades indígenas e afro-mexicanos. Nesse sentido, os planos de justiça para todos os povos continuarão e os direitos culturais e as línguas nativas serão promovidos.*
 19. *Garantir todos os Programas de Assistência Social estabelecidos por Andrés Manuel López Obrador e sua inclusão na Constituição.*

¹⁶⁰ <https://www.excelsior.com.mx/nacional/los-100-compromisos-de-la-presidenta-claudia-sheinbaum/1676831>

¹⁶¹ <https://elpais.com/mexico/2024-10-02/estas-son-las-100-promesas-de-claudia-sheinbaum-como-presidenta-de-mexico.html>

20. Recompensar as mulheres entre 60 e 64 anos para que possam usufruir de maior autonomia. Em outubro deste ano começa o processo de cadastramento, começando pelas mulheres entre 63 e 64 anos.
21. Todos os alunos do ensino pré-escolar, básico e secundário das escolas públicas serão bolsistas. As inscrições começam em outubro deste ano em todas as escolas secundárias públicas.
22. Comece este mês de outubro com o programa de cuidados médicos de casa em casa para idosos. Para isso, servidores nacionais comparecerão às suas casas para lhes fazer um questionário, a fim de saber o seu estado de saúde. Para cumprir este ponto, serão também contratados mais de 20 mil enfermeiros, médicos e médicas em 2025.
23. Fortalecer o Banco del Bienestar como banco social que promove e facilita a poupança. Também a Financiera del Bienestar, que facilita remessas e concede créditos.
24. Prestar apoio a todas as artesãs indígenas do país e estabelecer um esquema de comercialização de preços justos para huipils, têxteis e outros produtos.
25. Apoiar a iniciativa de proibir constitucionalmente o abuso de animais.

República educacional, humanista e científica

26. Continuar com a Nova Escola Mexicana e os novos livros gratuitos.
27. Reconhecer a profissão docente nacional. Pensando nisso, desapareça a USICAMM e trabalhem juntos em um novo sistema de recrutamento, promoção e permanência que garanta os direitos trabalhistas.
28. Continuar com o programa Escola é Nossa e levá-lo para escolas de ensino médio.
29. Alargar gradualmente o horário das escolas primárias para proporcionar educação física e artística.
30. Converter as escolas em espaços de prevenção da saúde. Abordar a saúde mental, prevenir vícios, promover a saúde oral e disponibilizar exames oftalmológicos gratuitos com óculos a todos aqueles que deles necessitem, através do programa “Visualize os Seus Sonhos”.
31. Fortalecer as escolas secundárias. O objetivo é que todos os concluintes do ensino médio tenham uma vaga em um campus de ensino superior.
32. Tornar nacionais a Universidad Rosario Castellanos e a Universidad da Saúde. Isso para conseguir pelo menos mais 300 mil vagas nas universidades. Neste momento ela também confirmou que a Comipems desaparecerá da Zona Metropolitana.
33. Fazer do México uma potência científica e de inovação. Para fazer isso, apoie as ciências básicas, naturais, sociais e as humanidades.
34. Lançar o Programa de Desenvolvimento Tecnológico para a Inovação para lançar projetos como a produção de carros elétricos desenvolvidos por jovens mexicanos.
35. Consolidar o Programa Espacial Mexicano e lançar seu próprio satélite em órbita para expandir a conectividade. Neste ponto ela também se comprometeu a:
- ✓ Integrar-se à cadeia produtiva de semicondutores e desenvolvê-los também no país.
 - ✓ Lançar produção de lítio com desenvolvimento tecnológico próprio.
 - ✓ Criar uma fábrica pública de software e um centro de cibersegurança e inteligência artificial.
 - ✓ Desenvolver soluções tecnológicas governamentais em casa.
 - ✓ Produzir drones de baixo custo e alta eficiência, equipamentos de telecomunicações criptografados, equipamentos de diagnóstico e monitoramento de doenças, bem como tecnologias de economia de água e energia.
 - ✓ Apoiar o esporte comunitário, promovendo viveiros esportivos e atletas de alto rendimento.

República cultural e de leitura

36. Criar o mais ambicioso sistema de educação e criação artística, formal e comunitária. No mesmo sentido, consolidar as escolas Inbal.
37. Garantir as condições para que os artistas no México possam desenvolver a sua atividade e receber uma remuneração justa.

38. Promover o acesso à cultura em todas as áreas.

39. Continuar promovendo o reconhecimento da grandeza cultural do México e a recuperação da memória histórica.

40. Fazer do México uma República de leitores, promovendo círculos de leitura em todas as áreas. No campo educacional, no ambiente de trabalho, redes de livrarias, bibliotecas populares, feiras de livros, bem como a produção de livros de baixo custo e bibliotecas digitais de acesso gratuito.

República Saudável

41. Garantir que, desde o nascimento, todos os mexicanos sejam afiliados ao Serviço de Saúde Pública para o Bem-Estar, que proporcionará acesso a vacinas, cuidados preventivos, cuidados médicos, estudos e laboratórios, cirurgias e medicamentos gratuitos, para concretizar o Direito à Saúde.

42. Consolidar o IMSS-Bem-estar e fortalecer o programa de fornecimento de medicamentos. Nesse sentido, em 2025 terá início o programa Farmácias Bem-estar, que ficará localizado junto aos Bancos Bem Estar.

43. Promover um programa especial para gestantes e outro para os primeiros 1000 dias de vida.

44. Incluir exames laboratoriais entre os serviços básicos dos centros de saúde.

45. Começar em 2025 com um amplo programa de cirurgias, incluindo cirurgias de catarata e de joelho.

46. Estabelecer nas escolas, locais de trabalho e espaços públicos um programa preventivo para reduzir a prevalência da obesidade, diabetes e hipertensão.

47. Inaugurar 16 unidades do IMSS-Bem-estar, 7 unidades do IMSS e 4 unidades do ISSSTE, que são projetos iniciados por López Obrador.

República com habitação

48. Construir pelo menos 1 milhão de casas durante o período de seis anos: uma parte através do Fovissste e do Infonavit e outra através de um programa de habitação popular que permite aos jovens alugarem propriedades que poderão adquirir posteriormente. Além disso, conceder 450 mil empréstimos de baixo custo para melhorias habitacionais.

49. Realizar um programa massivo de registro habitacional em todos os estados, começando em Tijuana e no Estado do México.

50. Trabalhar em conjunto com os governos municipais e o governo do Estado do México na zona leste da entidade para melhorar as condições nesta área geográfica.

República da e para mulheres

51. Criar o Secretariado da Mulher. Além disso, enviar ao Congresso da União um pacote de reformas para que a igualdade substantiva se reflita na Constituição, o direito a uma vida livre de toda violência, mecanismos para erradicar a disparidade salarial, gabinetes conjuntos, a Lei Olympia, a Lei contra a Violência Vicária, a Lei da saída do agressor de casa, obrigatoriedade da mulher nos Ministérios Públicos, homologação do crime de feminicídio em todos os entes federativos, obrigatoriedade de Ministério Público especializado em feminicídios em todos os estados.

52. Reforçar a garantia de que as mulheres tenham acesso à saúde em todas as fases da vida, especialmente à saúde sexual e reprodutiva.

53. Reconhecer os direitos agrários de mais de 150 mil mulheres.

54. Distribuir a todas as mulheres do país um folheto sobre direitos e criar redes comunitárias de apoio às mulheres.

55. Com o IMSS e o DIF, iniciar um sistema nacional de cuidados, começando com creches destinadas a filhos de diaristas em Ciudad Juárez.

República com trabalho e salário justo

56. Continuar aumentando o salário-mínimo, em acordo com o setor empresarial, até atingir 2,5 cestas básicas.

57. Recuperar o sistema de pensões justo.

58. Garantir que o salário-mínimo dos professores do ensino básico a tempo inteiro, bem como dos polícias, membros da Guarda Nacional, militares, marinheiros, médicos, enfermeiros, não seja inferior ao que recebem, em média, os trabalhadores inscritos no Serviço Social Segurança.

59. Promover a obrigatoriedade da segurança social para os entregadores de aplicações telefónicas que atualmente são contratados à margem da lei.

60. Conseguir aprovação da semana de trabalho de 40 horas.

61. Resolver o conflito em Altos Hornos do México e continuar com o plano de resgate e justiça em Pasta de Conchos e El Pinabete.

República rural justa e soberana

62. Fazer da soberania alimentar o eixo norteador da política rural e garantir a autossuficiência em milho branco livre de OGM. Além disso, certifique-se de que o preço da tortilha seja justo.

63. Garantir a segurança social aos trabalhadores agrícolas.

64. Recuperar a autossuficiência no fornecimento de feijão, apoiando os pequenos e médios produtores em Nayarit e Zacatecas. Além disso, crie uma empresa nacional de sementes.

65. Criar um programa denominado Cosechando Soberanía, que envolve assistência agroecológica e financiamento para pequenos produtores rurais, para aumentar a produção de alimentos.

66. Fundir a Segalmex com a Diconsa, que se tornará Alimentación para el Bienestar, que se encarregará de comprar mel, café, cacau e outros produtos de pequenos produtores que serão vendidos nas Lojas Wellness. Da mesma forma, abrir uma fábrica de pasteurização de leite em Campeche e uma fábrica de secagem de leite em Michoacán.

67. Aumentar a produção de arroz, leite e carne em Campeche e Tabasco, garantindo a proteção da selva.

República soberana com energia sustentável

68. Continuar a fortalecer a Pemex e a CFE.

69. Manter o consumo nacional como objetivo da produção petrolífera e limitá-lo a 1,8 milhões de barris por dia. Promover também regras para que os carros vendidos no México consumam menos gasolina e diesel.

70. Garantir que a CFE mantenha uma participação de 54% na geração de energia elétrica.

71. Promover as energias renováveis, com o objetivo de que em 2030 tenham uma participação de 45 por cento.

72. Em algumas cidades do país onde a tarifa de eletricidade é elevada no verão, promover um programa de painéis fotovoltaicos.

73. Aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos e fertilizantes.

República próspera e conectada

74. Manter a zona franca nos 3.180 quilômetros da fronteira com os Estados Unidos com todos os seus incentivos.

75. Reforçar a coordenação com os Estados Unidos, como tem sido feito agora para expandir, melhorar e agilizar as passagens fronteiriças.

76. Avançar o Trem Maia até o Porto de Progreso em Yucatán e convertê-lo em transporte de carga.

77. Chegada à linha K do Trem Interoceânico, para chegar à fronteira com a Guatemala.

78. Ampliar a rota ferroviária para o norte, somando 3 mil quilômetros.

79. Promover os seguintes projetos ferroviários:

a) Trem AIFA-Pachuca

b) Trem México - Querétaro - León – Aguascalientes

c) Trem México-Querétaro-Guadalajara

d) Trem Manzanillo - Colima - Guadalajara – Irapuato

e) Trem E. Tepic-Mazatlán-Nogales

f) Trem México - San Luis Potosí - Monterrey - Nuevo Laredo

g) Trem México - Puebla – Veracruz

h) Trem Aguascalientes-Chihuahua-Ciudad Juárez

80. Fortalecer o transporte ferroviário de mercadorias.

81. Remover buracos em 4 mil quilômetros de rodovias federais em todos os entes.

82. Continuar com o programa de estradas artesanais, especialmente em Oaxaca.

83. Empregar habitantes de comunidades rurais para estradas artesanais.

84. Ampliar, concluir ou construir novas estradas em Baja California, Baja California Sur, Chihuahua, Coahuila, Morelos, San Luis Potosí, Puebla, Sonora, Veracruz, Hidalgo, Chiapas, Tabasco, Campeche, entre outros estados.

85. Consolidar o México como potência portuária, para isso recorrer a investimentos públicos e privados para atuar nos portos de Salina Cruz, Ensenada, Guaymas, Mazatlán, Manzanillo, Lázaro Cárdenas, Coatzacoalcos, Seybaplaya, Veracruz Altamira, entre outros.

86. Fortalecer a Aviação Mexicana.

87. também o Aeroporto Internacional Benito Juárez, na Cidade do México.

88. Expandir o acesso à Internet.

89. Acolher favoravelmente o investimento privado e a deslocalização de empresas com inovação, bons salários e protecção ambiental. Nesse sentido, formar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional e Relocalização, com o objectivo de criar centros de assistência social e 100 novos parques industriais em todo o país.

90. Consolidar o Plano Sonora, ampliando a geração de eletricidade solar e a cadeia produtiva de lítio, cobre, semicondutores e eletromobilidade.

91. Promover um programa do Plano Rio Balsas-Pacífico Sul, para Michoacán, Guerrero, Oaxaca e o Estado do México, para que as comunidades mais pobres tenham desenvolvimento com bem-estar. Na Cidade do México, novas linhas de Cablebús.

República que protege o meio ambiente e seus recursos naturais

92. Limpar e higienizar os três rios mais poluídos do país: Lerma-Santiago, Tula e Atoyac.

93. Abordar de forma abrangente a poluição atmosférica em Monterrey, Guadalajara e Cidade do México.

94. Construir um projeto de economia circular em Tula, Hidalgo, com estações de tratamento de água, reciclagem de lixo e geração de energia com fontes renováveis.

95. Construir pelo menos 10 usinas de reciclagem de lixo, começando em Oaxaca.

96. Resgate florestas e selvas.

República com direito à água

97. Iniciar um programa para organizar as concessões e transferências de direitos de água.

98. Promover a técnica de mais de 200 mil hectares de irrigação, começando por treze distritos prioritários: Baja California, Sinaloa, Guanajuato, Aguascalientes, Chihuahua, Hidalgo, Morelos, Coahuila, Durango e Tamaulipas.

99. Garantir o acesso à água com projetos específicos na Baixa Califórnia, Baixa Califórnia Sul, Sonora, Colima, Guerrero, Durango, Coahuila, Guanajuato, Zacatecas, Oaxaca, Tamaulipas, Veracruz, Campeche e Vale do México.

República segura e justa

100. Garantir a redução dos crimes de alto impacto sem retornar à Guerra às Drogas do mandato de seis anos de Felipe Calderón. Para isso, serão consolidados os quatro eixos centrais:

✓ Atenção às causas: garantir o direito à educação e ao trabalho digno, através do programa Juventude Unindo a Nação.

✓ Fortalecer a Guarda Nacional, sem militarização.

✓ *Inteligência e investigação: criar um sistema nacional de inteligência e investigação para a segurança pública.*

✓ *Aumentar a coordenação com estados, municípios e Ministério Público.*

✓ *Expandir aeroportos como Tamuín, Tepic, Torreón, Lázaro Cárdenas e Puerto Escondido. Remodelar*

A proposta de Saúde de Claudia Sheinbaum

Para a área da saúde, a Sheinbaum pretende completar as tarefas pendentes do Governo de López Obrador, sustentando que a prevenção, a utilização de tecnologias, a digitalização de ficheiros, o desenvolvimento do complexo produtivo industrial da saúde para a produção de vacinas e a infraestrutura hospitalar são as principais apostas estratégicas.

Sua proposta se denominada “**República Sana**” (em português República Saudável) que possui 10 eixos prioritários^{162,163,164} e prioriza o acesso universal à saúde, entendida como um direito e não como uma mercadoria ou privilégio.

Os 10 eixos propostos são:

1. Governança do sistema de saúde: que consiste na distribuição de funções e coordenação entre as diferentes instituições de saúde pública.

A Secretaria de Saúde (máxima autoridade sanitária de México) será responsável pelas atividades normativas e regulatórias de acordo com o Conselho Geral de Saúde; pela prevenção e saúde pública. O IMSS servirá a população com segurança social e o Instituto Mexicano do Seguro Social- IMSS-Bem-Estar ficará responsável pela assistência médica a quem não tem segurança social. A prescrição eletrônica migrará para a Plataforma do Sistema de Informação de Medicina de Família (SIMF) e Laboratórios Biológicos e Reativos do México S.A. de CV, (BIRMEX) será responsável pela compra, armazenamento e distribuição consolidada de medicamentos.

2. Infraestrutura e modernização do sistema de saúde: com a implementação, no curto, médio e longo prazo, de um Plano Diretor de Infraestrutura, a melhoria dos consultórios familiares com ferramentas como glicosímetros, oxímetros, kits de primeiros socorros, além de móveis básicos desde cadeiras e escrivaninhas até balanças e outros elementos. Um plano diretor para infraestruturas relacionadas à saúde digital também será realizado.

3. Cultura de prevenção e saúde: Reforçar o esquema de vacinação em bebês, moças e rapazes, adolescentes, adultos e idosos através de uma extensa campanha nacional; promover a produção nacional de vacinas e reforçar a capacidade técnica; e promover estilos de vida e alimentação saudáveis. Este é um trabalho que será coordenado das Secretarias de Saúde, Previdência, SEP, Conagua, Ministério do Trabalho e Conaculta.

¹⁶² <https://www.elfinanciero.com.mx/elecciones-mexico-2024/2024/03/25/claudia-sheinbaum-que-dijo-hoy-25-de-marzo-ultimas-noticias-campana-presidencial/>

¹⁶³ <https://animalpolitico.com/elecciones-2024/presidencia/claudia-sheinbaum-plan-salud-republica-sana>

¹⁶⁴ <https://www.proceso.com.mx/nacional/elecciones-2024/2024/3/25/estos-son-los-10-puntos-de-la-republica-sana-que-propone-claudia-sheinbaum-326148.html>

4. Consolidação do programa gratuito: Garantir medicamentos gratuitos, em coordenação com a indústria farmacêutica, particularmente com a BIRMEX¹⁶⁵. A Birmex será responsável pela compra, armazenamento e distribuição consolidada de medicamentos.

5. Atenção primária: Em relação a APS, será incentivada a mobilidade dos pacientes entre os diferentes níveis de cuidados. Serão fortalecidas as condições de trabalho do pessoal de saúde e incentivos aos familiares que cuidam de pessoas com doenças crônicas.

6. Primeiros mil dias de vida e envelhecimento: Programas com objetivo de garantir o bem-estar físico e mental de homens e mulheres mexicanos desde o nascimento, bem como na velhice.

7. Política industrial do sector da saúde: Consiste em aproveitar a capacidade científica do país para alcançar o máximo desenvolvimento nacional do setor da saúde (Complexo Produtivo e Industrial da Saúde). Relocalização comercial, que é uma oportunidade para o México buscar avançar na produção de vacinas, no mercado de genéricos, biossimilares, entre outras direções;

8. Programa de currículo médico alternativo: Promover a formação de médicos com foco em cuidados preventivos. Propõe-se que os médicos que se desloquem às comunidades para prestar serviço social tenham um incentivo à realização do exame ENARM e que os licenciados tenham uma vaga no IMSS Bienestar.

9. Programa de plano de recursos de enfermagem: Reconhecer o trabalho dos enfermeiros como prestadores de serviços de diagnóstico e cuidados primários.

10. Programa de função pública para administração em saúde: Simplificar a estrutura administrativa dos serviços de saúde, com capacidades produtivas, equidade e diversidade, responsabilidades organizacionais, entre outros.

David Kershenobich¹⁶⁶ foi quem coordenou os fóruns setoriais do Presidente Sheibaum e liderará a pasta da saúde.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipolito Unanue (ORAS-Conhu) cumpriu agenda nos temas de saúde digital e conselho diretivo da OPAS/OMS¹⁶⁷¹⁶⁸

No dia 26 de setembro, representantes do ORAS-Conhu participaram do Grupo de Trabalho Andino em Saúde Digital que tem como objetivos: fortalecer a cooperação em saúde

¹⁶⁵ A BIRMEX é uma empresa com participação majoritária estatal, produtora e comercializadora de produtos biológicos e médicos, fiável e inovadora, com presença no mercado global que estabelece parcerias estratégicas com empresas globais e estabelece de forma eficiente as necessidades do sistema nacional de saúde, em benefício dos mexicanos. <https://birmex.gob.mx/>

¹⁶⁶ David Kershenobich Stalnikowitz é médico pela Faculdade de Medicina da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) com especialização em medicina interna e gastroenterologia pelo Instituto Nacional de Ciências Médicas e Nutrição Salvador Zubirán e em hepatologia pelo Royal Free Hospital de Londres. Ele é doutor em Medicina pela Universidade de Londres. Kershenobich foi anunciado pela presidente eleita Claudia Sheinbaum como secretário de Saúde, assumindo o cargo em 1º de outubro de 2024. https://es.wikipedia.org/wiki/David_Kershenobich_Stalnikowitz

¹⁶⁷<https://www.orasconhu.org/es/la-region-andina-marca-una-nueva-era-en-salud-digital-con-la-conformacion-de-grupo-de-trabajo>

¹⁶⁸ <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-participa-en-el-61deg-consejo-directivo-de-la-opsoms>

digital e promover a equidade no acesso a tecnologias sanitárias na região. Também participaram delegados dos ministérios de saúde de países andinos.

Maria Camem Calle, secretária executiva do ORAS-CONHU, em sua fala, ressaltou que o Grupo de Trabalho foi resultado da Resolução REMSAA Extraordinária XXXVII/5, na qual foi reforçado que o tema de saúde digital tem potencial para melhorar o bem-estar dos usuários de serviços de saúde, fortalecer os resultados clínicos e decisões em saúde pública, fomentar a gestão do setor de saúde e promover a abordagem dos determinantes de saúde e orientar a tomada de decisões baseadas em evidências.

Na reunião, países da região como Bolívia e Peru apresentaram os avanços e suas prioridades para a saúde digital e estabeleceram os primeiros acordos para a construção de agendas comuns.

O ORAS-Conhu participou do 61º Conselho Diretivo da Organização Panamericana de Saúde que foi realizado entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro em Washington (EUA). Na reunião de alto nível se abordaram temas como fortalecimento do controle do tabaco, impulso a inteligência epidêmica para melhorar o alerta precoce de emergências em saúde, sistemas de informação para saúde entre outros.

Em sua intervenção, a secretaria executiva da ORAS-CONHU, Maria Carmen Calle, felicitou os resultados obtidos e parabenizou Jarbas Barbosa pela sua gestão. Ainda destacou a colaboração entre as instituições nas áreas câncer, mudanças climáticas, desigualdades, imunizações entre outros. Reforçou a importância da parceria entre as Organizações e seu reflexo na formulação de políticas, programas, projetos que conta com o respaldo dos ministérios dos países andinos e enfatizou que o ORAS-CONHU trabalha como ponte para a paz e desenvolvimento para o benefício de cerca de 170 milhões de pessoas.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (Se-COMISCA) realizou atividades nos temas de HIV e recursos humanos em saúde¹⁶⁹¹⁷⁰¹⁷¹

O Se-COMISCA realizou no dia 30 de setembro duas atividades em El Salvador para lidar com o tema do HIV.

A primeira atividade foi uma capacitação de profissionais multidisciplinares do Hospital Nacional Francisco Menéndez em El Salvador para fortalecer os conhecimentos e habilidades na atenção assertiva a pessoas com HIV. A abordagem levou em consideração o enfoque de direitos humanos para estas populações com vistas a melhorar o cumprimento da meta 95-95-95 em apoio aos compromissos do Ministério de Saúde de El Salvador para o controle eficaz do VIH até 2030.

A segunda atividade foi uma oficina de atualização em adesão a tratamento antiretroviral e supressão da carga viral. O objetivo foi atualizar os conhecimentos sobre o HIV:

¹⁶⁹ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-jornadas-de-capacitacion-sobre-atencion-assertiva-a-persona-con-vih-en-el-salvador_1_134509.html

¹⁷⁰ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-taller-de-actualizacion-en-adherencia-a-tratamiento-antirretroviral-y-supresion-de-la-carga-viral-en-el-salvador_1_134510.html

¹⁷¹ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-taller-para-el-fortalecimiento-de-recursos-humanos-en-salud-de-centroamerica-y-republica-dominicana_1_134517.html

o aconselhamento intensificado em adesão, a abordagem de notificação assistida de contato, as intervenções em pessoas sobreviventes de violência. O público-alvo da oficina foi os psicólogos do Ministério de Saúde de El Salvador que são referentes da atenção ao HIV em 24 hospitais a nível nacional e psicólogos do projeto de HIV na SECOMISCA que apoiam 10 Clínicas de Atenção Integral de HIV fortalecendo a adesão.

O Se-COMISCA realizou a Oficina para o Fortalecimento de Recursos Humanos em Saúde da América Central e República Dominicana com o objetivo de avançar na revisão das atividades definidas no marco de ação, a revisão do Plano Operativo Bienal 2024, assim como a identificação de boas práticas e experiências exitosas.

A Organização do Tratado Amazônico (OTCA) assina Acordo-Quadro em saúde pública na Amazônia¹⁷²

A OTCA e a OPAS assinaram um Acordo-Quadro, durante a Semana de Reunião de Autoridades de Saúde de Alto Nível das Américas, realizada em Washington. O Acordo assinado estabelece áreas-chave de cooperação, incluindo:

- Saúde dos povos indígenas em isolamento voluntário
- Vigilância epidemiológica nas zonas de fronteira
- Saúde ambiental
- Uso de novas tecnologias em saúde
- Equidade em saúde
- Capacitação dos trabalhadores da saúde na região amazônica.

Na ocasião de assinatura, a secretária-geral interina da OTCA, Vanessa Grazziotin afirmou que o Acordo é um compromisso da Organização com a saúde e o bem-estar das populações amazônicas e que a colaboração com a OPAS proporciona a implementação de soluções inovadoras não só para a região amazônica como para todas as regiões das Américas.

O Sistema Econômico Latino-americano (SELA) realiza atividade no tema de migração¹⁷³¹⁷⁴.

O SELA em conjunto com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) organizou a II Edição da Capacitação Virtual sobre Dados Migratórios. Os objetivos do evento foram: fortalecer as capacidades para o levantamento, análise e difusão de dados estatísticos migratórios através da atualização de conhecimentos e também compartilhar informação sobre as experiências exitosas na América Latina sobre o manejo de sistemas de dados migratórios para alcançar resultados de governança.

¹⁷² <https://otca.org/pt/otca-e-opas-fortalecem-cooperacao-em-saude-publica-na-amazonia-com-acordo-quadro/>

¹⁷³ <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/97203/sela-y-oim-dictaran-ii-capacitacion-virtual-sobre-datos-migratorios>

¹⁷⁴ <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/97318/secretario-permanente-del-sela-reforzar-la-capacidad-para-la-recoleccion-analisis-y-difusion-de-datos-estadisticos-migratorios-es-primordial-para-la-region>

Na abertura do evento, o secretário permanente do SELA, Clarems Endara, afirmou que “a migração internacional é um fator fundamental no mundo de hoje (...) Se trata de um fenômeno que pode desempenhar um papel positivo na promoção do desenvolvimento e redução da pobreza, tanto para as pessoas migrantes como para as comunidades de acolhida. Sobre a importância dos dados migratórios, Endara afirmou que essa informação é importante para políticas públicas e direitos humanos, além de permitir uma colaboração melhor entre países em temas relacionados ao trânsito seguro e ordenado de pessoas.

Por fim, destacou o papel do SELA como facilitador de um sistema de consulta e coordenação para consolidar posições e estratégias regionais para impulsionar a cooperação e integração e reconheceu a OIM como sócio fundamental para as iniciativas de trabalho colaborativas para divulgar informações e melhores práticas da gestão dos processos migratórios.

Devolução do Arquipélago Chagos para as Maurícias

Returning the Chagos Archipelago to Mauritius

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *This report covers the main high-level events organized by the African Union on the sidelines of the 79th United Nations General Assembly. It also reports on the Pandemic Fund's decision to provide substantial funding to the 10 African countries most affected by Mpox. The report also includes the communiqué from the important meeting of the Africa CDC Committee of Heads of State and Government. Regarding the Summit of the Future, it is worth reading the statement by the new Executive Secretary of the UN Economic Commission for Africa on global governance and the 2030 Agenda. And to give the report a worthy title, we couldn't leave unnoticed the historic agreement on the return of the Chagos archipelago to Mauritius in the Indian Ocean.*

Keywords: *United Nations. African Union. Mauritius. Africa CDC. UNECA.*

Resumo. Este informe aborda os principais eventos de alto nível organizados pela União Africana à margem da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Também repercutiu a decisão do Fundo Pandêmico em financiar substancialmente 10 países africanos mais afetados pela Mpox. O informe também traz o comunicado da importante reunião do Comitê de Chefes de Estado e de Governo do CDC África. Sobre a Cúpula do Futuro, vale conhecer a declaração do novo Secretário Executivo da Comissão Econômica da ONU para África sobre governança global e a agenda 2030. E para conferir um título meritório ao informe, não poderíamos deixar na penumbra o Acordo histórico sobre a devolução pela Grã-Bretanha do arquipélago Chagos às Maurícias no Oceano Índico.

Palavras-chave: Nações Unidas. União Africana. Maurícias. CDC África. UNECA.

União Africana

Desenvolvimento de competências

O Departamento de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ESTI, *Education, Science, Technology, and Innovation*) da União Africana, em colaboração com o Departamento de Parceria e Mobilização de Recursos (PMRM, *Partnership and Resource mobilization Department*) da UA, sediou um [evento paralelo](#) com o objetivo de priorizar o desenvolvimento de habilidades na África como parte da comemoração do Ano da Educação 2024. O evento, que ocorreu às margens da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA79), enfatizou o papel crítico da Educação e Treinamento Técnico e Vocacional (TVET, *Technical and Vocational Education and Training*) na promoção do crescimento econômico, coesão social e desenvolvimento sustentável em todo o continente. Reuniu representantes do setor privado e da sociedade civil que reafirmaram seu compromisso de investir em educação e TVET. Os participantes trocaram

opiniões sobre maneiras de aprimorar o ecossistema de TVET e mecanismos de financiamento inovadores, e o papel crucial do envolvimento do setor privado.

Em seu discurso de abertura, o Prof. Mohamed Belhocine, Comissário da UA para ESTI, declarou que a TVET na África não deve ser apenas sobre proporcionar aptidões para o mercado de trabalho imediato, mas também deve preparar os jovens para o futuro incerto.

“A pandemia revelou que os sistemas de TVET estavam menos preparados para se adaptar à crise do que os sistemas de educação básica. Esta é uma preocupação significativa, especialmente quando consideramos o papel que as habilidades técnicas e vocacionais desempenham no atendimento de algumas das necessidades mais urgentes da África”, ressaltou o Comissário Belhocine.

Stefania Giannini, Diretora-Geral Adjunta de Educação da UNESCO, enfatizou a necessidade de mudar a mentalidade sobre a TVET e acrescentou que os jovens são o maior patrimônio da África.

Symmere Grey Johnson, Diretor de Capital Humano e Desenvolvimento Institucional da AUDA-NEPAD, por sua vez, disse:

“é mais evidente que graus mais altos não são uma garantia como eram antes, pois o mundo está mudando rapidamente. Há necessidade de produção de evidências e compartilhamento de melhores práticas... Os governos precisam criar um ambiente propício, criar plataformas – onde podemos moldar nosso pensamento, o setor privado precisa estar mais envolvido”. Ele enfatizou.

Borhene Chakroun, Diretor da UNESCO para políticas e sistemas de Aprendizagem ao Longo da Vida (*Lifelong Learning*), observou:

“é importante focar no crescimento inclusivo, o setor privado empreendedor está enfrentando desafios, o investimento internacional é necessário, é preciso melhorar mais as parcerias público-privadas, entender o mercado de trabalho, orientação e apoio de carreira,” acrescentando que a TVET e o desenvolvimento de aptidões precisam ser aprendizagem ao longo da vida”.

Laura Fregenti, CEO da Parceria Global para a Educação (GPE, *Global Partnership for Education*), Cynthia Samuel-Olonjuwan, representante especial da OIT na ONU, Matthias Naab, Diretor Regional Adjunto Interino, Centro de Serviços Regionais do PNUD e Taa Wongbe, Senador e Presidente do Comitê de Relações Exteriores da Câmara e Membro da CEDEAO, reafirmaram unanimemente que a África abriga algumas das economias de crescimento mais rápido do mundo, convocando todas as partes interessadas a investir em sistemas educacionais que capacitem todas as meninas e meninos africanos a liberar seu potencial máximo e impulsionar um futuro mais próspero, promovendo a criatividade e o espírito empreendedor necessários para construir novas indústrias e impulsionar o crescimento sustentável, considerar a TVET como uma parte fundamental da geração de riqueza, mobilizar mais parcerias e envolver o setor rural na aquisição dessas aptidões.

Por outro lado, Melanie Sany, Diretora do Centro de Desenvolvimento Educacional, Oliver Laouchez, cofundador e presidente do grupo TRACE, Babajide Sodipo, Secretário

Executivo Adjunto da Aliança de Instituições Financeiras Multilaterais Africanas/Clube da África, Daniel Hailu, Diretor Executivo de Programas Pan-Africanos e Pren-Tsilya Boa-Guehe, Chefe da Instituição Pan-Africana do Google, ecoaram a importância de cada escola de TVET ensinar empreendedorismo aos jovens e ter programas para jovens enfatizando a IA como uma oportunidade de igualar o continente e criar tecnologia, não apenas ser consumidor.

O Prof. Saidou Madougou, Diretor de Educação, Ciência e Tecnologia (ESTI) concluiu a reunião com um apelo à ação para a transformação do desenvolvimento de aptidões na África.

Ele destacou o papel crucial do setor privado e a necessidade de construir parcerias público-privadas, incluindo multilaterais e sociedade civil, acrescentando que a TVET é uma solução duradoura para o desenvolvimento do crescimento na África.

“Apesar dos avanços significativos na educação e na TVET, os desafios permanecem. De acordo com um relatório recente do Banco Mundial, a África deve criar mais de 100 milhões de empregos até 2030, mas enfrenta a tarefa assustadora de integrar 11 milhões de jovens à força de trabalho anualmente. Uma abordagem para lidar com esse e outros desafios semelhantes é a Estratégia Continental de TVET, que ressalta a importância do financiamento inovador e de parcerias público-privadas mais fortes para melhorar a sustentabilidade do programa. A Estratégia Continental de Educação para a África (CESA, Continental Education Strategy for Africa, 2016–2025) também destaca o papel do setor privado no avanço da educação de qualidade e inclusiva, instando-o a apoiar iniciativas governamentais”, sublinhou o Diretor do ESTI.

O resultado esperado do diálogo inclui, entre outras coisas: maior conscientização e comprometimento com a importância da TVET para a agenda de desenvolvimento da África, colaboração e parcerias fortalecidas para a implementação efetiva de iniciativas educacionais africanas e a identificação de ações concretas e recomendações de políticas para aprimorar os sistemas de TVET na África. No geral, este diálogo representa uma oportunidade crucial para as partes interessadas se unirem para abordar os desafios educacionais urgentes da África e promover uma força de trabalho qualificada essencial para o desenvolvimento sustentável. A TVET continua sendo uma pedra angular do crescimento e prosperidade da África.

Comemorando o Ano da Educação da União Africana

Um [outro evento de alto nível](#) intitulado “Investindo no amanhã: o Ano da Educação da União Africana catalisando o progresso para a África e o mundo” concluiu com um forte compromisso de construir uma educação resiliente de qualidade para todos. Realizado às margens da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA79), o evento comemorou o meio percurso do Ano da Educação de 2024 da União Africana (UA) e ressaltou a necessidade urgente de transformar os sistemas educacionais em todo o continente.

Organizado conjuntamente pelo Comissário da União Africana para Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Presidente do Conselho da Parceria Global para Educação (GPE, *Global Partnership for Education*), e pelo CEO da Human Capital Africa (HCA, *Human Capital Africa*), este encontro significativo reuniu Ministros, decisores de políticas globais e parceiros na educação para reafirmar seu compromisso com a transformação dos sistemas educacionais na África.

Em seu discurso de abertura, Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana, ressaltou a necessidade crítica de garantir a paz e a humanidade, particularmente para aqueles que são marginalizados e discriminados e os grupos mais vulneráveis, meninas e mulheres, pessoas com deficiência, etc. Ele acrescentou que os setores da educação, principalmente o da saúde, são os mais afetados pela instabilidade causada por conflitos, entre outros.

Ele destacou ainda que a educação é um farol de esperança e um motor de progresso. Ela empodera indivíduos, fortalece comunidades, constrói nações, desfaz as correntes da pobreza e estabelece as bases para uma sociedade próspera e equitativa. “O compromisso da União Africana em priorizar a educação reflete nossa crença inabalável de que o conhecimento fornece o poder de vencer barreiras, desafiar normas sociais e criar um mundo mais equitativo”, acrescentou.

Jakaya Kikwete, ex-Presidente da Tanzânia (2005-2015) e Presidente do Conselho da Global Partnership for Education (GPE), enfatizou que os investimentos em educação são investimentos para garantir um futuro melhor para a África. Ele disse que

“alcançar a meta de África que queremos dependerá do nosso compromisso de investir em jovens africanos. Poucos governos estão cumprindo a meta global de gastar de 15% a 20% dos orçamentos públicos em educação. No entanto, os retornos sobre a educação são imensos: uma melhoria de 1% nos resultados de aprendizagem pode se traduzir em um aumento de 7,2% no crescimento econômico anual. Uma população educada e qualificada pode aumentar a renda per capita na África em 50% até 2050. Para desbloquear esse potencial, precisamos de investimentos focados, um foco implacável na aprendizagem — especialmente para as crianças mais marginalizadas — apoio robusto para nossos educadores e parcerias diversas e inovadoras. Só então podemos garantir que nossas crianças — e nossas nações — prosperem”. Sublinhou o Presidente do Conselho da GPE.

Obiageli Ezekwesili, CEO da Human Capital Africa (HCA), por sua vez, disse que a Comissão da UA precisa se concentrar na educação por muitos mais anos. Ela acrescentou que há necessidade de mecanismos e estruturas de responsabilização para garantir uma aprendizagem inclusiva, de qualidade e relevante ao longo da vida na África.

Farida Ally, líder da juventude do GPE, destacou a necessidade de garantir que os jovens sejam vistos e ouvidos.

O Embaixador Claver Gatete, Secretário Executivo da UNECA, enfatizou que a educação precisa de uma revolução e, para que a África alcance seu objetivo, é preciso trabalhar em conjunto, pois "unidos somos fortes".

Winnie Byanyima, Diretora Executiva de UNAIDS, mencionou a importância de focar nas meninas – algumas meninas não estão na escola, pois são as mais vulneráveis.

Os Ministros da Serra Leoa, Quênia, Chade e Malawi, tomaram a palavra, respectivamente, e enfatizaram que investimentos substanciais – e financiamento inovador são

importantes – e também mencionaram a necessidade de melhorar os resultados fundamentais da aprendizagem.

Sua Excelência Mohammed Belhocine, Comissário da UA para Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, reiterou que este evento em comemoração ao Ano da Educação da UA é um apelo à ação,

"para redobrar nossos esforços na construção de sistemas educacionais resilientes que garantam que nenhuma criança seja deixada para trás. Nossa jornada continua e hoje marca uma reafirmação de nossos compromissos enquanto continuamos a trilhar o caminho para concretizar a Agenda 2063, a Estratégia Continental de Educação para a África (CESA) e o Objetivo 4 dos ODS", enfatizou o Comissário Belhocine.

O referido evento de alto nível se concentrou na necessidade de fortalecer a vontade política, impulsionar o investimento em educação e apresentar modelos bem-sucedidos de transformação educacional.

Recorde-se, a educação continua sendo uma pedra angular da agenda de desenvolvimento da África, conforme refletida na Agenda 2063 da União Africana e no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4). Sob o tema de 2024 "Educar um africano apto para o século XXI: Construir sistemas educacionais resilientes para aumentar o acesso à aprendizagem inclusiva, ao longo da vida, de qualidade e relevante na África", a União Africana liderou uma série de iniciativas destinadas a aumentar o acesso à educação de qualidade em todo o continente.

O poder das conexões significativas e da resiliência na era digital

O terceiro evento digno de nota, foi o da [Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável](#) (*Broadband Commission for Sustainable Development*) que convocou sua reunião anual em Nova Iorque, paralelamente à Cúpula do Futuro e à 79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU79).

Imagem 1: Participantes da reunião da Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Broadband Commission, 2024.

Em sua capacidade como Comissária de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável, a egípcia Amani Abou-Zeid, Comissária da União Africana para Infraestrutura e

Energia, destacou o poder da colaboração global na era digital e no desenvolvimento e implementação de estratégias e soluções de IA.

“Por meio de discussões francas e esforços colaborativos, a União Africana alcançou marcos importantes, incluindo a Política Infantil Online com a Fundação 5Rights, a Estratégia de Transformação Digital com a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a Estratégia de IA com a UNESCO — só para citar alguns”, ela observou. De acordo com a Comissária, essas conexões valiosas são impulsionadoras do progresso. “Como diz o ditado, a multidão dos sábios é o bem-estar do mundo. Somos essa multidão dos sábios e continuaremos trabalhando juntos para o bem-estar do mundo”, ela acrescentou.

Paula Ingabire, Ministra de TIC e Inovação do Ruanda e Copresidente da Comissão de Banda Larga, declarou que, “Para atingir nossos objetivos ambiciosos, é imperativo que avancemos além das abordagens tradicionais e convencionais. Devemos adotar soluções ousadas e inovadoras que não apenas impulsionem a transformação digital da África, mas também garantam que ela seja sustentável e inclusiva para todos”.

Doreen Bogdan-Martin, Secretária-Geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e Vice-Copresidente, ecoou esse sentimento ao destacar os desafios contínuos. “A jornada em direção à transformação digital é repleta de desafios, incluindo questões de acessibilidade e exclusão digital. Devemos abordar esses desafios para abrir caminho para um futuro digital genuinamente inclusivo”, enfatizou.

Durante a reunião, a Comissária Amani Abou-Zeid liderou as discussões sobre "Reforço da Resiliência contra as Disrupções Digitais". A conversa destacou a importância do acesso a infraestrutura confiável e acessível, colaboração estreita entre os setores público e privado e importância de regulamentações ágeis e voltadas para o futuro. A discussão também se concentrou nas aptidões e programas de capacitação necessários para garantir forças-tarefa de resiliência visando infraestrutura livre de interrupções, bem como garantir um ecossistema seguro para todos, especialmente para crianças.

A *Broadband Commission* é uma plataforma multissetorial que visa acelerar a adoção de banda larga e outras tecnologias digitais como ferramentas essenciais para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A Reunião Anual de Outono alavancou o mandato da *Broadband Commission* para desenvolver estratégias digitais resilientes, seguras e inclusivas.

CDC África

Colaboração com a OPAS para cesso a medicamentos e vacinas

A Organização Pan-Americana da Saúde [assinou um Acordo](#) com o CDC África para colaborar no acesso equitativo a vacinas, medicamentos e outras tecnologias estratégicas de saúde. Sob a visão compartilhada, as duas organizações alavancarão suas respectivas expertises, inclusive por meio dos Fundos Rotativos Regionais da OPAS, para fortalecer os mecanismos regionais de regulamentação, inovação e produção, e contribuir para o desenvolvimento do mecanismo africano de aquisição conjunta e promoção da fabricação local de medicamentos essenciais, vacinas e suprimentos de saúde pública para a África e as Américas.

As organizações também colaborarão para promover a pesquisa, a inovação e a transformação digital dos sistemas de saúde para responder aos desafios atuais e emergentes de saúde pública, bem como para melhorar a prevenção, a preparação e a resposta a emergências de saúde.

Desde a pandemia da COVID-19,

“nossa meta é criar uma região mais resiliente”, disse o Dr. Jarbas Barbosa, Diretor da OPAS, na sessão de abertura da visita em 18 de setembro. Isso inclui “aumentar as capacidades de fabricação regionais e fornecer inovações aos nossos Estados-Membros que impulsionarão a meta da Região de diminuir a dependência de uma resposta global em emergências críticas ou futuras pandemias”. “Esperamos que esta reunião de intercâmbio melhore nossa expertise coletiva e fortaleça nossos esforços para atender às necessidades de saúde pública de nossas respectivas regiões”, acrescentou.

“Hoje marca um novo capítulo nas parcerias entre nossas duas regiões, África e Américas. Unidos por nossas missões compartilhadas de apoiar nossos respectivos estados-membros para fortalecer os sistemas de saúde e responder a emergências, o Africa CDC e a OPAS esperam uma colaboração estratégica para a segurança da saúde global”, disse o Dr. Jean Kaseya, Diretor Geral do Africa CDC.

“O conhecimento e a experiência da OPAS na operacionalização do mecanismo de aquisição conjunta beneficiarão muito o Africa CDC enquanto nos esforçamos para implementar a decisão dos Chefes de Estado e Governos Africanos de estabelecer o Mecanismo Africano de Compras Conjuntas (APPM) para melhorar o acesso a produtos de saúde de qualidade e acessíveis e promover a localização da fabricação”, acrescentou.

A assinatura ocorreu após a primeira visita oficial de uma delegação de alto nível do Africa CDC à Sede da OPAS em Washington DC de 18 a 20 de setembro. A visita também incluiu uma discussão sobre as Parcerias para a Fabricação de Vacinas Africanas (PAVM), uma iniciativa estabelecida pela União Africana em 2021 para permitir que a indústria africana de fabricação de vacinas desenvolva, produza e forneça mais de 60 por cento do total de doses de vacinas necessárias no continente até 2040. As discussões também abordaram a colaboração para fortalecer e aumentar a cooperação sul-sul para enfrentar os desafios de saúde e alavancar as oportunidades que ambas as regiões oferecem.

Durante a reunião, os especialistas da OPAS compartilharam seus conhecimentos e experiências, incluindo sobre a evolução e operacionalização dos Fundos Rotativos Regionais da OPAS. Questões como consolidação de demanda, planejamento e previsão, qualidade e logística também foram discutidas, assim como a importância de fortalecer estratégias regulatórias e de produção regional.

O CDC África também informou a OPAS sobre o atual plano de resposta continental à Mpox, incluindo esforços colaborativos com parceiros para prevenir mortes e facilitar o acesso a vacinas que salvam vidas.

As organizações também buscaram maneiras de continuar a promover a colaboração em prioridades estratégicas mais amplas em ambas as regiões, com o objetivo de cumprir sua missão mútua de melhorar e proteger a saúde.

“O CDC África espera essa cooperação e aprendizado mútuo de ambas as regiões para alcançar melhores resultados de saúde na África e nas Américas”, disse o Dr. Kaseya.

“Estamos interessados em explorar as oportunidades que esta colaboração apresenta”, disse o Dr. Barbosa. “Juntos, podemos alcançar avanços importantes na saúde pública e garantir acesso equitativo às tecnologias de saúde para todos.”

CDC África

Financiamento com o Fundo Pandêmico em 10 Países

O CDC África expressou a sua profunda gratidão e louvor pela ação decisiva do Fundo para a Pandemia em desembolsar 128,89 milhões de dólares americanos para [10 Estados-Membros](#) da União Africana afetados pelo mpox. Esta alocação oportuna demonstra o compromisso da comunidade global em enfrentar os desafios urgentes de segurança sanitária do continente.

Com países como a República Democrática do Congo, Burundi, Ruanda, Uganda, Quênia, Sudão, Djibouti, Etiópia, Somália e Sudão do Sul a serem beneficiados, esse financiamento reforçará as capacidades nacionais e regionais em áreas vitais como vigilância de doenças, diagnósticos laboratoriais, e redes, e desenvolvimento da força de trabalho. Estes esforços serão fundamentais para implementar o Plano de Preparação e Resposta Continental para África CDC-WHO Mpox, concebido para reforçar a segurança sanitária em toda a África ao mesmo tempo que aborda o surto da doença.

O CDC África, OMS e outras organizações multilaterais (por exemplo, UNICEF, PAM, IFRC, IOM) desenvolveram o Plano Continental de Preparação e Resposta para Desastres (CMPRP, *Continental Mpox Preparedness and Response Plan*) para enfrentar esse desafio. O CMPRP opera sob uma abordagem unificada - *ONE Team, ONE Plan, ONE Budget e ONE M&E framework* - com o objetivo de melhorar a vigilância, capacidade de diagnóstico e de mão-de-obra, reforçando os sistemas de saúde pública e envolvendo as comunidades para uma resposta mais eficaz e harmonizada em toda a África.

O apoio do Fundo para as Pandemias não só reforça a nossa capacidade técnica, como também demonstra a confiança na capacidade de África para ultrapassar os desafios da saúde através da solidariedade internacional e de intervenções baseadas em provas.

O CDC África continua empenhado em trabalhar em estreita colaboração com governos, organismos regionais e parceiros globais para garantir que este apoio se traduza em progressos significativos no terreno e seja utilizado de forma eficaz, transparente e sustentável. África O CDC espera continuar a colaboração na construção de um futuro mais seguro e saudável para todos os africanos.

Comunicado da III Reunião do Comité de Chefes de Estado e de Governo do CDC África

1. A III Reunião do Comité de Chefes de Estado e de Governo (CHSG, *Committee of Heads of State and Government*) do CDC África foi realizada virtualmente em 22 de setembro, sob a presidência de Mohamed Ould Ghazouani, Presidente da República Islâmica da Mauritânia e Presidente *pro tempore* da União Africana, com a participação de distintos Chefes de Estado e de Governo, parceiros internacionais e representantes de instituições globais de saúde.

Imagem 2: Participantes da III Reunião do Comitê de Chefes de Estado e de Governo do CDC África



Fonte: CDC África, 2024.

2. A reunião concentrou-se no desafio colocado ao sistema de saúde africano pelo surto de Mpox com 29.152 casos desde janeiro, representando um aumento de 177% dos casos para o mesmo período em comparação com 2023. Além disso, todas as 5 Regiões Africanas do CDC são afetadas com 738 óbitos. Mpox foi declarada uma Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental (PHECS, *Public Health Emergency of Continental Security*) pelo CDC África e uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional (PHEIC, *Public Health Emergency of International Concern*) pela Organização Mundial da Saúde (OMS).
3. A reunião felicitou o CDC África pela sua proatividade e liderança na gestão do surto e pela colaboração com a OMS. A reunião analisou os progressos feitos desde o lançamento do Plano de Preparação e Resposta Continental para Mpox, que foi promulgado em resposta ao surto de Mpox.
4. O Comitê reconheceu os progressos significativos realizados na mobilização de recursos para combater o surto de Mpox, com cerca de 4,3 milhões de doses de vacina obtidas de uma meta de 10 milhões. Foram feitos compromissos financeiros no valor de 314 milhões de dólares para atingir a meta de 599 milhões de dólares, com promessas adicionais esperadas de parceiros-chave como a do Presidente dos EUA, Joe Biden.
5. Um apoio importante não descrito no Plano de Preparação e Resposta Continental de Mpox está ligado à fabricação local de vacinas em África com o anúncio feito pela Coalizão para Inovações de Preparação para Epidemias (CEPI, *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations*), que contribuiu com US\$ 72 milhões para o desenvolvimento de vacinas e US\$ 145 milhões para aumentar as capacidades de fabricação na África, especificamente para instalações em Kigali, no Ruanda.
6. O Comitê enfatizou a necessidade de mobilização política e financeira contínua para garantir que o surto seja contido. O envolvimento ativo dos Estados-Membros da União Africana, bem como de parceiros regionais e globais, foi destacado como crucial para reforçar a resposta. O Presidente anunciou uma reunião de avaliação de acompanhamento que incluirá uma revisão abrangente dos esforços de mobilização de recursos e da situação no terreno. A reunião será coorganizada pelo Presidente *pro tempore* da União Africana, Mohamed Ould Ghazouani, e o Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat com o apoio de

Cyril Ramaphosa, Presidente da África do Sul, que atua como Paladino da União Africana em Preparação, Prevenção e Resposta a Pandemias.

7. O Comité estendeu a sua gratidão a todos os Estados-Membros, parceiros e organizações pelo seu compromisso inabalável para salvaguardar a saúde de África e apela a esforços contínuos para garantir uma resposta robusta à Mpox.

Cúpula do Futuro: "Transformando a governança global e a implementação da Agenda 2030"

Declaração de Claver Gatete, Subsecretário-Geral das ONU e Secretário Executivo da UNECA

Excelências, ilustres delegados, senhoras e senhores,

Hoje, abordo um desafio premente: a necessidade urgente de reformar a governança global para atender às necessidades de financiamento das nações africanas à medida que buscamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A dívida pública da África ultrapassou 60% do PIB, colocando-nos em uma posição precária. Embora a estabilização seja projetada para 2024, os pagamentos de juros agora excedem 10% das receitas do governo em mais de 20 países africanos, prejudicando nossa capacidade de investir em iniciativas vitais de desenvolvimento. Além disso, o financiamento multilateral continua a ser insuficiente. O atual sistema tributário internacional permite que empresas multinacionais transfiram lucros para paraísos fiscais, privando as nações em desenvolvimento de recursos essenciais. Essa injustiça complica nossos esforços para financiar o desenvolvimento.

Como enfatizou o Secretário-Geral, a arquitetura financeira global falhou na África. Não temos os fundos necessários para os ODS e a transformação estrutural que nosso continente exige. Portanto, um novo acordo global é imperativo - um que revise a estrutura financeira para criar um sistema mais justo e equitativo.

As nações africanas e o Sul Global defendem reformas em três áreas cruciais:

- 1. As regras de governança das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) foram estabelecidas antes que muitos países africanos conquistassem a independência, levando a decisões desalinhadas. Devemos aumentar a representação dos países em desenvolvimento nos conselhos das IFI, aumentar a transparência e atualizar as fórmulas de cotas do FMI. O fortalecimento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento regionais também é essencial para o apoio localizado.*
- 2. O domínio das nações desenvolvidas na governança tributária global deve ser abordado. Uma distribuição mais justa das receitas fiscais das empresas multinacionais para África poderia impulsionar significativamente a nossa mobilização de recursos internos. A recente resolução da ONU destinada a criar uma estrutura inclusiva de cooperação tributária internacional é um passo vital à frente, mas precisamos de parcerias que promovam estabilidade, inclusão e equidade.*
- 3. Devemos reformar a arquitetura da dívida global e, em particular, abordar os altos custos dos empréstimos soberanos que contribuem para o sobre-endividamento na África. Um sistema de IFI bem governado pode facilitar o acesso a financiamento acessível e de longo prazo para ODS e ações climáticas. Precisamos aprimorar o Quadro Comum do G20 para o Tratamento da Dívida e combater o sistema de classificação de crédito global tendencioso que limita nosso acesso aos mercados de capitais.*

Em conclusão, a hora de agir é agora. Ao defender essas reformas essenciais, podemos reformular o cenário financeiro para melhor servir a África e o Sul Global. Juntos, vamos trabalhar para um futuro mais equitativo e sustentável para todos.

Devolução das ilhas Chagos para as Maurícias

Imagem 3: Diego Garcia, maior ilha do arquipélago de Chagos, importante base militar dos EUA



Fonte: Aljazeera, 2019.

Depois de uma disputa que dura mais de 50 anos, o Reino Unido finalmente [devolverá as Ilhas Chagos](#), um arquipélago localizado no Oceano Índico, ao país insular do sudeste africano de Maurício.

Como parte de um acordo no dia 3 de outubro, os governos do Reino Unido e das Ilhas Maurícias anunciaram conjuntamente que a soberania total dos Chagos, um arquipélago de mais de 60 ilhas, voltaria a pertencer às Ilhas Maurícias em troca de garantias de que uma base militar dos Estados Unidos poderia continuar operando lá pelos próximos 99 anos.

Para o entendimento do significado desta devolução, John Pilger, premiado jornalista australiano, radialista e documentarista, traça-nos os principais acontecimentos ocorridos naquela parte do Oceano Índico.

Segundo o jornalista, há momentos em que uma tragédia nos diz como todo um sistema funciona por trás de sua fachada democrática e nos ajuda a entender quanto do mundo é administrado para o benefício dos poderosos e como os governos muitas vezes justificam suas ações com mentiras.

Assim, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o governo britânico de Harold Wilson expulsou a população das Ilhas Chagos, uma colônia britânica no Oceano Índico, para dar lugar a uma base militar americana em Diego Garcia, a maior ilha. Em alto sigilo, os americanos ofereceram aos britânicos o pagamento pelas ilhas na forma de um desconto no sistema de submarinos nucleares Polaris.

Pilger conta que a verdade dessa conspiração não emergiu por mais 20 anos, quando arquivos oficiais secretos foram desenterrados no *Public Record Office* em Londres por advogados que defendiam os ex-habitantes do arquipélago de corais e que o historiador Mark Curtis descreveu o despovoamento forçado em *Web of Deceit*, seu livro de 2003 sobre a política

externa da Grã-Bretanha no pós-guerra. A mídia britânica praticamente o ignorou e o Washington Post chamou isso de "sequestro em massa".

Pilger afirma que ouviu falar pela primeira vez da situação dos chagossianos em 1982, durante a Guerra das Malvinas. Enquanto a Grã-Bretanha enviava uma frota para defender e proteger 2.000 habitantes das Malvinas na América do Sul, outros 2.000 cidadãos britânicos nas ilhas do Oceano Índico eram expulsos pelo governo britânico em segredo. E a diferença era que os habitantes das Malvinas eram brancos e os chagossianos eram negros e, decisivamente, os Estados Unidos queriam as Ilhas Chagos - especialmente Diego Garcia - como uma importante base militar para controlar o Oceano Índico.

O Chagos era um paraíso natural. Os 1.500 habitantes eram autossuficientes com abundância de produtos naturais e não havia clima extremo. Havia aldeias prósperas, uma escola, um hospital, uma igreja, uma ferrovia e um modo de vida imperturbável - até que a pesquisa anglo-americana secreta de Diego Garcia em 1961 levou à expulsão de toda a população.

As expulsões começaram em 1965. As pessoas foram levadas para o porão de um navio enferrujado, as mulheres e crianças forçadas a dormir em uma carga de fertilizante para pássaros. Eles foram despejados nas Seychelles, onde foram mantidos em celas de prisão, e depois enviados para Maurícias, onde foram levados para um conjunto habitacional abandonado, sem água ou eletricidade. Vinte e seis famílias morreram na pobreza brutal, nove indivíduos cometeram suicídio e as meninas foram forçadas à prostituição para sobreviver. Pilger entrevistou muitos deles. Uma mulher lembrou como ela e o marido levaram o bebê para as Ilhas Maurícias para tratamento médico e foram informados de que não poderiam voltar para Chagos. O choque foi tão grande que seu marido sofreu um derrame e morreu. Outros descreveram como os britânicos e americanos gasearam seus cães - animais de estimação amados pelos ilhéus - como um incentivo para fazer as malas e partir. Lizette Talate lhe contou como seus filhos "morreram de tristeza".

Na opinião de Pilger, o despovoamento do arquipélago foi concluído em 10 anos e Diego Garcia tornou-se o lar de uma das maiores bases dos EUA, com mais de 2.000 soldados, duas pistas de bombardeiros, 30 navios de guerra, instalações para submarinos com armas nucleares e uma estação de espionagem por satélite. O Iraque e o Afeganistão foram bombardeados a partir do antigo paraíso. Após o 11 de setembro, as pessoas foram "entregues" lá e torturadas.

Depois de se manifestarem nas ruas das Maurícias em 1982, os exilados receberam individualmente uma indenização irrisória de menos de 3.000 libras esterlinas do governo britânico. Quando os arquivos desclassificados do Ministério das Relações Exteriores britânico foram descobertos, a história sórdida completa foi revelada.

Um arquivo foi intitulado Mantendo a Ficção e as autoridades britânicas foram instruídas a mentir que os ilhéus eram trabalhadores itinerantes, não uma população indígena estável. Secretamente, revelaram os arquivos, as autoridades britânicas reconheceram que estavam abertas a "acusações de desonestidade" porque planejavam "falsificar os livros".

Em 2000, o Supremo Tribunal de Londres considerou as expulsões ilegais. Em resposta, o governo trabalhista de Tony Blair invocou a Prerrogativa Real, um poder arcaico investido no "Conselho Privado" da rainha que permite ao governo contornar o parlamento e os tribunais. Dessa forma, esperava o governo, os ilhéus pudessem ser impedidos de voltar para casa.

A Suprema Corte finalmente decidiu que os chagossianos tinham o direito de retornar. Em 2008, o Ministério das Relações Exteriores apelou para a Suprema Corte. Embora não se baseie em novas evidências, o recurso foi bem-sucedido. Pilger estava na Câmara dos Lordes - onde o tribunal se reunia no dia do julgamento. Afirmou que nunca viu juízes tão envergonhados no que foi claramente uma decisão política.

Em 2010, o governo britânico procurou reforçar isso estabelecendo uma reserva natural marinha ao redor das Ilhas Chagos. O estratagema foi exposto pelo *WikiLeaks*, que publicou um telegrama diplomático da embaixada dos EUA de 2009 que dizia: "Estabelecer uma reserva marinha pode, de fato, como afirmou [Colin] Roberts, do FCO, ser a maneira mais eficaz de longo prazo para impedir que qualquer um dos ex-habitantes ou descendentes das Ilhas Chagos se reassente. "

Quer o TPI faça ou não justiça há muito esperada, uma campanha incansável dos ilhéus e seus apoiadores não mostra sinais de desistir.

Imagem 4: Refugiados da ilha de Chagos do lado de fora da Suprema Corte de Londres



Fonte: Aljazeera, 2019.

O anúncio de devolução gerou sentimentos mistos entre os chagossianos que foram exilados do arquipélago para Maurícias, Seychelles e Reino Unido nas décadas de 1960 e 1970, e que por anos lutaram para retornar à sua terra natal ancestral sem quaisquer condições.

Embora muitos reconheçam que este é um passo crucial para afirmar os direitos dos chagossianos, alguns também apontam que eles não foram incluídos nas negociações entre os dois governos.

Aqui está o que você precisa saber sobre o novo acordo, e por que tem havido muita controvérsia sobre Chagos:

Maurícias agora controlará Chagos, assumindo a soberania de seu antigo governante colonial de 1815 a 1968, isto é, o Reino Unido.

De acordo com os termos do acordo, Maurícias é "livre" para reassentar legalmente as ilhas Chagos, excluindo Diego Garcia, a maior e mais meridional ilha, que abriga uma base militar dos EUA, e a única que permaneceu habitada desde a década de 1970. O arquipélago está vazio, sem habitantes.

O Reino Unido arrendou Diego Garcia aos EUA em 1966 por 50 anos. Em troca, os EUA concederam um desconto de US\$ 14 milhões nas vendas de seus sistemas de mísseis Polaris para o Reino Unido. O sistema Polaris consistia em mísseis balísticos lançados de submarinos com ogivas nucleares.

Diego Garcia abriga uma base militar dos EUA desde então. Cerca de 2.500 membros da equipe na base são dos EUA, Maurícias e outros países.

O Reino Unido também se comprometeu a fornecer um pacote de apoio financeiro a Maurícias para apoiar sua economia. O valor desse apoio financeiro não foi divulgado.

Além disso, o Reino Unido também irá criar um fundo fiduciário para apoiar os descendentes dos 1.500 chagossianos que foram expulsos à força das ilhas entre as décadas de 1960 e 1970. Existem agora cerca de 10.000 chagossianos dispersos em Maurícias, Seicheles e Reino Unido. Muitos reclamam de maus tratos e baixos salários nos seus países de acolhimento.

Maurícias e o Reino Unido colaborarão em projetos de proteção ambiental, segurança marítima e prevenção do crime, incluindo o combate ao tráfico de pessoas e drogas, que está em ascensão em Maurícias, de acordo com a declaração conjunta.

“O tratado abrirá um novo capítulo em nossa história compartilhada”, afirmaram os dois países. O acordo também “anunciará uma nova era de parceria econômica, de segurança e ambiental entre nossas duas nações”.

O Presidente dos EUA, Joe Biden, em uma declaração, elogiou o "acordo histórico". "É uma demonstração clara de que, por meio da diplomacia e da parceria, os países podem superar desafios históricos de longa data para alcançar resultados pacíficos e mutuamente benéficos", disse ele.

Recorde-se, as ilhas são disputadas há muito tempo devido a reivindicações e contra reivindicações sobre a natureza indígena dos chagossianos. Os franceses foram os primeiros a colonizar Maurícias, juntamente com as Ilhas Chagos, em 1715. No entanto, o Reino Unido assumiu o controle da região em 1814 após a queda de Napoleão Bonaparte na França e a subsequente cessão de territórios franceses ultramarinos para as nações conquistadoras.

Em 1965, quando Maurícias pressionava pela independência, o Reino Unido condicionou a liberdade da nação à sua renúncia de Chagos. O Reino Unido separou as ilhas para criar o Território Britânico do Oceano Índico (BIOT, *British Indian Ocean Territory*). Três anos depois, em 1968, Maurícias obteve a independência do Reino Unido.

Entre 1965 e 1973, o Reino Unido exilou todos os chagossianos que viviam nas várias ilhas desde o século XVIII para Maurícias, Seicheles e, eventualmente, para o Reino Unido depois de muitos terem obtido a cidadania britânica em 2002.

Os exilados eram descendentes de pessoas escravizadas das colônias francesas e portuguesas de Madagáscar e Moçambique que foram trazidos à força para as Ilhas Chagos no século XVIII e foram forçados a trabalhar em plantações de coco para o governo do Reino Unido.

Oficiais do Reino Unido alegaram na época do exílio que a economia do coco estava morrendo e que os ilhéus sofreriam. Críticos, no entanto, disseram que o Reino Unido estava, na verdade, cumprindo o requisito dos EUA de assumir uma única ilha desabitada. O Reino Unido argumentou por muitos anos que os chagossianos eram uma "população não permanente" ou "trabalhadores transitórios", embora os chagossianos se considerem indígenas da ilha.

Enquanto isso, em 1971, a Marinha dos EUA começou a [construir uma base militar](#) na estrategicamente localizada Diego Garcia. A ilha fica perto das Maldivas no Sudeste Asiático, países no Sudeste da África, bem como no Oriente Médio. Esta base militar ainda está em operação. Foi um local chave nas operações de "guerra ao terror" dos EUA no exterior após os

ataques de 11 de setembro da Al-Qaeda aos EUA em 2001. A partir daí, o exército dos EUA deslocou aeronaves para o Iraque e o Afeganistão.

De forma controversa, grupos de direitos humanos também acusam os governos do Reino Unido e dos EUA de usar o atol como "locais secretos" ou centros de tortura para suspeitos de membros de grupos armados, como a Al-Qaeda.

Como se viu, comunidades chagossianas que vivem no Reino Unido têm, ao longo dos anos, lançado desafios legais infrutíferos contra o governo, exigindo seu direito de retorno. Os chagossianos, que somam cerca de 3.000 no Reino Unido, vivem principalmente em Crawley, West Sussex - perto do Aeroporto de Gatwick - e participam rotineiramente de "visitas de patrimônio" aos atóis para manter sua conexão com Chagos.

Em 2010, *WikiLeaks* revelou que um funcionário britânico na década de 1960 havia chamado os chagossianos de "Sexta-Feira e Tarzan", referindo-se ao Tarzan fictício, um homem criado por macacos. A revelação controversa provocou indignação. No mesmo ano, o ex-primeiro-ministro mauriciano Navin Ramgoolam iniciou uma batalha legal para recuperar o território.

As comunidades chagossianas e grupos de direitos humanos pressionaram o governo do Reino Unido a tomar medidas em 2016, quando o contrato de arrendamento nos EUA estava prestes a expirar. No entanto, embora as autoridades tenham afirmado que o Reino Unido "lamentava" a forma como os chagossianos tinham sido exilados, declararam que os chagossianos não poderiam ser autorizados a regressar à sua terra natal devido aos "interesses de defesa do Reino Unido, custos elevados para o contribuinte britânico e a viabilidade" de tal projeto. O contrato de arrendamento de Diego Garcia nos EUA foi renovado por mais 20 anos, até 2036.

O Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido disse que apoiaria os chagossianos exilados onde vivessem com cerca de 40 milhões de libras (US\$ 53 milhões) nos próximos 10 anos.

Em 2018, Maurícias levou o Reino Unido à Corte Internacional de Justiça (CIJ). Um ano depois, em fevereiro de 2019, o tribunal emitiu uma opinião consultiva não vinculativa a favor de Maurícias: o Reino Unido havia forçado erroneamente os habitantes da ilha a saírem para dar lugar a uma base aérea dos EUA e, portanto, deveria renunciar ao seu controle de Chagos, disse a CIJ.

Em uma votação na Assembleia Geral das Nações Unidas em maio de 2019, 116 Estados-Membros votaram a favor de uma resolução declarando que o Reino Unido deveria renunciar ao Chagos em seis meses. Apenas seis países, incluindo os EUA, votaram contra. No entanto, o Reino Unido desafiou essa resolução, apesar da pressão internacional.

Em 2022, as conversas entre o governo da ex-Primeira-Ministra do Reino Unido, Liz Truss, começaram com o Presidente das Maurícias, Pravind Jugnauth. Vários conservadores britânicos, incluindo o ex-Primeiro-Ministro do Reino Unido, Boris Johnson, se opuseram à devolução de Chagos a Maurícias, argumentando que Maurícias poderia conceder a seu aliado próximo, a China, acesso ao território estratégico, possivelmente representando uma ameaça à segurança da base militar dos EUA e minando as relações EUA-Reino Unido.

A China fez parceria com Maurícias em dezenas de projetos de desenvolvimento. Uma parte dos mauricianos, conhecidos como sino-mauricianos, traçam sua ancestralidade de volta à China.

Alguns chagossianos também contestam há muito tempo a soberania mauriciana sobre a ilha e estão a fazer campanha por um referendo que levará à sua autodeterminação como povo indígena. “Fomos apunhalados pelas costas pelo governo britânico novamente”, disse Frankie Bontemps, um chagossiano britânico, à Al Jazeera, referindo-se à questão do autogoverno. Bontemps disse que ele e outros chagossianos terão de traçar estratégias para futuras campanhas antes de quaisquer planos serem postos em prática, na esperança de que “o governo britânico tenha a decência de nos ouvir”.

Outros também criticaram os governos do Reino Unido e de Maurícias por excluir os chagossianos das negociações que levaram ao recente acordo. Em um comunicado no X, antigo Twitter, o *Chagossian Voices*, um grupo com sede no Reino Unido que faz campanha pelos direitos dos chagossianos, disse que muitos em sua comunidade só tinham ouvido falar da notícia através da mídia, como todos os outros.

“As opiniões dos chagossianos, os habitantes indígenas das ilhas, foram consistente e deliberadamente ignoradas e exigimos a inclusão total na elaboração do tratado”, lê-se na declaração.

No entanto, outros reconhecem que o acordo mostra que o governo britânico finalmente reconheceu e agiu sobre seus "erros do passado". “Este reconhecimento está muito atrasado, especialmente para a comunidade chagossiana”, escreveu Marie Isabelle Charlot, uma ativista pelos direitos dos chagossianos com sede no Reino Unido, no site de mídia social de emprego e negócios, LinkedIn.

Em 2002, o governo britânico concedeu cidadania aos chagossianos nascidos entre 1969 e 1983, permitindo que centenas se mudassem de Maurícias e Seychelles para o Reino Unido. No entanto, Charlot escreveu que muitos não se sentem aceitos no Reino Unido. Os chagossianos lá muitas vezes dizem que enfrentam racismo e não têm acesso a empregos bem remunerados para pagar as taxas de visto para suas famílias. “Hoje, alguns de nós ainda estão sendo instruídos a retornar para Maurícias, até mesmo oferecidos passagens aéreas de volta, porque somos orientados para a família e não queremos deixar nossos filhos ou parceiros para trás. Essa realidade dolorosa nos lembra de onde realmente pertencemos”, escreveu o ativista.

Agora, escreve Charlot, com o novo acordo, a ação verdadeira para apoiar comunidades no exterior é essencial. “É hora de [o Reino Unido] ir além das palavras”, acrescentou.

A migração necessária na Europa

The european needed migration

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *In Europe, the far right wins again at the polls, this time in Austria. As in other similar circumstances, Freire comments on the difficulty of forming coalitions and the isolation that has been imposed on the victorious extreme right on the European continent. However, it is observed that the greatest impact caused by the growth of far right parties has been to manipulate political agendas to the right, especially with regard to prejudice against refugees and immigrants. In this detail, however, a great paradox is presented when comparing the condemnation of migratory movements with the serious crisis in the health workforce experienced in the region.*

Keywords: *Global Health; European Union; migration; health workforce crisis;*

Resumo. Na Europa, a extrema direita vence novamente nas urnas, desta vez na Áustria. Como em outras circunstâncias parecidas, Freire comenta sobre a dificuldade de se fazer coligações e do isolamento que vem sendo imposto às extremas direitas vitoriosas no continente europeu. No entanto, observa-se que o maior impacto provocado pelo crescimento dos partidos de extrema direita, vem sendo o de manipular as pautas políticas para a direita, sobretudo no que se refere aos preconceitos contra refugiados e imigrantes. Neste pormenor, entretanto, apresenta-se um grande paradoxo ao se confrontar a condenação dos movimentos migratórios com a grave crise na força de trabalho em saúde vivida na região.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; migração; crise na força de trabalho em saúde;

A extrema direita continua crescendo na Europa e elegeu novo governo na Áustria. A tendência europeia geral se mantém e há dificuldade para a formação de uma coalização governamental. A exemplo do que aconteceu nos Países Baixos, o Partido da liberdade (FPÖ), de extrema direita, venceu as eleições legislativas. No entanto, em que pese o resultado histórico, a legenda dependerá da formação de uma coalizão se quiser integrar o governo. O projeto encontra resistência em razão da personalidade do líder do FPÖ, o controverso Herbert Kickl, cujo radicalismo pode ser um obstáculo às coalizões. Anti-vacinas, Kickl assumiu a direção do partido em 2021, com posturas pró-russas, defende posições cada vez mais extremas sobre a imigração e pede uma “urbanização da Áustria”, em alusão ao líder húngaro Viktor Orbán.

Karl Nehammer, líder dos conservadores, o partido que poderia unir forças com o FPÖ para governar, não exclui totalmente negociar com o FPÖ, mas já disse que recusa qualquer tipo de diálogo com Herbert Kickl. Alexander Van der Bellen, o atual presidente austríaco e ex-líder dos Verdes, também expressou suas reservas em relação ao FPÖ e, em particular, seu líder. O chefe de Estado já avisou que não é obrigado a entrar em um acordo.

O FPÖ foi fundado por antigos nazistas, criado a partir da Federação dos Independentes, fundada após a Segunda Guerra Mundial. O primeiro líder do partido (1956-1958) foi Anton

Reinthaller, um ex-general da SS. Logo após o anúncio dos resultados parciais, manifestantes se reuniram diante do Parlamento austríaco com cartazes e faixas contra a extrema direita.

Enquanto a extrema direita segue crescendo e ameaçando democracias, movimentos migratórios, imigrantes e refugiados no continente europeu, e a OMS Europa vem se dedicando à saúde dos migrantes (que muitas vezes são europeus), no âmbito do [Programa para Migração e Saúde Global da OMS](#). O programa reúne os três níveis da Organização: sede, escritórios regionais e escritórios nacionais. Suas cinco funções principais são: proporcionar liderança global, *advocacy*, coordenação e política em matéria de saúde e migração; estabelecer normas e padrões para apoiar a tomada de decisões; monitorizar tendências, reforçar os sistemas de informação sanitária e promover ferramentas e estratégias; fornecer assistência técnica especializada, resposta e apoio à capacitação para enfrentar os desafios de saúde pública associados à mobilidade humana; e promover a ação e colaboração multilateral global.

O informativo mensal da OMS publicado com o título “[Migration and Health Newsletter](#)”, traz notícias de eventos, cursos e capacitações relativas à migração, refúgio e saúde, foi divulgado pelo Escritório Regional Europeu. O primeiro [Fórum de investimento em saúde da Ásia Central](#), aconteceu em junho de 2024 e reuniu mais de 200 participantes para discutir desafios regionais em saúde, bem como a necessidade de fortalecer parcerias e investimentos. O evento trouxe foco significativo na melhoria dos cuidados de saúde para grupos vulneráveis, incluindo migrantes e refugiados, que enfrentam maiores barreiras no acesso a serviços de saúde. Outro evento destacado no informe, foi a Segunda Reunião da Rede Global sobre a Saúde dos Refugiados e Migrantes, que aconteceu no Egito e buscou promover a colaboração e abordar os desafios de saúde enfrentados pelos refugiados, migrantes e populações deslocadas na região do Mediterrâneo Oriental. Foi lançado um [curso virtual](#) que visa fornecer aos trabalhadores da saúde, habilidades para um cuidado inclusivo à refugiados e migrantes. Intitulado “*Padrões de competência globais para provisão de serviços de saúde a refugiados e migrantes*”, o curso aberto conta com seis módulos e foca no desenvolvimento de competências culturais, melhoria da comunicação e promove a colaboração interdisciplinar.

O informativo destaca o [evento paralelo realizado às margens da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que se dedicou à ameaça global da resistência antimicrobiana \(RAM\)](#), incluindo entre refugiados e migrantes. Com base nas conclusões do quarto relatório da Revisão Global de Evidências sobre Saúde e Migração da OMS, “[Capturando as evidências sobre o acesso a antibióticos essenciais em populações refugiadas e migrantes](#)”, o evento teve como objetivo mobilizar o compromisso político para combater a RAM, promovendo cuidados de saúde equitativos. Políticos, governos, agências da ONU e representantes do setor privado discutiram melhores práticas e soluções inovadoras, promovendo a colaboração para combater a RAM em países de baixa e média renda e desenvolver estratégias personalizadas para prevenção, diagnóstico e tratamento. O evento foi co-patrocinado por Brasil, França, Grécia, Indonésia, Itália, Luxemburgo, Malta, Nigéria, Omã, Portugal, Catar, Eslováquia, Suécia, Emirados Árabes Unidos, OIM e ACNUR.

[Discursando](#) no evento supracitado, o diretor regional da OMS Europa, Hans Kluge, trouxe um prognóstico alarmante: espera-se que 39 milhões de pessoas morram nos próximos 25 anos devido à RAM: 3 mortes por minuto. Ele menciona que a Região Europeia tem sido um líder global no avanço desta agenda, destacando o desenvolvimento de documentos como o [Roteiro RAM](#) e a [Bússola RAM](#), no ano passado, para então enfatizar quatro pontos-chave para ação: mais investimentos; compromisso com a abordagem da Saúde Única; parcerias que

envolvam indústria farmacêutica, governos, financiadores e pacientes; e responsabilização mútua.

No dia seguinte, acontecia a Segunda Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Resistência Antimicrobiana, onde os líderes mundiais chegaram a acordo sobre as primeiras metas globais para controlar a crise. Os países se comprometeram a reduzir o número de mortes globalmente associadas à RAM em 10% até 2030, em comparação com a linha de base de 2019 de 4,95 milhões de mortes. A RAM é a terceira principal causa de mortalidade no mundo, com mais de 1 milhão de mortes diretamente associadas e 5 milhões, indiretamente. Kluge saiu otimista da reunião. Para ele, a declaração política traz a oportunidade de reforçar o investimento no controle e nas parcerias contra a RAM, bem como de aumentar a solidariedade entre os países e a responsabilização mútua.

No âmbito da [OMS Europa, os destaques do mês](#) são o Dia Mundial sem Tabaco, com foco na juventude, que vem sendo vítima de práticas de marketing predatórias por parte da indústria tabagista; as elevadas taxas de consumo de álcool na Região Europeia da OMS, onde um adulto consome 9,2 litros de álcool puro em um ano, sendo os maiores beberões mundiais; um novo relatório que aborda dietas e atividade física entre crianças e adolescentes; políticas relacionadas com doenças não transmissíveis que ajudam os países a alcançar compromissos globais; e ainda repercute o [relatório sobre os determinantes comerciais da saúde](#), segundo o qual quatro indústrias causam 2.7 milhões de mortes todos os anos: tabaco, álcool, produtos alimentícios ultraprocessados e combustíveis fósseis.

O maior impacto provocado pelo crescimento dos partidos de extrema direita é o de puxar a pauta política de quase todos os outros partidos mais para a direita, sobretudo no que se refere aos preconceitos contra refugiados e imigrantes. Temos visto que apesar de se sagrarem vitoriosos, as coligações que viabilizam os governos têm sido difíceis, pois as forças contrárias relutam em se associar aos ultraconservadores. Assim aconteceu nos Países Baixos no ano passado e, mais recentemente, na França, quando Macron antecipou as legislativas frente à expressiva votação da extrema direita francesa para o Parlamento Europeu, onde também aconteceram movimentos para tentar isolar tais forças.

Na prática, o que temos visto, são ajustes de pautas, principalmente as migratórias, para satisfazer parte do eleitorado. Na França, Macron se recusou a formar um novo governo com a Nova Frente Popular, que foi a mais votada nas eleições parlamentares, e nomeou um primeiro-ministro da direita tradicional, Michel Barnier, do partido Les Republicains (Os Republicanos), conhecido por suas posições em favor de mais restrições para a imigração. O novo ministro do Interior, Bruno Retailleau, conhecido como um político de direita linha dura, anunciou que seu programa é “ter mais ordem, mais ordem nas ruas e mais ordem nas fronteiras”. Na Alemanha, a resposta foi ainda mais dramática e direta, com a imposição temporária de controle sobre todas as fronteiras terrestres com os países vizinhos para conter os imigrantes e refugiados que, a partir destes, tentam se mudar para a Alemanha.

No entanto, estes movimentos xenófobos europeus guardam um grande paradoxo, frente à [crise da força de trabalho em saúde na Europa, que promove deslocamentos de](#)

[profissionais](#) e fuga de cérebros¹⁷⁵¹⁷⁶¹⁷⁷¹⁷⁸. A escassez de profissionais de saúde na Europa vem sendo enfrentada com a importação de mão de obra estrangeira, muitas vezes europeia, que agrava essas lacunas em outros locais. A maioria dos países da União Europeia necessitam de médicos, enfermeiras e outros profissionais de saúde, quadro que se agrava com o envelhecimento das populações e dos próprios profissionais, que se aposentam.

Isilda Mara, pesquisadora sobre trabalho e migração no Instituto de Estudos Económicos Internacionais de Viena, explica que "Aumentar a força de trabalho requer investimentos a longo prazo e dispendiosos, enquanto o recrutamento de profissionais formados no estrangeiro oferece uma solução mais rápida". Ela diz que a mobilidade dos profissionais de saúde criou um efeito de dominó: "os médicos alemães, por exemplo, vão para a Suíça ou para a Áustria e os seus lugares são muitas vezes preenchidos por médicos de países vizinhos [da União Europeia]. Por sua vez, estes países vizinhos substituem os seus médicos por profissionais de países terceiros, e o ciclo continua".

Na Albânia, por exemplo, os médicos recém-formados estão sendo obrigados a trabalhar 3 anos no país, ou a pagar pelos estudos, antes de poderem prestar seus serviços em outro país. Trata-se de uma tentativa de travar o fluxo de profissionais de saúde que se deslocam para o estrangeiro, um problema comum a muitos países europeus. Segundo a Federação dos Médicos Albaneses na Europa, cerca de [3.500 profissionais albaneses da saúde foram para a Alemanha em 10 anos](#). Sem os imigrantes na Alemanha, por exemplo, o "sistema de saúde enfrentaria um colapso", de acordo com [o Conselho Alemão de Peritos em Integração e Migração](#).

Há grande preocupação com a fuga de cérebros das regiões de rendimentos mais baixos, à medida em que os trabalhadores vão sendo cooptados por países ricos. Embora os profissionais se beneficiem de melhores salários e condições de trabalho, seus países de origem perdem o investimento feito em suas formações e ficam com menos recursos. Segundo a [Autoridade Europeia do Trabalho](#), embora a remodelação médica possa aliviar a escassez de mão de obra nos países que recrutam trabalhadores estrangeiros, pode também agravá-la nos seus países de origem.

Um [relatório publicado pela OMS Europa em 2022](#) (e noticiado aqui nos Cadernos) alertou para esta "bomba-relógio" que ameaça os sistemas de saúde da Europa e Ásia Central. Além de apontar para o envelhecimento da mão-de-obra do setor, o relatório salienta a situação de saúde mental dos profissionais, afetada por longas jornadas de trabalho, apoio profissional inadequado e grave escassez de pessoal.

Em março deste ano, a OMS [atualizou as suas diretrizes](#) sobre o recrutamento ético de profissionais de saúde estrangeiros, depois de as ter introduzido em 2010. O acordo diz que os países não devem recrutar ativamente profissionais de saúde de 55 países de baixo rendimento

¹⁷⁵ <https://pt.euronews.com/saude/2023/09/26/medicos-na-ue-quais-sao-os-paises-com-mais-medicos-e-profissionais-de-saude>

¹⁷⁶ <https://pt.euronews.com/my-europe/2020/01/24/imigracao-em-massa-de-medicos-e-enfermeiros-na-bulgaria>

¹⁷⁷ <https://pt.euronews.com/saude/2024/09/12/falta-de-medicos-salarios-baixos-e-horas-extraordinarias-hospitais-europeus-enfrentam-difi>

¹⁷⁸ https://www.ela.europa.eu/sites/default/files/2024-05/EURES-Shortages_Report-V8.pdf

com escassez de pessoal, incluindo 37 países da África, bem como o Nepal, o Haiti e alguns países do Pacífico Ocidental.

Considerações Finais

Hipocrisia pode ser uma boa palavra para definir o paradoxo europeu de tentativa de contenção de movimentos migratórios frente à ampla e grave crise que se abate sobre a força de trabalho em saúde. O crescimento das forças de extrema direita nas ruas e urnas europeias alimenta a intolerância com imigrantes e refugiados e leva à retrocessos como a imposição temporária de controle sobre todas as fronteiras terrestres da Alemanha. A hipocrisia tem lugar quando uma parte dos imigrantes é fundamental ao funcionamento do sistema de saúde local, revelando que o país tem dois pesos e duas medidas. Sim, alguns imigrantes são fundamentais, são essenciais ao bom funcionamento da sociedade, mas outros tantos são totalmente descartáveis.

Netanyahu sempre quis uma guerra com o Irã. EUA sempre precisou de um inimigo

Lucia Marques

O filósofo e autor Yuval Noah Harari argumentou que, nos tempos modernos, as guerras não são impulsionadas por razões territoriais ou de recursos, mas sim pela luta por histórias que acreditamos serem verdadeiras. Há uma luta que se desenrola diariamente nas plataformas e meios de comunicação, colocando os valores do "Ocidente" contra os do "Oriente Médio". Temos o poder de mudar a história para acabar com o conflito a qualquer momento que quisermos.¹⁷⁹

Resumo: Netanyahu sempre quis uma guerra com o Irã. Se era o caos que ele queria, parece estar conseguindo. Os ataques seguem violentos em Gaza, se tornaram mais agressivos também na Cisjordânia ocupada; avançaram para o Líbano, se aproximando da Síria, para o Yemen e já envolvem o Iraque, de maioria xiita. E agora o foco é o Irã. São várias frentes e com apoio dos EUA. O Primeiro-Ministro israelense vê as guerras em Gaza e no Líbano como uma oportunidade para Israel mudar para sempre o tabuleiro de xadrez regional. Confirmando a tese, Bruce Hoffman, especialista americano em terrorismo e segurança, afirma que partir para o apocalipse, em um primeiro momento, restaura o poder de um primeiro-ministro que parecia estar a um passo de ter a carreira política encerrada. O que é uma reviravolta impressionante. Os apelos mundiais para um cessar-fogo aumentam. Mas o envio de armas não para. Os ataques se ampliam e fica mais difícil a paz. Enquanto isso, enriquecem os senhores das armas e sofrem as pessoas que não são muito diferentes de qualquer outro lugar, pessoas que querem a mesma vida "normal" que qualquer outra pessoa poderia ter. Homens e mulheres que merecem respeito e apoio. Claramente, Israel pisoteou as barreiras invisíveis dos preceitos éticos, morais, diplomáticos, humanitários e de pura e simples cortesia que protegem contra ações mais truculentas.

Palavras chaves: Guerra no Oriente Médio; Netanyahu; Israel; Líbano; Irã

Abstract: *Netanyahu has always wanted a war with Iran. If chaos was what he wanted, he seems to be getting it. The attacks continue to be violent in Gaza and have also become more aggressive in the West Bank; they have advanced to Lebanon, getting closer to Syria, to Yemen, and have already involved Iraq, which has a Shiite majority. And now the focus is on Iran. There are several fronts and with the support of the US. The Israeli Prime Minister sees the wars in Gaza and Lebanon as an opportunity to change Israel's regional chessboard forever. Confirming this thesis, Bruce Hoffman, an American expert on terrorism and security, states that the apocalypse, at first, restores the power of a prime minister who was on the verge of having his political career ended. This is an impressive turnaround. International calls for a ceasefire are increasing. But the shipment of weapons does not stop. The attacks are increasing and peace is becoming more difficult. Meanwhile, we enrich the lords of arms and suffer with people who are not much different from anywhere else, people who want the same "normal" life that anyone else could*

¹⁷⁹ A versão estereotipada versus a versão real. Mustafa Alrawi, diretor do grupo de parcerias editoriais da International Media Investments e colunista do The National, jornal dos Emirados Árabes. [Devemos acabar com a luta entre os valores do 'Ocidente' e do 'Oriente Médio' | O Nacional \(thenationalnews.com\)](https://thenationalnews.com)

have. People who deserve respect and support. Israel has trampled on the invisible barriers of ethical, moral, diplomatic, humanitarian and simple courtesy that protect against more brutal actions.

Keywords: *War in the Middle East; Netanyahu; Israel; Lebanon; Iran*

*

“A Guerra Fria esfriou, mas o maniqueísmo que a sustinha não desarmou, inventando rapidamente outras geografias do medo: a Oriente e a Ocidente e, porque se trata de entidades demoníacas, não bastam os seculares meios de governança. Precisamos de intervenção com legitimidade divina. O que era ideologia passou a ser crença. O que era política, tornou-se religião. O que era religião, passou a ser estratégia de poder. Para fabricar armas, é preciso fabricar inimigos. Para produzir inimigos, é imperioso sustentar fantasmas,”¹⁸⁰ falou Mia Couto em discurso de 2011, que segue atualíssimo. O filósofo finalizou seu discurso afirmando que “há quem tenha medo de que o medo acabe.”

As reflexões dos filósofos Mia Couto, 11 anos atrás, e Yuval Noah Harari, citada [em publicação recente](#) do jornalista Mustafa Alrawi, refletem sobre a geografia do medo, sobre a necessidade de se criar fantasmas, sobre a versão estereotipada versus a versão real, sobre os valores do Ocidente contra os valores do Oriente, e que se encaixam no momento atual sobre a guerra de Israel no Oriente Médio e sobre os interesses (ou medos) americanos e europeus nessa guerra.

Em [artigo](#), Jeffrey Sachs fala sobre o maior medo de muitos líderes políticos americanos e europeus: de que o Ocidente esteja perdendo sua hegemonia após séculos e que, de alguma forma, a perda da hegemonia terá consequências catastróficas.

Sustentar fantasmas para que o medo não acabe e seguir acreditando em estereótipos estão bem representados na fala da candidata à presidência dos EUA, Kamala Harris, nos últimos dias. A inexperiência política de Harris põe mais lenha nessa fogueira que já está incontrolável, quando ela afirma em entrevista¹⁸¹ “Estou lúcida de que o Irã é uma força desestabilizadora e perigosa no Oriente Médio. Sempre garantirei que Israel tenha a capacidade de se defender contra o Irã e as milícias terroristas apoiadas pelo Irã”. E complementa que o governo americano estava comprometido com a segurança de Israel.¹⁸² Já o outro candidato, Donald Trump, atribuiu o ataque à falta de eficiência de Joe Biden e Kamala Harris em conter a guerra. Ele comentou

¹⁸⁰ https://www.youtube.com/watch?v=5xtgUxggt_4

¹⁸¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/kamala-harris-diz-que-o-ira-e-uma-forca-perigosa-e-desestabilizadora/>

¹⁸² O ataque do Irã contra Israel acontece em meio à guerra entre o Exército israelense e o Hezbollah, grupo paramilitar libanês apoiado pelo governo iraniano. A ofensiva ocorre um dia após o Exército de Israel iniciar uma “operação terrestre limitada” no Líbano. Israel tem lançado uma série de ataques aéreos em regiões no país vizinho. No dia 23 de setembro, o país teve o dia mais mortal desde a guerra de 2006, com mais de 500 vítimas fatais. Segundo os militares israelenses, os alvos são integrantes e infraestrutura bélica do Hezbollah, uma das forças paramilitares mais poderosas do Oriente Médio e que é apoiada pelo Irã. A ofensiva atingiu diversos pontos no Líbano, incluindo a capital do país, Beirute. Milhares de pessoas buscaram refúgio em abrigos e deixaram cidades do sul do país.

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/kamala-harris-diz-que-o-ira-e-uma-forca-perigosa-e-desestabilizadora/>

que o mundo segue sem comando (dos EUA),¹⁸³ Ambos realmente acreditam nisso - o que confirma os estereótipos, o medo de perda de hegemonia e a necessidade de manter os fantasmas.

Netanyahu sempre quis uma guerra com o Irã. Se era o caos que ele queria, parece estar conseguindo.

Em retaliação à morte de 1.197 israelenses, a maioria civis, e os 251 que foram feitos reféns, no ataque do Hamas em 7 de outubro do ano passado, a campanha militar de Israel matou até agora 41.850 palestinos, além de cerca de 10.000 outros que ainda estão desaparecidos sob os escombros - pelo menos 16.756 crianças palestinas foram mortas, incluindo 115 que nasceram e foram mortas durante a guerra – que na verdade, segundo artigo do The Lancet deve ultrapassar os 186 mil, ao computar as mortes indiretas.¹⁸⁴ Embora o Primeiro-Ministro israelense, Benjamim Netanyahu, diga que vai trazer os reféns de volta para casa, a desproporcionalidade dos ataques e o pouco interesse em um cessar-fogo e no acordo de libertação de reféns com o Hamas, que mediadores dos EUA, Egito e Catar vêm tentando alcançar há meses, faz crescer o número de céticos que temem que o cessar-fogo não venha.

Os ataques se tornaram mais agressivos também na Cisjordânia ocupada; avançou para o Líbano, se aproximando da Síria, para o Yemen e envolvendo o Iraque, de maioria xiita.¹⁸⁵ E agora foca no Irã.¹⁸⁶

Uma guerra contra o Irã e contra os grupos de resistência (entre os principais: Hamas, Hezbollah¹⁸⁷ e Houthis) sempre foi o objetivo de Benjamin Netanyahu, há décadas, como escreveu Guga Chacra, em [artigo](#), no qual traz uma linha histórica das ações e discursos do PM israelense. Segundo o jornalista, “Netanyahu sempre buscou uma guerra contra o Irã e ele está mais perto do que nunca.” Para Guga e outros analistas, as ações parecem ser uma última cartada de um político que está em “seu ocaso político” para se manter no poder e evitar a prisão.

Confirmando a tese, Bruce Hoffman, especialista em terrorismo e segurança da Universidade de Georgetown, afirma que partir para o apocalipse, em um primeiro momento,

¹⁸³ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/10/01/trump-biden-kamala-ataque-contr-israel.htm?cmpid=copiaecola>

¹⁸⁴ [Contar os mortos em Gaza: difícil, mas essencial](#). Saiba mais em Marques, L. **Guerra em Gaza: Poder, Ética e Etologia**. In: *Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 12-2024*, p. 223-228

¹⁸⁵ <https://www.thenationalnews.com/opinion/comment/clear-and-present-danger-iraq-is-at-a-tipping-point-of-chaos-and-confusion-1.903769>

¹⁸⁶ Atual situação no Oriente Médio: De um lado da guerra está [Israel, com apoio dos Estados Unidos](#). Do outro, o [Eixo da Resistência](#), que recebe apoio financeiro e militar do Irã e que conta com uma série de grupos paramilitares. São sete frentes de conflito abertas atualmente: a República Islâmica do Irã; o [Hamas](#), na Faixa de Gaza; o [Hezbollah](#), no Líbano; o [governo Sírio](#) e as milícias que atuam no país; os [Houthis](#), no Iêmen; grupos xiitas no [Iraque](#); e diferentes organizações militantes na [Cisjordânia](#). (<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/estamos-no-auge-de-uma-guerra-contra-o-eixo-do-mal-do-ira-diz-netanyahu/>)

¹⁸⁷ Hezbollah, misto de partido político e milícia paramilitar criado na esteira da invasão israelense do Líbano, em 1982, com o explícito fim de destruir Israel <https://veja.abril.com.br/mundo/israel-amplia-alvos-ira-reage-e-paz-no-orient-medio-fica-ainda-mais-distante/>

restaura o poder de um primeiro-ministro que parecia estar a um passo de ter a carreira política encerrada. Segundo ele, “Trata-se de uma reviravolta impressionante”.¹⁸⁸

Parece cada vez mais óbvio que o Primeiro-Ministro israelense vê as guerras em Gaza e no Líbano como uma oportunidade para Israel mudar para sempre o tabuleiro de xadrez regional. Ao longo da última semana, o governo israelense, sem parar de bombardear Gaza, pôs em marcha uma investida agressiva e simultânea contra as demais milícias que o Irã, seu inimigo número 1, cultiva e arma nas redondezas.¹⁸⁹

Depois do ataque do Hamas e do início da guerra em Gaza, Netanyahu pareceu ver uma nova oportunidade de confrontar seu velho inimigo. Posições de milícias aliadas do Irã no Iraque e Síria, além do Hezbollah, no Líbano, e dos Houthis, no Iêmen, começaram a sofrer bombardeios recorrentes, e oficiais da Guarda Revolucionária apareceram entre as vítimas.¹⁹⁰ O artigo de Guga Chacra relembra o bombardeio ao consulado do Irã em Damasco, em abril, que levou a Israel enfrentar uma resposta iraniana forma de 300 mísseis e drones – e que precisou da ajuda de vários países vizinhos e do aparato militar americano na região e no Mediterrâneo.

O assassinato em Teerã abriu espaço para respostas tanto do Hamas e do Irã pelo assassinato em seu território. E tornou a reduzir as chances de um cessar-fogo à guerra desproporcional em Gaza, que está completando um ano e já causou milhares de mortes de civis e provocou uma das maiores crises humanitárias.¹⁹¹ – Ismail Haniyeh, líder do Hamas morto no ataque, era um dos negociadores nas conversações entre Israel e Hamas, mediadas pelo Egito, Qatar e Estados Unidos, para pôr fim à guerra em Gaza, em troca de reféns capturados no ataque liderado pelo Hamas a Israel.¹⁹² E, agora, além de Gaza e Cisjordânia, Israel foca no Líbano, país do grupo de resistência xiita, Hezbollah. Nas costas de Netanyahu e seu grupo radical estão dezenas de milhares de mortes e destruição.

E agora que a Rússia se posiciona mais firmemente ao lado de seu aliado, o Irã, diante das ameaças vociferantes de Netanyahu, um fraco Biden, em final de mandato, acena com uma possibilidade de conversar com seu grande rival Vladimir Putin.¹⁹³ Mas, ao que parece, EUA já perderam o controle sobre Netanyahu.¹⁹⁴ Nem os EUA, nem a ONU, nem a Corte Internacional de Justiça conseguem deter a demonstração incontrolável de poder de Netanyahu e os crimes de guerra e contra a humanidade cometidos por ele e seu grupo.

¹⁸⁸ <https://veja.abril.com.br/mundo/israel-amplia-alvos-ira-reage-e-paz-no-orientemedio-fica-ainda-mais-distante/>

¹⁸⁹ <https://veja.abril.com.br/mundo/israel-amplia-alvos-ira-reage-e-paz-no-orientemedio-fica-ainda-mais-distante/>

¹⁹⁰ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/08/07/netanyahu-sempre-buscou-uma-guerra-contra-o-ira-em-seu-ocaso-politico-ele-esta-mais-perto-do-que-nunca.ghtml>

¹⁹¹ Sobre a crise humanitária, ver em Marques, L. **Gaza: mais que uma calamidade, é um massacre em câmara lenta.** In: *Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 11-2024.p. 227-235.*

¹⁹² https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/07/31/assassinato-de-ismail-haniyeh-chefe-do-hamas-pode-ameacar-negociacoes-para-um-cessar-fogo-veja-o-que-se-sabe.ghtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsgugachacra

¹⁹³ Segundo M. K. Bhadrakumar, Biden é hoje como um gato em um telhado de lata quente. Uma guerra no Oriente Médio é a última coisa que ele quer. Mas ele não tem controle sobre Netanyahu, que já está planejando o próximo movimento na escada de escalada. <https://www.indianpunchline.com/west-asian-crisis-prompts-biden-to-break-ice-with-putin/>

¹⁹⁴ Guga Chacra fala sobre as fracassadas iniciativas de Biden para conter a escalada do conflito no Oriente Médio. [Netanyahu e Irã escancaram fraqueza de Biden no Oriente Médio \(globo.com\)](https://globo.com/brasil/coluna/Netanyahu-e-Ira-escancaram-fracasas-iniciativas-de-Biden-para-conter-a-escalada-do-conflito-no-Oriente-Medio-1.7011111)

Na Assembleia Geral da ONU (UNGA2024), as discussões de Alto Nível se concentraram em três guerras: Oriente Médio, Sudão e Ucrânia. Vários documentos, relatórios e resoluções trataram da situação preocupante e triste no Oriente Médio, sobre urgência em parar a guerra e sobre a situação nos Territórios Palestinos. Entre os documentos, o [relatório](#) do Secretário Geral sobre a situação no Oriente Médio e o relatório sobre as Práticas israelenses e atividades de assentamento que afetam os direitos do povo palestino e outros árabes dos territórios ocupados. Líderes de vários países incluíram a guerra de Israel em seus discursos. Durante toda a Semana de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU, diversos diplomatas destacaram a [resolução 1701](#) do Conselho de Segurança em reuniões oficiais e nos bastidores - a resolução 1701 tem sido o eixo da paz entre Israel e o Líbano durante quase duas décadas. Cerca de 10 mil soldados de paz da ONU estão encarregados de implementá-la em campo.

Essas discussões ocorrem em um momento em que estão aumentando os ataques entre Israel e o grupo armado libanês Hezbollah, que detém com os seus aliados 62 dos 128 assentos democraticamente eleitos no Parlamento do Líbano.¹⁹⁵

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, [pediu](#) que a violência pare imediatamente após o assassinato do líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, por Israel, em um poderoso ataque aéreo em Beirute. "Todos os lados devem se afastar da beira do abismo. O povo do Líbano, o povo de Israel, assim como a região em geral, não podem se dar ao luxo de uma guerra total", disse ele em um comunicado. O chefe da ONU alertou que as ondas de choque da guerra em Gaza ameaçam arrastar a região para um "abismo". Guterres foi declarado persona non grata e proibido de entrar em Israel por não ter condenado "de forma inequívoca" o ataque do Irã.

O **presidente palestino**, Mahmoud Abbas, disse, [em seu discurso](#), que Israel destruiu quase totalmente a Faixa de Gaza, tornando-a inabitável, e pediu aos aliados israelenses que parem de enviar armas. "Pare com esse crime. Pare com isso agora. Pare de matar crianças e mulheres. Pare o genocídio. Pare de enviar armas para Israel", disse Abbas. "Essa loucura não pode continuar. O mundo inteiro é responsável pelo que está acontecendo com nosso povo em Gaza e na Cisjordânia." Ele criticou os EUA por bloquearem três projetos de resolução do Conselho de Segurança pedindo um cessar-fogo em Gaza.

Falando pela última vez na UNGA, como presidente dos **EUA**, Joe Biden [comentou](#) sobre uma guerra mais ampla, incluindo ao longo da fronteira Israel-Líbano. Ele disse que "uma guerra em grande escala não é do interesse de ninguém" e "uma solução diplomática ainda é possível". Ele defendeu uma solução de dois Estados, com os israelenses desfrutando de paz e segurança e os palestinos vivendo em segurança, dignidade e autodeterminação em "um Estado próprio". Ele argumentou que sempre há um "caminho a seguir" e enfatizou: "As coisas podem melhorar." Ele só esqueceu de dizer que os vetos americano no Conselho de Segurança da ONU só contribuem para a não melhora da situação.

Egito [condenou](#) duramente no sábado as ações crescentes de Israel, chamando-as de "perigosas" e "ilimitadas", alertando que estão empurrando a região para a "beira do abismo". O ministro das Relações Exteriores do Egito, Badr Abdelatty, acusou Israel de "envergonhar" a comunidade internacional e suas instituições, "que são incapazes de fazer o mínimo para pôr fim a essa agressão". O ministro também alertou que é hora de soar os alarmes, pois o sistema internacional está atualmente mostrando suas deficiências estruturais que vêm da ineficácia, padrões duplos e desigualdade em um momento de ocupação, fome, terrorismo e injustiça.

¹⁹⁵ <https://news.un.org/pt/story/2024/10/1838636>

O xeque Shakhbout dos **Emirados Árabes** [pediu](#) um cessar-fogo imediato e duradouro, acesso total e desimpedido para assistência humanitária em grande escala e libertação dos reféns e detidos. "Até as guerras têm regras", observou ele. "As partes devem respeitar o direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário.

Arábia Saudita pede moderação para 'evitar que verdadeira guerra estoure' no Oriente Médio. O ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, príncipe Faisal bin Farhan, [condenou](#) as "práticas bárbaras" de Israel contra os palestinos, que resultaram em sofrimento severo ao longo de décadas. Para ele, a verdadeira paz regional é inatingível sem abordar a questão palestina. Também pediu à comunidade internacional que proteja a estabilidade do Líbano e respeite sua soberania.

Rússia [disse](#) que não havia justificativa para os ataques terroristas do Hamas e outros em 7 de outubro, mas a "punição coletiva em massa" dos palestinos desde então criou uma "catástrofe humanitária sem precedentes". O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, condenou assassinato israelense do líder do Hezbollah, Nasrallah Rússia; lembrou do ataque israelense ao consulado iraniano na Síria, onde cidadãos iranianos também morreram. E [sugeriu](#) que Israel pode estar tentando provocar o Irã e o Hezbollah para atrair os EUA para o conflito.

O ministro das Relações Exteriores da **China**, Wang Yi, disse que alcançar um "cessar-fogo abrangente" no Oriente Médio não deve ser adiado, enfatizando que uma solução de dois Estados continua sendo o único caminho para resolver as tensões entre israelenses e palestinos. "A questão da Palestina é a maior ferida na consciência humana enquanto falamos", disse Wang. Ele afirmou que a China continua sendo um firme defensor da busca do povo palestino por direitos nacionais legítimos e pela plena adesão à ONU.

O ministro das Relações Exteriores do **Irã**, Abbas Araghchi, denunciou os EUA por sua "cumplicidade" nos ataques de Israel ao Líbano, apontando para seu apoio militar contínuo a Israel.

Jordânia alertou que a região está em uma zona de perigo real. "É hora de encarar a verdade, e a verdade é que, a menos que Netanyahu seja parado, a menos que este governo seja interrompido, a guerra abrangerá todos nós". Alertou o ministro das Relações Exteriores da Jordânia, Ayman Safadi. Para ele, Netanyahu obviamente quer uma guerra regional.

Falando para uma câmara esvaziada, uma vez que diplomatas e delegações deixaram o debate geral para não prestigiá-lo, o Primeiro-Ministro **israelense**, Benjamim Netanyahu, [disse que Israel está vencendo](#). Afirmou que não há lugar no Irã que o longo braço de Israel não possa alcançar, acrescentando que isso é verdade para todo o Oriente Médio.

O ministro das Relações Exteriores **libanês**, Abdallah Bou Habib, [disse](#) que seu país está lutando por sua existência e que "o futuro de nosso povo e nossa prosperidade estão em perigo". "Israel não está farto da guerra sem fim desde 1948? Quando será a hora de Israel dar uma oportunidade real para a paz?" ele perguntou. Ele também [criticou](#) o discurso do presidente dos EUA, Biden, descrevendo-o como fraco e não promissor, que não oferecia soluções para os problemas de seu país.

O **Paquistão** exigiu na sexta-feira o fim imediato do "derramamento de sangue" em Gaza e pediu que a Palestina seja admitida como membro pleno da ONU. O Primeiro-Ministro paquistanês, Muhammad Shehbaz Sharif, disse que a guerra de Gaza não é apenas um conflito,

é um massacre sistêmico de pessoas inocentes, um ataque à própria essência da vida e dignidade humanas.

O primeiro-ministro **iraquiano**, Mohammed Shia Al Sudani, alertou que a agressão de Israel em Gaza e no Líbano estava empurrando o Oriente Médio para uma guerra em grande escala. "O mundo está sendo empurrado para confrontos e conflitos em grande escala, enquanto o Conselho de Segurança da ONU é impotente e sem um papel", disse ele.

A **Liga Árabe** alertou que a região árabe corre o risco de turbulência prolongada, a menos que os líderes israelenses sejam responsabilizados. "A credibilidade deste Conselho e da ONU está em risco. Não há nenhum evento em nosso mundo que represente uma ameaça à paz e à segurança internacionais que seja mais grave do que o que enfrentamos hoje na Palestina e no Líbano."

Esses foram só alguns destaques.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta guerra regional poderia ter sido facilmente evitada se o governo israelense tivesse aceitado um acordo de cessar-fogo com Gaza que incluísse a libertação de todos os prisioneiros israelenses e a libertação de muitos prisioneiros palestinos, e o fim do ataque militar israelense em Gaza.

Mas Netanyahu sempre quis uma guerra com o Irã. Tanto fez que parece que está conseguindo.

Os apelos mundiais para um cessar-fogo aumentam. Mas o envio de armas, não para. E os vetos americanos na Assembleia da ONU e no conselho de segurança da ONU, também seguem. Os ataques se ampliam e fica mais difícil a paz.

Enquanto isso, enriquecem os senhores das armas e sofrem as pessoas que não são muito diferentes de qualquer outro lugar, que estão fazendo o possível para continuar com as coisas nas piores circunstâncias possíveis; pessoas que querem a mesma vida "normal" que qualquer outra pessoa poderia ter. Homens e mulheres que são heróis do dia a dia e que merecem respeito e apoio.¹⁹⁶

Israel cruzou a linha vermelha; pisoteou as barreiras invisíveis dos preceitos éticos, morais, diplomáticos, humanitários e de pura e simples cortesia que protegem contra ações mais truculentas.

Como falou o chefe da ONU, Guterres, "cada nova escalada serve de pretexto para a próxima" Ele adicionou que esse "ciclo de violência está levando o povo do Oriente Médio direto para o precipício".¹⁹⁷

¹⁹⁶ . [Devemos acabar com a luta entre os valores do 'Ocidente' e do 'Oriente Médio' | O Nacional \(thenationalnews.com\)](https://thenationalnews.com)

¹⁹⁷ <https://youtu.be/4kdQ2Y3MLZU>

China: Natural e artificial nas Nações Unidas

China: Natural and artificial at the United Nations

André Costa Lobato

Abstract. *China proposes artificial intelligence initiative at the United Nations General Assembly and holds a high-level meeting on the subject on the sidelines of the meeting in New York. Wang Yi attends G20 and BRICS meeting. Dilma Rousseff, president of the NDB, receives the Medal of Friendship and speaks in Portuguese at the Hall of the People. She commends Xi Jinping's commitments to international cooperation. The People's Republic celebrates 75 years and the financial stimulus package for the economy is announced.*

Keywords: Artificial Intelligence, BRICS, Dilma Rousseff

Resumo. China propõe iniciativa de inteligência artificial na Assembleia Geral das Nações Unidas e faz reunião de alto nível sobre o tema nas margens do encontro em Nova Iorque. Wang Yi participa de encontro do G20 e BRICS. Dilma Rousseff, presidenta do NDB, recebe Medalha da Amizade e discursa em português no Salão do Povo. Ela elogia os compromissos de Xi Jinping com a cooperação internacional. A República Popular comemora 75 anos e pacote financeiro de estímulo a economia é anunciado.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, BRICS, Dilma Rousseff

Diplomática

• Wang Yi, diplomata-chefe da China, anunciou na Assembleia Geral das Nações Unidas, uma nova iniciativa para inteligência artificial, “A China apoia a ONU ao servir como o principal canal de governança de IA e proporá o Plano de Ação de Capacitação de IA para o Bem e para Todos” disse¹⁹⁸. A chancelaria chinesa publicou o “Documento de



Posição da República Popular da China sobre o Fortalecimento da Governança Ética da Inteligência Artificial (IA)”¹⁹⁹. Durante sua estadia em Nova York, Wang copresidiu com o colega Celso Amorim a reunião de lançamento do grupo de “Amigos para Paz”²⁰⁰ cujo principal objetivo

¹⁹⁸ https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyjh/202409/t20240924_11495643.html

¹⁹⁹ https://www.fmprc.gov.cn/eng/zy/wjzc/202405/t20240531_11367525.html

²⁰⁰ https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202409/t20240929_11500459.html

é negociar a paz na Ucrânia. Na reunião dos BRICS, Wang pediu celeridade “para configurar a categoria de País Parceiro”²⁰¹ e lembrou que a próxima Cúpula será a primeira após a expansão do agrupamento. No encontro do G20, Wang reforçou a pauta de inteligência artificial e a centralidade da ONU no tema²⁰². O chanceler fez a primeira reunião sobre inteligência artificial, com ministros da Zâmbia e Indonésia e o presidente da Sérvia²⁰³.

• Dilma Rousseff, presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento e ex-presidenta do Brasil, recebeu a condecoração máxima dada pela República Popular da China a estrangeiros no dia 30 de setembro, véspera do dia da fundação da RPC – que comemorou 75 anos (veja abaixo). Em um Salão do Povo lotado, Dilma fez um curto discurso de agradecimento, em que afirmou os impactos positivos da liderança do presidente chinês, Xi Jinping, na construção de uma ordem internacional mais cooperativa. Ela mencionou as principais iniciativas diplomáticas do governo de Xi, Cinturão e Rota, pelo Desenvolvimento, pela Segurança e pela Civilização. Disse que Brasil e China são nações amigas, que os povos são amigos e que espera estreitar ainda mais a colaboração entre os países nos próximos anos. A presidenta contou se sentir particularmente orgulhosa pela criação do NDB.

Agraciadas com honrarias. Apesar de ter se dirigido ao público em português, não há vídeos em português da fala da presidenta, apenas registros com dublagem, em espanhol, inglês e chinês. Abaixo, uma transcrição feita com auxílio de computador:



²⁰¹ https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjzbzd/202410/t20241002_11502280.html
²⁰² https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyjh/202409/t20240929_11500178.html
²⁰³ https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyjh/202409/t20240930_11501255.html



“Sua excelência honorável presidente Xi Jinping, ilustres integrantes do governo da República Popular da China, distintos convidados e caros amigos. Sinto-me profundamente honrada ao receber a Medalha da Amizade atribuída a mim pela República Popular da China. Quero expressar aqui meus agradecimentos ao presidente Xi Jinping e ao povo chinês por esta honra extraordinária. Tenho consciência das

notáveis conquistas que a China alcançou nas últimas décadas, nas últimas quatro décadas. Sua transformação econômica acelerada, as inovações tecnológicas alcançadas e as extraordinárias conquistas sociais resultaram na ascensão da China como potência global, tornando-se um farol de esperança e inspiração para o mundo. O compromisso assumido pela China com a reforma e abertura não apenas permitiu a retirada de centenas de milhões de pessoas da pobreza, como contribuiu de forma significativa para o crescimento econômico e a estabilidade globais. Quero manifestar minhas calorosas felicitações ao presidente Xi Jinping por sua visão de um futuro compartilhado de prosperidade comum para toda a humanidade. Essa proposta é, sem dúvida, um dos mais nobres objetivos e é fonte de inspiração para pessoas em todos os continentes. Seus esforços, presidente Xi Jinping, para enfrentar os grandes desafios internacionais, como a mudança climática, o desenvolvimento inclusivo, a paz e a segurança, atestam sua condição de grande estadista e sua perspicaz visão do futuro. A plataforma Cinturão e Rota, por exemplo, representa uma ousada iniciativa de criar novos caminhos para a cooperação global com benefícios mútuos. As três grandes iniciativas da China, a saber, a Iniciativa pelo Desenvolvimento Global, a Iniciativa pela Segurança Global e pela Civilização Global, são testemunhos do seu compromisso em implementar soluções responsáveis e construtivas no cenário internacional. Em um mundo cada vez mais definido pela fragmentação e o confronto, é alentador e encorajador ver como a China, sob sua liderança, presidente Xi Jinping, vem construindo com mais unidade e harmonia a ordem política internacional. Como ex-presidenta da República Federativa do Brasil, tive o privilégio de trabalhar com muitos líderes mundiais. Reconheço no presidente Xi Jinping um verdadeiro campeão da cooperação internacional e um forte defensor do multilateralismo. Sua liderança tem sido fundamental na promoção da governança global, no enfrentamento dos desafios globais e no estímulo a uma ordem internacional mais justa e equitativa. Presidente Xi Jinping, eu me sinto particularmente orgulhosa por termos juntos lançado o novo Banco de Desenvolvimento em 2014 no Brasil, dentro da reunião dos BRICS. Ao receber a medalha da amizade, reafirmo meu compromisso em intensificar a cooperação entre a China e o Brasil, baseada em benefícios mútuos. Como nações amigas.”

Sanitária

• A Comissão Nacional de Saúde publicou, com outras entidades chinesas, a nota “Medidas para a Gestão da Pesquisa Clínica Iniciada por Pesquisadores em Instituições Médicas e de Saúde”²⁰⁴. Com o objetivo de melhorar a qualidade e padronizar essas pesquisas, o texto destaca a importância de seguir normas éticas, garantir transparência e proteger os direitos dos participantes dos estudos. O texto trata das pesquisas clínicas “sem o objetivo de registrar

²⁰⁴ <http://www.nhc.gov.cn/qjjys/s7945/202409/bdb18f33eea8462b876c155d5ba529c4.shtml>

produtos como medicamentos ou dispositivos médicos (incluindo reagentes de diagnóstico in vitro)”. “A pesquisa abrange áreas como etiologia, diagnóstico, tratamento, reabilitação, prognóstico, prevenção, controle de doenças e manutenção da saúde”. A nota afirma que a pesquisa clínica é “realizada com o objetivo de explorar as leis da ciência médica e acumular conhecimento médico. Não é permitido realizar atividades de diagnóstico clínico fora do escopo autorizado ou de controle preventivo de doenças em massa sob o pretexto de pesquisa clínica”. A comissão também publicou uma “interpretação da nota”, que diz que a nova medida “classifica, gerencia e proíbe e pesquisas repetidas sem sentido e melhora a eficiência geral da pesquisa clínica”²⁰⁵.

Socioeconômica

- A República Popular da China, também conhecida como Nova China, comemorou, no dia 1º de outubro, 75 anos de fundação. Em discurso na ocasião, Xi Jinping falou de união, que, independentemente das histórias de divisões internas e variadas culturais e etnias, a busca pela unificação da China sempre esteve presente na história. “Desde que a Dinastia Qin unificou a China, independentemente de qual grupo étnico governava as planícies centrais, todos tomaram a unificação do país como sua missão, acreditando firmemente no princípio comum de que o território da nação não deve ser dividido, o país não deve cair no caos, os grupos étnicos não devem ser dispersos e a civilização não deve ser interrompida”, disse²⁰⁶. Entre os destaques das festas republicanas, um show com mais de 10 mil drones iluminou os céus de Shenzhen, quebrando mais um recorde mundial do uso desses aparatos para shows aéreos.

- O governo chinês anunciou um aguardado pacote de estímulo econômico no final de setembro²⁰⁷²⁰⁸²⁰⁹²¹⁰²¹¹²¹². O Banco Popular da China (PBoC) cortou a taxa de recompra reversa de sete dias de 1.7% para 1.5% e reduziu o índice de reservas obrigatórias (RRR) das instituições financeiras, buscando impulsionar uma economia com quedas no setor imobiliário e na confiança dos consumidores. Além disso, o governo implementou novas ferramentas de refinanciamento para apoiar recompra de ações e um mecanismo de troca para aliviar os balanços de seguradoras e fundos de investimento, visando fortalecer o mercado de capitais. A Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China também anunciou medidas para atrair fundos de longo prazo aos mercados. Essas intervenções resultaram na melhor performance do índice CSI 300 em uma década, com uma alta superior a 10%. A resposta governamental segue o apelo feito em julho no Terceiro Plenário do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, que pediu medidas para restaurar a confiança econômica.

O índice de preços ao produtor (PPI) apresenta mais de 20 meses de queda, enquanto o índice de preços ao consumidor (CPI) permanece próximo de zero, com forte pressão deflacionária. As vendas de imóveis comerciais caíram 18% entre janeiro e agosto de 2024, e os

²⁰⁵ <http://www.nhc.gov.cn/qjjys/s3577/202409/aac9e22582104baba5ccfa06f8b67652.shtml>

²⁰⁶ http://paper.people.com.cn/rmrb/html/2024-09/28/nw.D110000renmrb_20240928_1-02.htm

²⁰⁷ <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-stimulus-package-local-global-implications-by-shang-jin-wei-2024-09>

²⁰⁸ https://mp.weixin.qq.com/s/BMEIEK_n7btm_926jDjBA?utm_source=substack&utm_medium=email

²⁰⁹ <https://polycn.com/public/commentaries/regulators-announce-major-financial-stimulus-measures-41694>

²¹⁰ <https://www.pekingology.com/p/tian-xuan-on-beijings-dramatic-week>

²¹¹ <https://triviumchina.com/2024/09/26/the-party-turns-its-attention-to-the-labor-market>

²¹² <https://www.reuters.com/world/china/china-unveils-broad-stimulus-measures-revive-economy-2024-09-24/>

preços em cidades de primeiro e segundo nível caíram cerca de 30%. O desemprego juvenil atingiu 18,8% em agosto, e o desemprego geral alcançou 5,3%, o maior nível em seis meses. Para tratar do tema do desemprego, foram introduzidas diretrizes com 24 medidas para aumentar a criação e retenção de empregos, incluindo incentivos fiscais para empresas e fundos direcionados a províncias com mercados de trabalho frágeis.

Após o pacote econômico-financeiro, que levantou as bolsas em 15%, espera-se o anúncio de um pacote fiscal.

Pesquisa biomédica nos EUA

Guto Galvão

Resumo: O comunicado da *National Academy of Medicine* (NAM) de 1º de outubro de 2024 destaca que, apesar dos Estados Unidos serem líderes globais em pesquisa biomédica, a falta de coordenação nacional, questões estruturais e a fragmentação de financiamento prejudicam o progresso. O relatório propõe um plano estratégico focado em cinco áreas: visão nacional coordenada, financiamento eficiente, equidade em saúde, ciência convergente e desenvolvimento de uma força de trabalho pronta para o futuro. O objetivo é garantir que a pesquisa continue melhorando a saúde e alcance todas as populações equitativamente. Para mais detalhes, veja o comunicado completo [aqui](#).

Palavras-chave: Equidade em Saúde, Financiamento Fragmentado, Ciência Convergente, Força de Trabalho, Visão Estratégica, Determinantes Sociais da Saúde, Parcerias Público-Privadas, Valley of Death, Sustentabilidade

Summary: *The National Academy of Medicine (NAM) statement dated October 1, 2024, highlights that despite the United States being a global leader in biomedical research, a lack of national coordination, structural issues, and fragmented funding hinder progress. The report proposes a strategic plan focused on five areas: coordinated national vision, efficient financing, health equity, convergent science, and developing a future-ready workforce. The goal is to ensure that research continues to improve health and reaches all populations equitably. For more details, see the full statement here.*

Keywords: *Health Equity, Fragmented Financing, Convergent Science, Workforce, Strategic Vision, Social Determinants of Health, Public-Private Partnerships, Valley of Death, Sustainability*

The State of the U.S. Biomedical and Health Research Enterprise: Strategies for Achieving a Healthier America

O documento intitulado [The State of the U.S. Biomedical and Health Research Enterprise: Strategies for Achieving a Healthier America \(2024\)](#), publicado pela National Academy of Medicine, aborda o estado atual e os desafios do setor de pesquisa biomédica e de saúde nos Estados Unidos, oferecendo estratégias para uma América mais saudável. Ele reconhece a contribuição significativa da pesquisa biomédica para a saúde e economia do país, destacando inovações importantes, como tratamentos para câncer, HIV/AIDS e a resposta rápida à pandemia de COVID-19.

Contudo, o documento também reconhece que o sistema de pesquisa biomédica dos EUA enfrenta problemas estruturais e financeiros. As ameaças à saúde, como a queda da expectativa de vida, doenças pandêmicas emergentes e as mudanças climáticas, exigem uma abordagem coordenada e multidisciplinar. Além disso, a equidade na saúde é uma preocupação, já que disparidades persistem entre diferentes grupos populacionais.

As principais prioridades propostas no documento incluem:

1. Criação de um órgão consultivo nacional para coordenar a pesquisa biomédica e definir uma visão estratégica.
2. Aprimorar o financiamento e reduzir a fragmentação entre diferentes fontes, como governo, setor privado e filantropia.
3. Promover a equidade na saúde, com foco em questões como a mortalidade materna e o acesso equitativo a inovações em saúde.
4. Fortalecer a coordenação federal e o uso da ciência convergente para resolver problemas de saúde complexos.
5. Desenvolver uma força de trabalho do século XXI capaz de lidar com os desafios futuros e garantir a competitividade do setor biomédico dos EUA no cenário global.

Essas ações visam revitalizar o setor de pesquisa biomédica, garantindo que ele continue sendo uma fonte de inovação e melhoria da saúde para todos os americanos.

O documento apresenta uma análise detalhada das 10 principais causas de morte nos Estados Unidos, com base em dados de 2019 e 2020, destacando variações entre homens e mulheres e fornecendo uma base estatística crucial para orientar a pesquisa biomédica.

As 10 Principais Causas de Morte nos Estados Unidos, por Sexo (2019 e 2020):

1. Doenças cardíacas: Principal causa de morte tanto para homens quanto para mulheres. Taxa de mortalidade por doenças cardíacas em 2019: 696.962 mortes, representando 23,1% de todas as mortes.
2. Câncer: Segunda principal causa de morte. Taxa de mortalidade por câncer em 2019: 599.601 mortes, ou 21,7% das mortes nos EUA.
3. COVID-19 (em 2020): A pandemia surgiu como a terceira maior causa de morte em 2020. Mortes por COVID-19 em 2020: mais de 345.000 mortes, representando 10,4% de todas as mortes.
4. Doenças crônicas das vias respiratórias inferiores (CLRD): Inclui condições como bronquite crônica e enfisema. Mortes em 2019: 157.809 mortes (5,6% das mortes). Os homens são mais afetados, com taxas de mortalidade mais altas.
5. Acidentes (Lesões não intencionais): Taxa de mortalidade por acidentes em 2019: 173.040 mortes, representando 6,2% das mortes. Maior prevalência entre homens, muitas vezes relacionada a acidentes de trânsito e quedas.
6. Derrame (Acidente vascular cerebral): Mortes em 2019: 150.005 mortes (5,3%). Mais prevalente entre mulheres.
7. Doença de Alzheimer: Taxa de mortalidade em 2019: 121.499 mortes, representando 4,3% das mortes. As mulheres são mais afetadas devido à maior longevidade.
8. Diabetes: Mortes em 2019: 87.647 mortes (3,2% das mortes). Está associada ao aumento da obesidade e a outras condições de saúde.
9. Doenças renais: Taxa de mortalidade em 2019: 51.565 mortes, ou 1,8% de todas as mortes. Mais prevalente em homens, muitas vezes ligada a condições como hipertensão e diabetes.

10. Suicídio: Mortes em 2019: 47.511 mortes (1,7% das mortes). O suicídio é mais prevalente entre homens, com uma taxa de mortalidade significativamente maior do que entre mulheres.

Em conclusão, as Doenças cardíacas representam 23,1% de todas as mortes nos EUA, sendo a principal causa de morte para ambos os sexos, o câncer causou 599.601 mortes em 2019, correspondendo a 21,7% das mortes, a COVID-19 se tornou a terceira principal causa de morte em 2020, com mais de 345.000 mortes, o suicídio é significativamente mais prevalente entre homens, enquanto doenças de Alzheimer e derrames afetam mais mulheres.

Essas estatísticas sublinham a necessidade de intervenções focadas em doenças crônicas, condições relacionadas ao envelhecimento, além da importância de priorizar o acesso equitativo aos avanços na saúde, especialmente para grupos mais vulneráveis.

O destaca uma série de estatísticas, pontos positivos e desafios enfrentados pelo setor de pesquisa biomédica e saúde nos Estados Unidos.

Pontos positivos:

1. Impacto Global: Os Estados Unidos continuam sendo líderes globais em pesquisa biomédica, com cinco das 10 maiores empresas farmacêuticas do mundo sediadas no país. Além disso, muitos cientistas treinados nos EUA recebem prêmios Nobel e fazem grandes contribuições internacionais.

2. Avanços na Saúde: Redução da Mortalidade por Câncer: As mortes por câncer diminuíram 33% desde 1991, resultando em 3,8 milhões de sobreviventes adicionais. Controle do HIV/AIDS: O número de mortes por HIV/AIDS caiu drasticamente, de 16,2 por 100.000 em 1995 para 1,4 em 2019, com mais de 50 medicamentos disponíveis para controlar a doença. Doenças Cardiovasculares: A mortalidade por doenças cardíacas diminuiu 56% de 1950 a 1996, graças a avanços como estatinas e intervenções cirúrgicas.

3. Resposta Rápida ao COVID-19: A base científica estabelecida nas décadas anteriores permitiu a rápida criação de vacinas contra a COVID-19, com milhões de vidas salvas globalmente.

4. Investimentos Federais em Pesquisa: Grandes investimentos do governo, principalmente pelo National Institutes of Health (NIH), contribuíram para avanços em áreas como câncer, doenças cardiovasculares e HIV/AIDS. Por exemplo, em 2021, o NIH investiu grandes somas em pesquisa, com o National Cancer Institute e o National Heart, Lung, and Blood Institute entre os principais beneficiários.

Desafios:

1. Mudança nos Desafios de Saúde: Os principais problemas de saúde enfrentados pelos americanos mudaram, e muitos estão ligados aos determinantes sociais da saúde. As disparidades de saúde racial e étnica são profundas. Por exemplo, a taxa de mortalidade materna entre mulheres negras não hispânicas é 2,5 vezes maior que entre mulheres brancas.

2. Investimento em Declínio: Apesar dos EUA serem líderes globais em pesquisa biomédica, os investimentos têm se mantido estagnados em comparação com outras nações, o que pode prejudicar sua posição de liderança. Outros países estão investindo mais como percentual do PIB, e a falta de um plano estratégico nacional pode enfraquecer a competitividade americana.

3. Fragmentação de Financiamento: O financiamento para pesquisa biomédica é fragmentado, vindo de fontes governamentais, privadas e filantrópicas, o que pode resultar em pesquisas orientadas para o lucro, em vez de atender às necessidades de saúde pública.

4. Desigualdade no Acesso aos Avanços: Nem todos os americanos se beneficiam igualmente dos avanços da pesquisa biomédica. O documento destaca a “valley of death” (vale da morte), onde muitas inovações médicas não chegam às populações mais vulneráveis devido a barreiras financeiras, geográficas ou de confiança na ciência.

5. Força de Trabalho Desvalorizada: O setor de pesquisa biomédica precisa competir com o setor privado e acadêmico por talentos. Pesquisadores biomédicos nos EUA recebem salários até US\$15.000 inferiores a cargos comparáveis em outras indústrias, o que pode afastar potenciais cientistas e dificultar a diversificação da força de trabalho.

O financiamento de pesquisa do NIH tem permanecido relativamente estável nas últimas duas décadas, apesar do aumento de investimento em países como China e Singapura.

O documento fornece uma visão abrangente do panorama financeiro da pesquisa biomédica nos Estados Unidos, destacando investimentos, desafios e soluções propostas, com várias estatísticas relevantes. Aqui estão os principais pontos e estatísticas financeiras:

Panorama Financeiro da Pesquisa Biomédica nos EUA

1. Liderança Global em Investimentos em P&D: Os Estados Unidos investem mais de \$200 bilhões anualmente em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em saúde, liderando o mundo em termos absolutos. O National Institutes of Health (NIH) é o maior financiador de pesquisa biomédica nos EUA, com um orçamento de \$47,5 bilhões em 2021.

2. Gastos Estagnados: Apesar da liderança, o financiamento federal para pesquisa biomédica tem permanecido relativamente estável ao longo das últimas duas décadas, com um crescimento de apenas 0,5% a 1% ao ano em termos reais. Entre 2000 e 2021, o financiamento do NIH aumentou em apenas 25%, enquanto o número de propostas de pesquisa financiadas cresceu mais de 50%, resultando em um aumento na concorrência por recursos.

3. Fragmentação no Financiamento: O financiamento da pesquisa biomédica nos EUA vem de várias fontes:

- Governo federal: cerca de 30% do financiamento total.
- Setor privado: 50% do financiamento.
- Filantropia e capital de risco: aproximadamente 20%.

- Essa fragmentação resulta em uma abordagem descoordenada que prioriza áreas de pesquisa com maior retorno financeiro imediato em vez de focar em necessidades de saúde pública.

4. o Vale da Morte “Valley of Death” no Financiamento: Aproximadamente 90% das descobertas em pesquisa básica nunca se traduzem em tratamentos ou diagnósticos devido à falta de financiamento na fase de desenvolvimento (chamada de “valley of death”). O “valley of death” é um desafio crítico, onde muitos projetos promissores enfrentam dificuldades em garantir recursos para transição de pesquisa básica para aplicações práticas.

5. Custo da Inação: O relatório sugere que o custo da inação em pesquisa biomédica pode ser significativo, levando a perdas econômicas que podem atingir até \$ 1 trilhão anualmente, se doenças crônicas e emergentes não forem adequadamente abordadas. O aumento dos custos de saúde pública é estimado em \$ 3,4 trilhões por ano, considerando o tratamento de doenças que poderiam ser prevenidas com pesquisas adequadas.

6. Comparação com Outros Países: Países como a China estão investindo cerca de \$ 100 bilhões em P&D biomédico anualmente, com um crescimento de investimento em P&D na ordem de 15% ao ano, desafiando a posição dos EUA. Singapura tem um plano de investimento estratégico em saúde que destina aproximadamente 3% do seu PIB para P&D biomédico, em comparação com menos de 1% nos EUA.

Soluções Propostas:

1. Criação de um Órgão Consultivo Nacional: Proposta para um comitê de especialistas que coordene a pesquisa biomédica e direcione os investimentos de forma estratégica.

2. Colaborativos de Financiamento: Sugerido um colaborativo de financiamento público-privado para alinhar recursos e maximizar o impacto das pesquisas.

3. Aumento da Participação em Pesquisas Básicas: Incentivos para aumentar o financiamento de pesquisas básicas, especialmente em ciência convergente, que integra várias disciplinas científicas.

Conclusão

O panorama financeiro da pesquisa biomédica nos EUA revela tanto a força significativa do país em termos de investimento absoluto quanto desafios críticos em termos de financiamento estagnado e fragmentação. A implementação de soluções coordenadas e estratégicas é essencial para garantir que a pesquisa biomédica atenda às necessidades de saúde pública de forma eficaz e equitativa.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

Celso Amorim - Embaixador, Doutor Honoris Causa da Fundação Oswaldo Cruz

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Horisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Cristina Azevedo – Jornalista da Coordenação de Comunicação Social (CCS) da Fundação Oswaldo Cruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestre em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jeffrey D. Sachs - Diretor do Centro para Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia e Presidente da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável da ONU

João Miguel Estephanio – Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestre em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Mariam Yacoub – Graduada em Ciências da Saúde, mestre em Saúde Pública e Inteligência de Doenças Infecciosas. Trabalha no Colégio de Médicos e Cirurgiões de Ontário.

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

René Mendes - Pesquisador Colaborador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tiago Nery - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fiocruz

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **95** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, em 2023, **22** seminários e, em 2024, estamos no 14^o. seminário, todos acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2024

16 de outubro – Saúde nas Américas

30 de outubro - Saúde nos BRICS

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 18/2024

Período de 25 de setembro a 08 de outubro de 2024

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2024

249 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz